



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CAMPINAS**

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

Secretaria Municipal de Assistência Social,  
Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>1</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>3</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>7</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (DOAS).....</b>	<b>11</b>
COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CSPSB).....	17
COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS.....	64
COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA .....	99
COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE- CRIANÇA E ADOLESCENTE, JOVENS E MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	121
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE ADULTO E IDOSO E SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS.....	142
<b>VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL (VIS) .....</b>	<b>154</b>
COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS .....	156
COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO SOCIAL.....	160
COORDENADORIA SETORIAL DE AVALIAÇÃO E CONTROLE (CSAC).....	173
<b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (DGAOF).....</b>	<b>185</b>
COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA - CSAD .....	186
COORDENADORIA SETORIAL DE APOIO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS - CSAES.....	188
COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA E CONTÁBIL - CSFC .....	189
COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CSGP.....	191
COORDENADORIA SETORIAL ORÇAMENTÁRIA - CSO .....	194
SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO AO CONSELHO TUTELAR .....	195
SETOR DA CASA DOS CONSELHOS .....	196

<b>DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DSAN).....</b>	<b>198</b>
COORDENADORIA SETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CSAN.....	198
<b>DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS (DDH) .....</b>	<b>254</b>
SERVIÇO DE REFERÊNCIA AO IMIGRANTE, REFUGIADO E APÁTRIDA .....	260
CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT – CR LGBT .....	262
PROGRAMA PARCEIROS DA CIDADE: MÃO AMIGA.....	264
COORDENADORIA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS .....	266
COORDENADORIA DA MULHER.....	268
CEAMO – CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À MULHER.....	268
COORDENADORIA SETORIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.....	272
COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA .....	276
COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE .....	280
<b>DEPARTAMENTO DE APOIO A PROJETOS INTERSETORIAIS E DE ACESSIBILIDADE</b>	
<b>(DAPIA).....</b>	<b>298</b>
COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA. ....	298
COORDENADORIA SETORIAL DE PROJETOS.....	298
<b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>	
<b>(DGPPCD).....</b>	<b>300</b>
COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	303
CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS - CIL.....	305

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de atendimentos aos idosos por DAS no período de junho e julho de 2019 (TOTAL = 285).....	28
Figura 2 - Distribuição etária dos 285 idosos atendidos pelos DAS no período de junho e julho de 2019.....	29
Figura 3 - Quantitativo de atendimentos segundo a faixa etária .....	107
Figura 4.....	108
Figura 5.....	108
Figura 6.....	109
Figura 7.....	110
Figura 8.....	110
Figura 9.....	111
Figura 10.....	112
Figura 11.....	113
Figura 12.....	114
Figura 13.....	114
Figura 14.....	115
Figura 15.....	115
Figura 16.....	116
Figura 17.....	116
Figura 18.....	117
Figura 19.....	118
Figura 20.....	118
Figura 21.....	119
Figura 22.....	161
Figura 23.....	162
Figura 24.....	162
Figura 25 - Foto das Turmas do Curso de Entrevistador 2019 .....	164
Figura 26 - Foto Turmas do curso de Operador V7 .....	164



Figura 27.....	165
Figura 28.....	165
Figura 29.....	166
Figura 30.....	167
Figura 31.....	168
Figura 32.....	169
Figura 33.....	169
Figura 34.....	170
Figura 35.....	170
Figura 36.....	170
Figura 37.....	171
Figura 38.....	171
Figura 39.....	171
Figura 40.....	172
Figura 41.....	172
Figura 42.....	172
Figura 43.....	173
Figura 44 - Atividades da CSAC com as OSC parceiras – Proteção Social Básica .....	176
Figura 45 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Média Complexidade .....	177
Figura 46 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Alta Complexidade .....	178
Figura 47 - Totais por Atividades da CSAC com as OSC parceiras.....	179
Figura 48 - Totais das outras Atividades da CSAC .....	180
Figura 49 - Distribuição da avaliação dos usuários da residência Inclusiva Renascer segundo o estado nutricional 1º e 2º semestre Campinas 2019.....	202
Figura 50 - Distribuição da avaliação dos usuários do Abrigo CMPCA segundo o estado nutricional 1º semestre Campinas 2019.....	203
Figura 51 - Distribuição da avaliação dos usuários do Abrigo SaraM segundo o estado nutricional Campinas 2019.....	203

Figura 52 - Distribuição da avaliação dos usuários do Albergue SAMIM segundo o estado nutricional Campinas 2019. ....	204
Figura 53 - Distribuição da avaliação, segundo o estado nutricional, de crianças e adolescentes atendidas pela rede socioassistencial de Campinas 2019. ....	204
Figura 54 - Ação de educação alimentar e nutricional em entrega do cartão NutrirCampinas. ....	208
Figura 55 - Material para ação de educação alimentar e nutricional sobre Introdução Alimentar Adequada. ....	209
Figura 56 - Ação de educação alimentar e nutricional na residência inclusiva Renascer. ....	209
Figura 57 - Convite receber ação de educação alimentar e nutricional de oficina culinária. ....	210
Figura 58 - Ação de educação alimentar e nutricional no Centro Pop II. ....	210
Figura 59 - Ação de educação alimentar e nutricional em entrega de leite do Projeto Viva Leite. ....	211
Figura 60 - Conclusão do Curso de Capacitação para Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional. ....	213
Figura 61 - Avaliação de satisfação quanto às refeições transportadas enviadas ao Albergue SAMIM Campinas 2019. ....	217
Figura 62 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019. ....	219
Figura 63 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019. ....	219
Figura 64 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019. ....	220
Figura 65 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019. ....	220
Figura 66 - Oficina “Por que uma horta?” ....	228
Figura 67 - Plantio Horta CRAS Anhumas. ....	229
Figura 68 - Oficina de Aleitamento Materno. ....	231
Figura 69 - Distribuição de Frutas ISA Permissionários. ....	231
Figura 70 - Oficina de Plantas Alimentícias Não convencionais (panc's) - Amater Cooperativa. ....	232
Figura 71 - Palestra de orientações quanto ao uso do cartão NutrirCampinas. ....	232
Figura 72 - Venda de Produtos agroecológicos do Assentamento Elizabeth Teixeira. ....	233
Figura 73 - Oficina de Aproveitamento Integral de Alimentos - Nutrição-DSAN. ....	233
Figura 74 - Oficina de Compostagem – AgroDKV. ....	234
Figura 75 - Georreferenciamento do Bairro das Famílias participantes. ....	241
Figura 76 - Material de divulgação da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. ....	242

Figura 77 - Movimentação Mensal do NutrirCampinas.....	246
Figura 78 - Entrega do cartão NutrirCampinas.....	247
Figura 79 - Distribuição Comparativa do Quantitativo em Toneladas de Alimentos Arrecadados pelo Banco de Alimentos Campinas por Doações e PAA. Campinas, 2019. ....	249
Figura 80 - Distribuição Comparativa dos Valores em Reais (R\$) de alimentos arrecadados pelo Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2019. ....	249
Figura 81 - Distribuição Percentual da Movimentação do Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2019.....	250
Figura 82 - Distribuição Percentual em (R\$) do Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2019.....	250
Figura 83 - : Formação dos bolsistas sobre Xenofobia.....	282
Figura 84 - Visita do Juventude Conectada aos estúdios da EPTV Campinas .....	283
Figura 85 - Alunos da Turma 2 de Empreendedorismo e Economia Solidária.....	284
Figura 86 - Jovens se divertiram e já colocaram em prática o aprendizado do curso.....	285
Figura 87 - Concentração dos jovens aprendizes no Largo do Rosário.....	287
Figura 88 - Feira ofereceu orientação, oportunidades e capacitação .....	288
Figura 89 - Wagner Souza/AAN   Jovens em busca de emprego e qualificação participam de palestra, na Estação Cultura: esperança.....	288
Figura 90 - Apresentação de Mc.....	290
Figura 91 - Cadastro de Serviços.....	290
Figura 92 - Apresentação do Projeto para alunos e professores na Escola Vitor Meireles.....	292
Figura 93 - Alunos participam da discussão.....	293
Figura 94 - Jovens do programa "Ser e Conviver" da ESPRO.....	294
Figura 95 - Participantes da caminhada no Largo do Rosário .....	295
Figura 96 - Jovens de Campinas e Mogi Mirim aderem à criação do novo Conselho .....	296
Figura 97 - Novos membros do Conselho buscarão ampliar a participação dos jovens no Conselho Coordenador de Políticas Públicas para a Juventude, Felipe Gonçalves apresentou o trabalho do Conselho.....	297

# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 .....	15
Tabela 2 .....	28
Tabela 3 .....	29
Tabela 4 .....	32
Tabela 5 .....	35
Tabela 6 .....	40
Tabela 7 - QUADRO DE PESSOAL – RH CREAS .....	75
Tabela 8 - MOTIVOS DE INCLUSÃO NO PAEFI/SESF EM 2019 .....	75
Tabela 9 - DEMONSTRATIVO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NOS CREAS EM 2019 .....	76
Tabela 10 - DEMONSTRATIVO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NOS CREAS EM 2019.....	76
Tabela 11 - INCIDÊNCIA NAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS POR SEGMENTOS, REFERENCIADAS AO PAEFI/SESF EM 2019 .....	77
Tabela 12 - PRINCIPAIS ÓRGÃOS E SERVIÇOS REFERENCIADORES AOS SERVIÇOS DOS CREAS EM 2019.....	77
Tabela 13 - Quadro de RH SESF .....	80
Tabela 14 .....	83
Tabela 15 .....	86
Tabela 16 .....	89
Tabela 17 .....	90
Tabela 18 .....	91
Tabela 19 .....	92
Tabela 20 .....	93
Tabela 21 .....	94
Tabela 22 .....	94
Tabela 23 .....	96
Tabela 24 .....	96
Tabela 25 .....	97
Tabela 26 .....	97

Tabela 27 .....	97
Tabela 28 - Equipes Técnicas .....	101
Tabela 29 .....	121
Tabela 30 .....	126
Tabela 31 .....	127
Tabela 32 .....	129
Tabela 33 .....	130
Tabela 34 .....	131
Tabela 35 .....	131
Tabela 36 .....	135
Tabela 37 .....	135
Tabela 38 .....	136
Tabela 39 .....	136
Tabela 40 .....	136
Tabela 41 .....	137
Tabela 42 .....	138
Tabela 43 .....	139
Tabela 44 .....	144
Tabela 45 .....	145
Tabela 46 .....	145
Tabela 47 .....	145
Tabela 48 .....	145
Tabela 49 .....	147
Tabela 50 .....	148
Tabela 51 .....	152
Tabela 52 .....	153
Tabela 53 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Básica .....	176
Tabela 54 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Média Complexidade .....	177

Tabela 55 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Alta Complexidade .....	178
Tabela 56 - Totais por Atividades da CSAC com as OSC's parceiras .....	179
Tabela 57 - Outras atividades da CSAC .....	180
Tabela 58 - Classificação IMC Adulto.....	201
Tabela 59 - Classificação IMC Idoso.....	201
Tabela 60 - Pontos de corte de IMC por idade para crianças. ....	201
Tabela 61 - Pontos de corte de IMC por idade para adolescentes. ....	202
Tabela 62 - Participação em pesquisa de satisfação quanto às refeições transportadas enviadas ao Albergue SAMIM Campinas 2019.....	217
Tabela 63 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019.....	219
Tabela 64 - Quantidade de Litros de Leite entregues às crianças Projeto Viva-Leite por mês.....	224
Tabela 65 - Valores da Litragem do Leite do Projeto Viva-Leite Investido pelo Governo do Estado no município de Campinas. ....	224
Tabela 66 - Quantidade de Crianças Beneficiadas pelo Projeto Viva-Leite por mês. ....	226
Tabela 67 - Controle Financeiro do Programa Nutrir Campinas – 2019.....	246
Tabela 68 - Distribuição da Média, Máximo e Mínimo de Alimentos Arrecadados pelo Banco de Alimentos de Campinas, 2019. ....	251

# APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão é um instrumento destinado à demonstração da execução dos serviços relacionados às políticas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Direitos Humanos prestados no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos do Município de Campinas.

Este instrumento tem por objetivo primordial apresentar as principais ações e resultados alcançados durante o exercício de 2019 e revelar os avanços e/ou obstáculos que dificultaram a execução das ações.

As análises são parametrizadas pelo Plano Municipal de Assistência Social – PMAS (2018-2021), por outros documentos relacionados às políticas públicas afetas a esta Secretaria, bem como pela realidade do município e do país, que nelas impactaram.

Como nos anos anteriores, o processo de elaboração do Relatório buscou garantir a participação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços. Sendo assim, os departamentos e coordenadorias, por seus respectivos diretores, foram responsáveis pela compilação dos relatórios das coordenadorias atinentes às suas áreas.

O cenário de crise política e financeira vivenciado pelo Brasil produz rebatimentos nas finanças e nos investimentos e gastos públicos, principalmente nos municípios.

Apesar da manutenção dos esforços para a ampliação dos recursos orçamentários voltados às políticas afetas à Secretaria, pela Administração Municipal, no ano de 2019, há um caminho a ser percorrido que possibilite a construção de novas unidades públicas, bem como o aumento de servidores, para a qualificação dos serviços socioassistenciais, de Segurança Alimentar e Direitos Humanos.

Desse modo, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos reafirma seu compromisso na defesa e na consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na qualificação das ações nas áreas da Segurança Alimentar e Direitos Humanos.

Eliane Jocelaine Pereira

Secretária Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

# DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (DOAS)

O Departamento de Operações da Assistência Social (DOAS) é responsável pela direção técnica e operativa dos serviços socioassistenciais do município. Sua estrutura organizacional observa a hierarquização e os níveis de complexidade operados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) definidos em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) – de Média e de Alta Complexidade, as quais, por meio de cinco Coordenadorias Setoriais e cinco Distritais coordenam a execução dos serviços. No ano de 2019 o SUAS organizou-se com 211 unidades executoras, sendo 98 unidades de Proteção Básica, 41 unidades de Média Complexidade, 42 unidades de Alta Complexidade, além de 30 serviços complementares.

O ano de 2019 começou com a posse do novo Presidente da República. Compromissado com a agenda da “família e dos bons costumes”, inúmeras iniciativas de retirada de direitos impactaram as políticas sociais. Na assistência social não foi diferente. Além do desfinanciamento que ameaça a permanência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ações cerceadoras de canais legítimos de participação democrática foram colocadas em curso, na tentativa da não realização de Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais. No entanto, como se verá mais adiante, Conferências “Livres e Democráticas” foram convocadas em todo o país em resposta a um conjunto de retrocessos vivenciados, os quais impactam, diretamente, na qualidade de vida e na realização dos direitos da sociedade brasileira e principalmente na vida daqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade social e econômica.

Apesar de cenário tão agravante, em Campinas conseguimos avançar no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de reposições do quadro de recursos humanos, implantação do quinto CREAS, o CREAS-Norte, implantação de mais uma Casa de Passagem para população em situação de rua, ampliação de metas do Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF) nas regiões leste e sudoeste, ampliação de mais 25 vagas nos serviços de acolhimento institucional para idosos, o que sem dúvida, significaram conquistas relevantes para nossa cidade.

Este Departamento mantém reuniões de gestão semanais com todas as Coordenações Setoriais e Distritais, e mensais com as Chefias de Setor dos serviços e com as Coordenações da rede de serviços de média complexidade. Esse mecanismo de gestão tem contribuído para maior proximidade entre a Direção, Coordenações e Chefias, na melhoria e celeridade da comunicação, construção de unidade de procedimentos por meio de pactuações coletivas, transparência nas decisões, fortalecendo, desta forma, a direção da política de assistência social e os colegiados de gestão.

De forma sistemática, manteve relações institucionais com outros órgãos, tais como Conselhos Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário Estadual e Federal, em um esforço de unir proteção e defesa de direitos, na perspectiva do atendimento à integralidade das demandas dos cidadãos usuários dos serviços



socioassistenciais, e também na tentativa de se evitar o estabelecimento de caminhos pautados por decisões judiciais distantes da lógica de organização do sistema e da concepção de direito à assistência social construída pelo SUAS.

Articulou-se com outras secretarias municipais, especialmente com as secretarias de Saúde e de Educação, visando complementaridade entre as políticas setoriais.

Por ser o Departamento que reúne a quase totalidade dos trabalhadores desta Pasta, um de seus grandes desafios se constitui na gestão de recursos humanos, no sentido de incentivar e envolver o conjunto de trabalhadores da assistência social a assumir, cada vez mais, o compromisso com os usuários para se alcançar o objetivo do SUAS, qual seja, oferta qualificada de proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Outro desafio é a gestão do trabalho e da educação permanente na assistência social. Por um lado, no setor público, os limites trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, interferem nos processos de reposição do quadro de recursos humanos. Por outro, a rotatividade nas Organizações da Sociedade Civil, impede a fixação de conhecimentos e saberes de um conjunto expressivo de trabalhadores, acúmulos fundamentais para consolidação da oferta de proteção social de assistência social.

O Grupo de Trabalho Interproteções, outro espaço de gestão instituído por este DOAS, lócus valioso de articulação entre as Proteções Básica e Especial, vem se fortalecendo com encontros mensais regionais para discussão de situações emblemáticas, cuja complexidade exige soma de saberes, planejamento de novas estratégias de intervenção social, definição de referenciamentos, fluxos e protocolos. Quanto maior clareza do fluxo, maior o alcance da integralidade da atenção socioassistencial.

Um outro desafio se refere a participação dos gestores (Coordenações e Chefias de Setor) nos processos que compõem os Editais de Chamamento Público trazidos pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). O aperfeiçoamento da relação entre as Organizações da Sociedade Civil e o Estado, bem como a importância e a responsabilidade que se impõem ao poder público, exigem formação e qualificação de servidores para as competências requeridas no exercício de suas funções, quer seja na elaboração de Editais de Chamamento Público, ou na participação de Comissões de Seleção, Monitoramento e Avaliação, Emissão de Pareceres ou na Gestão de Parceria.

No que se refere à Proteção Social Básica registra-se o fortalecimento da direção coletiva do trabalho social nos CRAS, bem como o aumento da participação e vinculação das famílias nos serviços, além das mobilizações territoriais junto aos CREAS, aos demais serviços dos territórios e órgãos de defesa de direitos, em torno de maior visibilidade de fenômenos, tais como, exploração sexual, trabalho infantil, violência doméstica, preconceito, discriminação, dentre outros.

Outra iniciativa importante foi desenvolvida pela Proteção Social Básica no que refere à compreensão de desproteções sociais dos idosos nos territórios de abrangência dos DAS.

O envelhecimento da população é um fenômeno que já não pode mais ser ignorado. Ter mais anos de vida é, sem dúvida, uma conquista, mas também um desafio, uma vez que traz mudanças na organização da sociedade, inclusive acerca do modo de encarar a velhice, exigindo agendas governamentais compromissadas.

As pessoas idosas necessitam de renda certa e continuada, oportunidades de trabalho, acesso a atendimento em saúde e medicamentos de baixo custo, cuidados no domicílio, moradia e transporte adequados, eliminação da discriminação, violência e abuso. É também conhecido o desejo de manterem-se como membros ativos, com fortes vínculos familiares e comunitários e respeitados pela sociedade.

Desta forma, torna-se imperioso o alargamento de um sistema de proteção social que expresse claramente o compromisso social com os mais velhos, para que não se incorra em grave erro delegando-se somente para o campo da assistência social o atendimento da integralidade das demandas trazidas pelo envelhecimento. Pode-se entender que um dos maiores desafios, senão o maior, posto às políticas públicas, no que diz respeito à proteção social, é pensá-la e implementá-la no âmbito da intersetorialidade, de modo que seja possível responsabilizar os diversos atores que deveriam se empenhar em sua condução.

Outro aspecto relevante trazido pela Proteção Social Básica foi em relação as mudanças ocorridas no âmbito do INSS, as quais impactaram a demanda dos CRAS e DAS. Considerando-se que o atendimento do serviço social do INSS foi extinto, a informatização do sistema, mudanças de fluxo, demora do atendimento do sistema 135, foram procedimentos que dificultaram, sobremaneira, o acesso da população aos seus direitos e benefícios assistenciais e previdenciários, provocando aumento na procura pelos serviços socioassistenciais para esclarecimentos e providências referentes ao BPC e às questões previdenciárias, extrapolando a esfera de atuação da política de assistência social e, sobretudo, dificultando o acesso da população aos seus direitos.

A rede de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos recebeu proposta de reordenamento metodológico a partir do ano de 2020. A proposta, apresentada para a rede executora e também ao Conselho Municipal de Assistência Social, demanda comprometimento e investimento dos diferentes atores para se alcançar uma oferta qualificada e integrada desses serviços que são essenciais para proteção social de crianças, adolescentes e idosos.

Conforme já citado, em resposta a um conjunto de retrocessos vivenciados em todo o país, as Conferências Municipais de Assistência Social, Direitos da Pessoa Idosa, Direitos da Pessoa com Deficiência e Segurança Alimentar foram realizadas em nosso município. É certo que participação popular nas instâncias deliberativas, é algo recente e que a mobilização de usuários continua sendo um desafio para assistência social. A cultura política autoritária e clientelista desenvolvida durante anos no Brasil ainda fragiliza o processo de democratização da esfera pública, pois apesar de a obrigatoriedade da participação popular e do controle social nos destinos das políticas públicas tenham se afirmado como diretrizes constitucionais em 1988, a plena tradução desses princípios está longe de ser uma realidade na política brasileira.

Dentre os desafios ainda encontrados no exercício do controle social no SUAS destacam-se o fortalecimento dos espaços de diálogo, maior publicização das ações dos serviços públicos e condições objetivas que favoreçam a participação nas instâncias de controle social.

A Proteção Social Básica teve participação expressiva no resultado da mobilização nos territórios para a Conferência Livre de Assistência Social, a qual atingiu 717 participantes nas cinco plenárias regionais.

Em relação a Proteção Social Especial de Média Complexidade-CREAS, importante avanço se registra no mapeamento das situações referenciadas aos CREAS. Esta ação tornou possível a qualificação da demanda, possibilitando identificar com maior celeridade, o atendimento prioritário e a articulação intersetorial. Desta forma, alcançou-se maior conhecimento, caracterização e qualificação das situações de violações de direitos.

Outra conquista se deu com relação a constituição de referência das equipes por microterritórios, ensejando o fortalecimento da articulação intersetorial e a ampliação do conhecimento de demandas específicas para atendimento.

Por outro lado, a clareza sobre o papel dos CREAS, os objetivos dos serviços vinculados, bem como a delimitação de suas ações, segue desafiando os atores do SUAS. Importante destacar que, além das questões de violações de direitos, matéria prima do trabalho social nos serviços de média complexidade, outras questões, tais como criminalidade, uso abusivo de substâncias psicoativas, transtornos mentais e pobreza extrema, estiveram significativamente presentes nas famílias referenciadas pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD), exigindo das equipes reflexões sobre as possibilidades e limites da intervenção social de média complexidade. Tais situações exigem alerta para o não exercício de papel fiscalizatório, papel este atribuído ao Poder Judiciário, e para que não se perca o fio condutor do trabalho social apontado para a média complexidade, qual seja, o de ofertar apoio e proteção social, sob pena de impactar profundamente as relações estabelecidas com as famílias.

Em relação a Proteção Social Especial de Média Complexidade-POP Rua, no ano de 2019 realizou-se a Contagem das Pessoas em Situação de Rua. O objetivo foi o de atualizar o número de pessoas vivendo, convivendo, habitando ou sobrevivendo nas ruas, logradouros, praças, pontilhões, pontes, calçadas e outros, além de observar alteração ou não no perfil identificado nas contagens dos anos anteriores. Receberam ênfase as informações relativas ao gênero, estado civil, tempo em Campinas, tempo de rua, nascidos em Campinas, faixa etária, uso de substâncias psicoativas, substâncias mais utilizadas, documentação, egressos do sistema prisional, programas sociais, região e escolaridade.

Contabilizou-se o total de 822 pessoas em situação de rua em todo município de Campinas, o que corresponde ao aumento de 31% em relação ao ano de 2016, quando se contabilizou 623 pessoas. O crescimento em torno de 10% vem sendo mantido se comparado aos anos anteriores.

Tabela 1

ANO	NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
2013	601
2014	642
2015	563
2016	623
2019	822

Alguns elementos podem explicar esse aumento, tais como o agravamento da crise econômica, o acesso restrito ao mercado formal de trabalho, desemprego em áreas como a construção civil, dificuldades em se manter os pagamentos de aluguéis em dia, impasses na inserção ou retorno ao núcleo familiar.

Sem se desconsiderar os fatores singulares de cada sujeito, há que se destacar que o aumento do desemprego, os impasses da convivência familiar, falta de moradia, forte cultura individualista e o uso abusivo de substâncias psicoativas, são questões que, historicamente, têm levado muitas pessoas a ficarem em situação de rua.

Infelizmente não se conseguiu avançar nas questões relativas ao novo imóvel para o Centro POP I, cuja mudança é por demais importante para ampliar as ofertas desta unidade e aliviar a demanda do Centro II.

Em relação a Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Criança e Adolescente, Jovem e Mulher Vítima de Violência de Gênero, o número significativo de acolhimentos por violência de negligência, continua provocando reflexões. Ressalta-se que esta tipologia também é responsável pelo maior número de atendimentos nos CREAS.

O conceito de negligência já foi matéria de aprofundamento dos trabalhadores das Proteções Básica e Especial, processo que deu origem ao Glossário das Situações Prioritárias para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, material disponível em <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/glossario-situacoes-prioritarias-sefv.pdf>

Parte-se da compreensão de que a constituição do conceito de negligência é atravessado por aspectos econômicos, sociais e culturais. Esse conceito explicita a vivência das desigualdades sociais, na medida em que os recursos necessários para o “cuidado integral” de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência não estão disponíveis para todas os indivíduos e famílias da mesma forma e na mesma proporção.

A negligência se dá por omissão ou descumprimento da responsabilidade de cuidar e proteger, seja por parte da família, do Estado e/ou da sociedade. Além disso, demarca a importância de não se banalizar o conceito, principalmente por parte das famílias, quando estas também estão vitimizadas por algum processo de exclusão ou violência, o que inclui “pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública” (SPOSATI, 1996).

Tal complexidade exige atenção para que não se confunda negligência de pais contra filhos com a falta de condições materiais das famílias, negligenciadas pelas desigualdades sociais, expostas à miséria, excluídas

do acesso a bens, serviços e riquezas, abandonadas pela desinformação, alienação, isolamento, vítimas de uma sociedade excludente.

As responsabilidades do cuidar são dadas a todos, no entanto, o modo como se cuida encontra-se alinhado ao interior das estruturas e possibilidades – econômicas, sociais, hábitos, cultura, entre outras. Portanto, para além de suas próprias concepções acerca da melhor forma de cuidar, existem os limites impostos à família, que dificultam um cuidado integral, “ideal” (STAMATTO, 2004).

Outro aspecto importante desta área de crianças e adolescentes, refere-se aos adolescentes acolhidos com questões de saúde mental graves e uso de substâncias psicoativas. Tais questões não têm sido alcançadas no atual *modus operandi*, especialmente no campo da saúde mental, cujo acompanhamento não se realiza na intensidade desejada.

Embora os serviços de acolhimento se esforcem muito para oferecer outras possibilidades para esses adolescentes, seja por meio do fortalecimento de vínculos com os educadores e com outras crianças e adolescentes acolhidas, visando, desta forma, construir novos relacionamentos afetivos significativos, buscando mudar trajetórias marcadas por tantos sofrimentos, a atuação conjunta, intersetorial e individual em cada uma dessas situações graves e específicas, torna-se cada vez mais necessária e possível somente com projetos integrados e sinérgicos.

Em relação a Proteção Social Especial de Alta Complexidade-Adulto e Idoso, registra-se a ampliação de mais uma Casa de Passagem para o atendimento das pessoas em situação de rua, ampliando em mais 25 vagas, as ofertas do município.

O Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM) contabilizou 33.390 pernoites, com uma média mensal de 2.782, tendo sido o primeiro trimestre o período com maior índice de procura. Com 43 servidores públicos, o SAMIM é responsável pela oferta de acolhida às demandas típicas das pessoas que se encontram em situação de rua, sendo uma referência também para as pessoas em trânsito.

Em função das obras do BRT, alguns espaços físicos foram suprimidos, fazendo-se urgente e necessária sua reconstrução.

No que se refere a área do idoso, foi possível observar aumento na institucionalização de idosos na faixa etária de 60 a 65 anos. Esse perfil populacional não reúne critérios para obtenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC e apresenta declínio da funcionalidade em decorrência de fragilidade física. Possui independência para atividades de vida diária de autocuidado, porém não têm condições de autossustento, pela dificuldade de reinserção ou manutenção no mercado de trabalho. Este perfil é compatível com o acolhimento na modalidade de República, oferta que o município deve se dirigir para avançar na proteção social das pessoas idosas.

As três Residências Inclusivas, serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência, abrigam público historicamente excluído de vários processos sociais, com pouca responsabilização

pública estatal e certa naturalização sobre a responsabilidade precípua da família e da sociedade civil para cuidar dessas pessoas. Na perspectiva da proteção integral, estímulo a autonomia, inclusão social e comunitária, além do desenvolvimento das capacidades para a vida diária, as demandas por este serviço continuam pressionando o município.

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, serviço que promove apoio e proteção à população atingida por situações de alagamentos, incêndios, desmoronamentos, vendavais, fortes chuvas, dentre outros, ofertou atenções e provisões materiais, tais como colchões, cobertores e Cartão Nutrir Emergencial, em atuação estreita e complementar aos Distritos de Assistência Social (DAS).

Importante ressaltar que a coordenação das situações de calamidades públicas e emergências são de responsabilidade da Defesa Civil, a qual mobiliza as políticas setoriais para somar respostas as situações de desastres. O SUAS integra estas ações com a oferta de provisões específicas, tais como, ambiente físico (albergue ou abrigo emergencial), recursos materiais (alimentação, colchões e cobertores), recursos humanos (equipes permanentes e excepcionais), inclusão em serviços e benefícios socioassistenciais, não cabendo a assistência social a totalidade das respostas para tais situações, as quais muitas vezes se encontram no âmbito de políticas de habitacionais, desenvolvimento social, econômico e sustentável e planejamento e desenvolvimento urbano.

A seguir, apresenta-se cada uma das áreas setoriais com maior detalhamento das ações desenvolvidas no ano de 2019.

Silvia Jeni Luiz Pereira de Brito

Diretora do Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS)

## **COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CSPSB)**

A Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica (CSPSB) é composta por 05 Distritos de Assistência Social (DAS) e 12 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os quais estão organizados de forma hierárquica e são responsáveis pelo atendimento socioassistencial as famílias e indivíduos de forma territorializada. Conta, ainda, com uma rede parceira, a qual no ano de 2019 foi composta por 98 unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), complementando assim as ofertas da Proteção Social Básica no município.

O presente relatório foi elaborado a partir das avaliações realizadas por trabalhadores e gestores de DAS e CRAS, de forma coletiva e participativa, norteando-se pelas metas definidas para 2019 (conforme apontadas no relatório de gestão de 2018), pelos resultados obtidos na execução e avaliação periódica do planejamento

estratégico das unidades para 2019, bem como, na avaliação permanente intrínseca ao exercício da gestão compartilhada com Chefias de Setor e Coordenações Distritais da Proteção Social Básica, destacando-se as principais ações, resultados e dificuldades enfrentadas, além do apontamento de perspectivas para o próximo ano.

O ano de 2019 se caracterizou pela continuidade da restrição orçamentária municipal e federal em todos os aspectos, impactando no atendimento e na execução das ações de prevenção desenvolvidas nos territórios, as quais não puderam ser ampliadas. Houve insuficiência de insumos para oficinas e as ações continuadas, e diminuição de transporte para o deslocamento das equipes para realização de busca ativa, visita domiciliar, ações descentralizadas, dentre outros.

Apesar das dificuldades avalia-se que os resultados alcançados foram positivos junto aos territórios, com ampliação do reconhecimento do papel do CRAS quanto ao trabalho na perspectiva da prevenção, maior visibilidade das ações e maior participação da população nos eventos educativos, conforme relatado nos itens seguintes deste relatório.

Buscou-se pautar o ano na perspectiva de garantir o máximo possível a continuidade das ações em curso nos territórios principalmente os eventos preventivos, através de articulações com a rede socioassistencial, intersetorial, universidade e principalmente com a comunidade, além da busca de novas estratégias nos processos de trabalho, equipes e o fortalecimento da gestão. Nesse sentido, a formação das equipes e gestores foi imprescindível para o avanço nos resultados.

Finalizou-se o projeto de formação intitulado “*O Trabalho Social com Famílias, no âmbito do PAIF e dos atendimentos dos DAS, com foco no eixo territorial como norteador de métodos de trabalho social no SUAS*”, a qual foi direcionada a 120 trabalhadores/as e iniciada em julho de 2018. No primeiro semestre de 2019 foram realizados 5 encontros regionais de 6 horas/cada um, para discussão sobre estratégias de mapeamento de demanda/priorização territoriais de cada região com aportes conceituais e metodológicos. Também foi realizado um encontro geral de compartilhamento (6 horas) de todas as regiões sobre a experiência vivenciada e os indicativos de continuidade, totalizando 36 horas. A execução da formação sofreu algumas dificuldades de ordem burocrática que trouxeram impactos ao conteúdo programático, tempo de execução e metodologia dos encontros. Desta forma, avaliou-se perdas no aproveitamento devido ao longo período entre o início e término dessa fase da formação, gerando distanciamento do interesse dos participantes. Mesmo com as dificuldades enfrentadas na execução observamos que o exercício da formação favoreceu uma melhor identificação e análise dos territórios quanto as desproteções, reverberando no planejamento e ações das unidades. Há perspectiva de continuidade de formação para as equipes da proteção básica, a ser construída a partir dos indicativos deste processo.

Para o grupo de gestores (DAS e CRAS) efetivou-se a supervisão técnica, demanda esta bastante requisitada e necessária para o fortalecimento da gestão, especialmente, em tempos tão restritivos, os quais incidem diretamente na população atendida, e conseqüentemente nos processos de trabalho e de gestão.

A supervisão técnica trabalhou conceitos e reflexões acerca dos processos de trabalho do cotidiano, desencadeados pela identificação de fatores facilitadores e dificultadores, potencialidades e mecanismos adotados pelo coletivo de gestores da proteção social básica em seus respectivos territórios, tendo em vista a efetivação das funções de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, da política de assistência social. Tal processo proporcionou o aprimoramento do papel de gestor, considerando-se as relações intrasetoriais, intersetoriais e interinstitucionais afetas ao processo de gestão do SUAS local.

Foram realizados 05 encontros (quinzenal) de 4 horas/cada totalizando 20 horas para 20 gestores da PSB. A avaliação foi bastante positiva quanto ao conteúdo, metodologia e aportes conceituais que dialogaram com as expectativas e necessidades do grupo. Há indicativo para continuidade de aprofundamento do processo de supervisão para 2020.

Outro aspecto importante foi o chamamento de profissionais do concurso público para recomposição das equipes de trabalho devido a processos de aposentadoria, exoneração ou permuta com outras secretarias. Para a PSB, nove profissionais assistentes sociais foram alocados nos seguintes CRAS: Florence, São Luís, Novo Tempo, Campos Elíseos, Bandeiras, Campo Belo e Flamboyant e DAS: Noroeste e Norte. A SMASDH também realizou o processo de remanejamento interno por meio do SERCAIS, possibilitando aos trabalhadores interessados a mudança requerida, oxigenando e fortalecendo as equipes e o trabalho nos territórios.

O ano também foi marcado pela realização da **Conferência Municipal Livre da Assistência Social 2019** que teve como tema - Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social, seguindo a linha estabelecida pela Mobilização Nacional dos Trabalhadores/as do SUAS e organizações democráticas frente as mudanças ocorridas no Ministério da Cidadania, promovida pelo atual governo, como forma de desarticulação do CNAS, por meio da suspensão da realização da XII Conferência Nacional, rebatendo assim na organização das conferências dos municípios. O processo de organização no município exigiu muitas discussões e empenho para a realização da Conferência Livre como um ato de organização das comunidades e resistência ao desmonte das políticas públicas.

A Conferência Livre foi conduzida pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com participação intensiva das equipes de DAS, CRAS e rede socioassistencial, em todos os momentos previstos no cronograma para organização e mobilização dos usuários e comunidade nas cinco regiões, tais como: atividades nos territórios de divulgação do calendário da Conferência, roda de conversa com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Tatagiba sobre o tema “Participação Popular”, apresentação de diagnósticos socioassistenciais, e a realização das conferências regionais propriamente ditas. Além disso, houve a participação dos trabalhadores e gestores nas comissões de organização da conferência que ocorreram durante os três meses que antecederam o evento.

Os resultados nos territórios foram considerados bastante positivos no que diz respeito a participação e mobilização da comunidade e da rede, com algumas regiões apresentando um número significativo de usuários.



A totalização aproximada de participantes foi: Sul – 191; Norte – 107; Leste – 118; Sudoeste – 127; Noroeste – 174, ou seja, 717 pessoas participaram das plenárias regionais.

O processo realizado pela Conferência foi muito importante para aproximação da discussão e reflexão com os usuários e territórios, abordando temas relacionados a participação popular, processo atual de regressão das políticas públicas, em especial da assistência social, cortes de recursos impostos pelo governo federal e a importância e necessidade da mobilização da população contra os retrocessos aos direitos sociais. Esse momento reverberou também para dentro dos serviços da PSB que, no intuito de mobilizar os usuários, realizou diversas rodas de conversas acerca dos temas, conforme será relatado mais adiante.

Além desta Conferência, as equipes de DAS e CRAS também participaram da VIII Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Campinas – com tema “Os desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas” realizada em março de 2019. A participação das equipes e gestores nesse evento foi relevante no sentido de aprofundar as reflexões acerca do tema, tendo em vista a grande incidência de pessoas idosas que buscam atendimento nos serviços, em especial nos DAS, em consonância com a análise dos territórios na Formação, onde evidenciou-se que uma das desproteções era a questão do idoso, dado o impacto do processo de atualização/revisão cadastral dos beneficiários idosos e pessoas com deficiência do BPC exigida pelo Governo Federal, e a consequente restrição ao acesso ao benefício desta população.

As equipes de CRAS, DAS e CSPSB também participaram dos seguintes espaços de formação organizados por outros setores da SMASDH e outros:

**Seminários:**

- IV Seminário da Vigilância Socioassistencial de Campinas e II Fórum Regional de Vigilância Socioassistencial (VS)
- Seminário “Violência contra a pessoa idosa: é preciso prevenir, é necessário superar” (CMI)
- II Seminário “Família em Situação de Violência: Possibilidades e Estratégias” (CMDCA)
- Seminário "Racismo Estrutural" (Escola Judicial do TRT)
- Seminário BPC (CMAS)
- Seminário Democracia, populismo e corrupção (IFCH/UNICAMP)
- Seminário “Fortalecer a prática para a prevenção e defesa do direito da Criança e Adolescente” (CMDCA)
- Simpósio de Saúde da População Negra (SMASDH e Secretaria de Saúde)
- Seminário “Feminismo Negro – Narrativas sobre identidade, subjetividade e resistência” (Defensoria Pública de São Paulo e o Coletivo PsicoPretas)
- Lançamento Boletim SISNOV

**Cursos EGDS**

- Noções em Direitos Humanos e Cultura de Paz (Dr. Dimitri Sales e Secretária Eliane Jocilaine);
- Gestão de Pessoal: práticas administrativas
- Procedimentos de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos, Aspectos e Abordagem Específica;
- Abordagem do Sistema Global de Direitos Humanos, sua História, Desafios e Conceito;
- Reflexões da Liderança: estratégias de gerenciamento;
- Noções Gerais de Gestão Pública e Produtividade Governamental;
- Trabalho com grupos de fortalecimento e a metodologia do Círculo de Cultura.

### **Palestras**

- Suicídio: Fenômeno e sua Prevenção
- Trabalho Social com Famílias na Média Complexidade (Professora Regina Miotto)

### **Capacitações**

- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (ICAP – Instituto de Capacitação em Administração Pública)
  - Módulo I: Aspectos Essenciais da Lei 13019/2014 para a Administração Pública
  - Módulo II: O Monitoramento e a Avaliação das Parcerias da Lei 13019/2014
- Capacitação Sócio Gerontológica – Prof<sup>ª</sup> Dra Janete Liasch Martins de Sá (PUCC)
- Curso sobre combate às Arboviroses (SMS)
- Formação sobre Sistema de Justiça – Dra. Lígia Kaysel (CREAS)
- Capacitação sobre BPC/INSS (CMAS)
- Atendimento a autores de violências sexuais (Fundação Síndrome de Down)

### **Conferências**

- VIII Conferência dos direitos da pessoa idosa de Campinas – Os desafios de envelhecer no século XXI e o papel das políticas públicas
- II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas – *O que temos e o que queremos?*
- Conferência Municipal da Assistência Social - Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social

### **Outros**

- Ação Integrativa – Coordenadoria de Promoção a Saúde do Servidor voltado para as chefias e coordenadores da SMASDH;

- Encontro Regional de Integração das Seguranças de Convívio e Renda - Serviços da Proteção Social Básica e BPC (DRADS) – 05 profissionais;
- Oficina Nacional da ABEPSS - Orientações sobre campo de estágio
- Apresentação Fluxo de Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica (OAB)
- Projeto de Educação no Brasil: Impactos do avanço do conservadorismo na formação e no trabalho do assistente social (PUCC)

## **PROCESSOS DE GESTÃO DA PSB**

Deu-se continuidade a mesma estratégia de gestão da CSPSB adotada nos anos anteriores, com a realização de reuniões com as Chefias de Setor de CRAS e Coordenadorias de DAS, mensalmente com a presença da sra Diretora do DOAS, e com a CSPSB e colegiado de gestão da PSB (DAS/CRAS), ambas na perspectiva da gestão compartilhada e construção coletiva de estratégias para o enfrentamento dos desafios colocados para os territórios na condução dos diversos processos, considerando a situação do município.

No que tange as estratégias dos processos de trabalho e fortalecimento dos territórios, reestruturamos a proposta de planejamento visando à aproximação com os indicativos apontados pelas equipes de trabalho no momento do monitoramento e avaliação, concebendo o planejamento para 2019 a partir de três eixos:

- Eixo Trabalho Social com Famílias
  - Desafio 1 – Fortalecer a identidade da PSB no pressuposto da prevenção
  - Desafio 2 – Construir metodologias de trabalho na perspectiva da participação popular.
- Eixo Gestão Territorial
  - Desafio 3 – Articular os serviços da PSB com os demais serviços e políticas do território (rede socioassistencial, intersetorial e interproteções).
- Eixo – Vigilância Socioassistencial
  - Desafio 4 – Aprimorar o processo de mapeamento e leitura do território em conjunto com a área da VS.

Os serviços discutiram e reorganizaram seus planejamentos, considerando as suas especificidades e territórios e a construção da unidade da Proteção Social Básica a partir dos eixos e desafios propostos.

As pautas das reuniões de gestão giraram em torno de temas previamente identificados, com objetivo de fortalecer os planos de ação dos serviços, em cada eixo/desafio do planejamento, subsidiar os gestores nos processos de trabalho, gestão de RH, planejamento e as mediações de natureza política e institucional, bem como na gestão territorial e aprimoramento do diagnóstico do território.

- Avaliação e considerações das equipes sobre **o processo de construção do relatório de gestão de**

2018.

- **Análise geral dos dados dos CRAS** referente ao ano de 2018 e primeiro semestre de 2019, no que se refere ao percentual de atendimentos registrados no SIGM e nas planilhas mensais, análise do perfil dos atendimentos, total de famílias atendidas (acolhimento e acompanhamento) e perfil das famílias acompanhadas (PBF, PBF em descumprimento, BPC). Os dados apresentados foram objeto de discussão das equipes para efeito da construção do planejamento de 2019, análise de território e as ações desenvolvidas, bem como acompanhamento dos dados para efeito do CENSO SUAS.
  
- Avaliação da **conclusão do processo de formação para as equipes**: dos encontros de formação regionais, da construção da metodologia do encontro geral de compartilhamento e a socialização dos resultados. Desproteção 1: Discriminação (entre regiões do mesmo território ou na cidade e Racismo) – CRAS Satélite Íris, CRAS Florence e CRAS Bandeiras; Desproteção 2: Apartação territorial – DAS Noroeste, CRAS São Luís e CRAS Nelson Mandela; Desproteção 3: Abandono de idosos, Isolamento de idosos e Violência doméstica contra idosos – DAS Norte, DAS Leste, DAS Sul, DAS Sudoeste, CRAS Campos Elíseos e CRAS Recanto Anhumas; Desproteção 4: Violência doméstica contra mulher – CRAS Novo Tempo, CRAS Campo Belo e CRAS Espaço Esperança e CRAS Vila Réggio; Desproteção 5: Violência contra criança e adolescente – CRAS Flamboyant.
  
- Avaliação da **continuidade do processo de contratação da segunda fase de formação** para 2020, tendo em vista os resultados da primeira. Concluiu-se pela suspensão do processo e constituição de uma comissão com participação de representação das equipes técnicas para formulação de nova proposta.
  
- Discussão sobre o **conceito “Negligência”**, como forma de refletir sobre a intersecção do trabalho da proteção básica e especial de média complexidade. A discussão foi embasada pelo glossário de situações prioritárias para os SCFV do trecho “Vivência de Violência e/ou Negligencia” e pelo artigo “Serviço Social e avaliações de negligências: debates no campo da ética (Thais Peinado Berberian)”. Concluiu-se que o tema precisa ser aprofundado em conjunto com a PSE, considerando a perspectiva da PSB no pressuposto da prevenção e intervenção coletiva.
  
- Discussão acerca do **processo de 18 de maio**, organizados nos territórios e a relação deste enquanto registro da gestão territorial. “O quanto esta ação poderia ser o mote para a potencialização do trabalho

em rede e a articulação do território na perspectiva da prevenção”.

- **Monitoramento das ações estratégicas do Planejamento** (junho e novembro) – de um modo geral, a avaliação é positiva, com destaque para os avanços das ações coletivas dos CRAS nos territórios; reconhecimento do quanto a formação para as equipes contribuiu no aprimoramento da leitura dos territórios e priorização das “desproteções”; e a suscitação da reflexão acerca do que é planejado, realizado e a efetividade das ações. O desafio ainda é avançar na gestão territorial e aprofundar a interface com a Proteção Especial e a Vigilância Socioassistencial no que se refere a leitura dos dados territorial, a construção de indicadores e o processo de monitoramento da rede de SCFV.
- **Balanco da utilização do instrumental PAF e a sua aplicação:** devolutiva da avaliação das equipes acerca do PAF, destacando os aspectos positivos e dificuldades encontradas na aplicação do instrumental, com vistas ao aprofundamento da discussão e definição dos encaminhamentos.
- Formulação da **proposta de supervisão para os gestores PSB**, executada no período de outubro, novembro e dezembro 2019. A efetivação da supervisão foi assertiva e na **avaliação do processo** indicou-se temas para continuidade: metodologias de planejamento com equipe: funções, atribuições e processos de trabalho; qualificar os eixos: trabalho com famílias, gestão territorial e vigilância socioassistencial; metodologias para construção de indicadores de valor público; produção de dados dos territórios; aprofundar processos de gestão do trabalho.
- **Construção de estratégias para as questões de infraestrutura** (manutenção), redução de transportes, aquisição de materiais de insumos para oficinas, lanches, execução dos serviços terceirizados (limpeza, vigilância) junto às coordenadorias do DGAOF.
- Socialização das discussões sobre o **plano de reordenamento do SCFV** – através de dois grupos de trabalho: a) estudo do custo do serviço e b) metodologia/indicadores, realizada pela VS com a participação das coordenadoras da PSB e posteriormente inclusão das chefias.
- **Socialização do processo em construção de reorganização da CSAC para 2020**
- **GT Interproteções** – diálogo acerca dos aspectos que as regiões têm se deparado no processo do GT Interproteções, como uma estratégia de troca de experiências e alinhamento das questões norteadoras:

O que cada região tem discutido? De qual forma? Quais os produtos alcançados? Quais são as perspectivas para 2020?

- Discussão sobre **Decreto nº20.279 de 11 de abril de 2019, aditivo e Fiscal de objeto específico** – alinhamento e esclarecimentos a partir da discussão realizada com o diretor do DGAOF e o impacto no recebimento de materiais de limpeza.
  
- **Diálogo com a Coordenadoria da Juventude.**
  - **Campanha prevenção do suicídio (setembro amarelo)** - com o propósito de ampliar o debate municipal, em torno da segunda programação anual para 2019 sobre o tema. A proposta foi sensibilizar os serviços sobre a temática e potencializar as ações desenvolvidas (já em andamento), bem como incluir os jovens bolsistas no processo de mobilização da população e aos serviços que divulguem no território e aquele que tiver possibilidade de promover alguma ação e interesse em compor a programação municipal para procurar a Coordenadoria.
  - **Programa Juventude Conectada:** diálogo acerca do momento atual do programa e o impacto nos telecentros que estão vinculados aos CRAS e DAS. A partir da reflexão sobre as dificuldades e possibilidades para a execução do programa e a relação destes com os serviços, acordou-se visitas da Coordenadoria aos locais para novos arranjos para o acompanhamento local.
  
- **Diálogo com a Média Complexidade – Serviço de Abordagem MVM** - um primeiro momento de aproximação e diálogo, com vistas a fortalecer a interface entre MVM e o território, incluindo a rede socioassistencial e intersetorial, para construção de estratégias de intervenção possíveis, conforme a demanda de cada região / microterritório.
  
- **Treinamento** das coordenações, chefias e agentes administrativos dos serviços para **utilização do SEI** - de forma a agilizar os processos de gestão e fluxos dos protocolos e documentos. Participação de 26 profissionais – 4 horas/aula.
  
- **Avaliação da capacitação** para os componentes da Comissão de Seleção (coordenadoras, chefias e equipe da CSAC) sobre o novo fluxo e ferramenta para análise das propostas de trabalho apresentadas pelas OSC's a partir do edital de chamamento público. O grupo considerou muito assertivo conhecer todas as etapas, discussão dos critérios de seleção e alinhamento, dando mais

segurança para a execução do processo como um todo.

- Orientações para a avaliação do ano 2019 junto às equipes de trabalho, elaboração do instrumental do relatório de gestão e definição do cronograma.

No período também mantiveram-se os processos de diálogo com área da Vigilância Socioassistencial com o objetivo de fortalecer a gestão territorial, na perspectiva das relações da rede socioassistencial, interproteções e a intersetorial, bem como, as leituras e diagnósticos dos territórios, demandas estas colocadas para a PSB no eixo territorial do SUAS.

Na avaliação dos gestores, aponta-se que foi um ano de muito trabalho e reuniões produtivas, com destaque para a revisão dos instrumentais de planejamento e monitoramento, a aproximação e interface com a VS e o DGAOF, a articulação com a PSE para a realização da Conferência nos territórios e a indicação de representantes da equipe técnica dos territórios para compor a comissão de formação e de comunicação da PSB. Entende-se que espaços de reflexão coletiva, que agregam pessoas com concepções diversas e realidades de trabalho distintos, fortalecem a unidade das ações da PSB.

Nesta mesma perspectiva, entende-se como desafio para o grupo transformar a questão individual / local / cotidiana em uma questão maior / estrutural / de gestão. Ressaltou-se a importância de estabelecimento de agenda da PSB como, seminários, workshops ou similares, para compartilhar as experiências dos territórios e refletir sobre os afazeres metodológicos no campo da prevenção, na perspectiva da produção de conhecimento.

Ainda na esteira da gestão da CSPSB, não se avançou no quesito infraestrutura dos serviços, mantendo-se as lacunas com relação às reformas dos prédios do CRAS Satélite Íris e CRAS Campo Belo, devido à complexidade que se exige em tais projetos. Também não foi possível concretizar a locação de imóvel para o CRAS Flamboyant, devido à dificuldade de localização de prédio no território compatível com acessibilidade exigida e que atenda as prerrogativas do CRAS, além das exigências jurídicas e burocráticas desta PMC. Essa situação demandou, em meados do primeiro semestre de 2019, a transferência provisória da equipe de trabalho e do atendimento aos usuários para a sede do DAS Leste, prejudicando de certa forma, o desenvolvimento do trabalho do CRAS fora do território. No âmbito da comunicação visual, também não avançamos na confecção de placas para identificação das unidades, nem na produção do material de divulgação dos serviços em conjunto com representantes das regiões, aspectos que deverão ser perseguidos no próximo ano.

Temos ainda como desafio a ser superado no próximo ano a construção de uma relação mais estreita com as demais secretarias que compõem a gestão compartilhada dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU), onde se tem os CRAS Florence e Espaço Esperança, no que diz respeito à infraestrutura, ofertas de oficinas, e a construção de uma relação integrada com vistas ao fortalecimento do trabalho junto à comunidade.

## **DISTRITOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (DAS)**

O Grupo de Trabalho dos DAS (GT de DAS), ao longo de seu percurso iniciado em 2014, fortaleceu a identidade dos Distritos de Assistência Social enquanto serviço não tipificado, porém concebido pela política de assistência social do município como importante serviço do SUAS para realização da gestão da macrorregião e atendimento à população fora da área de abrangência dos CRAS, por meio das Coordenações Distritais e equipes de Proteção Básica.

No ano de 2019, através de reuniões bimestrais, o foco elencado foi o *Idoso na política de atendimento do município*, em consonância com a desproteção do território identificada e trabalhada pelas equipes dos Distritos na Formação, realizada no final do ano de 2018 e início de 2019. No processo de formação, as equipes elencaram as questões / demandas de maior preocupação dos territórios. Os DAS Leste, DAS Norte, DAS Sudoeste e DAS Sul indicaram a *violência contra o idoso* como desproteção e o DAS Noroeste priorizou a *apartação do território*, embora também se depare com a questão do idoso.

A expectativa de vida da população brasileira cresceu, o país se desenvolveu, porém, não se investiu satisfatoriamente em uma política pública para a pessoa idosa. Trata-se de um problema social, que não é de responsabilidade única da assistência social e o DAS não responderá a todas as carências e lacunas do território, sendo importante refletir sobre o fenômeno, pois materializa aquilo que, de fato, é possível ser feito pelas equipes de proteção social básica. Portanto, é importante identificar os processos em curso e reconhecer os limites da atuação do profissional e o da política de assistência social nesta nova organização do sistema previdenciário.

Nesta perspectiva, debruçou-se sobre estratégias utilizadas pelos serviços para atendimento da pessoa idosa, considerando a composição das equipes e rede de atendimento no município. As equipes identificam uma predominância na busca por auxílio-alimentação, benefícios sociais e programas de transferência de renda, além dos atendimentos às denúncias de negligência familiar e de violência contra o idoso e/ou solicitações de inserção do idoso em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Nestes casos, as equipes se deparam com um contexto / histórico familiar complexo ou com baixa abertura para intervenção, bem como a expectativa de que a assistência social resolverá a situação daquela família, seja obrigando os filhos ou outro familiar a se responsabilizar pelo cuidado do idoso, seja o colocando em um abrigo.

O DAS realiza um trabalho com a família pautado na Segurança de Acolhida, e em sua competência, operando com a provisão das necessidades básicas humanas, buscando desmistificar a compreensão acerca do papel do serviço, esclarecer dúvidas acerca dos benefícios sociais, promover o acesso aos serviços e benefícios, identificar a rede de apoio e de referência pelos cuidados do idoso, fortalecê-la e construir outras possibilidades. Se de fato permanecer o não cuidado e/ou em casos de violação de direitos, articula-se a proteção social especial de média ou alta complexidade, conforme a demanda do caso.



O quadro a seguir retrata, quantitativamente, os atendimentos dos DAS no ano de 2019:

Tabela 2

DADOS DE ATENDIMENTO DE 2019							
DAS		LESTE	NOROESTE	NORTE	SUDOESTE	SUL	TOTAL
No De Famílias Atendidas		1316	1977	774	875	1988	6.900
No De Atendimentos Realizados		1591	2019	1125	1019	2214	7.968
No De Notificações 2019 (SEI; 156; SGD; Defesa Civil; Demandas Espontâneas: saúde, demais políticas)	Região	290	118	195	233	278	1.114
	DAS	176	41	167	83	210	677
Base de cálculo para o número de notificações: a partir da entrada do documento no DAS							

Com o objetivo de reconhecer a demanda de atendimentos aos idosos dos Distritos de Assistência Social, desenvolveu-se uma **pesquisa amostral** durante os meses de junho e julho de 2019. Identificou-se o perfil das pessoas idosas que buscaram o serviço, quais serviços demandados e os encaminhamentos realizados.

Foram registrados 285 atendimentos aos idosos no período, com maior procura pelos DAS Sul e DAS Leste (Figura 1), regiões mais próximas às áreas centrais, com predominância da população idosa.

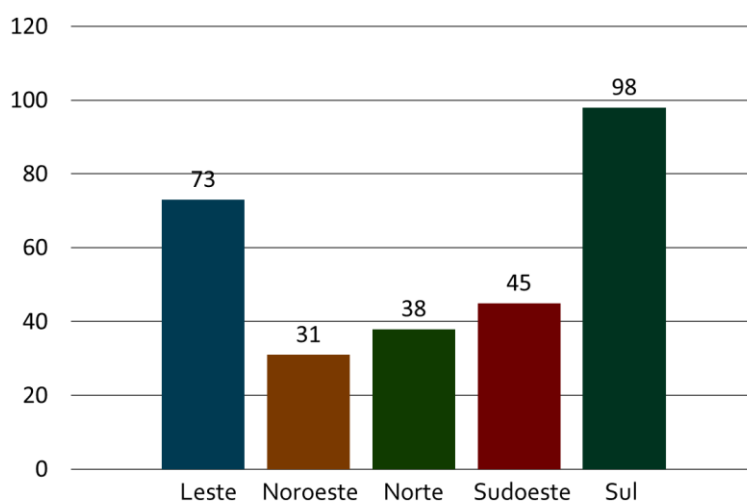


Figura 1 - Quantidade de atendimentos aos idosos por DAS no período de junho e julho de 2019  
(TOTAL = 285)

Quanto a divisão por idade e sexo, observou-se a prevalência de idosos de 60 a 69 anos (equivalente a 68%) e um número total de mulheres (equivalente a 64%) superior ao total de homens (equivalente a 36%), conforme retratado na Figura 2.

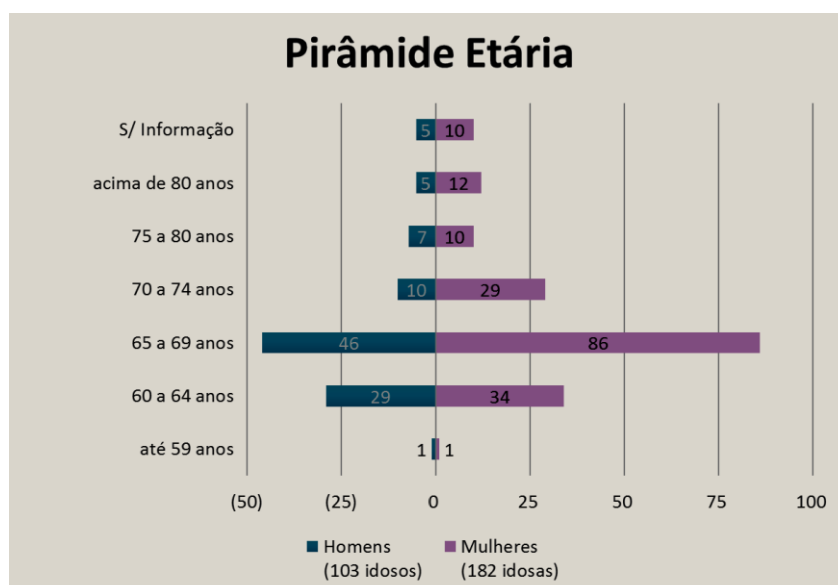


Figura 2 - Distribuição etária dos 285 idosos atendidos pelos DAS no período de junho e julho de 2019

No que diz respeito ao atendimento ao público idoso, nos meses de junho e julho, 81% (equivalente a 251) se deu por procura espontânea, sendo a maior demanda relacionada ao BPC<sup>1</sup>, seguida da busca por auxílio-alimentação e inclusão no Cadastro Único e benefícios sociais, confirmando a percepção das equipes, conforme demonstra o quadro abaixo:

Tabela 3

Caracterização da demanda espontânea	
BPC	61%
Nutrir Emergencial	12%
Cadastro Único	6%
Benefícios Sociais	5%
Documentação Civil	4%
Outras Políticas	3%
Orientações Previdenciárias / INSS	3%
Vaga em ILPI	1%
Conflito Familiar	1%
Outros	3%

<sup>1</sup> Verificação do perfil para o BPC, orientações sobre critérios de acesso, documentação e carta de exigência; esclarecimento de dúvidas, requerimento e/ou recurso; contato com o 135 para acompanhamento do processo (consulta) e/ou agendamento do atendimento no INSS; encaminhamento para Cadastro Único, INSS e/ou Defensoria Pública.

Avalia-se que a informatização do sistema e as mudanças de fluxo e de atendimento do INSS, somada à demora do atendimento do 135, dificultaram a articulação entre os serviços e a instituição, bem como o acesso da população aos seus direitos e benefícios assistenciais e previdenciários, visto que o atendimento do serviço social do INSS foi extinto e muitos usuários permanecem em situação de exclusão digital, provocando um aumento na procura pelos serviços socioassistenciais para esclarecimentos e providências referentes ao BPC e às questões previdenciárias, extrapolando a competência da política de assistência social. Desse modo, aponta-se a necessidade de se avançar na interlocução com o INSS com o objetivo de minimizar os impactos causados pela atual organização do órgão à população.

Quanto à demanda referenciada, procede-se à visita domiciliar, articulação com a rede, discussão de caso, orientações à família, elaboração de relatório (resposta ao órgão solicitante), encaminhamento para a PSE, Delegacias e/ou CEJUSC, de acordo com a necessidade do caso. No período mapeado, 19% dos atendimentos foram de casos referenciados (equivalente a 54<sup>2</sup>), dos quais 69% referiram-se a denúncias de idosos em situação de violação de direitos como, abandono (60%), negligência (14%), exploração financeira (10%), isolamento social (2%) ou outra não especificada (14%).

As denúncias apontadas não foram constatadas em 62% dos casos. Todavia, identificou-se um número expressivo de casos complexos com nível de exigência superior ao campo de atuação da proteção social básica e sem perfil para o encaminhamento para proteção especial ou outros serviços. São casos que demandam a construção de uma intervenção em uma outra dimensão como, por exemplo, a construção de diretrizes de atendimento intersetorial destes casos, bem como no âmbito jurídico para apoio/retaguarda nas orientações aos familiares nos casos de abandono/violação dos direitos.

Os DAS contam com uma equipe reduzida para atendimento de toda a demanda que se desdobra em cada uma das intervenções, tornando-se, desta forma, a articulação com a rede uma ação estratégica.

Assim, ainda em 2019, realizou-se uma roda de conversa com o *Serviço de PSE no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias* para melhor compreensão acerca dos **critérios de acesso, oferta, fluxos, funcionamento e cotidiano deste serviço**. Através deste diálogo, foi possível identificar que ambas equipes se deparam com desafios similares. Por um lado, a expectativa da família de que o serviço assumirá toda responsabilidade pelos cuidados do idoso ou pessoa com deficiência. Por outro lado, o que fazer com os casos que requerem uma atuação intersetorial entre assistência social e saúde, sendo que o município não tem um serviço articulado entre ambas?

O Idoso tem sido uma demanda crescente nos serviços, especialmente nos DAS, dado o processo de envelhecimento da sociedade brasileira e investimento insuficiente em políticas públicas para este ciclo de vida. Considerando-se que os serviços existentes no município encontram-se com sua capacidade máxima,

---

<sup>2</sup>

Informação referente ao DAS Leste, DAS Norte, DAS Noroeste e DAS Sul. Os casos de idosos referenciados atendidos pelo DAS Sudoeste não foram mapeados pelo serviço.

atrelado ao aumento da demanda e a complexidade dos casos de pessoas idosas, se faz necessário o investimento na implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas e ampliação da rede de SCFV Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional, Centros Dia. Além disso, a criação de um serviço intersetorial (saúde e assistência social) qualificaria e ampliaria a cobertura da população idosa em situação de maior vulnerabilidade e risco social.

Segundo se avaliou, este processo de mapeamento e reflexão qualificou a leitura e o diagnóstico dos territórios dos DAS, confirmando o público idoso como o público de maior desproteção/vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, o GT de DAS fortaleceu a identidade deste serviço na PSB e reconheceu aquilo que, de fato, é possível ser feito pelas equipes do DAS neste contexto de agravamento das vulnerabilidades e riscos sociais, como o aumento da pobreza das famílias.

A proposta para 2020 é realizar outras rodas de conversa com os serviços e/ou recursos existentes no território e no município, que possam contribuir na construção de respostas às demandas específicas desta população, visando desenvolver estratégias conjuntas para o atendimento deste público. Como produto, espera-se desenhar o fluxograma de atendimento do idoso pela política de assistência social ou, pelo menos, demandar a sua criação.

## **CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

O CRAS tem como princípio dois eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Atua com base no reconhecimento da presença de múltiplos fatores econômicos e sociais interurbanos, os quais expressam diferentes demandas e promovem condições particulares de desproteção para os indivíduos e as famílias que habitam determinado território ou espaço geográfico.

Pautado na prevenção, proteção e na proatividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) desenvolvido pelo CRAS tem como principal foco de ação o trabalho com famílias através de **ações particularizados ou coletivas**, visando a garantia de algumas das seguranças afiançadas pela política de assistência social, em especial as seguranças de acolhida, convívio e autonomia, de acordo com a situação de risco e/ou vulnerabilidade da família.

A tabela a seguir demonstra quantitativamente o número de famílias atendidas por CRAS, tanto na perspectiva individual como coletiva:

Tabela 4

<b>Dados de Atendimento dos CRAS de 2019</b>				
<b>Região</b>	<b>CRAS</b>	<b>Total de famílias atendidas</b>	<b>Total de Atendimentos Particularizados</b>	<b>Total de Atendimentos Coletivos</b>
Leste	Flamboyant	846	1.487	960
	Recanto Anhumas	1.013	1.935	1.804
Noroeste	Florence	1.331	1.435	3.558
	São Luís	1.021	1.755	1.133
	Satélite Iris	1.556	1.602	3.581
Norte	Espaço Esperança	919	693	650
	Vila Réggio	1.118	1.783	1.566
Sudoeste	Campos Elíseos	1.231	1.452	575
	Nelson Mandela	1.364	857	3.705
	Novo Tempo	1.741	1.113	3.283
Sul	Bandeiras	1.900	1.157	2.164
	Campo Belo	1.435	1.777	986
<b>TOTAL</b>		<b>15.475</b>	<b>17.046</b>	<b>23.965</b>

Como é possível observar, o total de atendimentos demonstra que os CRAS vêm atingindo seus objetivos nos territórios de alta vulnerabilidade social através de ações particularizadas e coletivas, conforme será descrito adiante. Quanto ao número de famílias atendidas, a maior parte dos CRAS atingiu a meta estipulada pelo SUAS, qual seja, de 1.000 famílias por ano.

No caso do CRAS Flamboyant, avalia-se que a redução da equipe técnica devido ao processo de aposentadoria sem reposição dos profissionais no ano de 2019 e os entraves para locação de um imóvel adequado no território para sediar o CRAS, culminando na transferência provisória da equipe de trabalho e do atendimento aos usuários para o prédio do DAS Leste, interferiram negativamente no pleno alcance da meta.

Não obstante, observa-se o rebatimento no número de famílias atendidas pelo CRAS Espaço Esperança em virtude da itinerância do serviço, especialmente às mudanças ocorridas no final de 2018 até meados de 2019. Com isso, o acesso da população ficou prejudicado dada a dificuldade de deslocamento das famílias e comunidade até a sede provisória do CRAS, bem como os processos de registro das ações executadas. A equipe desenvolveu atividades descentralizadas no território no período, no entanto, somente em outubro de 2019, o CRAS mudou-se para sede própria, localizada dentro da área geográfica de cobertura do serviço, restabelecendo o atendimento e o pleno acesso dos usuários aos serviços ofertados.

No âmbito dos **atendimentos particularizados**, constata-se a busca crescente por programas e benefícios, ao passo que o acesso dos usuários ao Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem sido dificultado a cada dia, seja pelos processos burocráticos que envolvem a inserção dos usuários no programa e benefício, seja pelas estratégias políticas de contenção implementadas pelo governo federal junto a esses programas.

Os atuais trâmites estabelecidos pelo INSS e sua morosidade tem reverberado no CRAS (e DAS) inúmeras questões da **operacionalização do BPC** e outros benefícios previdenciários, sem qualquer suporte ou orientação a respeito do atendimento ao usuário, o qual não consegue, por si só, acessar, compreender e utilizar as ferramentas disponibilizadas pelo INSS.

A extinção do atendimento social nas agências, a informatização do sistema e mudanças no fluxo do INSS são as principais razões para o aumento da busca pelos serviços, tendo em vista que grande parte dos usuários apresentam dificuldades de letramento e pouca familiaridade com o ambiente virtual. Em vez de gerar melhorias e facilidade de acesso, tais modificações têm se revelado como efetiva precarização da Previdência Social e violação de direitos, especialmente para acesso ao BPC.

As equipes descrevem como principais dificuldades operacionais para acesso à seguridade social: a lentidão dos processos tais como, agendamento, análise e resposta dos requerimentos; problemas técnicos no novo sistema; agendamento de perícias em outras cidades; avaliação social com novas regras obscuras; dificuldade de acesso e orientações equivocadas por parte do 135; inexistência de um canal de comunicação entre serviço e INSS; dentre outros.

Os CRAS têm garantido o apoio às famílias sem condições de acesso tecnológico e financeiro, orientando os usuários quanto às condições e atuais barreiras para acesso ao BPC, esclarecendo dúvidas e incluindo o usuário no acompanhamento quando o mesmo indis põe de autonomia para acompanhar seu processo no INSS. Ainda, alguns CRAS realizam rodas de conversa sobre envelhecimento e grupos de orientação.

Perante este contexto de busca por informações para além do domínio da assistência social como, novas regras para cálculo, solicitação e concessão da aposentadoria, aponta-se a necessidade de (re)estabelecer um canal de diálogo com o INSS, construir estratégias para atender a demanda e potencializar o usuário na busca do acesso ao seu direito.

No que se refere aos programas de transferência de renda, constata-se o enxugamento pelo Governo Federal do principal programa social do país, o Bolsa Família, através da redução crescente no número de novas famílias incluídas no Programa.

Apesar disso, houve continuidade no trabalho desenvolvido junto às **famílias beneficiárias do PBF** e empenho das equipes na aproximação e reconhecimento das vulnerabilidades deste público por meio da

coletivização e realização de grupos informativos tanto com famílias recém-incluídas no Programa<sup>3</sup>, quanto com famílias em descumprimento de condicionalidades<sup>4</sup>.

O trabalho em grupo promove um olhar qualificado sobre as demandas das famílias; permite o entendimento sobre o que levou ao descumprimento das condicionalidades e a reflexão sobre as estratégias que poderiam ser desenvolvidas para superá-las; possibilita aos participantes perceber a similaridade de suas dificuldades, promovendo o senso de ajuda mútua; propicia o sentimento de pertencimento grupal e respeito.

A principal dificuldade enfrentada pelos serviços referiu-se à inconstância do recebimento da lista das famílias em descumprimento de condicionalidades, associado à diminuição da disponibilidade do transporte para realização de busca ativa e convocação destas famílias. Apostou-se no envio de SMS para convocação das famílias para comparecimento nos grupos, porém atingiu-se menos usuários.

Considerando a prerrogativa de que as causas e respostas das vulnerabilidades não são individuais e sim coletivas, as equipes vêm imprimindo esforços para o desenvolvimento de **ações com foco no coletivo**, que possibilitem promover a coletivização da reflexão sobre os problemas, assim como a construção de estratégias igualmente coletivas para o enfrentamento ou superação dos mesmos.

Nesse contexto, os **Grupos de Convivência e as Oficinas com Famílias** funcionam como instrumentos estratégicos para o enfrentamento das desigualdades sociais e prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, estimulando as potencialidades locais, impactando a qualidade de vida das famílias. O quadro a seguir evidencia algumas das atividades desenvolvidas em cada um dos serviços, por técnicos de nível médio e superior durante o ano de 2019, bem como os resultados alcançados:

---

<sup>3</sup> Orientação sobre o funcionamento do PBF, objetivos, critérios, regras e consequências da não adesão às suas condicionalidades.

<sup>4</sup> Conhecer objetivamente as causas do descumprimento e a rotina familiar, as dificuldades para cumprir as condicionalidades e auxiliar em suas necessidades.

Tabela 5

CRAS	AÇÃO	RESULTADO
BANDEIRAS	<p><b>Oficina com dança</b> Oficina de convivência para adultos, com encontros semanais, conduzida pela agente de ação social e uma técnica de nível superior. Através da música e dança foram trabalhados temas relevantes ao PAIF.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da frequência</li> <li>- Participação e regularidade</li> <li>- Participação dos usuários no planejamento das oficinas</li> <li>- Solicitação por parte dos participantes de orientações e atendimentos no CRAS</li> <li>- Compreensão dos usuários sobre o papel do CRAS a partir das oficinas</li> <li>- Participantes da oficina se tornando agentes multiplicadores no território</li> </ul>
CAMPO BELO	<p><b>Oficina Socioeducativa para Mulheres</b> Ação desenvolvida há mais de quatro anos, com ênfase na convivência, utilizando-se do artesanato como meio. Buscou-se trabalhar temas pertinentes ao cotidiano das mulheres, bem como identificar situações que demandaram atendimentos pela equipe de nível superior, encaminhamentos para a rede e concessão de benefícios. O grupo foi redesenhado no segundo semestre. Atualmente, a oficina tem trabalhado a história de vida das usuárias, como forma de valorizar as singularidades de cada uma (cultura, local de origem, valores etc.), mas, sobretudo encontrar as similaridades e estratégias utilizadas para superar/diminuir as adversidades vivenciadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação de pontos em comum que fortalecem a visão de que os problemas sociais são estruturais e coletivos;</li> <li>- Troca de experiências sobre os enfrentamentos às diversas situações vivenciadas pelas usuárias;</li> <li>- Espaço de convivência, onde ocorre, segundo fala das próprias usuárias, “suspensão do cotidiano”, onde podem ser elas mesmas, desligando-se dos diferentes papéis (esposa, mãe, avó, cuidadora etc.) e cuidando de si;</li> <li>- Fortalecimento dos vínculos entre as usuárias, formando uma rede de proteção social comunitária;</li> <li>- Consolidação do CRAS como espaço de referência para as usuárias e suas famílias, bem como para a comunidade;</li> <li>- Diálogos sobre diversos temas, focando os direitos socioassistenciais e demais seguranças afiançadas pelo SUAS;</li> <li>- Identificação de situações que demandem acompanhamento técnico do CRAS, encaminhamentos para rede socioassistencial e políticas setoriais.</li> </ul>



CRAS	AÇÃO	RESULTADO
CAMPOS ELÍSEOS	<p><b>Oficinas de artes manuais</b> Grupo de mulheres, com dois encontros semanais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autoestima, formação de vínculo, pertencimento</li> </ul>
ESPAÇO ESPERANÇA	<p><b>Grupos e Oficinas de convivência</b> Focou nas estratégias de empoderamento individual e coletivo para o fortalecimento dos vínculos familiar, comunitário, e das famílias com o CRAS. Para reconhecer as diferentes situações individual e coletiva do grupo e comunidade, utilizou-se como estratégias metodológicas a cultura, saberes locais, artesanato e rodas de conversas, para abordar temas como, direitos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da capacidade técnica da equipe em planejar, monitorar e discutir coletivamente os casos e aprimorar as estratégias de intervenção no trabalho social com famílias</li> <li>- Aumento da participação das famílias e indivíduos nas atividades e eventos do CRAS</li> <li>- Maior clareza por parte dos usuários, da natureza dos serviços prestados pelo CRAS</li> <li>- Proximidade da equipe com a demanda atendida e maior vinculação e percepção dos problemas da comunidade</li> <li>- Fortalecimento do coletivo de jovens mulheres e idosas</li> <li>- Identificação de potencialidades e situações de vulnerabilidade e riscos, dos adolescentes e famílias, construindo projeto individual, familiar e coletivo do grupo, através da música e formação de uma banda</li> <li>- Lançamento do Documentário “Não foi a Primeira que seja a ÚLTIMA” (grupo Movimento das Minas)</li> <li>- Reconhecimento e fortalecimento dos vínculos da comunidade com o CRAS, com aumento da manifestação de satisfação e participação nos grupos, oficinas e ações coletivas de mobilização.</li> </ul>
FLAMBOYANT	<p><b>Grupos de convivência e oficinas de artesanato</b> descentralizadas, em espaços concedidos e/ou compartilhados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impedimento da fragmentação dos vínculos familiares e comunitários diante da ausência provisória do equipamento social (CRAS) no território.</li> </ul>

CRAS	AÇÃO	RESULTADO
FLORENCE	<p><b>Grupo Mulheres Criativas:</b> O grupo intergeracional se ressignificou, alterando seu nome, visto que é atualmente composto por mulheres na faixa etária de 50 a 70 anos em sua maioria idosas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aceitação da diversidade e redução de preconceitos, discriminações e estigmas</li> <li>- Aumento do sentimento de pertença e promoção de proteção mútua</li> <li>- Melhoria da convivência entre as mulheres do grupo</li> <li>- Aumento do conhecimento e acesso a direitos bem como seus instrumentos de reivindicação</li> <li>- Promoção e fortalecimento de redes de apoio</li> <li>- Promoção da inserção em processos participativos para além do seu território de vivência e contribuição para vocalizar as necessidades das famílias e de melhorias no território</li> <li>- Participação das usuárias em outros espaços como na Conferência de Assistência Social e Fórum de usuários</li> </ul>
NELSON MANDELA	<p><b>Oficina de Mangá</b> Durante o ano de 2019, ocorreu a reformulação da atividade com a ampliação da participação do técnico de referência nas oficinas. Além da técnica do mangá, foram desenvolvidas atividades sobre direitos e democracia com os participantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior vinculação dos usuários ao serviço;</li> </ul>
NOVO TEMPO	<p><b>Oficina “Mulheres conquistando espaços”,</b> em parceria com a agente de ação social do CRAS Nelson Mandela. Nos 04 encontros foram trabalhados temas como papéis de gênero, machismo e apresentação das promotoras legais populares, tendo por pano de fundo os cuidados de beleza como maquiagem, trança e penteado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação das mulheres sob uma perspectiva diferente da que usualmente motiva a busca pelo CRAS, promovendo troca de informação e convivência com outras mulheres do território;</li> <li>- Fortalecimento da mulher como protagonista da sua história;</li> <li>- Identificação de demandas das usuárias ainda não conhecidas pelo serviço.</li> </ul>
RECANTO ANHUMAS	<p><b>Oficinas de convivência:</b> bordado, variedades artesanais e reciclagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria na interação entre as participantes bem como maior entendimento por parte dos profissionais quanto ao processo de inclusão do público prioritário com aceitação das diferenças.</li> </ul>

CRAS	AÇÃO	RESULTADO
SÃO LUÍS	<p><b>Grupo de Convivência:</b> Grupo de 15 mulheres com foco em segurança de convivência, com realização de atividade de artesanato às segundas-feiras e bordado às quintas-feiras, articulada com os temas trabalhados pelo CRAS durante o ano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avançamos no acompanhamento mais regular por técnica, fazendo planejamento de intervenções para cruzamento das atividades com os temas transversais (p. ex. Setembro amarelo) e atendimento a demandas emergentes.</li> </ul>
SATÉLITE ÍRIS	<p><b>Acompanhamento Coletivo</b> Realizado através de seis grupos (semanais) de famílias, trabalhando demandas trazidas pela própria comunidade, viabilizando direitos e acesso às seguranças de renda e convivência. Contando com estratégias de grupalização, rodas de conversa, temáticas trazidas pelo próprio grupo e comunidade, oficinas em parceria com a rede socioassistencial e outras políticas.</p> <p>Grupo Uruguai Grupo São Judas Grupo Guerreiras do Satélite (Parceria com a PUC Campinas) Grupo Troca de Saberes Grupo Bordadeiras (Parceria com a Cultura) Grupo Gestante</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação ativa no Fórum de Usuários, Conferência Regional e EJA em Debate;</li> <li>- Sensibilização das usuárias para questões da comunidade como, o suicídio de uma adolescente do território, e estão se mobilizando;</li> <li>- O grupo se reconhece enquanto coletivo, embora ainda surgem muitas demandas no individual;</li> <li>- Se mostram interessadas nas temáticas trabalhadas e nos debates propostos, apresentando um movimento de mobilização;</li> <li>- Fortalecimento da convivência em grupo;</li> <li>- Vínculo das usuárias e suas famílias com o CRAS e entre elas, fortalecendo a rede comunitária.</li> </ul>

CRAS	AÇÃO	RESULTADO
<b>VILA RÉGGIO</b>	<p><b>Grupo Cultivando Saberes</b>  O grupo tem por objetivo trabalhar a convivência; relações de cidadania (nas quais todos têm o direito de decidir e identificar demandas coletivas); relações de parentesco; de amizades; relações com o território, inclusive do patrimônio público de Campinas (o que permite sentimento de pertencimento); relações de construções coletivas de participação social; produção de consensos e negociação de conflitos.  Como metodologia técnica, utiliza-se de questionamentos éticos para trazer informações de fatos históricos e culturais com objetivo de suscitar indagações. A ideia é de. A intenção não é trazer respostas, mas circular cultura e saberes, e cada um aproveita como pode.  Como atividades realizadas ao longo de 2019 tiveram: construção coletiva do planejamento anual de 2019, discussão sobre assédio sexual no carnaval, desconstrução dos padrões de beleza, construção da identidade individual, cultura machista e a posição da mulher na família e sociedade, maternidade romantizada, masculinidade tóxica, racismo e cultura afrodescendente, o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, Educação e comunicação não-violentas de crianças e adolescentes; visita ao Centro de Referência LGBT; preparação e avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– As discussões contribuíram para as participantes repensarem na forma como se relacionam com outras pessoas (homens, mulheres, crianças, idosos, adolescentes);</li> <li>– Prevenção de violência física, psicológica, sexual, verbal, racial, de gênero;</li> <li>– Fortalecimento dos vínculos estabelecidos, para além dos encontros no CRAS, estendendo para o convívio comunitário;</li> <li>– Fortalecimento das participantes enquanto sujeito de direitos com o que é público e, nesse sentido, o grupo refletiu sobre direitos e participação popular;</li> <li>– Interesse em se apropriar mais do território vivo de Campinas, dos espaços e serviços públicos.</li> </ul>

Notadamente, as ações executadas pelos serviços fortaleceram a identidade do CRAS (desafio do planejamento) e o reconhecimento deste equipamento público como um local de referência, reconhecimento, pertencimento e expressão das demandas sociais. Haja vista que proporcionam aos participantes um espaço de convívio e troca de saberes/conhecimentos/experiências de vida, objetivando a ampliação da função protetiva da família, percepção dos problemas da comunidade e ressignificação das situações de desigualdades e violação de direitos, percebendo-as enquanto problemas societários, mas, sobretudo a identificação das potencialidades para enfrentá-las.

Os maiores entraves no que concerne a concretização dos grupos, são as condições objetivas para atender as demandas dos usuários (infraestrutura, transporte, alimentação, materiais e insumos); trabalhar em direção à coletivização das demandas individuais, com os usuários se sentindo parte do processo; propor novas modalidades de ação coletiva, capazes de estimular a participação dos grupos populares; construir instrumentos de monitoramento e avaliação com os usuários.

Outrossim, o investimento na continuidade nos processos de educação permanente para os trabalhadores se faz indispensável. Há o indicativo das equipes para uma formação sobre metodologias interativas/participativas para trabalhar o fortalecimento de vínculos e prevenção à violência no núcleo familiar e o trabalhar vínculos comunitários. Para 2020, espera-se construir um projeto junto às equipes por meio da Comissão de Formação, constituída por representantes das cinco regiões, na perspectiva da produção de análises e reflexões sobre o seu fazer cotidiano.

As **ações de caráter comunitário**, voltadas para a articulação e dinamização das relações no território, agregando diferentes grupos a partir do estabelecimento de um objetivo comum, são estratégicas para a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários.

Neste sentido, uma das ações de maior potência realizada pelas equipes de proteção básica em 2019, com vistas à sensibilização da população e prevenção dos ciclos de violência, refere-se às ações de mobilização em Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – temática do *dia 18 de maio*, em interface com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), serviços da proteção social especial e outras políticas públicas como, Educação e Saúde. O quadro a seguir pormenoriza as atividades desenvolvidas em cada região e microterritório:

Tabela 6

Serviço	Ações realizadas na temática do <i>dia 18 de maio</i>	Resultados observados
DAS Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>– A rede referenciada da PSB e PSE Média Complexidade, se organizou em dois microterritórios, mobilizando e executando as ações do 18 de maio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Maior participação da rede e de usuários nas atividades;</li> <li>– As próprias crianças falam sobre o tema;</li> <li>– Sensibilização das famílias e comunidades.</li> </ul>
CRAS Bandeiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ação desenvolvida nas escolas do território, com alunas do 4º e 5º ano, com objetivo de conscientização sobre o tema</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fortalecimento da parceria com as escolas e da rede intersetorial</li> </ul>

Serviço	Ações realizadas na temática do <i>dia 18 de maio</i>	Resultados observados
CRAS Campo Belo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento e execução intersetorial da ação;</li> <li>- Inserção do tema nas atividades do CRAS (oficina e acolhimentos), da FUMEC e dos serviços parceiros;</li> <li>- Plantio de árvores em memória às vítimas deste tipo de violência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração entre os profissionais da rede e os usuários participantes da ação;</li> <li>- Procura pelo CRAS para fornecer maiores informações sobre a acolhida e tratativa do tema;</li> <li>- População “adotou” as árvores do plantio, sinalizando o cuidado coletivo que toda a sociedade deve ter com crianças e adolescente, principalmente na prevenção a estas situações, mas também na identificação, denúncia e acompanhamento das vítimas.</li> </ul>
DAS Leste	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação para os profissionais;</li> <li>- Transmissão de um filme sobre a temática, seguida de roda de conversa nos serviços;</li> <li>- Confeção de um vídeo;</li> <li>- Cortejo e atividades nos microterritórios de CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alinhamento dos participantes, sobretudo das crianças com o tema;</li> <li>- Sensibilização da comunidade.</li> </ul>
CRAS Flamboyant	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilização da rede para sensibilização da comunidade</li> <li>- Cortejo</li> <li>- Formação para educadores sociais dos SCFV</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conscientização da comunidade sobre o enfrentamento à exploração e abuso sexual de crianças e adolescente.</li> </ul>

<b>Serviço</b>	<b>Ações realizadas na temática do dia 18 de maio</b>	<b>Resultados observados</b>
<b>CRAS Recanto Anhumas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cortejo, ações nas escolas, formação para equipe técnica e educadores da rede, roda de conversa e exibição de vídeo produzido pelos jovens</li> <li>– Formação para os profissionais que trabalham diretamente com os jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Conscientização da população sobre a temática;</li> <li>– Maior participação da rede de Educação, favorecendo a integração entre alunos e professores na atividade proposta;</li> </ul>
<b>DAS Sudoeste</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ambientação do serviço com cartazes;</li> <li>– Realização do cortejo no entorno do DAS, atividades e apresentações com os participantes, em parceria com a rede socioassistencial e Centro de Saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Boa repercussão na comunidade;</li> <li>– O sair para o território foi potente;</li> <li>– Maior articulação entre a rede;</li> </ul>
<b>CRAS Campos Elíseos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Todos os serviços da rede intersetorial trabalharam a cartilha do CMDCA em suas atividades;</li> <li>– Realizou-se o Cine Clube com o filme “O silêncio de Lara”;</li> <li>– O fechamento ocorreu por meio de um cortejo pelas ruas do bairro, com trio elétrico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio ao movimento pela população durante o trajeto;</li> <li>– Participação ativa do público-alvo nas atividades (idosos e crianças);</li> <li>– Criação de uma vinheta junto à radialista sensibilizada pela temática;</li> <li>– Aprofundamento das relações de parceria com a rede.</li> </ul>
<b>CRAS Nelson Mandela</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Mobilização de aproximadamente 1000 pessoas em um processo formativo, envolvendo as políticas de saúde e educação em torno da temática.</li> <li>– Esse processo resultou em uma caminhada pelas ruas dos DIC's, na qual os participantes foram divididos em dois grupos que saíram de 2 pontos diferentes do território e, no meio do percurso, se agruparam.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Sensibilização da rede, especialmente das escolas;</li> <li>– Divulgação da ação na rádio, com uma entrevista ao vivo, falando das ações da região.</li> <li>– Crianças e adolescentes assumiram o protagonismo no enfrentamento da exploração e violências sexuais contra sua faixa etária</li> </ul>

Serviço	Ações realizadas na temática do <i>dia 18 de maio</i>	Resultados observados
CRAS Novo Tempo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ação planejada e construída coletivamente com a rede intersetorial Vida Nova, em especial com o CREAS Sudoeste, atingindo 742 pessoas, constituída de rodas de conversa com profissionais da rede, rodas de conversa nas escolas e cortejo com apresentações artísticas no Parque D. Bosco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior participação da rede e de usuários nas atividades;</li> <li>- Estreitamento da relação com o CREAS, com rebatimentos no fortalecimento do espaço de discussão de caso;</li> <li>- Expansão e adensamento das relações com as escolas, o que tem oportunizado inúmeras parcerias, em diferentes temáticas;</li> </ul>
DAS Noroeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizou-se ações no território do Castelo Branco;</li> <li>- Discutiu-se a temática com os participantes do grupo Viva Leite.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização das famílias atendidas.</li> </ul>
CRAS Florence	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizou-se atividades nos grupos do CRAS e dos serviços da rede, como o teatro mudo;</li> <li>- Desenvolveu-se uma ação coletiva no território;</li> <li>- A Cultura compôs com uma atividade de cartografia social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação expressiva dos usuários (crianças e adolescentes);</li> <li>- Fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil;</li> <li>- Participação ativa da rede socioassistencial;</li> <li>- Viabilização da discussão do tema;</li> <li>- Divulgação da rede que atende as violações de direitos.</li> </ul>
CRAS Satélite Íris	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Temática tradicionalmente trabalhada pela Rede Novas Atitudes por meio de formação, ações nos serviços e, neste ano, com um evento na Praça e formação CLAVES.</li> <li>- Destaca-se a apresentação de uma peça de teatro pelos usuários referente à relação adultos e crianças (o quanto o adulto deixa a criança de lado), ao que é ser menina e menino e da divisão sexista do trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da articulação da rede de serviços do território;</li> <li>- Parceria com a Cultura e rede de serviços socioassistenciais;</li> <li>- Sensibilização da comunidade.</li> </ul>



Serviço	Ações realizadas na temática do <i>dia 18 de maio</i>	Resultados observados
CRAS São Luís	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Efetivou uma grande mobilização e uma caminhada, atingindo em torno de 250 pessoas;</li> <li>– Os serviços da rede realizaram o plantio de mudas com seus usuários;</li> <li>– Na cerimônia de encerramento, alunos do 7º e 8º ano prepararam uma apresentação sobre o tema, na qual cada aluno representava uma vítima de violência (história real), incluindo Araceli, cujo abusador ainda está impune, mesmo após 46 anos do crime.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fortalecimento da rede intersetorial, com o envolvimento de novos atores;</li> <li>– Participação ativa dos jovens do território, mobilizando e sensibilizando os moradores para esta questão;</li> <li>– Qualificação do atendimento à população através de uma formação para profissionais da rede.</li> </ul>
DAS Norte	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Rede Intersetorial Barão Geraldo: realizou rodas de conversa e elaborou cartazes com os usuários da OSC NAS e Centro de Saúde</li> <li>– Rede Intersetorial Lua: fez atividades internas com os usuários do Centro de Saúde, OSC ABA e Escola e, depois, um encontro integrado.</li> <li>– Rede Intersetorial Nascente: organizou as ações de sensibilização nos bairros San Martin e CDHU, envolvendo usuários dos Centros de Saúde e lideranças. Falaram sobre o porquê da mobilização e paralisação (Araceli), confeccionaram cartazes e realizaram uma caminhada pelo entorno do bairro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Realização da primeira ação neste modelo de organização;</li> <li>– Alcançou mais territórios.</li> </ul>
CRAS Vila Régio	<ul style="list-style-type: none"> <li>– A rede intersetorial Estrela, historicamente realizam ações relativas ao dia 18 de maio no território, por meio de atividades de mobilização e cortejo. Em 2019, cada serviço trabalhou a temática para dentro.</li> <li>– Ofertou-se uma capacitação para educadores com o instituto CLAVES.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação de letras de música pelos próprios adolescentes;</li> </ul>

Serviço	Ações realizadas na temática do <i>dia 18 de maio</i>	Resultados observados
CRAS Espaço Esperança	<ul style="list-style-type: none"> <li>– O CRAS e o SESF percorreram todos os SCFV do território e conduziram ações junto à Rede Abraço;</li> <li>– A equipe participou ativamente e se envolveu nas oficinas de Bandeira Coletiva, rodas de conversa na UNICAMP, confecção de vídeos, criação e edição do jingle usado no cortejo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fortalecimento da identidade do CRAS no território</li> </ul>

As ações em Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – temática do *dia 18 de maio*, impulsionada pelos CRAS enquanto processo de gestão territorial, vem contribuindo com o processo de mudança cultural e o olhar diferenciado para a violência sofrida por crianças e adolescentes nas comunidades, bem como demarcou o espaço da interlocução/interface da PSB e PSE, estando a primeira envolvida na prevenção e sensibilização da comunidade e a segunda, na atuação com as famílias que vivenciaram o fenômeno.

Ressalta-se ainda a parceria com a rede de serviços socioassistenciais e outras políticas setoriais do território, na perspectiva de promover a ampliação da comunicação, a mobilização social e o protagonismo da comunidade, fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária – por meio, principalmente, do estímulo à participação cidadã.

Nesse contexto, grande parte das atividades dos CRAS utilizam **metodologias participativas**, como instrumento para a prevenção de situações de vulnerabilidade, mobilização social, fortalecimento de vínculos comunitários e do sentimento de coletividade, compreendendo que as demandas apontadas pelas famílias e/ou indivíduos podem ser resultantes de situações encontradas no território como violência, desproteção social, preconceitos e desigualdades. Abaixo destaca-se algumas destas ações de caráter coletivo, voltadas para alcance de objetivos no território, de uma forma mais ampla, que alcançaram um número significativo de pessoas:

Sarau Cultural DIC City – Salve as Mina!: promoveu um espaço de trocas de vivências sobre o que é ser mulher na região dos DICs, com apresentações culturais, voltadas à valorização da mulher, rodas de conversa sobre violência e desigualdade de gênero, possibilitando as participantes ressignificarem algumas situações de opressão, naturalizadas em nossa sociedade (CRAS Nelson Mandela);

Campanha “Setembro Amarelo”: sensibilização dos profissionais da rede para a pertinência de tratar o tema do sofrimento emocional de uma perspectiva intersetorial, levando-se em conta os múltiplos determinantes sociais do sofrimento. Promoveu-se uma formação para a rede da região Sudoeste, rodas de conversa com profissionais e as famílias de serviços do território, rodas de conversa nas escolas em interface com os grêmios, e cortejo com apresentações artísticas (CRAS Novo Tempo e rede intersetorial)

Cartografia Social no Grupo Família Viva: a partir da metodologia da Cartografia Social, realizou-se encontros em roda, favorecendo a manifestação livre e valorização de toda forma de expressão (falas, desenhos, etc), com vistas ao fortalecimento do vínculo das(os) participantes do grupo com o CRAS, o CEU, bem como entre seus membros, além da ampliação do olhar das(os) mesmas(os) sobre o território (CRAS Florence, em parceria com o setor de Extensão Universitária do curso de Geografia da PUC Campinas – Profa. Vera Lúcia dos Santos Plácido);

Grupo Guerreiras do Satélite e o Projeto de Extensão intitulado “Unidas na diferença, trabalhando pela igualdade: ações socioeducativas por uma nova divisão sexual do trabalho”: mobilização das mulheres do grupo em torno da questão da mulher, despertando reflexões sobre desigualdade de gênero e modificando visões de mundo. Em 2019, buscou-se o aprofundamento da reflexão acerca da relação entre educação e a divisão sexual do trabalho e qualificação do grupo em artes e sua vinculação em rede de economia solidária feminista, através de círculos de cultura pautado pela educação popular. O grupo também participou e apresentou o trabalho desenvolvido no evento EJA em Debate. (CRAS Satélite Íris, em parceria com o setor de Extensão Universitária da PUC Campinas – Prof.<sup>a</sup> Stela Cristina de Godoi)

“Projeto Rede Novas Atitudes”: formação para toda a rede que compõe o território, com a ARCOR e a metodologia “CLAVES”<sup>5</sup>, com material didático e aplicação da metodologia com os grupos da comunidade. Nesse processo trabalhou-se o Meio Ambiente e Consciência Negra, aliado à metodologia do Projeto Cartografia Social do Território, tendo como resultado a atividade comunitária intitulada “*Ação Comunitária Consciência Negra: Corpo e Território e Feira e exposição de Artesanato de produtos relacionado ao tema*” (CRAS Satélite Iris e CRAS Florence, em parceria com a Profa. Vera Lúcia dos Santos Plácido – PUCCampinas);

Projeto “Construindo Histórias”: construção coletiva do histórico do bairro e diagnóstico das potencialidades do território, numa perspectiva “Freireana”, com supervisão voluntária da historiadora Ana Maria de Campos. Integram o projeto as ACS do CS Campina Grande, que são moradoras do território, a creche CEI Else Feijó e OSC CEDAP (CRAS São Luís, em parceria com professora Ana Maria Campos);

Grupo “Movimento das Minas”: houve o amadurecimento grupal, resultando na transformação e autonomia do grupo Movimento das Minas como movimento social comunitário voltado para jovens mulheres

---

5

Proposta multidisciplinar que promove a prevenção de casos de abuso sexual por meio de abordagens lúdicas, com diferentes intervenções nos grupos familiares

da comunidade, com foco no enfrentamento a cultura machista, a violência de gênero e abuso de crianças e adolescentes. Em 2019, ocorreu o lançamento do documentário “*Não foi a Primeira que seja a ÚLTIMA*” e a realização de rodas de conversas em 03 escolas públicas (Castinauta, Telêmaco e Escolinha Branca) e 01 Centro de Saúde São Marcos, desencadeando a construção de um calendário anual e a realização de um SARAU sobre o Enfrentamento à Violência à Mulher. O fato da cultura machista e da violência a mulher, muitas delas negra, fortaleceu a realização do *Evento Canto de Dandara* (dia da Consciência Negra). Ainda, o Movimento das Minas esteve presente na câmara municipal a Semana de Combate ao Femicídio em Campinas – lei aprovada. (CRAS Espaço Esperança);

“*Seminário de Enfrentamento à Violência Policial*”: protagonizado pelo coletivo “*Juntos pelo fim da violência policial*”, surgiu de mobilizações da Intersetorial Estrela como resposta às ações abusivas da polícia com a população que reside no território, principalmente, adolescentes, jovens pretas(os) em situação de vulnerabilidade social. Durante a organização do evento foram coletados depoimentos das pessoas que sofreram com essas abordagens, formulado um dossiê que foi entregue, no ato, ao Ministério Público e Ouvidoria da Política Militar. Destaca-se a participação de jovens que, por meio de expressões artísticas, retrataram as vivências do cotidiano e transmitiram ao público participante, mensagens de força, resistência e esperança nas transformações sociais. As expressões mostraram a potência criativa e consciência acerca das desigualdades sociais. Outro ponto importante foi à participação de uma representante do “Movimento Mães de Maio” da capital SP que contribuiu com o debate a partir da experiência vivenciada, o que favoreceu a aproximação do debate com a comunidade presente, reforçando a importância de iniciativa de organização e movimentos populares no enfrentamento a violência policial. (Intersetorial Estrela – CRAS Vila Réggio);

“Combinamos de não morrer”: o evento suscitou a reflexão sobre a consciência negra através das seguintes atividades: apresentação do conto “A gente combinamos de não morrer” de Conceição Evaristo, roda de conversa “Racismo e representatividade no Brasil” e “Direitos e desafios do homem e da mulher negra”. Profissionais da rede integraram as ações e os usuários se envolveram ativamente nas discussões disparadas, contribuindo com suas percepções e histórias (CRAS Campo Belo);

III Semana da Consciência Negra: ampliação do debate sobre racismo estrutural por meio das seguintes atividades: exibição de vídeos sobre a temática do racismo nos acolhimentos, oficina com dança, cine CRAS, oficina de contação de histórias com a participação dos alunos da EMEF Humberto de Souza Melo. O espaço possibilitou a reflexão e a fala sobre racismo a partir da vivência dos usuários (CRAS Bandeiras);

Perante a sua potencialidade, as atividades coletivas desenvolvidas contribuíram com a ampliação de espaços seguros de convivência e fortalecimento de vínculos, nos quais, temáticas sobre prevenção a violência contra a mulher, criança e adolescente, suicídio, discriminação racial e de gênero foram abordadas e favoreceram processos de reflexão e mobilização dos participantes das atividades.

Nesse diapasão, constitui-se como grande desafio para as equipes a **construção de metodologias de trabalho na perspectiva da participação popular** (desafio do planejamento), no que se refere a garantia de

que os usuários possam de fato participar ativamente dos processos de controle social e construção de políticas públicas, como os Conselhos, Fóruns e Conferências. A exemplo, não há condições (transporte e horário das reuniões) que viabilizem a inserção dos usuários nas comissões do CMAS, importante espaço de participação de nossos usuários.

Outro aspecto a ser considerado relaciona-se ao atual panorama brasileiro, no qual, cada vez mais, situações como a fome e pobreza, colocam-se como problemáticas que demandam maior urgência aos usuários, ofuscando ou diminuindo, em nossa análise, o interesse e disposição para a participação social nestes espaços. Isto é, o cenário de crise política tem dificultado essa participação, pois tem mascarado a real causa da precarização das condições de vida do trabalhador, ao mesmo tempo em que a participação popular em espaços institucionalizados cai no descrédito da população.

Ainda assim, na perspectiva de se aprimorar os meios de representação dos usuários e de suprimir o clientelismo e o assistencialismo, os DAS e CRAS atuaram ativamente no processo de sensibilização, mobilização e participação dos usuários nas Conferências Regionais e Municipal, com vistas a efetiva participação nos espaços de decisões, promovendo o debate coletivo, assegurando momentos para discussão e avaliação das ações governamentais.

O CRAS Flamboyant trabalhou com os usuários atendidos nos grupos do PAIF temáticas sobre cidadania, visando o fortalecimento comunitário para participações nas conferências, fóruns e espaços públicos de controle social, bem como proporcionando um espaço coletivo de discussão sobre a política pública de Assistência Social, formas de acesso, critérios, programas e benefícios assistenciais.

O CRAS Bandeiras desenvolveu uma “Oficina Preparatória para Conferência Regional e Municipal”, cuja discussão e reflexão sobre a participação política de usuários e trabalhadores na construção das políticas públicas possibilitou a ampliação do horizonte informacional dos participantes a respeito da política de assistência social no município, estrutura orçamentária e cortes de verbas, limites nas vagas de SCFV, dentre outros.

Em interface com a rede intersetorial, o CRAS Campo Belo promoveu o “Café com prosa”, ação coletiva para debater a política de assistência social e o cenário atual, sobretudo no âmbito municipal, mas abordando também questões da macropolítica nacional. Através do tema da Conferência, abordou-se a necessidade de participação social nos espaços de controle, a importância da garantia de orçamento público para a execução, em especial, desta política pública e reafirmou-se a Assistência Social enquanto um direito dos cidadãos, assegurado na Constituição Federal de 1988. Compareceram usuários do CRAS e CREAS Sul, do Centro de Saúde, FUMEC, lideranças e usuários do território em geral, além de profissionais da rede socioassistencial, saúde e conselheiros do CMAS e Conselho Tutelar.

Todos os CRAS realizaram ações similares as destacadas acima, tendo como objetivo e resultado alcançado proporcionar um espaço em que os usuários puderam expor suas opiniões sobre os serviços existentes no território, ampliar seu conhecimento sobre o que é a Assistência Social, fazer leitura crítica das

notícias apresentadas, trocar experiências sobre acesso a benefícios e impactos trazidos com esse acesso. Por consequência, a população se aproximou do CRAS, fortalecendo sua identidade.

Apesar dos avanços, avalia-se que ainda se faz necessário fortalecer ações que, de fato, se caracterizem como construção de metodologias de trabalho na perspectiva de participação popular. Reforça-se a necessidade de ações continuadas que promovam e fortaleçam a concepção de participação social dos usuários e a importância de a temática ser trabalhada constantemente, pois a vida é dinâmica em suas relações e o cenário sociopolítico força a população a fazer escolhas que, muitas vezes, distanciam-se desta perspectiva, visto que as condições básicas de sobrevivência incidem sobre a efetiva participação popular. Desse modo, permanece o desafio de fomentar espaços permanentes de participação popular e controle social, a exemplo de fórum de usuários e conselho gestor do CRAS.

Neste sentido, a região Norte apresenta uma experiência positiva com o “**FAS Norte**”, espaço de formação de usuários com a participação e condução de profissionais da região, com o objetivo de fomentar conhecimentos sobre a política de assistência social, o protagonismo e empoderamento dos usuários. Articulado em conjunto com a rede socioassistencial e CMAS, em 2019 foram realizados cinco encontros onde: o CMAS apresentou sua proposta de atuação e fomento a participação e controle social; realizou-se uma roda de conversa sobre a Reforma da Previdência e outra sobre participação popular e movimentos sociais, com resgate histórico das conquistas sociais da década de 80; a professora Luciana Tatagiba falou sobre a importância da organização popular e do controle social frente ao atual cenário brasileiro; e abordou-se o acesso e entendimento sobre benefícios e serviços da política de assistência social. Avalia-se que a aproximação do CMAS tem sido profícua e a participação popular ainda é uma dificuldade, uma vez que a gestão do espaço é exercida por um comitê gestor composto, em sua maioria, por profissionais dos serviços públicos (CRAS) e OSC's.

A região Noroeste também tem investido no Fórum de Usuários regional, através da divulgação nos coletivos e nas rodas de conversa sobre o tema *Controle Social*, com a participação dos conselheiros do CMAS. Observa-se a ampliação gradativa do número de usuários participantes nas reuniões do Fórum, tendo, em 2019, sido potencializado pelos processos de sensibilização e mobilização para a Conferência Regional.

Concluindo, é evidente o esforço empreendido pelas equipes e os resultados positivos alcançados junto aos territórios. As atividades coletivas pontuais e continuadas, de modo geral, propiciam o fortalecimento de vínculos, o conhecimento e acesso ao CRAS, a sensibilização e mobilização para temas importantes da vida familiar, social e comunitária, atuando afirmativamente na prevenção aos riscos sociais e situações de vulnerabilidade.

Ademais, os CRAS foram se destacando como referência no território por meio das ações coletivas desenvolvidas durante 2019, fortalecendo a identidade preventiva da Proteção Básica através da promoção de espaços de aprofundamento de seguranças sociais e de prevenção de vulnerabilidades, com práticas voltadas para

proteção e organização da população local, além do enfrentamento às diversas formas de violação de direitos, conseguindo assim, superar o estigma das ações individuais e casuísticas.

## **GESTÃO TERRITORIAL e VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

Em conformidade com o pressuposto de territorialização da PNAS (2004), os DAS e CRAS, por meio das coordenadoras distritais e chefias de setor, conduzem o processo de gestão territorial nas 5 macrorregiões e 12 microterritórios do município, respectivamente, numa perspectiva de atuação em realidades coletivas, com vistas à prevenção de ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios; desenvolvimento de potencialidades e aquisições; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Para empreender tais tarefas, se faz necessário:

### **Conhecer o território e as diferentes demandas e configurações sociais que nele se expressam.**

Nessa concepção, a área de Vigilância Socioassistencial tem muito a contribuir, em especial na construção, análise de dados e suporte às equipes dos territórios.

**Estabelecer relações com os diversos atores que formam a rede de serviços de proteção social no território**, organizadas didaticamente, em três dimensões: a) rede intersetorial (outras políticas sociais), b) rede socioassistencial e c) interface entre as proteções sociais.

O processo de mapeamento e leitura do território em conjunto com a área da Vigilância Socioassistencial (desafio do planejamento estratégico) consiste na principal ferramenta para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual o serviço é referência.

Na perspectiva de fortalecer a gestão territorial, em 2019 houve o estreitamento da relação dos serviços da PSB com o setor de Produção e Gestão da Informação da VS por meio da apresentação do “**Estudo da realidade de Campinas e suas contradições**” nas cinco regiões, com a participação das equipes de trabalho, da rede socioassistencial e, em alguns locais, da comunidade/usuários. A dinâmica de leitura e análise coletiva dos dados em uma linguagem adequada, favoreceu a reflexão e participação dos presentes, bem como a leitura/análise dos territórios.

Na avaliação, as regiões apontaram positivamente o que se traduz nas seguintes expressões:

*“Falando de perto para quem vive no território. Retrataram os desafios enfrentados cotidianamente pela rede e a população se identificou e se reconheceu. Inclusive destacaram informações dos microterritórios como, Bassoli e Sirius”.*

*“Os dados demonstraram haver pessoas de baixa renda na região, em situação de vulnerabilidade e risco social, contrapondo o estigma de que a população da região Leste é rica. A rede gostou muito, participou e se reconheceu. Elogiaram a interlocução com o cotidiano.”*

*“É notório o aperfeiçoamento da compilação dos dados dos territórios realizado pela*

*VS. Buscaram diversas fontes e as informações desvelaram dinâmicas da população como, perfil etário, raça e renda, além de demonstrarem como as vulnerabilidades são sobrepostas e rebatem no território. As informações em escala regional e (micro) territorial expressaram as peculiaridades e heterogeneidade de cada território. “*

*“Notaram a qualidade do trabalho da equipe da VS e o diagnóstico desmistificou algumas interpretações e análises do território”.*

A interação do setor de Produção e Gestão da Informação da VS com os territórios foi avaliada positivamente, como um momento produtivo e rico, o qual fortaleceu o planejamento e a gestão do território. Os próximos passos serão definidos pelas equipes junto com a equipe da VS, conforme as necessidades de construção e produção de outras leituras de cada território e possibilidade do setor.

Cabe apontar que a execução partilhada dos Programas de Transferência de Renda e Cadastro Único e interface com a CSAC também contribuem com o processo de gestão territorial. Neste sentido, mantivemos as seguintes ações com outros setores da área de Vigilância Socioassistencial:

- A participação dos gestores da PSB nos processos de chamamento de editais, análises das propostas de trabalho, monitoramento e avaliação exigidos pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC);
- Participação dos gestores da PSB na formação sobre o Marco Regulatório (MROSC), organizado pela VS com o objetivo de aprofundar os entendimentos acerca da lei 13.019/14 e 13.204/15 que tratam da regulamentação da relação do poder público para contratação e realização de parcerias com as OSCs, e os respectivos monitoramento e avaliação previstos;
- Participação na construção da proposta de reordenamento dos SCFV a partir de 2020;
- Reuniões ordinárias, bimestrais, do Grupo Gestor dos Programas de Transferência de Renda, com o objetivo de dialogar sobre as informações acerca das orientações e normativas demandadas pelo governo federal e estadual, a organização dos processos nos territórios, bem como a gestão compartilhada dos postos descentralizados do CADUNICO;
- Reuniões sistemáticas (bimestral) da comissão do SIGM para análises e avanço no processo de consolidação do sistema junto aos serviços.

No tocante a articulação com os diversos atores no território com vistas à criação de um ambiente de cooperação e de participação, bem como de compartilhamento de responsabilidades, de forma a viabilizar a integração da rede de serviços e a construção de respostas e intervenções conjuntas, os DAS e CRAS imprimiram esforços para garantir a continuidade e participatividade da rede nos espaços existentes.

Na **dimensão intersetorial**, constata-se a participação majoritária dos serviços da política de assistência social, seguida da saúde e, mais timidamente, da educação. Reflete-se que a intersetorialidade é central na política de assistência social, mas também o é nas demais políticas, que por razões diversas, nem sempre compreendem ou conseguem cumprir esse papel, e isso pode ser considerado um entrave, pois quando da



realização das ações propostas, percebe-se que a responsabilidade e engajamento fica centralizada em alguns parceiros apenas. Daí a importância de se pensar a intersectorialidade na perspectiva de diretriz de governo.

Há ainda que se fazer constantes reflexões delimitando a atuação da assistência social no território, haja vista a compreensão de alguns profissionais e de outras políticas setoriais de que orientar quanto a organização da casa, limpeza de ambientes, solicitações de “cata treco” (famílias acumuladoras), dentre outras, são questões “sociais”, logo de responsabilidade da política de assistência social, sugerindo uma resistência em comprometer-se com os desdobramentos inerentes ao próprio trabalho.

Portanto, os desafios para efetivação desta proposta se encontram no âmbito da efetiva participação de todos os atores implicados e da real apropriação e responsabilização pelas ações por parte de cada área.

Na **dimensão com a rede socioassistencial**, conforme apontamento dos territórios, em 2019 a Secretaria formou um **Grupo de Trabalho (GT) interno para construção do Plano de reordenamento para os SCFV**, com o objetivo de dar materialidade ao processo em curso nos espaços regionais e microterritoriais, englobando a relevância da composição e vinculação das OSCs no SUAS e, conseqüentemente, na interface com o DAS e CRAS, bem como assegurando o fluxo de referência e contrarreferência entre os serviços, resultando no fortalecimento da gestão territorial.

Foram pautas de discussão: diagnóstico da execução dos SCFV, definição dos objetivos e metas do reordenamento, estudo de custo do SCFV, fluxo de referenciamento, metodologia do Serviço, gestão territorial e monitoramento e avaliação. Como produto destas discussões, construiu-se as propostas de reordenamento do SCFV para 2020, as quais foram apresentadas ao Conselho Municipal de Assistência Social e rede para apontamentos, partindo do pressuposto de que o reordenamento do SCFV constitui um processo que possibilitará qualificação destes serviços, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e potencializando o trabalho social com famílias no SUAS, cujos avanços demandam comprometimento e investimento dos diferentes profissionais que compõe a rede para se alcançar uma oferta integrada de serviços.

As reuniões com a rede socioassistencial nos territórios têm se caracterizado como um espaço de interação e apoio do poder público com a rede a ele referenciada, abordando questões de âmbito técnico sentidas por esses serviços, especialmente no que se refere ao SCFV e também, questões que permeiam a realidade das famílias atendidas.

Na **dimensão interproteções** nos territórios tem-se investido no fortalecimento dos fluxos de referência e contrarreferência dos serviços e aprofundado o debate acerca dos atendimentos integrados. Tal processo garante aos casos complexos não permanecerem em degraus burocráticos, mas serem atendidos por serviços articulados com capacidade de identificar rapidamente o serviço que melhor atenda as demandas do usuário. Ou seja, quanto mais aprimorado for o fluxo, mais assertiva será a resposta às demandas.

Avalia-se a importância da condução dos GT's Regionais serem de forma compartilhada com a PSE, em vez de responsabilidade única das coordenações distritais, uma vez que há dificuldades de chamamento e uma baixa participação da rede do SESF. Compreende-se ser essencial o comprometimento de todas as proteções

para o avanço do processo, bem como a conduta ativa e integrante dos sujeitos envolvidos, nos territórios. O tema será tratado com o DOAS com o objetivo de traçar estratégias para 2020.

Deste modo geral, o eixo de Gestão Territorial vem articulando as diferentes políticas, considerando singularidades e transversalidades de forma a construir um olhar sobre o território de modo a tecer estratégias cada vez mais eficazes para o atendimento aos usuários. A seguir, apresenta-se os principais aspectos destacados em cada região e microterritórios, considerando a dinâmica e desenhos próprios estabelecidos:

## **REGIÃO LESTE**

### DAS LESTE

A realização sistemática das reuniões do GT SCFV propiciou maior aproximação entre a rede socioassistencial e desta com o DAS, melhorando o entendimento do papel do DAS, bem como propiciaram a realização de uma Roda de Conversa sobre a inclusão do público prioritário, principalmente PCD, conduzidas por educadores da própria rede, o que culminou com uma formação para educadores da região a ser realizada em 2020. Por outro lado, a rede compreende o fluxo de referência e contrarreferência, mas ainda aponta a necessidade de aprimoramento, especialmente do fluxo interproteções.

Assim, projeta-se para o próximo ano a reorganização dos espaços existentes de discussão de casos com a rede de serviços e PSE de média e alta complexidade, com o objetivo de fortalecer o GT Interproteções, para fortalecimento do fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento.

### CRAS RECANTO ANHUMAS

A nova chefia retomou o espaço de articulação com a rede em 2019, avançando no processo de Gestão Territorial com as trocas de informações e discussões com a rede socioassistencial sobre famílias atendidas no PAIF e famílias atendidas pelas OSC's, e esclarecimentos sobre o acesso ao cadastro único, programas de transferência de renda e uso do SICON. O principal entrave a ser trabalhado em 2020 refere-se a dificuldade de conciliar agendas de todos os serviços da rede socioassistencial para realização das reuniões.

Quanto a articulação intersetorial readequou-se as reuniões, de forma que outros atores da política, sociedade civil e lideranças passaram a compor este espaço de forma mais flexível e dinâmica. Desse modo, investir-se-á na aproximação junto aos participantes das intersetoriais, lideranças do território, rede socioassistencial e demais políticas.

### CRAS FLAMBOYANT

As ações em parceria com as OSC's do território possibilitaram o conhecimento e acompanhamento das famílias em maior situação de risco e vulnerabilidade social com planejamento em conjunto das ações dentro das diferentes proteções, com vistas a resolução/melhoria da situação apresentada, bem como o estreitamento e maior vínculo com a rede de serviços.

Neste sentido, a aproximação com a rede socioassistencial, em especial, com a OSC's Nova Jerusalém Paineiras e a Sede dos Moradores do Novo Flamboyant, favoreceu o trabalho social com famílias realizado pela equipe do CRAS, uma vez que viabilizaram espaços compartilhados para o desenvolvimento das atividades do CRAS (acolhimento, grupos, oficinas) de forma descentralizada no território, objetivando minimizar o impacto para os usuários da transferência provisória da equipe de trabalho e do atendimento do CRAS para o prédio do DAS Leste, devido aos entraves para locação de um imóvel para a sede do CRAS Flamboyant.

Com a locação de um imóvel e retorno do CRAS para o seu território de abrangência, o processo de gestão territorial com a rede socioassistencial e intersetorial Mosaico será fortalecido.

## **REGIÃO NOROESTE**

### **DAS NOROESTE**

No âmbito da macrorregião, destaca-se a articulação com a rede socioassistencial em ações coletivas como a do 18 de maio e a participação da rede nos GT SCFV e Interproteções. Em 2019, houve maior envolvimento da Educação nas reuniões intersetoriais “**Abalo Noro**” e o envolvimento da assistência social no planejamento do Evento EJA em Debate/19. Também se ressalta o protagonismo dos diferentes atores, usuários e profissionais dos diversos serviços na participação e organização do **Fórum de usuários Noroeste e Conferência Regional e Municipal de Assistência Social**.

Ressalta-se que o processo formativo **junto aos servidores da proteção básica** com foco no eixo territorial contribuiu com a análise dos territórios quanto as desproteções, reverberando no planejamento e ações das unidades.

Para 2020, projeta-se estimular as demais políticas sociais no processo das ações intersetoriais, dando continuidade e fortalecendo o grupo Abalo Noro; promover ações mais integrativas entre as proteções sociais (Básica e Especial); fomentar planejamentos mais coletivos entre os serviços da rede, com estratégias de participação dos usuários.

### **CRAS FLORENCE**

As atividades desenvolvidas em rede proporcionaram maior alinhamento entre os serviços, viabilizando assim a melhora da articulação do CRAS com demais políticas e serviços do território. A partir da ação do dia 18 de maio, foi possível avançar e agrupar a rede do território do Florence, apesar dos poucos serviços existentes.

A partir da provocação de uma liderança do Sirius, o CRAS implantou uma nova oficina descentralizada, o que promoveu uma maior aproximação com a população do bairro e fomentou o deslocamento de outros serviços, como o Centro de Saúde, para atender a população no bairro.

### CRAS SÃO LUÍS

O trabalho em perspectiva intersetorial é “*considerado como um dos carros-chefes*” da atuação do CRAS São Luís, com mais ações intersetoriais, com participação de mais serviços do território e atuando em frentes múltiplas: organização de trabalho da própria intersetorial, projetos da ação transversal, ações pontuais temáticas (Consciência Negra e 18 de maio), interlocução nas ações rotineiras (p.ex. Conversa sobre suicídio com psicóloga do CS Floresta no grupo de mulheres), dentre outros. Outro espaço de interface com a rede refere-se à “**Rede Móvil**”, cujo mote é a discussão dos casos emergentes.

Tais ações têm garantido maior resolubilidade no encaminhamento de casos mais complexos do território, e também maior agilidade na identificação e encaminhamento de casos de média complexidade; ampliação das possibilidades de atuação do CRAS nas parcerias com as escolas, tanto em termos de eventos, quanto de acesso a profissionais e informações.

Como desafio aponta-se a manutenção das redes construídas, não permitindo que se desfaçam ou desmobilizem, mesmo frente ao desmonte e desinvestimento ao qual os serviços públicos vêm sendo submetidos nos últimos anos.

### CRAS SATÉLITE ÍRIS

As reuniões da “**Intersetorial Micro II**” ocorrem bimestralmente com a rede de serviços socioassistenciais, outras políticas públicas (a educação estadual ainda participa pontualmente) e comunidade do território do CRAS Satélite Íris e CRAS Florence. O planejamento anual é voltado para uma causa comum do território, com levantamentos de demanda, construção de pautas e possibilidades de encaminhamentos. Em 2019, devido ao documento contra a Fome para o CAISAN, foi montado uma comissão para desenvolver junto a SEPLAN (Secretaria de Planejamento) um Plano de Desenvolvimento Local do bairro Cidade Satélite Íris, frente as graves demandas do território, onde concentra o maior número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza (sendo identificado pela geógrafa Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia dos Santos Plácido da PUCC como o epicentro da desigualdade social do município de Campinas), com agravante da falta de saneamento básico, solo contaminado pelo Antigo Lixão e moradias precárias e irregulares. Também foi estabelecido parceria com o Instituto Federal para ministrar cursos no território para a população e compor a intersetorial.

O CRAS tem realizado ações e atendimentos descentralizados na unidade intitulada “São Judas”, favorecendo o acesso das famílias de alta vulnerabilidade social dos bairros mais distantes da sede do CRAS Satélite Íris, a saber: Jd. Uruguai, Jd. São Judas, Jd. Ouro Preto e Marialva. Este equipamento proporciona a

ampliação de atendimento da Política de Assistência Social na região, sendo uma importante estratégia para a gestão do território.

A “**Rede Territorial Satélite Íris**” também tem se mostrado um espaço de articulação importante, com o intuito de organizar os processos de trabalho no território, tornar mais eficiente o fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento e otimizar as discussões de caso. Todavia, estes objetivos não tiveram a mesma ênfase durante o ano de 2019, devido a outras demandas como Fórum de Usuários e Conferência da Assistência Social. A Rede será retomada no próximo ano.

## **REGIÃO NORTE**

### **DAS NORTE**

O “Reordena Norte” discutiu o MROSC e o fluxo no primeiro semestre e ficou temporariamente suspenso no segundo semestre aguardando a nomeação da nova coordenação distrital, bem como a materialização do plano de reordenamento para os SCFV. Apesar disso, foi possível alinhar e integrar as ações da rede socioassistencial, com a sensibilização da rede de proteção social para a atuação conjunta para superação das vulnerabilidades e riscos sociais da região Norte. Destaca-se a apresentação dos dados do território pela área de Vigilância Socioassistencial, ação que viabilizou a aproximação entre os serviços envolvidos nas discussões e demandas relacionadas ao território e melhorou a percepção dos profissionais na perspectiva da integralidade de atenção às famílias com a rede e demais políticas.

Por outro lado, alguns espaços intersetoriais precisam ser fortalecidos, sendo necessário avançar na identificação das demandas coletivas, reconhecimento do espaço como de superação dos indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais e construção de soluções / intervenções conjuntas. Como entraves, observa-se a baixa participação das políticas de Educação e Saúde nas reuniões intersetoriais e a alta rotatividade dos profissionais dos serviços, dificultando o planejamento e a continuidade das ações propostas.

Com relação ao GT interproteções, o DAS garantiu com efetividade as reuniões bimestrais, mesmo ainda não tendo uma unidade de CREAS na região e a alternância de representação de membros da alta complexidade. Progrediu-se no alinhamento e compreensão dos conceitos entre as proteções, porém a questão da construção do fluxo de encaminhamento dos casos não avançou. Com a implantação no segundo semestre da unidade do CREAS Norte, espera-se avançar em 2020 neste âmbito.

### **CRAS VILA RÉGGIO**

A “**Intersetorial Estrela**” atua na perspectiva de pautas coletivas, considerando temas pertinentes ao território considerados transversais e emergentes que foram abordados ao longo do ano. É um espaço de leitura territorial e articulação de questões amplas, tanto de necessidade e interesse da comunidade, como das próprias políticas envolvidas. No entanto, essa articulação tem ocorrido majoritariamente entre os serviços da política

de assistência social, enquanto a participação das outras políticas, como saúde e educação, fica personificada. Foram realizadas ações afins às políticas sociais que compõem o grupo, tais como, Dia Internacional das Mulheres, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, bem como, ações que decorreram de demandas apresentadas pelas equipes técnicas, trazidas pelas famílias e/ou usuários atendidos, como o Seminário de Violência Policial, denúncias de maus tratos na Nave Mãe.

Outro foco desse espaço é a capacitação dos profissionais da rede de serviços. Nesse sentido, foram realizadas rodas de conversa com a Coordenadoria de Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa e com o Centro e Referência LGBT.

Diante dos resultados alcançados, a Intersetorial Estrela se reconfigurará em 2020, com maior vinculação dos temas trabalhados para garantir continuidade das ações que anteriormente eram pontuais.

O “**Roda Rede**” (reunião com a rede socioassistencial) é reconhecido, valorizado e potente, tendo avançado significativamente, dentro dos limites de atuação do CRAS e dessa rede. Além disso, o espaço reforça o vínculo entre o CRAS – referência de serviço público no território – e a rede de serviços executores da política de assistência social.

Em 2019, o grupo discutiu a realidade dos serviços, aprofundou o debate sobre pautas ligadas ao cotidiano de trabalho da rede e olhou as demandas da comunidade que se interligam com o papel do CRAS e que precisam ser pauta da assistência social.

Quanto ao primeiro aspecto, abordou-se tanto as possibilidades quanto as dificuldades das instituições para desenvolver o trabalho pretendido, em se tratando de: condições materiais, espaço físico, metas de atendimento, gestão do serviço e metodologia de trabalho. Tal reflexão foi muito positiva, pois permitiu conhecer melhor o trabalho de que cada serviço, trocar olhares sobre as mesmas dificuldades e ainda criar novas possibilidades de execução do trabalho.

As rodas de conversa foram com a Coordenadoria de Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa e a Coordenadoria da Juventude, na perspectiva de o grupo conhecer um pouco mais destes serviços, cujas pautas estão intimamente ligadas ao cotidiano de trabalho da rede. Como consequência, ampliou-se o olhar do grupo para outros temas vivenciados pelos usuários dos serviços, os quais poderiam ser trabalhados conjuntamente como, por exemplo, a temática Suicídio (Setembro amarelo).

## CRAS ESPAÇO ESPERANÇA

Até meados de 2019, o CRAS e o Centro de Saúde integraram o espaço da Rede Abraço e, no processo de discussão, propuseram ampliar o campo de atuação da Rede com outros temas pertinentes a realidade do território, para além da apresentação dos resultados dos trabalhos das OSC. A proposta gerou muitas discussões, criando desconforto quanto à condução e prioridades do grupo e concluiu-se pela não continuidade do espaço como referência intersetorial.

Com isso, o CRAS redefiniu as metas no que diz respeito à gestão territorial e o seu papel no território e, conjuntamente com a saúde, instituiu um novo espaço de discussão na perspectiva intersetorial, com a participação da Educação, Saúde, rede socioassistencial do SCFV e lideranças da comunidade. A partir da análise empírica da situação do território e elaboração de um diagnóstico, este coletivo norteou o planejamento das atividades para 2020 como, por exemplo, uma das ações será identificar com maior clareza, as ofertas de serviços da rede de proteção social, seus fluxos e procedimentos para integrar as ações de cunho coletivo preventivo. A partir das perspectivas do plano de reordenamento do SCFV, espera-se avançar em 2020 na gestão pública da rede.

Destaca-se também o fortalecimento do trabalho integrado com a rede de proteção social do território, por meio dos espaços de discussão de caso e elaboração de Plano de Atendimento Integrado (CRAS Espaço Esperança, Centro de Saúde São Marcos, Escolinha Branca, Escola Roberto Telles, SESF Direito de Ser e CPTI). Com a implantação do CREAS Norte, espera-se fortalecer o GT Interproteções para construção de fluxos, alinhamento de conceitos e maior sinergia entre as proteções.

## **REGIÃO SUDOESTE**

### **DAS SUDOESTE**

A região Sudoeste observa um grande avanço no planejamento estratégico no eixo da Gestão Territorial, especialmente em virtude do compromisso na discussão coletiva da política de assistência na região. Foi aprimorado processos de conhecimento e entendimento dos fluxos em resposta às demandas do serviço (trabalho técnico). O GT Interproteções, em interface com o CMAS, propiciou um avanço nas ações coletivas através da construção do processo de Conferência Regional e Municipal, mobilizando trabalhadores e usuários da política. No território do DAS, pela primeira vez, articulou-se a rede para organização e efetivação da ação em prol do 18 de maio, cujo resultado foi exitoso e assertivo. Para 2020, espera-se promover outras ações extramuro, para além dos atendimentos particularizados.

### **CRAS CAMPOS ELÍSEOS**

O CRAS aponta como destaque o evento intersetorial realizado no território voltado para o público idoso e, que no processo despertou aproximação entre os serviços e indagações a respeito desse público atendido. A partir desse processo, criou-se um protocolo de discussão de casos e foi-se criando possibilidades de articulação e integração entre os serviços.

A sistematização das reuniões do território promoveu uma maior participação dos serviços na reunião intersetorial e o fortalecimento do protocolo de discussão de caso no território, por meio da definição de uma data fixa e metodologia para os encontros (criaram um e-mail conjunto com informações básicas do caso), melhorando a interface entre os serviços, impactando assim nos processos de gestão territorial. Por outro lado,

ainda se deparam com as seguintes dificuldades: participação da educação e casos que extrapolam as possibilidades de trabalho da proteção básica.

#### CRAS NELSON MANDELA

As ações coletivas desenvolvidas no ano de 2019 foram fundamentais para o trabalho articulado da rede territorial. Foi possível perceber que os serviços das demais políticas públicas passaram a buscar o CRAS como uma referência para construção de ações de prevenção, discussão de casos e acesso a serviços da rede socioassistencial da região do microterritório dos DIC's, fortalecendo seu papel articulador e de gestão da rede socioassistencial.

A Escola Estadual Eliseu Narciso realizou ação de mobilização sobre a Consciência Negra, na qual, estabelecemos parceria com a condução de Oficina denominada "A Magia Negra". Como resultado alcançado aponta-se a consolidação da parceria com a educação nas ações coletivas do território, bem como a oferta de um espaço que possibilitou oferecer referências de personalidades negras, desconstruindo estigmas e preconceitos que envolvem a história e a cultura negra.

Esta unidade permanecerá no processo de sensibilização da rede local para composição nas reuniões da Intersetorial, visto que a participação nos espaços e atividades ocorre por interesse particular dos profissionais, não sendo uma diretriz dos serviços em si, de modo que, ao ocorrer mudanças no quadro de funcionários destes setores, a representatividade dos serviços fica comprometida.

#### CRAS NOVO TEMPO

As ações elencadas estreitaram-se os laços entre os serviços, ampliaram os circuitos de cooperação e oportunizaram a pactuação de uma agenda comum, efetivamente capaz de ofertar uma perspectiva intersetorial ou interproteções para as intervenções realizadas no território. Destaca-se a interface com as outras políticas na realização das atividades coletivas (comunitárias) que impactaram, inclusive, o eixo do trabalho social com famílias. A exemplo, o "Sarau da Consciência Negra", construído em parceria com a Rede Intersetorial Vida Nova, ocorreu na Praça D. Bosco, no período noturno, aberto à comunidade, ocasião na qual, além de apresentações artísticas e culturais (hip hop, vogue, declamação de poesia) houve a homenagem às personalidades negras do território do Vida Nova.

Houve o fortalecimento da articulação com a média complexidade e aprimoramento do trabalho conjunto, em particular no espaço de discussão de caso, em virtude da participação mais ativa das OSC's executoras do SESF.

Para 2020, considera-se necessário avançar nos seguintes aspectos: a) aprimoramento da relação com o CREAS, em especial com as equipes de SESF, no sentido de melhorar a colaboração para a efetiva resolutividade das demandas; b) manter, ampliar e aprofundar as articulações feitas no âmbito da intersetorial,



de maneira a oportunizar que as políticas amplifiquem seu alcance e sinergia, por meio de ações, projetos e programas transversais e coletivos.

## **REGIÃO SUL**

### **DAS SUL**

A Gestão Territorial na região Sul tem se consolidado, ano a ano, com o fortalecimento dos GT's SCFV, SUS-SUAS e Interproteções. Através destes espaços, é possível estabelecer e (re)pactuar os fluxos estabelecidos, discutir casos, propor ações conjuntas. Deste modo, os diferentes atores envolvidos nos processos de atendimento às demandas dos usuários:

Conhecem as limitações de atuação de cada política/serviço;

Planejam em conjunto intervenções para as demandas apresentadas;

(re)conhecem e fazem uma leitura crítica da realidade, visto que os diferentes olhares por parte destes atores qualificam a leitura social do território (bem como da sociedade), o que implica em novos paradigmas de intervenção e modos de ser trabalhador nesta região;

Aproximam os trabalhadores, qualificando relações que, também, se mostram como parte importante do trabalho.

A inclusão da rede de serviços da PSB nos GTs, SUS/SUAS e Interproteções para discussão de casos vem qualificando e consolidando o fluxo de atendimento, bem como apresentando maior resolutividade nos atendimentos dos casos de maior vulnerabilidade e risco social. Trata-se de um processo de trabalho iniciado em anos anteriores que propiciou e fortaleceu a integração da rede e apropriação adequada dos fluxos estabelecidos entre as proteções por um maior número de serviços o território.

Para 2020, será dada continuidade aos processos desencadeados, com objetivo de fortalecer a gestão territorial e de viabilizar uma oferta integrada dos serviços na perspectiva de ampliar a prevenção às situações de desproteção vivenciadas pelas famílias nos territórios do DAS.

### **CRAS BANDEIRAS**

Em 2019, apesar da irregularidade da frequência dos centros de saúde, conseguiu-se pautar e discutir mais casos entre Saúde e Assistência Social, efetivando o objetivo do GT SUS/SUAS, espaço privilegiado de discussão e articulação entre os serviços, assim como houve maior participação da rede socioassistencial no espaço.

O GT Interproteções propiciou o alinhamento do processo de encaminhamento e, conseqüentemente, promoveu maior interação entre as Proteções Sociais Básica e Especial, assim como a ampliação dos possíveis olhares sobre os casos que são discutidos nas reuniões, propondo ações para os casos e o aumento da

resolutividade das problemáticas ou a diminuição de seus impactos para as famílias. Todavia, avalia-se que, em muitos momentos, a discussão restringe-se ao fluxo, em detrimento da reflexão dos casos a partir do compartilhamento de saberes.

Aponta-se para o próximo ano, a promoção de encontros entre representantes da PSB e PSE para atualização/conhecimento das novas metodologias de trabalho, considerando as especificidades de cada proteção; e fomentar e fortalecer a gestão territorial com intuito de promover melhorias no atendimento direto aos usuários do serviço.

## CRAS CAMPO BELO

Os **GT's SUS-SUAS** e **Interproteções** estão focados na construção e manutenção de fluxos de atendimentos aos usuários, de forma conjunta, pautados através de discussões de casos que possibilitam maior conhecimento das demandas dos usuários e aumento da resolutividade dos casos. Neste sentido, estes espaços de interface estão sob a égide das ações voltadas especificamente para os usuários atendidos, sendo possível observar como resultados alcançados:

Estreitamento das relações com os atores de outras proteções (Interproteções) e com a saúde e Conselho Tutelar (SUS-SUAS);

Melhor resolutividade de alguns casos;

Releitura sobre as demandas dos usuários;

Referenciamento e/ou contrarreferenciamento dos usuários aos serviços, promovendo acesso dos mesmos e ampliação da leitura de território (vulnerabilidades e potencialidades);

Manutenção de fluxos estabelecidos.

Cabe ressaltar que esforços constantes são feitos para que a análise dos casos não fique pautada na estrita “mecânica” do trabalho, com o objetivo de não incorrer num jogo de demandar à outra política pública uma solução do problema, mas sim na compreensão dos desdobramentos inerentes ao próprio trabalho e construção da intersecção das demandas.

Por outro lado, as **reuniões intersetoriais** propõem-se a olhar as demandas do território. Promovendo ações comunitárias que possibilitem aos atores que moram e trabalham na região do Campo Belo reflexão sobre as demandas sociais ali presentes, leitura crítica sobre elas, formas de intervenção e acompanhamento dos encaminhamentos. Nesta perspectiva, em 2019, a Intersetorial Campo Belo conseguiu desenvolver atividades em conjunto, mobilizando os serviços do território e algumas lideranças para sua participação, nas ações para o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 18 de maio” e o “Café com prosa” (preparação para a XIII Conferência Municipal de Assistência Social). Também foram abordados temas como “mães crecheiras”; apresentação de serviços extraterritoriais que atendem a população com deficiência; e benefícios e programas de transferência de renda.

Embora seja um avanço poder articular ações que mobilizem o território para intervir em seu cotidiano, observa-se que as reuniões Intersetoriais, especialmente nos últimos meses de 2019, priorizou a construção do projeto do “18 de maio” de 2020, havendo um grande risco do espaço perder seu caráter reflexivo para ser um local de elaboração de eventos. Outro aspecto desafiador refere-se à ausência de profissionais da educação, embora se tenham engendrados esforços para sua participação, e o distanciamento dos profissionais da saúde deste espaço, em contraponto com o fortalecimento do GT SUS-SUAS.

Portanto, investir-se-á na manutenção dos GT SUS-SUAS, Interproteções e SCFV, de forma a garantir os avanços já alcançados, bem como na aproximação com as políticas de Saúde e Educação, no que se refere a participação nas reuniões Intersetoriais.

## **DESAFIOS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

- Situação financeira municipal e federal que rebateram no atendimento e na execução das ações nos territórios;
- Limitações de transporte para realização de busca ativa, visita domiciliar, ações descentralizadas, dentre outros;
- Insuficiência de recursos humanos (equipe técnica) no DAS para a realização das atividades;
- Carência de material e insumos para realização de atividades;
- Ausência de placas de identificação visual das unidades e material de divulgação dos serviços;
- Morosidade nos trâmites para efetivação da formação para as equipes de PSB;
- Estrutura física dos CRAS Campo Belo, CRAS Nelson Mandela e CRAS Satélite Íris;
- Locação de imóvel para sediar o CRAS Flamboyant de acordo com as normas de acessibilidade e exigência jurídica e burocrática da PMC;
- CRAS Flamboyant sediado fora do território de abrangência;
- Procura pelos serviços socioassistenciais por informações e orientações previdenciárias, fora do escopo da assistência social, devido as mudanças no INSS e restrição na interlocução por parte da instituição;
- Aumento da demanda de pessoas idosas, com situações complexas em contraste com a limitação dos serviços das diversas políticas públicas;
- Déficit de serviços no município para atendimento da população idosa;
- Interface com as políticas de Saúde e Educação no processo de gestão territorial.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Ampliação do reconhecimento do papel do CRAS quanto ao trabalho na perspectiva da prevenção, com maior visibilidade das ações e participação da população nos eventos educativos;
- Finalização da formação para os profissionais da PSB, com foco no eixo territorial;
- Fortalecimentos dos gestores da PSB, com a efetivação da supervisão;
- Participação da construção do Plano de Reordenamento do SCFV para 2020, em conjunto com a área de VS;
- Reconhecimento dos limites e potencialidades das ações dos distritos;
- Qualificação da leitura e diagnóstico do território do DAS, por meio da formação e mapeamento realizados, confirmando o público idoso como o de maior desproteção /vulnerabilidade;
- Apresentação dos dados produzidos pela área de VS nas cinco regiões, fortalecendo a leitura e gestão dos territórios;
- Fortalecimento dos fluxos de referência e contrarreferência entre as proteções e debate acerca dos atendimentos e ações integradas.
- Ampliação do alcance das ações através de parcerias com a rede socioassistencial, intersetorial e outros;
- Impacto na comunidade das ações coletivas e intersetoriais, em especial o *18 de maio*;
- Mobilização e participação das equipes, da rede socioassistencial e dos usuários para as Conferências Regionais e Municipal da Assistência Social;
- Melhor compreensão acerca do conceito de gestão territorial pelas equipes;
- Aperfeiçoamento do trabalho social com famílias, metodologias de trabalho e ações de caráter comunitário desenvolvidos pelos CRAS;

## **METAS PARA 2020**

- Reposição de profissionais nos CRAS e DAS;
- Contratação de educação permanente (capacitação, supervisão, formação) para as equipes de DAS e CRAS, na perspectiva do trabalho social com famílias e gestão territorial;
- Contratação de supervisão/formação para os gestores da PSB, na perspectiva da gestão;
- Confeccionar material de divulgação dos DAS e CRAS;
- Aquisição de novos equipamentos e insumos para execução do trabalho;
- Melhorar a estrutura física dos CRAS Campo Belo e CRAS Satélite Íris;
- Locação de imóvel para o CRAS Flamboyant;

- Avançar na discussão sobre o papel das equipes no processo de elaboração do diagnóstico territorial, bem como junto à área de VS;
- Fortalecer a gestão territorial na perspectiva das relações intersetoriais, interproteções e da rede socioassistencial;
- Dar continuidade aos processos formativos e participativos nos territórios, de usuários e movimentos sociais organizados, e as ações de mobilizações em defesa do SUAS e contra as perdas sociais;
- Aprimorar a interface com a Vigilância Socioassistencial no que se refere a leitura dos dados territorial, a construção de indicadores e o processo de monitoramento da rede de SCFV;
- Estabelecer agenda da PSB como, seminários, workshops ou similar, para compartilhar as experiências dos territórios e refletir sobre os afazeres metodológicos no campo da prevenção, na perspectiva da produção de conhecimento;
- Dialogar com os serviços e/ou recursos existentes no município, na perspectiva de desenvolver estratégias conjuntas para o atendimento da população idosa;
- Traçar novas estratégias com a área de VS para convocação dos beneficiários do PBF em descumprimento.

## **COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS**

Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. São serviços que requerem estruturação técnica operacional para o acompanhamento sistemático aos usuários.

É notório e sabido que famílias que vivenciam violações de direitos têm necessidades urgentes no atendimento continuado, pois se trata de vivências que marcam profundamente os indivíduos e famílias.

Em nosso município os atendimentos e acompanhamentos de média complexidade são ofertados por meio cinco CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e de 13 (treze) unidades executoras em parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Em agosto de 2019, foi implantado o CREAS Norte, quinto CREAS do município. Com espaço, equipe e estrutura próprios, a implantação do CREAS Norte permitiu que a gestão dos serviços da Região Norte pudesse separar-se da Região Leste, a conclusão do processo de territorialização dos serviços de média complexidade e com isso, a ampliação da cobertura e a diminuição do tempo entre o referenciamento e atendimento da demanda.

Os CREAS ofertam o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e realizam a gestão territorial dos seguintes serviços a eles vinculados:

- Serviço Especializado de Proteção Social as Famílias e Indivíduos ((SESF);
- Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade (MSE);
- Abordagem Social de Crianças e Adolescentes,
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – no domicílio
- Centro Dia para a Pessoa com Deficiência;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

No ano de 2019, a rede de serviços de média complexidade foi responsável pelo atendimento de 2.890 famílias e indivíduos/mês em situação de violação de direitos.

A lógica e o marco teórico-metodológico e ético que sustenta o trabalho na Proteção Social Especial de Média Complexidade, bem como os marcos operacionais que permitem dar unidade e consistência ao trabalho se expressam através dos conceitos de família, violência e finalidades do trabalho com famílias, conforme constam do livro já publicado *Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade*, também disponível no site <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/assistencia-social-seguranca-alimentar/materiais-divulgacao.php>

A gestão pública, em suas diferentes instâncias é responsável por coordenar ações integradas e complementares com objetivo de enfrentar e intervir em situações de violações de direitos.

A partir do planejamento coletivo foram apontados um conjunto de ações articuladas e metas. Nesta perspectiva, investiu-se no desempenho da capacidade técnica e gerencial das equipes, na reorganização dos processos internos aos CREAS e aos demais serviços. Essas ações possibilitaram respostas mais céleres às demandas internas e externas, melhor qualidade para o atendimento, além de concretizar a descentralização das ofertas de atendimento e de gestão, fatores importantes para democratização do acesso do usuário e agilização do referenciamento a partir do território, de modo a oferecer o mais urgente possível, proteção às vítimas de violência doméstica, tão logo essa violência seja constatada. Desde então, investiu-se na articulação e fomento de ações nos territórios, especialmente no campo da prevenção primária, visando a quebra do silêncio que cerca a questão da violência.

Ainda na perspectiva de atender aos objetivos propostos no planejamento, deu-se continuidade ao trabalho de fortalecimento da identidade dos CREAS e dos serviços a ele vinculados, por meio de espaços coletivos de reflexão e diálogos entre todos profissionais, chefias e coordenação.

Desta forma, propiciou-se o alinhamento metodológico do trabalho social com famílias, e maior reconhecimento e enfrentamento dos limites e possibilidades da intervenção social no atendimento as famílias.

Outra ação importante foi a qualificação do fluxo entre a Proteção Especial de Média e de Alta Complexidade, por meio de espaços coletivos de diálogo.

Deu-se continuidade ao trabalho de fortalecimento da intersetorialidade e territorialidade, a partir do Grupo de Trabalho Interproteções (GT Interproteções) nos territórios e nos espaços intersetoriais. Tal articulação possibilita a ampliação da cobertura de serviços especializados, o atendimento da demanda e um melhor diagnóstico do perfil dos territórios.

Compromissados com os objetivos planejados, espaços de formação foram viabilizados através de profissionais da rede e contratação externa, na perspectiva de refletir sobre o trabalho social com famílias, considerando-se a dimensão social e comunitária das relações familiares.

## 1. CENTROS ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- CREAS

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) oferecem por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), acompanhamento técnico especializado, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida.

Os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outros Órgãos de Defesa de Direitos. Também devem articular-se com os demais serviços socioassistenciais e com outras políticas públicas, com vistas a fortalecer uma efetiva rede de proteção social.

### 1.1 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LESTE (CREAS-Leste)

O processo de gestão territorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade na Região Leste ocorreu de forma descentralizada e transversal às outras políticas, ou seja, por meio de oito intersetoriais existentes nos diferentes microterritórios desta região, com a participação de representantes da equipe técnica do CREAS Leste em todos estes espaços. Além disso, a gestão do atendimento à demanda referenciada ao CREAS Leste se desenvolveu através de sistemáticas reuniões entre OSC's que operam o SESF, o Serviço Domiciliar e a Chefia deste serviço, tanto para discussão de casos quanto para gestão técnica dos serviços. Compõe ainda a gestão territorial as reuniões de equipe que ocorreram semanalmente no CREAS Leste, para discussão das demandas do PAEFI, questões relativas as redes intra e intersetoriais e produção de diagnósticos das situações de violência vividas pelas famílias nos diferentes microterritórios.

Através da ação de mapeamento de todas as situações que deram entrada no CREAS Leste foi possível identificar demandas para atendimento prioritário e as demandas para articulação intersetorial, favorecendo

assim o conhecimento, caracterização e qualificação das situações/violações de direitos. Com a divisão de profissionais por microterritórios, foi possível ainda a articulação intersetorial, uma vez que a região leste possui 08 intersetoriais de discussão de casos e o conhecimento de demandas específicas para atendimento, por ciclo de vida, seguimento e tipo de violência.

Houve também reordenamento dos encaminhamentos ao CREAS que anteriormente eram encaminhados ao DOAS, sobretudo pelo Conselho Tutelar, que posteriormente passaram, em sua maioria, a ser referenciados diretamente ao CREAS.

As reuniões do GT Interproteções ocorreram, favorecendo a integração entre as proteções sociais com reflexões de situações para afinar fluxos. Ainda se faz necessário uma maior articulação para efetiva participação de todos os envolvidos (OG's e OSC) que atuam no território, por Proteção Social. Apesar da existência deste GT há vários anos, em 2019 as chefias e coordenações dos serviços da região Leste têm investido na reorganização deste espaço, em seus objetivos, metas e ações, tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos serviços em relação a alguns pontos do fluxo e dos critérios de inclusão entre as diferentes proteções, sobretudo na Alta Complexidade.

As equipes próprias e as equipes das Organizações da Sociedade Civil, ao longo do ano, avaliaram positivamente as ofertas de formações realizadas no ano de 2019. Através das reuniões de coordenadores técnicos de OSC e chefia de CREAS, foi avaliado que os espaços formativos puderam oferecer/fortalecer alguns instrumentais para dimensão prática do trabalho, como o genograma e o mapa da rede, articulado também com momentos de maior reflexão acerca de questões emblemáticas do cotidiano, como a interface com a Saúde Mental.

Houve participação efetiva da equipe nas intersetoriais, garantindo a discussão de situações familiares e encaminhamentos junto à rede de serviços, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para a garantia de direitos; articulação de propostas e de ações conjuntas nos territórios (Ex.: ações de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes; Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa).

Identificamos aumento expressivo de idosos em situação de isolamento e negligenciados pelo conjunto da sociedade/estado, que possuem algum nível de autonomia e vínculo com a casa e/ou comunidade, mas não correspondem aos critérios de inclusão da PSEMC, por não terem potencial de reorganização familiar que garanta proteção. Dessa forma, entende-se que novos serviços, em outro nível de Proteção Social, deveriam ser criados ou ampliados, tais como: república para idosos, acolhimento/cuidador em domicílio para evitar a institucionalização, dentre outras.

Além disso, o agravamento da desigualdade social provocada por um sistema econômico e social excludente e o recrudescimento do ódio às diferenças, tem fragilizado grupos mais vulneráveis (mulheres, negros, LGBTs, PCD, pessoas com sofrimento psíquico, crianças, adolescentes, jovens e idosos), impactando nos limites e até na potência da intervenção da PSEMC. Neste sentido, houve também aumento da demanda, sem correspondência da oferta, do Cartão Nutrir Emergencial.



Em agosto de 2019 houve o desmembramento do CREAS Leste/Norte, a partir da criação do CREAS Norte com espaço independente, equipe e estrutura próprias, tornando-se referência para aquela região, e este CREAS Leste pode iniciar sua reorganização como referência da Região Leste.

O CREAS Leste, até 23 dezembro de 2019, estava instalado em um antigo prédio que não atendia mais às exigências de acessibilidade, impondo-se, desta forma, a mudança de local. Diante da dificuldade na locação de outro imóvel que contemplasse as exigências de acessibilidade, custo e estrutura básica necessária para funcionamento do serviço, e considerando-se a impossibilidade de manutenção da citada locação, não restou alternativa senão a instalação temporária do CREAS Leste nas dependências do CRAS Recanto Anhumas. Esta mudança trouxe impactos extremamente significativos, no que diz respeito a continuidade das ações planejadas, as quais sofreram alterações para melhor atender aos usuários.

## 1.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NORTE – CREAS Norte (Outubro a Dezembro/2019)

De acordo com o Relatório de Informações Sociais (RIS, 2016), a região Norte é uma das regiões mais desenvolvidas economicamente em Campinas e possui 95% de sua área pavimentada. Entretanto, trata-se de uma região marcada por desigualdades sociais expressas, sobretudo na ausência de renda, conforme revelam os dados: a região possui faixa de renda entre 10 e 20 ou mais salários-mínimos, porém, em proporção absurdamente inversa a predominância de renda zero é significativamente elevada, combinada com baixos rendimentos que variam entre 0,5 e 10 salários-mínimos. (Fonte: Censo IBGE, 2010).

Assim, é possível observar a relação direta entre a vulnerabilidade socioeconômica do território e situações de violações de direitos no contexto familiar, o que é corroborado nos casos incluídos no ano de 2019, com um número expressivo de casos de negligência e abandono.

Atualmente a equipe do CREAS Norte está formada por 1 Coordenadora (psicóloga), 3 Assistentes Sociais, 1 Assessora Técnica, 1 Agente de Ação Social, 2 Agentes de Apoio Operacional.

Em razão da recente implantação do serviço, a equipe, cujos servidores foram remanejados de outros serviços, inicialmente voltou-se para a apropriação da metodologia de trabalho e para os processos internos, tais como a definição de papéis na equipe e qualificação técnica dos atendimentos.

Foram iniciados alguns processos de gestão em parceria com a Proteção Social Básica, com o intuito de fortalecer a gestão pública na região.

Desta forma, alguns projetos estão sendo elaborados para o ano de 2020, como o Encontro Regional de Assistência Social Norte, com a presença de serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Houve ainda o início da aproximação da equipe do CREAS com os serviços de saúde, através de discussões de casos, para a qualificação das demandas encaminhadas e fortalecimento da identidade do serviço.

Os processos de qualificação da demanda referenciada ao CREAS Norte em 2019 ocorreram de forma pontual, nas discussões de casos, já que diversas estratégias territoriais foram organizadas para iniciar no ano de 2020, como apresentação do trabalho do CREAS e da Ficha de Referenciamento nos espaços intersetoriais, nos serviços de saúde e nos serviços que compõe a Proteção Social Básica.

O GT Interproteções na região estava ocorrendo bimestralmente, em alternância com os encontros do Reordena Norte (reuniões entre serviços da Proteção Básica para discussão do Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

Após a implantação do CREAS Norte, articulou-se a reorganização deste espaço de discussão. A partir de 2020, o GT Interproteções terá como objetivo a discussão de casos entre Serviços da Assistência Social (Proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade), com a participação das demais políticas, para a articulação de ações conjuntas e/ou tomadas de decisões e encaminhamentos. Deste modo, os fluxos e procedimentos serão efetivados a partir de casos concretos. Em relação às formações promovidas ao longo de 2019, voltadas à Proteção Social Especial de Média Complexidade, apesar do curto período de tempo da equipe técnica do CREAS Norte, os momentos de troca com os demais profissionais da PSEMC foram de extrema importância para a apropriação do trabalho.

### 1.3 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS SUL

O CREAS Sul tem sido referência no território para as discussões de casos e atendimentos às violações de direitos na região. A participação das profissionais do CREAS nos diversos espaços têm garantido uma melhor qualificação e resolutividade das situações encaminhadas, bem como o fortalecimento das parcerias intersetoriais estabelecidas.

A equipe do CREAS foi organizada por microterritório para garantir uma representação fixa nas intersetoriais, comissões e eixos de discussão de casos com a saúde. A equipe conta com uma reunião semanal para assuntos gerais e discussão de casos. Neste espaço também é feita a socialização das informações e discussões das diferentes comissões e intersetoriais que a equipe participa.

Em relação aos serviços vinculados ao CREAS (SESF, MSE, Serviço Domiciliar e Abordagem de Rua, Centro-Dia e PETI), o CREAS tem mantido uma relação próxima, com algumas diferenças entre eles.

Com as coordenações de SESF foram realizadas em 2019 reuniões mensais com objetivo de discutir sobre os assuntos pertinentes ao trabalho executado na região, a relação com os demais serviços e políticas públicas. Ao longo do ano, a coordenação do Serviço Domiciliar passou a participar também. Neste espaço, além da troca de experiências e informações, tratou-se de fluxos e procedimentos do trabalho realizado pelas equipes, bem como das dificuldades encontradas na execução do SESF e Serviço Domiciliar. A partir das questões trazidas, foi possível pensar estratégias para o seu enfrentamento. A partir da demanda apresentada pelas equipes, realizamos uma reunião ampliada (com coordenações e equipes) com o Conselho Tutelar Sul para esclarecimento de dúvidas e alinhamento de procedimentos. Também tivemos um encontro com a presença do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) e Coordenadoria dos Programas de

Transferência de Renda (PBF) para conhecimento dos critérios de inclusão nos Programas, as condicionalidades e os procedimentos necessários para o registro do acompanhamento e solicitação de interrupção das condicionalidades através do SICON.

As equipes do SESF e do Serviço Domiciliar, acompanhadas das coordenações dos serviços, trazem para a discussão no CREAS, os casos mais complexos, que demandam maior articulação no território para tomada de decisões e realização de encaminhamentos. Os casos desligados também são discutidos previamente no CREAS para avaliação conjunta dos critérios estabelecidos e do trabalho realizado pelas equipes. Esta forma de trabalho proporcionou uma aproximação das equipes com o CREAS, bem como possibilitou o conhecimento das maiores dificuldades, demandas e possibilidades dos Serviços, especialmente SESF e Serviço Domiciliar.

A gestão do Serviço Domiciliar de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas Idosas, com Deficiências e suas Famílias ocorreu de forma direta com os CREAS. O fluxo de inclusões e desligamentos permanece sob a responsabilidade do CREAS e a organização das equipes do serviço por região continua sendo um desafio, considerando o número de profissionais por equipe, número de metas e demanda diferenciada entre as regiões.

O Serviço de Medida Socioeducativa executado pelo COMEC e Abordagem Social de Crianças e Adolescentes, executado pelo MVM, participam apenas de reuniões de discussões de casos na região (quando necessário). As coordenações destes serviços não participam das reuniões de gestão da região Sul. A dificuldade de participação se dá devido ao fato destes serviços atenderem ao município todo e não apenas uma região específica. Desta forma, fica prejudicada a composição em todas as regiões de Campinas.

A parceria com a Proteção Social Básica quanto a gestão dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem sido muito importante para acompanhar o reordenamento da rede para a inclusão do público prioritário. Nas reuniões mensais que ocorrem no DAS Sul, são tratadas as questões pertinentes à relação desta rede com a Proteção Social de Média Complexidade, fluxos, procedimentos, dificuldades e parcerias. Esta aproximação tem facilitado a comunicação entre os serviços, o entendimento sobre seus objetivos, bem como tem propiciado a identificação das demandas da rede, possibilitando o planejamento conjunto de estratégias de enfrentamento das dificuldades levantadas. Em 2019 foram realizados encontros formativos com os temas “Idoso” e “Violência de Gênero”.

A região sul conta com espaços mensais de discussão de casos com a Saúde (eixos SUS/SUAS). A Proteção Básica (DAS e CRAS) e a Média complexidade estão presentes nestas reuniões com representações previamente definidas. Tal organização tem facilitado o diálogo entre os diversos serviços, o entendimento sobre o papel da assistência social, bem como possibilitado a construção de parcerias e atendimento conjunto das famílias. O Conselho Tutelar participa, sempre que solicitado e possível, destes encontros.

Vale ressaltar, que estes encontros foram fundamentais para a divulgação do papel da assistência social na região e contribuiu significativamente para a melhoria dos encaminhamentos da saúde realizados ao CREAS.

Além disso, este espaço tem sido muito importante para os casos em acompanhamento, pois através das discussões realizadas tem sido possível dar devolutivas sobre os casos e a construir planos de atendimento conjuntos.

Além das reuniões com a Saúde, a equipe técnica do CREAS Sul se mantém disponível para a discussão de casos, sempre que solicitada. Este ano a Educação requisitou bastante a equipe. As demandas de indisciplina e dificuldades escolares foram trazidas frequentemente ao CREAS Sul sob a justificativa de negligência dos pais. Está sendo muito necessário este diálogo com a Educação para esclarecer o que de fato é demanda para CREAS e o que é demanda para a própria Educação. A possibilidade deste diálogo contínuo tem evitado os encaminhamentos indevidos e qualificado os casos que realmente necessitam da intervenção do CREAS.

O GT Interproteções tem ocorrido mensalmente para a discussão de casos mais complexos que requerem uma soma de saberes para garantir uma melhor avaliação e definição de encaminhamentos. As situações familiares trazidas para este espaço, em geral, são para indicação de acolhimento institucional, na maioria das vezes de crianças e adolescentes. As gestões de Alta Complexidade – Criança e Adolescente; Adulto e Idoso têm contribuído muito nestas discussões. No entanto, permanece o desafio de avançar as discussões realizadas neste espaço, para além dos encaminhamentos para a alta complexidade. A participação do Conselho Tutelar é frequente e tem facilitado a definição de encaminhamentos.

Em 2019, foram realizados encontros formativos bimestrais com toda a rede de média complexidade com temas pertinentes ao cotidiano das equipes. O Trabalho Social com Famílias, seus limites e possibilidades, instrumentais de trabalho, tais como o Mapa da Rede e Genograma, uso de substâncias psicoativas e violência de gênero foram temas trazidos para discussão que são de grande relevância para os serviços socioassistenciais e demandam discussão contínua sobre os mesmos.

Além dos encontros formativos, houve o fechamento da capacitação em violência sexual com o Sedes Sapientie. Foi discutido a importância do cuidado com o profissional que cuida. Entende-se que se faz necessária capacitação continuada para os profissionais da rede a fim de que se possa aprofundar temas e discussões.

O CREAS, a partir da organização das profissionais nos diversos espaços da região, se faz presente em todas as intersetoriais (3 por mês), reuniões de discussão de casos com a saúde – Eixo-SUS/SUAS (4 por mês), comissões e GT's para organização de atividades, tais como 18 de maio, Trabalho Infantil e Conferências Municipais.

Em 2019, foram realizadas atividades educativas planejadas nas 3 intersetoriais, nas quais a equipe do CREAS Sul participou ativa e conjuntamente com os parceiros dos territórios. O 18 de maio foi organizado a partir das intersetoriais, contando com profissionais de todos os serviços vinculados ao CREAS. No mês de junho foi realizada uma atividade de visibilidade, informação e orientação sobre o Trabalho Infantil, em conjunto com a Proteção Básica, por meio da apresentação de uma peça de teatro denominada “TEMPO DE CRIANÇA” da Associação Cultural Soarte. A peça foi exibida para crianças e adolescentes que frequentam os

SCFV do bairro Oziel, local escolhido devido ao grande número de Trabalho Infantil identificado nesta região. A organização, planejamento e realização da Conferência Regional da Assistência Social também contou com a participação de profissionais de todos os serviços vinculados ao CREAS.

O público atendido no CREAS, em sua grande maioria, é referenciado por outros serviços e pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Além das questões de violações de direitos observadas na família, outras questões como criminalidade, uso de substâncias psicoativas, transtornos mentais e pobreza, significativamente presentes nas famílias referenciadas ao CREAS, tem feito as equipes questionarem sobre suas práticas e repensar suas possibilidades e limites de intervenção. A metodologia de trabalho adotada, as ações a serem realizadas pelas equipes nem sempre atendem às necessidades e perfil das famílias. Tal situação pode acarretar na mudança de rumo dos serviços, que passam a atender as necessidades do Judiciário, que esperam uma ação reguladora e requerem informações frequentemente sobre as famílias atendidas. Percebe-se desta forma, que os serviços correm o risco de exercer um papel fiscalizatório e informante, impactando profundamente na relação dos mesmos com as famílias atendidas.

Assim sendo, é necessária a clareza sobre o papel e objetivos dos serviços dos CREAS, bem como a delimitação de suas ações a fim de que, em conjunto com os demais serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, os CREAS possam de fato exercer sua função de apoio e proteção às famílias, considerando todas as demandas e complexidades apresentadas atualmente.

#### 1.4 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS NOROESTE

Em 2019, foram realizadas reuniões com a coordenação de CREAS e as coordenadoras dos serviços de Média Complexidade da Região Noroeste, sendo eles: SESF, Serviço Domiciliar, e MSE com o objetivo de integração e de construção de um planejamento das ações específicas a serem ofertadas ao público prioritário no território da noroeste.

As reuniões pautaram diversos aspectos do acompanhamento familiar, tais como:

- Discussão das situações familiares complexas;
- Fluxos de encaminhamento/contrarreferenciamento;
- Critérios de inclusão/desligamentos dos serviços ofertados;
- Ações intersetoriais da região noroeste.

Iniciamos os processos de qualificação da demanda referenciada ao CREAS através de reuniões entre as equipes do CREAS Noroeste e Proteção Social Básica da Noroeste (DAS e CRAS) em busca de maior integração entre as equipes, maior compreensão da caracterização dos serviços ofertados pela PSEMC,

público-alvo, critérios de inclusão/desligamentos, limites de ofertas dos serviços ofertados pela PSE Media Complexidade e Proteção Social Básica.

Através de mapeamento das situações referenciadas ao CREAS Noroeste, realizado no 1º semestre de 2019, identificou-se que a maior incidência de violação de direito se deu em relação a negligência, no segmento da criança e adolescentes. A partir daí em conjunto com a Coordenação da PSE Media Complexidade e as equipes dos outros CREAS realizamos um aprofundamento sobre este tema, desde conceitos, quais são as características específicas das situações de negligência e quais ofertas os CREAS poderão ofertar a partir deste conhecimento.

Em relação à oferta e articulação do CREAS no território Noroeste:

- O CREAS Noroeste realiza o atendimento das demandas referenciadas através de técnicos de referência por microterritório da Região Noroeste, sendo: DAS NO (Micro Vila Bela), CRAS Satélite Íris e CRAS Florence/CRAS São Luís. Esta referência inclui atendimento/acompanhamento às famílias, reuniões intersetoriais, reuniões de discussão de situações familiares e ações em conjunto com a rede dos microterritórios (18 de maio, Conferência da Assistência Social, dentre outras).

- Oferta da Oficina de Dança do Ventre, para famílias em acompanhamento pelo PAEFI, realizada por uma Agente de Ação Social do CREAS Noroeste em parceria com o CRAS Florence e CEAMO.

- Oferta de dois encontros temáticos: “Cuidando do cuidador”, para a equipe do Centro-Dia, realizada por uma Agente de Ação Social do CREAS Noroeste.

O cenário que se apresenta na região noroeste com o crescente índice de criminalidade, envolvendo o tráfico, e, questões estruturais e socioeconômicas tem um forte impacto nas ações do CREAS que se evidencia no aumento das demandas referenciadas tanto pela rede intersetorial da região quanto pelo SGD, sejam estas pertinentes ou não aos serviços ofertados. A complexidade das situações familiares tem exigido cada vez mais, planejamento de novas estratégias para o atendimento e/ou acompanhamento das situações violadoras de direitos.

Nesse sentido, há necessidade de maior aprofundamento acerca dos territórios, em conjunto com a área de Vigilância Socioassistencial, para melhor caracterização de dados, tais como: público prioritário da PSE Media Complexidade, demandas apresentadas e situações de violação de direitos em territórios de alto risco pessoal e social e violação de direitos.

## 1.5 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS SUDOESTE

No ano de 2019, investiu-se no processo de territorialização do CREAS Sudoeste, fortalecendo os serviços referenciados e a instituição de um canal de diálogo para melhor planejamento das ações integradas.

O fortalecimento dos vínculos das redes pessoais e sociais foi considerado estratégico para construção coletiva de alternativas de intervenção, qualificando, desta forma, o referenciamento e o atendimento das demandas.

Nesse processo, destaca-se a consolidação da participação do CREAS Sudoeste nos microterritórios, a redefinição das representações nas redes intersetoriais, a participação na organização das Conferências Municipais e os avanços na qualificação da demanda.

- Nesse período, o GT Interproteções da Região Sudoeste não avançou na proposta de discutir e alinhar fluxos e protocolos de atendimentos entre a proteção básica e especial. Esse espaço se direcionou para a construção de diferentes demandas, dentre as quais, a construção do processo de Conferência Municipal.
- Entretanto, na avaliação realizada no final do ano de 2019, e considerando-se a diretriz emanada pelo DOAS, avaliou-se a necessidade de organizar o GT Interproteções em suas especificidades e funções, a partir das discussões dos casos/ famílias.
- A partir dos encaminhamentos e referenciamentos feitos ao CREAS Sudoeste verificou-se aumento nas situações de violência/violação de direitos em relação aos idosos, especialmente para inclusões no Serviço Domiciliar e em Serviços de Acolhimento Institucional.

Em relação aos serviços vinculados ao CREAS (SESF, MSE, Serviço Domiciliar e Abordagem de Rua, Centro-Dia e PETI), tem-se procurado fortalecer os processos de gestão, considerando as especificidades de cada um.

Foram realizadas reuniões mensais com as coordenações de SESF, com objetivo de problematizar o trabalho social com famílias e a relação com os demais serviços e políticas públicas.

- A seguir, demonstram-se os dados dos 5 CREAS em relação ao quadro de recursos humanos de cada unidade, motivos da inclusão no acompanhamento, demanda espontânea e demanda referenciada.
- Esclarece-se que os dados dos CREAS Leste e Norte ainda se apresentam conjuntamente, uma vez que o processo de descentralização do CREAS Norte se deu de forma parcial e gradativa a partir do mês de outubro de 2019. Os processos administrativos e de gestão territorial se consolidaram em separado e integralmente a partir do mês de dezembro do citado ano.
- DADOS REFERENTE AO ANO DE 2019

Tabela 7 - QUADRO DE PESSOAL – RH CREAS

CARGO/Função	CREAS LESTE	CREAS NORTE	CREAS SUDOESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUL	TOTAL
COORDENADOR	1	1	1	1	1	5
ASSISTENTE SOCIAL	2	3	3	4	3	15
PSICÓLOGO	2	0	1	1	4	8
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	1	1	1	2	0	5
AGENTE DE APOIO OPERACIONAL/APOIO	1	2	1	3	1	8
Motorista	1	0	1	1	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>45</b>

Tabela 8 - MOTIVOS DE INCLUSÃO NO PAEFI/SESF EM 2019

MOTIVOS	REGIÃO SUL	REGIÃO NORTE (outubro a dezembro)	REGIÃO LESTE/NORTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE
<b>VIOLÊNCIA FÍSICA</b>	<b>8</b>	<b>87</b>	<b>61</b>	<b>32</b>	<b>32</b>
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	5	71	61	37	19
EXPLORAÇÃO SEXUAL	0	0	3	0	02
<b>ABUSO / VIOLÊNCIA SEXUAL</b>	<b>20</b>	<b>48</b>	<b>30</b>	<b>16</b>	<b>20</b>
<b>NEGLIGÊNCIA E ABANDONO</b>	<b>52</b>	<b>152</b>	<b>91</b>	<b>54</b>	<b>84</b>
TRABALHO INFANTIL	2	6	2	3	06
TRAJETÓRIA DE RUA	0	8	4	0	01
TRÁFICO DE PESSOAS	0	0	0	0	0
DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL	0	3	2	1	0
DISCRIMINAÇÃO POR RAÇA E ETNIA	6	3	1	0	01
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL / EXPLORAÇÃO FINANCEIRA	1	9	29	0	01
<b>TOTAL</b>	<b>183</b>	<b>389</b>	<b>284*</b>	<b>143</b>	<b>166</b>



De acordo com a tabela anterior, observa-se que as inclusões das famílias se deram pelas situações previstas de violações de direitos.

Do total de atendimentos, os motivos pelos quais as famílias foram inseridas em acompanhamento, voltaram-se, prioritariamente, para as situações de negligência e abandono. Cabe esclarecer que, o total é referente às situações identificadas nas inclusões em PAEFI/SESF em 2019, tendo em vista que em cada inclusão, a família apresenta em média, duas ou mais situações de violações de direitos.

*Tabela 9 - DEMONSTRATIVO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NOS CREAS EM 2019*

	REGIÃO SUL	REGIÃO NORTE (outubro a dezembro)	REGIÃO LESTE/NORTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE	TOTAL
<b>NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS POR DEMANDA ESPONTÂNEA</b>	14	6	5	29	8	62
<b>NÚMERO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO POR DEMANDA REFERENCIADA</b>	149	221	113	440	203	1.126
<b>TOTAL</b>	163	227	118	469	211	1.188

Observa-se que o maior número de famílias atendidas se deu por encaminhamento dos serviços da rede de proteção.

*Tabela 10 - DEMONSTRATIVO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NOS CREAS EM 2019*

	REGIÃO SUL	REGIÕES NORTE (outubro a dezembro)	REGIÃO LESTE/NORTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE
<b>NÚMERO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO</b>	435	254	626	580	115
<b>NÚMERO DE DESLIGAMENTOS OCORRIDOS E INCLUSÕES DE NOVAS FAMÍLIAS</b>	163	23	206	134	318
<b>TOTAL</b>	598	277	832	714	433

*Tabela 11 - INCIDÊNCIA NAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS POR SEGMENTOS, REFERENCIADAS AO PAEFI/SESF EM 2019*

SERVIÇOS	REGIÃO SUL	REGIÃO NORTE (outubro a dezembro)	REGIÃO LESTE/NORTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE
CRIANÇA E ADOLESCENTE	397	77	92	95	233
PESSOA IDOSA	48	22	27	32	29
GÊNERO	5	22	9	8	17
PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10	28	7	8	18
LGBT	0	1	2	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>460</b>	<b>150</b>	<b>137</b>	<b>143</b>	<b>297</b>

Como é possível observar, o segmento predominante de inclusão o foi o de criança e adolescente, conforme já registrado nos anos anteriores.

*Tabela 12 - PRINCIPAIS ÓRGÃOS E SERVIÇOS REFERENCIADORES AOS SERVIÇOS DOS CREAS EM 2019*

SERVIÇOS	REGIÃO SUL	REGIÃO NORTE	REGIÃO LESTE/NORTE	REGIÃO NOROESTE	REGIÃO SUDOESTE
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (PROTETIVA E ATOS INFRACIONAIS)	17	4	1	1	79
MINISTÉRIO PÚBLICO	15	3	1	3	1
DELEGACIA	0	0	0	0	1
DEFENSORIA PÚBLICA	0	0	0	1	4
CONSELHO TUTELAR	8	26	13	44	77
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	0	0	1	0	3
SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	1	4	1	2	1
CRAS	6	3	7	13	17
DAS	5	18	8	5	4

SCFV	7	2	3	48	8
ALTA COMPLEXIDADE	2	7	1	1	7
SERVIÇO DE CUIDADORES DE IDOSOS E PCD	0	1	0	0	0
HOSPITAIS	6	10	4	3	8
CENTRO DE SAÚDE	6	1	16	29	24
EDUCAÇÃO	2	1	2	3	1
REDE PCD	0	1	0	1	5
DISQUE 100	0	0	0	1	1
CREAS DE OUTROS MUNICÍPIOS	4	3	0	3	2
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA	0	1	0	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>84</b>	<b>58</b>	<b>162</b>	<b>245</b>

Os dois órgãos que mais referenciaram aos CREAS foram a Vara da Infância e da Juventude e os Conselhos Tutelares

## AVANÇOS

- Implantação do CREAS Norte;
- Ampliação de metas SESF nas Regiões Leste e Sudoeste;
- Mapeamento e conhecimento da demanda integral de violação de direitos por microterritórios, seja referenciada ou por demanda espontânea, garantindo a agilidade na avaliação dos riscos, referenciamentos, contrarreferenciamentos e intervenções;
- Maior qualificação da demanda e dos processos de trabalho junto à equipe do CREAS;
- Planejamento e aperfeiçoamento da gestão pública, a partir da territorialização;
- Maior compreensão das particularidades territoriais, assim como dos fatores coletivos e individuais que contribuem para as situações violadoras e /ou fortalecedoras de direitos;
- Fortalecimento do trabalho intersetorial através dos espaços coletivos no território, tais como as interssetoriais e GT Interproteções.

## DESAFIOS

- Locação de imóvel para a instalação do CREAS Leste;

- Reorganização e informatização de todos os processos administrativos internos para maior qualificação da gestão dos CREAS e dos serviços a ele referenciados;
- Fortalecimento do uso do SIGM , viabilizando os registros de todas as atividades que envolvem as ações do Acolhimento e do Acompanhamento pelo CREAS.
- Qualificação permanente da demanda referenciada aos CREAS, por meio de discussões internas e/ou intersetoriais das situações familiares;
- Supervisão externa contínua para as equipes dos CREAS.

## **SERVIÇOS VINCULADOS AOS CREAS**

- 2.1 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A FAMÍLIA – SESF
- O Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF), é um serviço complementar, referenciado aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Oferece um conjunto de procedimentos técnicos por meio de atendimento psicossocial de caráter continuado, na perspectiva da interdisciplinaridade, articulação intersetorial e em rede, com centralidade na família.

Na execução do serviço , observou-se a necessidade de ações integradas com outros serviços socioassistenciais. Apesar de em alguns serviços estas parcerias já estarem bem estabelecidas, os desafios do trabalho com famílias permanecem.

Compreendeu-se a necessidade de fortalecer o Plano Individual e Familiar de Atendimento (PIFA) com a participação dos usuários e com a corresponsabilização dos demais atores envolvidos no acompanhamento familiar.

Avançou-se na discussão metodológica, reconhecendo-se que alguns aspectos desafiadores, apontam para a necessidade de maior aprofundamento, tais como: conceito de autonomia, promoção e ressignificação da violência, compreensão de convivência familiar, comunitária e social, relacionando a dimensão que envolve o *Serviço Complementar (Serviço Especializado de Proteção Social a Família)*.

## 1.5 QUADRO DE RH DOS SERVIÇOS VINCULADOS

Tabela 13 - Quadro de RH SESF

Quadro de RH SESF			
CREAS	OSC EXECUTORA	Composição da Equipe Técnica	Número de Famílias em Acompanhamento em 2018
Sudoeste	<b>Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA – Unidade Sudoeste</b>	02 Coordenadores 11 Psicólogos 11 Assistentes Sociais 05 Educadores Sociais	330
	<b>Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia</b>	01 Coordenador 04 Psicólogos 04 Assistentes Sociais 02 Educadores Sociais	120
	<b>Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti</b>	01 Coordenador 01 Psicólogo 01 Assistente Social 01 Educador	30
Noroeste	<b>Centro de Educação e Assessoria Popular – CEDAP</b>	01 Coordenadora 03 Psicólogos 03 Assistentes Sociais 02 Educadores Sociais	90
	<b>Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI</b>	02 Coordenadora 06 Psicólogos 06 Assistentes Sociais 04 Educadores Sociais	180
	<b>Projeto Gente Nova PROGEN</b>	01 Coordenadora 03 Psicólogos 03 Assistentes Sociais 02 Educadores Sociais	90

Sul	<b>Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria - AFASCOM</b>	01 Coordenação Técnica 05 Psicólogos 05 Assistentes Sociais 02 Educadores sociais	150
	<b>Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA</b>	01 Coordenação Técnica 04 Psicólogos 04 Assistentes Sociais 02 Educadores Sociais	120
	<b>Assistência Social Paróquia Sagrado Coração de Jesus</b>	01 Coordenação Técnica 03 Psicólogos 03 Assistentes Sociais 02 Educadores Sociais	90
Norte	<b>Ação Forte</b>	01 Psicóloga 01 Assistente Social 01 Educadora Social 01 Coordenação Técnica	30
	<b>Centro Promocional Tia Ileide CPTI</b>	02 psicólogas 02 assistentes Sociais 01 educadoras Social 01 Coordenação Técnica	60
	<b>Associação Beneficente Direito de Ser</b>	02 Psicólogas 02 Assistentes Sociais 01 Educadoras Social 01 Coordenação Técnica	60
	<b>Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA</b>	02 Psicólogas 02 Assistentes Sociais 01 Educadoras Social 01 Coordenação Técnica	60
Leste	<b>Assistência Social Paróquia Sagrado Coração de Jesus</b>	02 Psicólogas 02 Assistentes Sociais 01 Educadoras Social 01 Coordenação Técnica	60

	<b>Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti</b>	01 Psicóloga 01 Assistentes Social 01 Educadoras Social 01 Coordenação Técnica	30
	<b>SOS Ação Mulher e Família</b>	01 Psicólogas 01 Assistentes Social 01 Educadoras Social 01 Coordenação Técnica	30
	<b>Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI</b>	03 Psicólogas 03 Assistentes sociais 02 Educadores sociais 01 Coordenação Técnica	90

A rede SESF é responsável pelo atendimento de 1.620 famílias e conta com 158 trabalhadores.

## 2.2 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

O Serviço Domiciliar tem por finalidade o atendimento no domicílio de pessoas idosas e pessoas adultas com deficiência, as quais tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço busca promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos usuários. Conta com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários.

A ação da equipe está sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na perspectiva de ampliar a rede protetiva dos usuários e suas famílias.

A meta de atendimento mensal em 2019 foi de 100 famílias e destas, 35 foram desligadas durante o ano.

Tabela 14

ATENDIMENTOS EM 2019		Quantidade
ORIGEM DOS REFERENCIAMENTOS	PAEFI/SESF/DOAS	36
	DAS / CRAS	28
	CENTRO DE SAÚDE	31
	CRI SAÚDE	7
	REDE INTERSETORIAL	0
	REDE PCD	0
	CENTRO DIA	1
	OUTRO	12
SEGMENTO	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	34
	PESSOA IDOSA	74
	PCD E IDOSA	22
SEXO PCD	FEMININO	17
	MASCULINO	15
SEXO PESSOA IDOSA	FEMININO	47
	MASCULINO	27
SEXO PESSOA IDOSA E PCD	FEMININO	15
	MASCULINO	7
	FÍSICA	11
	INTELLECTUAL	20



TIPOS DE DEFICIÊNCIA	MÚLTIPLA	29
	VISUAL	5
REGIÃO DE MORADIA	NORTE	22
	SUL	34
	LESTE	27
	SUDOESTE	23
	NOROESTE	24
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/ VIOLAÇÃO DE DIREITOS VIVENCIADA	FÍSICA	5
	PSICOLÓGICA	12
	NEGLIGÊNCIA	67
	VIOLÊNCIA FINANCEIRA/PATRIMONIAL	2
	INSUFICIÊNCIA DO CUIDADO	7
	ESTRESSE DO CUIDADOR	32
	SEXUAL	0
	ABANDONO	9
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO	ATÉ 6 MESES	28
	6 MESES A 1 ANO	15
	1 ANO A 2 ANOS	33
	2 ANOS A 3 ANOS	53
	3 ANOS A 4 ANOS	0
	4 ANOS A 5 ANOS	0
	PERFIL DO USUÁRIO NÃO COMPATÍVEL PARA O SERVIÇO	3
	ÓBITO	15
	INCLUSÃO EM ILPI	5

<b>MOTIVOS DOS DESLIGAMENTOS</b>	<b>REORGANIZAÇÃO FAMILIAR</b>	4
	<b>MUDANÇA DE MUNICÍPIO</b>	3
	<b>RECUSA DO SERVIÇO</b>	1
	<b>INCLUSÃO EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA</b>	1
	<b>INCLUSÃO EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>	1
	<b>INCLUSÃO EM MORADIA ASSISTIDA</b>	1
	<b>ENCAMINHAMENTO PARA SESF</b>	1
	<b>REORDENAMENTO DOAS</b>	3

### **AVANÇOS E DESAFIOS:**

- O Serviço Domiciliar vivenciou um ano de profundas transformações, no que se refere a concepções conceituais e estruturais em torno da finalidade da oferta de atendimento. Processo este em estreito alinhamento com a gestão pública, coordenadores e equipes. Destaca-se maior apropriação de instrumentais de planejamento, ações e metas, advindos de processos de formação e supervisão permanentes.

### **2.2 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS EM CENTRO-DIA DE REFERÊNCIA**

O Centro-dia é uma unidade do SUAS referenciada aos CREAS que oferta serviço de convivência e de cuidados pessoais às pessoas com deficiência de 18 a 59 anos, em situação de dependência, que tiveram a sua condição agravada por violação de direitos. Oferecem apoio para a realização de cuidados básicos da vida diária como o se arrumar, se vestir, comer, fazer higiene pessoal, se locomover e outras e, também de apoios para o desenvolvimento pessoal e social, como levar a vida da forma mais independente favorecendo a integração e a participação do indivíduo na família, no seu entorno, em grupos sociais, incentivo ao associativismo, dentre outros apoios.

Neste serviço são prestadas ainda orientação e apoio, inclusive no domicílio, aos cuidadores familiares, incentivando a autonomia da pessoa com deficiência e de seu cuidador familiar e também a inclusão social.

### **DESAFIOS:**

- Construção de ações mais integradas e potentes com os serviços de Saúde Mental;
- Ampliação da oferta de transporte para potencializar as ações contidas no Plano de Trabalho,

- Qualificação de ações que fortalecem a participação das famílias no atendimento aos usuários,

#### AVANÇOS:

- Melhoria no nível de autonomia;
- Melhoria da saúde geral;
- Maior envolvimento dos usuários nas atividades;
- Incremento de atividades socializantes externas (passeios);
- Início de atendimento do Grupo de Apoio aos familiares.

Tabela 15

<b>CENTRO DIA DE REFERÊNCIA</b>		
<b>TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2019</b>		<b>QTD</b>
<b>ORIGEM DO REFERENCIAMENTO</b>	DAS / CRAS	<b>10</b>
	CRPD	09
	CAPS	04
	PAEFI	04
	REDE PCD	08
	CENTRO DE SAÚDE	07
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	18 A 24 ANOS	03
	25 A 39 ANOS	<b>16</b>
	40 A 49 ANOS	13
	50 A 59 ANOS	10
<b>SEXO</b>	MASCULINO	22
	FEMININO	20
<b>TIPO DE DEFICIÊNCIA</b>	VISUAL	0
	AUDITIVA	0
	FÍSICA	0
	INTELECTUAL +COMORBIDADE PSIQUIÁTRICA	08
	INTELECTUAL	<b>26</b>
	MÚLTIPLA	08
<b>REGIÃO DE MORADIA</b>	SUL	08
	NORTE	10
	SUDOESTE	10
	LESTE	07
	NOROESTE	07
	DESASSISTÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	15

TIPO DE VIOLAÇÃO VIVENCIADA PELA FAMÍLIA	NÃO PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE E SERVIÇOS NO TERRITÓRIO	16
	ISOLAMENTO SOCIAL DAS PESSOAS CUIDADAS E CUIDADORES	10
	AUSÊNCIA DE CUIDADORES FAMILIARES	06
	PRECARIEDADE DE CUIDADORES E FAMILIARES	16
	ESTRESSE DO CUIDADO FAMILIAR	16
	IMPEDIMENTO DE ACESSO À INCLUSÃO PRODUTIVA DO CUIDADOR FAMILIAR	09
TIPOS DE VIOLÊNCIA	NEGLIGÊNCIA	18
	VIOLÊNCIA FÍSICA	08
	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	11
	CÁRCERE PRIVADO	02
	VIOLÊNCIA SEXUAL	01

### 2.3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA)

O Serviço é referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e executado pelas Organizações da Sociedade Civil- Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas-COMEC e Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência- SETA – Tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento aos adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA), determinada judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, por meio de atividades educativas e trabalho com apoio das famílias e comunidade.

#### AVANÇOS:

- Posto de atendimento do CREAS na Vara da Infância e Juventude vem cumprindo importante função regulatória no equacionamento de questões fundamentais atinentes ao fluxo e ao referenciamento de forma territorializada;
- Fortalecimento da articulação com a rede executora dos serviços de Aprendizagem Profissional;
- Ampliação da oferta de atividades de socialização dos adolescentes e seus familiares, tais como: oficinas, conferência municipal, cinema, teatro, visitação à Unicamp, praças de esportes, SESC e Estádio Moisés Lucarelli, entre outros;
- Aumento do diálogo com diretores de escolas municipais e estaduais para discussões de casos e propostas pedagógicas ofertadas aos adolescentes.
- Realização de trabalhos teóricos sobre os projetos desenvolvidos pelo programa.

#### DESAFIOS:

- Potencializar a parceria com os Centros de Educação Profissional de Campinas com objetivo de aumentar a oferta de qualificação profissional para os adolescentes em cumprimento de

Medida Socioeducativa;

- Aumentar a oferta de atividades esportivas aos adolescentes por meio de parcerias com serviços públicos e/ou privados;
- Ampliar a participação dos adolescentes e/ou familiares nas comissões internas de planejamento das atividades ofertadas pelo programa.

#### 2.4 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

O Serviço é referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, e executado pela Organização da Sociedade Civil Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas- COMEC. Tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento aos adolescentes e jovens de ambos os sexos em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), determinada judicialmente. O serviço deve contribuir para o acesso a direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Faz-se necessária a observância da responsabilização do adolescente face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados, de acordo com as legislações e normativas específicas, para a orientação no cumprimento de medidas socioeducativas.

#### **AVANÇOS:**

- Parceria com a Defensoria Pública (Atos Infracionais), possibilitando a ampliação de direitos através de discussão de casos, consultas processuais e intervenções junto aos adolescentes e famílias;
- Reuniões junto ao 35º Batalhão de Polícia Militar, resultando no reconhecimento dos serviços de medida socioeducativa de meio aberto e interlocução para uma parceria efetiva;
- Adequação da carga horária para 30 horas semanais da função de educador social;
- Aumento da parceria com as executoras dos serviços de Aprendizagem Profissional;
- Ampliação da oferta de atividades que permitem o trabalho de socialização dos adolescentes e seus familiares;
- Aumento do diálogo com diretores de escolas municipais e estaduais para discussões de casos e propostas pedagógicas ofertadas aos adolescentes.

#### **DESAFIOS:**

- Alinhamento com o Judiciário acerca do cumprimento das medidas protetivas no Plano Individual de Atendimento – PIA;
- Maior efetividade no cumprimento do protocolo intersetorial, na parceria com a educação municipal e estadual;
- Aprofundamento da discussão sobre a evasão escolar que possibilite traçar estratégias

integradas pela rede de serviços;

- Inclusão de adolescentes e famílias nas comissões responsáveis em elaborar atividades coletivas, visando o fortalecimento da participação.

Tabela 16

<b>INCLUSÕES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ANO DE 2019</b>						
	<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>					
<b>LA</b>	281					
<b>PSC</b>	123					
<b>TOTAL</b>	404					
<b>FAIXA ETÁRIA DOS ADOLESCENTES NO ANO DE 2019</b>						
QUANTITATIVO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	SEXO	IDADE				TOTAL
		12 A 13 ANOS	14 A 15 ANOS	16 A 17 ANOS	18 A 21 ANOS	
<b>TOTAL</b>	MASC.	4	42	135	77	<b>258</b>
<b>LA + PSC</b>	FEM.	2	4	7	6	<b>19</b>
<b>TOTAL</b>	MASC.	2	42	130	90	<b>264</b>
<b>SOMENTE DE LA</b>	FEM.	4	2	7	4	<b>17</b>
<b>TOTAL SOMENTE DE PSC</b>	MASC.	2	18	61	34	<b>115</b>
	FEM.	1	2	2	3	<b>8</b>

Tabela 17

<b>TIPOS DE ATOS INFRACIONAIS PRATICADOS</b>			
<b>ATO INFRACIONAL</b>	<b>LA</b>	<b>PSC</b>	<b>LA + PSC</b>
<b>FURTO</b>	22	17	39
<b>ROUBO</b>	103	27	130
<b>TRÁFICO</b>	76	36	122
<b>AGRESSÃO / BRIGA</b>	0	0	0
<b>HOMICÍDIO</b>	2	1	3
<b>TENTATIVA DE HOMICÍDIO</b>	1	0	1
<b>DANO AO PATRIMÔNIO</b>	1	2	3
<b>CRIME DE TRÂNSITO / DIRIGIR SEM HABILITAÇÃO</b>	2	4	6
<b>PORTE / USO DE DROGAS</b>	1	3	4
<b>LESÃO CORPORAL</b>	7	7	14
<b><u>OUTROS LA*</u></b>	28	0	28
<b><u>OUTROS PSC*</u></b>	0	26	26
<b>TOTAL</b>	<b>154</b>	<b>123</b>	<b>430</b>

Tabela 18

TIPOS DE ATOS INFRACIONAIS PRATICADOS			
OUTROS LA*	QUANTIDADE	OUTROS PSC*	QUANTIDADE
ROUBO QUALIFICADO	8	ROUBO QUALIFICADO	0
RECEPTAÇÃO	12	RECEPTAÇÃO	18
ESTUPRO	4	ESTUPRO	1
PORTE ILEGAL DE ARMAS	3	PORTE ILEGAL DE ARMAS	2
HOMICÍDIO CULPOSO	0	HOMICÍDIO CULPOSO	0
SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO	3	DESACATO	1
AMEAÇA	3	AMEAÇA	0
EXTORÇÃO	0	EXTORÇÃO	0
FALSIDADE IDEOLÓGICA	0	FALSIDADE IDEOLÓGICA	0
LATROCÍNIO	0	CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA	0
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	1	ADULTERAÇÃO DE VEÍCULO	0
ESTELIONATO	1	FURTO QUALIFICADO	2
FURTO QUALIFICADO	2	INCÊNDIO	0
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	ESTELIONATO	1
		ASSÉDIO	1
		<b>TOTAL</b>	<b>26</b>



Tabela 19

LOCAL DE MORADIA DOS ADOLESCENTES LA/PSC	
REGIÃO	QUANTIDADE
SUL	124
SUDOESTE	89
NOROESTE	93
NORTE	62
LESTE	36
<b>TOTAL</b>	<b>277</b>

## 2.5. SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Serviço é referenciado ao CREAS e executado pela Organização da Sociedade Civil Movimento de Vida melhor (MVM). O trabalho social envolve busca ativa, abordagem, monitoramento e referenciamento de crianças e adolescentes nas ruas, além da identificação em cada um dos territórios, da incidência de trabalho infantil, exploração sexual, situação de rua, dentre outras.

São consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, entre outros, realizando diariamente um trajeto para abordagem nestes locais, considerando as cinco regiões do município.

O serviço funciona de segunda-feira a sábado, responde também a solicitações de munícipes.

As abordagens visam o estabelecimento de vínculos, atendimento de demandas emergenciais, articulação da rede de proteção e referenciamento para os CREAS, nas situações que se fizerem necessárias.

No ano de 2019 problematizou-se a metodologia de trabalho e a necessidade de estabelecer maior interface, especialmente com os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS e demais serviços do território.

### AVANÇOS

- Maior participação nas reuniões intersetoriais e interproteções;

- Maior articulação com outras políticas públicas (Saúde) em especial os Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenis (CAPSi);
- Estreitamento na comunicação entre o serviço de abordagem e serviços de Proteção Básica e Alta Complexidade;
- Articulação eficaz com o MPT na cooperação mútua em ações que envolvem o trabalho infantil;
- Desenvolvimento e maior domínio de técnicas de abordagem nas ruas.

#### DESAFIOS:

- Campanha permanente de conscientização para os munícipes sobre o Trabalho Infantil;
- Extensão territorial do município;
- Conscientização da população sobre cultura e mitos acerca do fenômeno do trabalho infantil;
- Identificação e intervenção no fenômeno da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- Implantação de nova metodologia e ferramentas de trabalho para a abordagem social no ano de 2020, construída em conjunto com a gestão pública.

Tabela 20

QUANTIDADES DE ABORDAGENS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES POR REGIÃO							
REGIÃO	CENTRO	LESTE (EXCETO CENTRO)	NOROESTE	NORTE	SUL	SUDOESTE	TOTAL
	30	25	71	67	174	59	426

QUANTIDADES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABORDADOS POR FAIXA ETÁRIA E SEXO			
IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 A 12 ANOS	144	63	207
13 A 18 ANOS	171	27	198
<b>TOTAL</b>	<b>315</b>	<b>90</b>	<b>405</b>

\*O número total de abordados é menor que o número total de abordagens, isto porque, foram realizadas mais de uma abordagem para algumas crianças/adolescentes.

Tabela 21

QUANTIDADES DE ABORDAGENS DE CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES EM TRABALHO INFANTIL	
SITUAÇÃO DO TRABALHO	QUANTIDADE
DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS	32
GUARDADOR DE CARROS	4
LIMPEZA DE LAPIDES	30
MENDICÂNCIA	48
TRABALHO COM MATERIAL RECICLÁVEL	15
TRABALHO EM FEIRAS LIVRES	0
VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	106
VENDA DE PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS	22
ENVOLVIMENTO COM TRÁFICO	1
Outros	154
<b>TOTAL</b>	<b>412</b>

\* O número total de abordagens de situações de trabalho infantil é maior que o número total de abordados porque algumas crianças/adolescentes foram abordadas em mais de uma modalidade de trabalho.

Tabela 22

LOCAL DE MORADIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABORDADOS	
REGIÃO DOS DOMICÍLIOS ABORDADOS	QUANTIDADE
SUL	146
SUDOESTE	76
NOROESTE	93
NORTE	17
LESTE	26
RMC	19
OUTROS MUNICÍPIOS - SP	8
OUTROS ESTADOS	10
CRIANÇAS/ADOLESCENTES QUE RESIDEM EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	05
<b>TOTAL</b>	<b>405</b>

Conforme demonstra os dados a prevalência do local de moradia das crianças e adolescentes abordados é a região sul.

## **PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**

No ano de 2011 o PETI foi incorporado à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), como programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social.

As ações estratégicas do PETI se destinam a potencializar os serviços socioassistenciais existentes, bem como a articular ações com outras políticas públicas, o que favorece a criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.

Nessa direção, durante o ano de 2019 reuniu-se, bimensalmente, os técnicos de referência do PETI, Coordenadoria da Proteção Social Básica, Técnicos e Chefia de CREAS, representante do CMDCA, Conselheiros Tutelares, representantes da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, representante da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Segurança Pública com a finalidade de promover as ações contidas no Plano Municipal de Erradicação Infantil de Campinas.

Tendo em vista, a identificação da concentração e incidência do trabalho infantil nos ônibus coletivos do município, através da venda de balas e guardanapos, esforços foram direcionados para as ações de articulação dos órgãos responsáveis e proposição de ações conjuntas, dentro e fora dos transportes urbanos.

A seguir, elucidam-se as principais ações estratégicas desencadeadas intersetorialmente:

- Campanhas de sensibilização e conscientização da população: fixação de folders informativos sobre os danos oriundos do trabalho infantil nos transportes coletivos;
- Realização de flasmobile nos pontos de maior incidência do fenômeno;
- Divulgação de informações na mídia (TV Câmara e Rádio Educativa);
- Apresentação de peças teatrais (Companhia SOARTE) em dois territórios do município, na perspectiva de mobilizar a comunidade para o fenômeno;
- Qualificação da metodologia da abordagem social: Construiu-se coletivamente proposta metodológica acerca da identificação e do processo de saída das ruas que possibilite condições de acesso à rede de serviços e a benefícios socioassistenciais;
- Proposta de formação para rede de proteção no ano de 2020, com a finalidade de qualificar a identificação e compreensão em torno do fenômeno, e ainda, redesenhar o fluxo de atendimento.

#### 4. PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ SISNOV

##### 4.1. SISTEMA DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA (SISNOV)

A Coordenadoria de Média Complexidade integra o Comitê Intersetorial SISNOV – Sistema de Notificação de Violências em Campinas. O Sistema registra casos de violência que são de notificação compulsória do tipo interpessoal, intrafamiliar ou urbana/comunitária (contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos e violência sexual) e violência autoprovocada (tentativa de suicídio), atendidos pela rede municipal de enfrentamento e prevenção às violências.

O objetivo do Comitê é o de sensibilizar e treinar os profissionais da rede de serviços quanto a importância da notificação das violências, para que seja possível a sistematização dos dados e, desta forma, possibilitar a propositura de ações e até mesmo de políticas públicas.

Nesta perspectiva, treinamentos permanentes com a rede socioassistencial foram realizados, assim como a gestão de todos os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes atendidos nos Prontos Socorros de Campinas, a partir do dispositivo do ALERTA SISNOV, viabilizando a inclusão das famílias nos CREAS e a articulação com a rede de proteção.

Tabela 23

Classificação por faixa etária						
Faixa Etária	Sudoeste	Leste	Sul	Noroeste	Norte	Total
0 a 5 anos	12	5	18	11	12	58
06 a 10 anos	7	9	13	15	7	51
11 a 15 anos	16	11	24	17	8	76
16 a 18 anos	3	6	6	2	4	21

Tabela 24

Alerta SISNOV -2019					
Sudoeste	Leste	Sul	Noroeste	Norte	Total
38	29	58	45	31	201

Tabela 25

QUANTIDADE DE TREINAMENTOS EM 2019	
Total	8

Tabela 26

SEXO	M	F
Sudoeste	1	37
Leste	5	24
Sul	7	51
Noroeste	3	42
Norte	7	24
Total	23	178

Tabela 27

Notificadores	Sudoeste	Leste	Sul	Noroeste	Norte	Total
Proteção Social Básica	2	15	2	1	1	21
Proteção Social Especial Média Complexidade	8	2	4	9	4	27

#### 4.2. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

Comissão de Medidas Socioeducativas - CMDCA
Comissão de Jovem Aprendiz e PETI - CMDCA
Comissão de Violência Doméstica contra Criança e adolescente – CMDCA
Comitê Intersetorial PETI
GT Protocolo de Medidas Socioeducativas
Comitê SISNOV

### 4.3. FORMAÇÕES:

<b>Tema</b>	<b>Facilitador</b>
Trabalho com Famílias na PSEMC	Janete Aparecida Giorgetti Valente e Claudia Furia Cesar
SISNOV	Comitê SISNOV
Uso Abusivo SPA e a Intervenção com Famílias	Rodrigo Fernando Presotto
Limites e possibilidades na intervenção na PSEMC	Célia Regina Miotto
Práticas grupais no atendimento as violências	Patrícia Filizola
Cuidando do cuidador	Rose Miyahara

### 5. CONCLUSÃO

#### **Avanços**

Para desenvolver o processo de avaliação dos avanços e desafios dos serviços vinculados a Proteção Social Especial de Média Complexidade, considerou-se o planejamento estratégico, as metas estabelecidas no PMAS 2018-2021 e os apontamentos realizados pelas equipes de trabalho.

- Ressalta-se o esforço por parte da SMASDH em garantir a continuidade e ampliação dos serviços executados, na superação dos desafios com responsabilidade.
- Coloca-se cada vez mais em evidência, a função da Proteção Social Especial na garantia de direitos e na superação das situações de vulnerabilidade, violência pessoal e social e violação de direitos de famílias e indivíduos em Campinas.

Avançou-se na sistematização das orientações sobre as especificidades do cotidiano da oferta territorializada e, além disso, reunimos os procedimentos básicos que envolvem a execução e gestão compartilhada dos serviços, a partir dos encontros sistemáticos entre os CREAS e profissionais da PSEMC.

Fortaleceu-se internamente o lugar institucional dos CREAS, nos territórios, e sua interface com os serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, sendo objeto de constante e instigante debate, considerando tratar-se de um modelo próprio do município, advindo de um modelo de gestão, com execução direta e indireta dos serviços e programas.

Concluiu-se o processo de qualificação do Protocolo de Inclusão/Ficha de referenciamento, na perspectiva de qualificar a demanda referenciada;

Avançou-se ainda na construção de fluxos e diálogos, buscando um alinhamento metodológico entre a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Viabilizou-se processos de formação para todos os profissionais da PSEMC.

## **Desafios**

Permanecem desafios de diferentes naturezas, os quais puderam ser visualizados no decorrer do presente relatório. Dentre eles, destacam-se a condução pela gestão pública na realização de processos de formação permanentes, qualificando a oferta dos serviços e fortalecendo a ação articulada com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Observa-se ainda, a necessidade de ações conjuntas com outros serviços socioassistenciais, em direção a elaboração do plano de acompanhamento familiar. Apesar de em alguns serviços estas parcerias já estarem melhor estabelecidas, ainda se identifica desafios na compreensão do trabalho com famílias, bem como no reconhecimento da competência de cada serviço no atendimento.

Validar o Protocolo de inclusão/Ficha de referenciamento para inclusão na PSEMC, junto a rede de proteção, na perspectiva de qualificar a demanda referenciada;

Alinhar com a rede de proteção, em especial, conselho tutelar, Vara da Infância e Ministério público sobre as expectativas e possibilidades de intervenção e a excessiva judicialização das situações familiares.

Desafios concernentes a qualificação profissional garantindo espaços para reflexão e estudo coletivo acerca das questões relacionadas aos processos de trabalho, práticas e intervenções profissionais, articulações com território institucional e intersetorial, bem como de metodologias diversificadas que propiciem respostas às demandas, trazidas pelas famílias, cada vez mais complexas, e que se colocam no cotidiano de trabalho como imprescindíveis.

E por fim, articular de forma estreita com a Vigilância Socioassistencial para melhor compreensão territorial, assim como compreender as formas de enfrentamento das violações, fortalecimento social, vulnerabilidades e potencialidades territoriais. Além disso, elaborar mapeamentos qualitativos e quantitativos dos serviços para apontamentos de demandas, contemplando as características da região, rede de atendimento, dados de moradia das famílias, demandas e serviços ofertados no território, fortalecendo a construção de indicadores sociais fundamentados na realidade local e social.

## **COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA**

A Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade- População Adulta em Situação de Rua, é composta pelos seguintes serviços socioassistenciais: Serviço de Abordagem Social (SOS Rua), Centro POP Sares I, Centro POP Sares II, Casa da Cidadania e Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT).



Segundo Bezerra, Vieira e Rosa existem três modos de permanência das pessoas na rua: as que *ficam na rua*, as que *estão na rua* e as que *são da rua*.

As que *ficam na rua* são pessoas que, por conta de uma situação circunstancial econômica, saem de sua casa em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes em outra cidade e acabam dormindo nas ruas, albergues ou rodoviárias.

As que *estão na rua* são pessoas que não consideram a rua um local tão ameaçador e, por conta disso, passam a residir e a estabelecer relações com outras pessoas que vivem na ou da rua, construindo parcerias que as auxiliam a sobreviver social e financeiramente, a exemplo dos catadores de material reciclável, guardadores de carros e trabalhadores da construção civil.

As pessoas que *são da rua* são as que residem já há certo tempo na rua e, em razão deste tempo de permanência, acabam sofrendo um processo de descaracterização pelas condições que a vida na rua impõe, tais como uso de drogas lícitas e ilícitas, alimentação deficitária, falta de rotina com horários preestabelecidos, exposição a vulnerabilidades, doenças e violência.

A nomenclatura utilizada pelos serviços que atendem a população em situação de rua no município de Campinas, parte da mesma utilizada pelas autoras. Entretanto, ao se considerar a singularidade, história e o momento atual de cada sujeito, a rede socioassistencial definiu identificá-los a partir da seguinte classificação:

- Múncipe,
- Ex-morador de rua,
- Migrante/itinerante,
- Morador de rua,
- Morador de Campinas em situação de rua e circunstancial emergencial.

Estas pessoas residem em logradouros, mocós, praças, embaixo de pontes, casas cedidas ou ocupadas, pensões, acolhimento institucional e de terceiros, família e locais cedidos. Cada uma dessas pessoas tem características peculiares e, portanto, exigem e necessitam de abordagens e serviços que as englobem e considerem suas especificidades.

A construção da Política Nacional para a População em Situação de Rua foi fruto de um amplo processo de construção com a colaboração dos usuários, trabalhadores e organizações da sociedade civil, uma luta por afirmação de direitos a qual inclui Fóruns e Conferências de Assistência Social. Com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009 foram previstos o Serviço de Abordagem Social e o Serviço Especializado de Atendimento as Pessoas em Situação de Rua. No ano de 2011 foi implantado em todo o Brasil o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O município de Campinas tem dois Centros POP, um serviço de Abordagem

Social, um Albergue Municipal (SAMIM) e a Casa da Cidadania como porta de entrada das pessoas em situação de rua na assistência social.

A partir do acesso à rede de serviços, inicia-se um processo de identificação das demandas individuais e coletivas, considerando as especificidades de cada caso, assim como o contexto social e político que aponta a necessidade de constante implementação da rede socioassistencial. Importante, também a participação e o compromisso da sociedade civil, no sentido de reconhecer e tratar esse grupo populacional enquanto cidadãos com direitos violados em diferentes aspectos e momentos da vida que precisam de suporte institucional. Vale destacar que os Centros POP e o Serviço de Abordagem são as principais referências de entrada da população em situação de rua na rede de serviços públicos.

As reuniões de gestão ocorreram sistematicamente as segundas-feiras com todos os serviços socioassistenciais de média e alta complexidades, incluindo serviços executados diretamente pelo poder público municipal e serviços prestados pelas organizações sociais parceiras, os quais compõem a Rede Pop Rua do Município de Campinas. Neste espaço são discutidos os fluxos, os impasses do trabalho em rede e os casos para o encaminhamento nas unidades de acolhimento institucional, quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

A metodologia participativa utilizada nas reuniões de gestão proporciona processos de aprendizado, discussão e troca de experiências, maior compreensão do fenômeno, estimulando as equipes a revisar constantemente as estratégias de trabalho adotadas, bem como os resultados obtidos e a necessidade de readequação nos processos de trabalho de maneira a melhor atender a demanda que se apresenta.

## **SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA- CENTROS POP**

Os Centros Pop Sares I e II constituem-se em duas Unidades Públicas Estatais, com equipes técnicas compostas por servidores públicos concursados, conforme se demonstra a seguir:

*Tabela 28 - Equipes Técnicas*

<b>Centro POP Sares I</b>	<b>Centro POP Sares II</b>
1 Chefe de Setor (Psicóloga)	1 Chefe de Setor (Assistente Social)
3 Assistentes Sociais	5 Assistentes Sociais
1 Educador de Arte e Movimento	2 Psicólogos
2 Agentes de Ação Social	6 Agentes de Ação Social
1 Agente Administrativo	1 Agente Administrativo
	2 Apoios Operacionais
<b>TOTAL-08</b>	<b>TOTAL-17</b>

As Unidades Públicas Estatais- Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro POP – Sares I e II, localizam-se na região central do Município, local de maior concentração das pessoas em situação de rua. Constituem-se em espaços de referência para esse público. O Centro Pop I necessita de novo espaço físico que possibilite o reordenamento do trabalho e da equipe. Desde o ano de 2015 busca-se novo espaço para locação, mas, tal ação ainda foi possível de ser concretizada. Desta forma, na Unidade I a oferta de atividades grupais, oficinas ou ações coletivas fica prejudicada, por não dispor de local adequado para realização dessas atividades, restringindo-se, então, a ação técnica somente no atendimento individual.

Os Centros POP têm como objetivo geral: constituir espaço de referência, encontro, socialização, acompanhamento social, visando à construção de novos projetos e trajetórias de vida, bem como a construção de saída das ruas.

O Serviço Especializado ofertado pelas Unidades I e II é realizado por meio das seguintes estratégias metodológicas:

### **Centro POP Sares I**

- Acolhimento
- Escuta qualificada
- Busca ativa
- Atendimento individual: pontuais, processuais e acompanhamentos
- Visita Domiciliar
- Encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas setoriais.

Oferta atendimento técnico para as pessoas em situação de rua, assim identificadas: as que chegaram recentemente ao Município, as que estão há vários dias, meses ou até mesmo anos, constituindo processos de atendimento/acompanhamento mais individualizados. No processo de condução dos acompanhamentos, a equipe técnica mantém articulação com a rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, com objetivo de otimizar possibilidades de reorganização pessoal e social. Quando a Unidade estiver em local com infraestrutura compatível com a totalidade das atividades previstas, a complementação da equipe será feita com 01 psicóloga(o), 04 Agentes de Ação Social, 02 Profissionais da Limpeza e 01 Profissional de Vigilância.

Observa-se que embora o espaço físico não atenda de forma completa as necessidades de um Centro POP, a equipe tem lançado mão de outras estratégias no processo de atendimento e acompanhamento dos

usuários, tais como: busca ativa, visitas domiciliares, acompanhamento e discussão de caso com outros serviços e políticas de maneira mais estreita e de forma continuada.

## **Centro POP Sares II**

- Acolhida e escuta qualificada
- Grupo de acolhida diário
- Grupo de Garagem, com temas mensais
- atendimentos individuais: pontuais, processuais e acompanhamentos
- atendimentos grupais: Cidadania, Cine Livre, Dignidade e Nutrição
- Visita Domiciliares
- Encaminhamentos e ou referenciamentos para a rede socioassistencial e demais políticas
- Parcerias: CPAT, Obra São João Bosco
- Oficinas: Memorial (psicóloga voluntária)
- Atividades coletivas: jogos livres e em alguns momentos como atividade direcionada, confraternização bimensal;
- Outras Atividades
- Visita a espaços culturais;
- Mês da Consciência Negra – rodas de conversa: racismo cultural e apresentação artística; CPIR específica para servidores; filme temático.
- Confraternização bimensal com apresentação da dupla Gonçalves & Correia com o quadro “canta uma para mim”.

A Unidade II atende a população em situação de rua que chegou recentemente no Município, as que estão há vários dias, meses ou até mesmo anos. A unidade também oferta atendimento técnico individual e grupal, articulações necessárias com a Rede de Proteção, localização e reaproximação familiar, bem como espaço para a convivência, higienização pessoal, café da manhã e da tarde, vale almoço para o Restaurante Popular Bom Prato, além de contar com um Posto do Cadastro Único e um Telecentro.

Tais atendimentos e atividades possibilitaram o fortalecimento da autoestima e da identidade, o desenvolvimento de sociabilidade e o fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, a (re)construção de novos projetos de vida, na perspectiva de viabilizar o processo de saída das ruas, buscando a interface com as demais políticas públicas.

O Centro POP Sares II também atende os usuários do Centro POP Sares I e SOS Rua com espaço de convivência, lavanderia, higiene pessoal, atividades socioeducativas, confraternização, mantendo a construção do PDU nos serviços de origem.

No decorrer do ano estabeleceu parcerias com a Secretaria de Saúde, Trabalho e Renda e Obra São João Bosco.

- Centro POP Sares II – estabelecimento de parcerias:
  1. Entidade de Assistência – Obra São João Bosco – divulgação de cursos.
  2. CPAT – divulgação de cursos com palestras no Centro POP II, cadastro para emprego.
  3. Dupla de Cantores – que apresentam periodicamente nas confraternizações com o quadro “Canta uma para mim”.
  4. Consultório na Rua – vacinação de gripe, colhida de material para exames de Tuberculose, atendimento as gestantes, grupo Roda de Prosa com psicóloga do Centro POP Sares II e Psicólogo do Consultório na Rua.
- Organização interna do serviço
- Participação e envolvimento dos usuários nas atividades, cuidado com o espaço, utilização do bagageiro, relações mais respeitadas com os funcionários e entre eles, organização da atividade Cine Livre, trazendo filmes e fazendo a escolha entre eles de forma democrática;
- Apropriação dos usuários da sala multiúso e das atividades abertas e livres, tais como pintura em papel, desenho, poesias e criação de frases nas lousas instaladas;
- Designação de 28 armários individuais para guarda de pertences, permitindo a permanência dos mesmos nos respectivos armários, após a saída diária do usuário do Serviço, sendo administrados pelos técnicos; com contratos e o fornecimento de cadeado pelos usuários;
- Aprimoramento na organização das atividades do Centro POP Sares II, com planejamento das ações e definição de funcionários responsáveis, viabilizando escalas organizacionais: técnicos, agentes de ação social e limpeza;
- Melhoria na relação e maior agilidade nas consultas junto a Defensoria Pública, via e-mail, telefone e pessoalmente, o que tem contribuindo significativamente nos atendimentos;
- Realização de Assembléia.
  - Atividades pelo Centro POP I e II realizadas com a Coordenação Setorial:
- Fortalecimento do processo de gestão dos serviços que compõem a rede de média e alta complexidade POP Rua, por meio de reuniões contínuas e análise das metodologias e estratégias utilizadas na a atenção a Pop Rua;
- Reunião semanal com a equipe dos serviços que compõe a rede de média e alta complexidade;

- Reunião semanal com serviços que compõem a rede Pop Rua para discussão de casos e construção do fluxo da rede para acolhimento institucional;
- Reunião Intersetorial;
- Reunião Interproteções;
- Participação na construção do plano intersectorial para a população em situação de rua;
- Reuniões com o Movimento Nacional da População em Situação de rua polo Campinas para diálogos sobre as demandas das pessoas em situação de rua;
- Participação no Grupo de Trabalho Maternidade (GT Maternidade)

## **Descrição dos serviços socioassistenciais que compõem a Coordenadoria Setorial Proteção Social Especial de Média Complexidade- POP Rua**

### **Serviço de Abordagem Social de Adultos - SOS Rua**

O Serviço de Abordagem – SOS Rua é executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil- Associação Cornélia M.E.V.H Vlieg, também responsável pelo Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT).

O citado serviço atende as cinco regiões administrativas do município, a saber: norte, sul leste, sudoeste e noroeste. Cada uma dessas regiões conta com uma equipe de referência, a qual é responsável por abordar e atender as pessoas em situação de rua. A equipe trabalha principalmente pautada na sensibilização visando a construção do vínculo, articulação e referenciamento para a rede territorial. Atua principalmente, nos locais com maior concentração de pessoas, instrumentaliza grupos operativos com a população de rua no local onde habitam, podendo ser em praças, entroncamentos, pontes e outros. Auxilia também na confecção da segunda via da documentação civil.

### **Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT)**

O Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT) compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população de rua, como serviço complementar. Oferta quatorze oficinas: Ladrilho Hidráulico, Culinária e Nutrição, Projeto Parceria, Velas, Vitral Artesanal, Papel, Mosaico, Marcenaria, Serralheria, Costura, Eventos, agrícola, todas para pessoas que estão em processo de inserção social. Nessas oficinas são retomados hábitos da vida cotidiana e do trabalho, como horários, regras e gestão financeira.

### **Casa da Cidadania**

A Casa da Cidadania é um serviço executado em parceira com a Organização da Sociedade Civil- Associação Beneficente Semear. Compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população

de rua, como serviço complementar, atende em média 120 pessoas por dia com oferta de alimentação (jantar), espaço para higienização e convivência.

A alimentação é concedida por 18 grupos de voluntários das mais diversas religiões. Muitos destes grupos ofertavam alimentação nas ruas. Com a ampliação do novo espaço e a convite do gestor municipal, esses grupos passaram a ofertar alimento dentro do citado espaço, em condições dignas e humanas. Este equipamento funciona em horário complementar ao Centro Pop- das 14h30min às 20h30min.

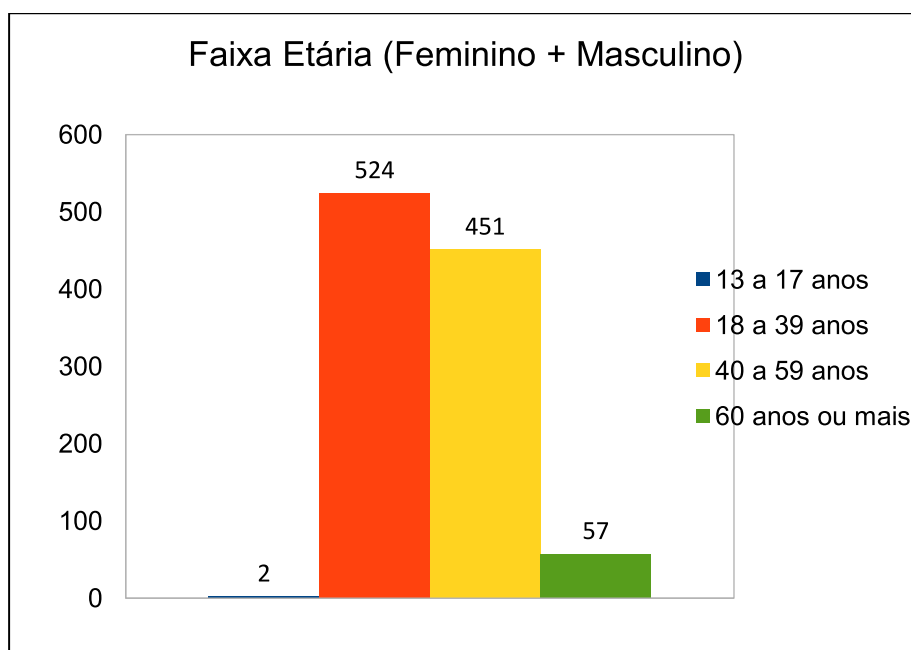
Para melhor compreensão do trabalho desenvolvido e sua complexidade, buscou-se traçar o perfil das pessoas atendidas por meio das seguintes variáveis:

- Faixa etária
- Sexo
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Tempo de rua
- Situação de moradia
- Referenciamento
- Resultado
- Planilha de entrada

### **Centro POP I**

- Faixa etária
- Sexo
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Tempo na Rua
- Situação de Moradia
- Quantidade de atendimento por usuário
- Referenciamento

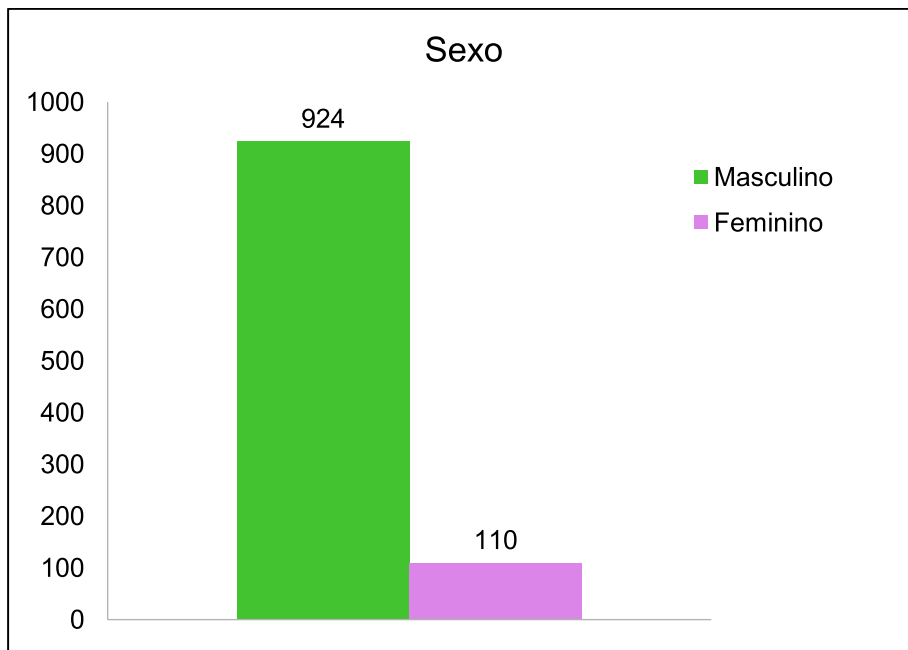
- Usuários atendidos no mês



*Figura 3 - Quantitativo de atendimentos segundo a faixa etária*

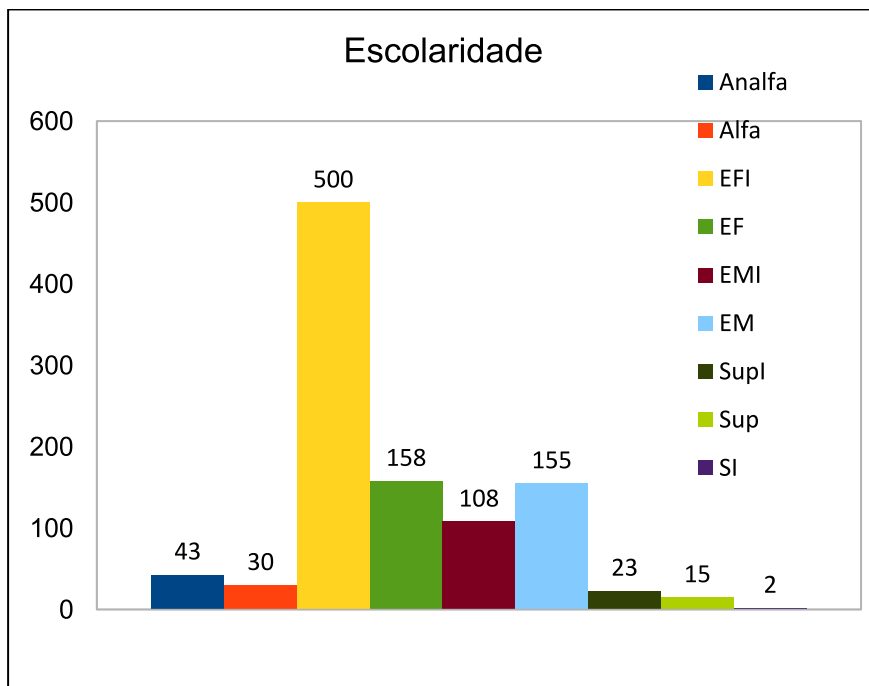
Das 1.034 pessoas atendidas, 50,67% corresponde à faixa etária de 18 a 39 anos. Já a faixa etária de 40 a 59 anos corresponde a 43,61%. As pessoas com mais de 60 anos, representam 5,5% do total das pessoas atendidas. Esses dados apontam para um grande número de pessoas em idade economicamente produtiva. A partir dos números apontados, é possível identificar a necessidade de se avançar em estratégias no sentido de oferecer, por meio de políticas de trabalho e renda, alternativas de inserção laboral.





*Figura 4*

Na análise do gráfico observa-se predomínio do sexo masculino, com 89%. Embora os dados de atendimento do sexo feminino registrem aumento, a diferença é exponencial.



*Figura 5*

Conforme se observa, 48% possui ensino fundamental incompleto e apenas 15% possui ensino fundamental completo, o que traz impactos significativos nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

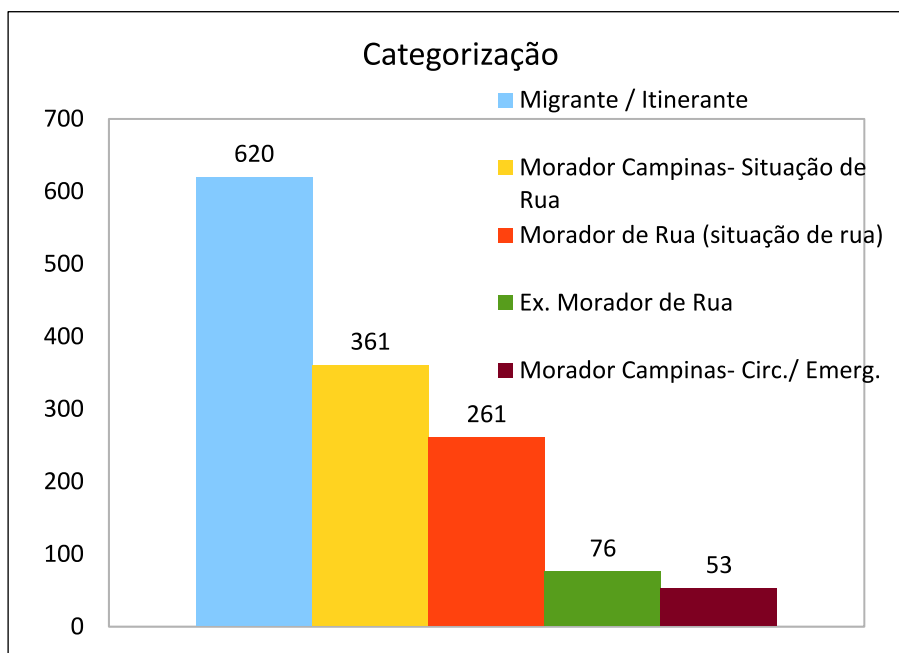
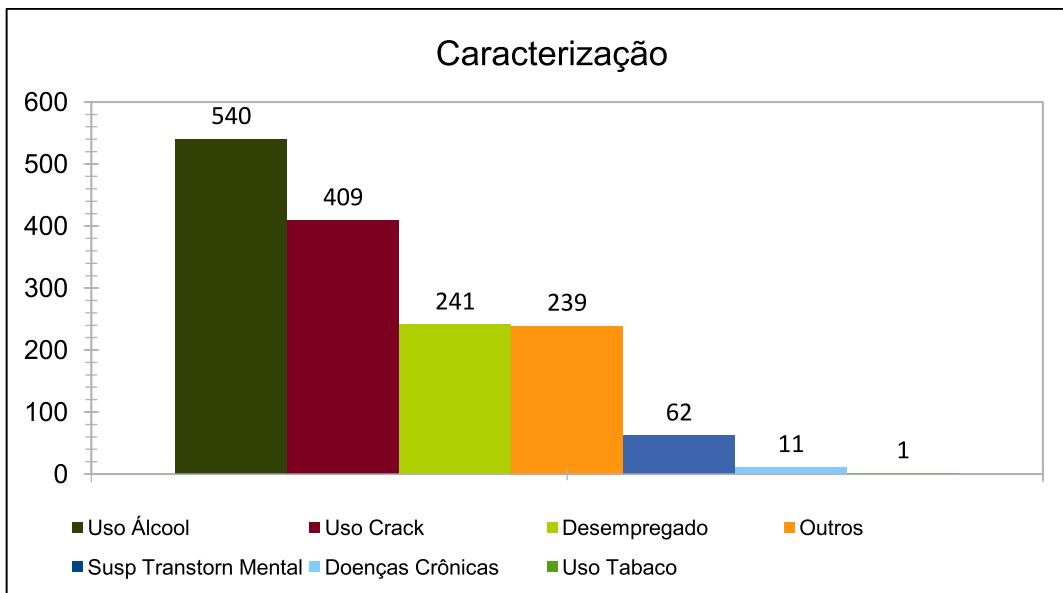


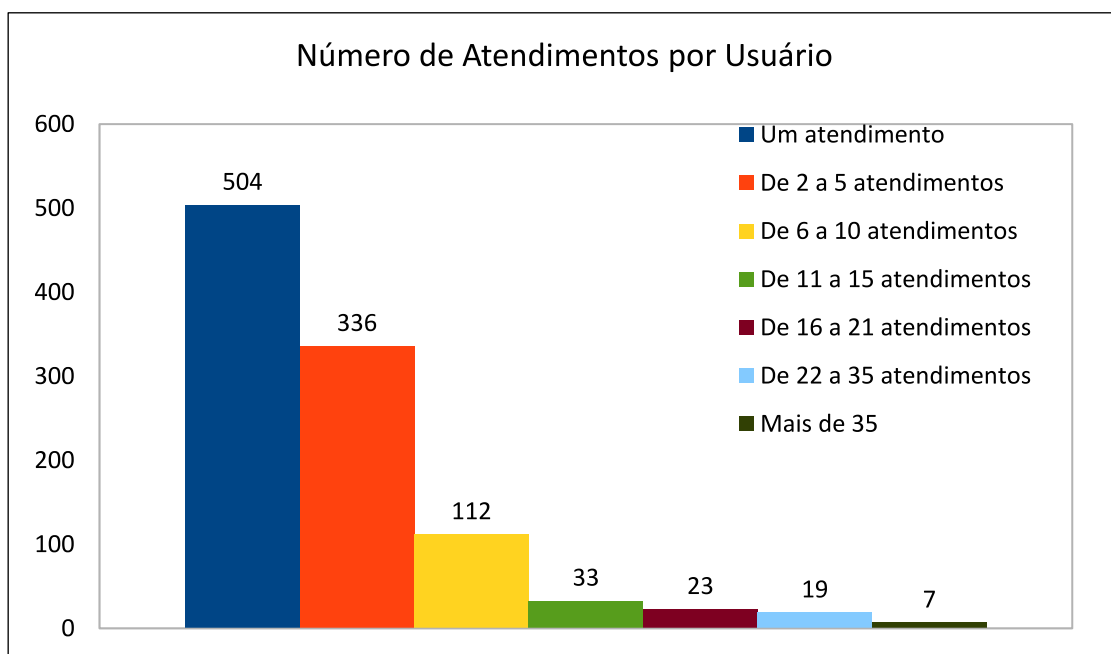
Figura 6

As pessoas identificadas como migrantes/itinerantes, correspondem a 60%, do total de atendimentos. Moradores de Campinas em situação de rua, correspondem a 35%. Já as pessoas identificadas em situação de rua, correspondem a 25%, e os ex-moradores de rua, respondem por 7% dos atendimentos. As situações emergenciais correspondem a apenas 7% dos atendimentos. Destaca-se que 42% do público atendido refere-se a moradores de Campinas em situação de rua e os de situação emergencial.



*Figura 7*

Para melhor caracterizar o uso de substâncias psicoativas separou-se por tipo de substância utilizada. Desta forma, observa-se que 52,2% das pessoas atendidas consomem álcool, 40% são usuárias de crack e 23% referiram usar outras drogas não especificadas. Ressalta-se que muitas pessoas relatam fazer uso de uma ou mais substâncias. Pessoas atendidas com suspeita de outros tipos de transtorno mental respondem por 6%. Todos esses dados que envolvem estreita interface com a política de saúde mental são considerados de extrema importância, tendo em vista a necessária intersetorialidade nas ações destinadas a esse público.



*Figura 8*

Em relação ao número de vezes que o usuário buscou atendimento no serviço, observa-se que 48,7% o fez apenas uma vez, indicando-se a forte presença de ações pontuais. De duas a cinco vezes corresponde a 33%

e de seis a dez atendimentos corresponde a 10% das pessoas atendidas. Maior número de atendimentos, variando de 22 a 35, corresponde a 1,8% dos casos. Situações ainda mais excepcionais, correspondem a 0,67%. Tais dados evidenciam que um pequeno número de pessoas consegue dar continuidade aos processos de acompanhamento. Desta forma, estudos mais aprofundados são necessários para melhor compreender esses dados e identificar todos os elementos presentes que possam justificar o não prosseguimento dos atendimentos, considerando-se a perspectiva de saída da rua.

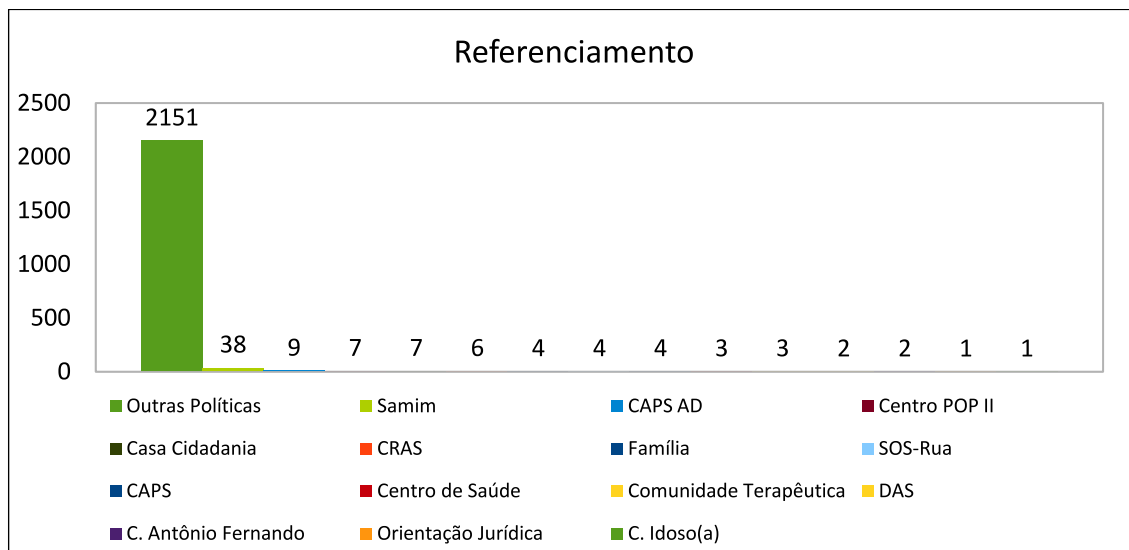


Figura 9

Os dados demonstram que os encaminhamentos realizados, não se restringem apenas a política de assistência social. Ao contrário, destaca-se que 96% foram feitos para outras políticas. O segundo maior número de encaminhamentos, e em número bem menor, foi para o SAMIM (Albergue Municipal), correspondendo a apenas 1,69%.

Cabe observar no que se refere a outras políticas, trata-se em sua maioria de encaminhamentos para obtenção/regularização de documentos, prevalecendo a solicitação de 2ª via. Por ser um público com deslocamento contínuo, bem como inconstância de permanecer no mesmo local, assim como a presença do uso abusivo de álcool e/ou substâncias psicoativas, a perda de documentos é fato permanente.

O primeiro e mais fundamental dos direitos é a documentação. Nesse sentido, o Centro POP tem se apresentado como importante viabilizador desse direito encaminhando e articulando com Cartórios de Registro Civil, Poupa Tempo, Junta Militar, Justiça Eleitoral, Varas Criminais e Receita Federal. Desta forma, afirma-se a importância da articulação com outras políticas para a atenção as pessoas em situação de rua e para construção de canais e fluxos que agilizem e facilitem o acesso aos direitos enquanto cidadãos e não apenas a construção de ações que se restringem a serviços e programas da assistência social e saúde, como tem sido mais usual.

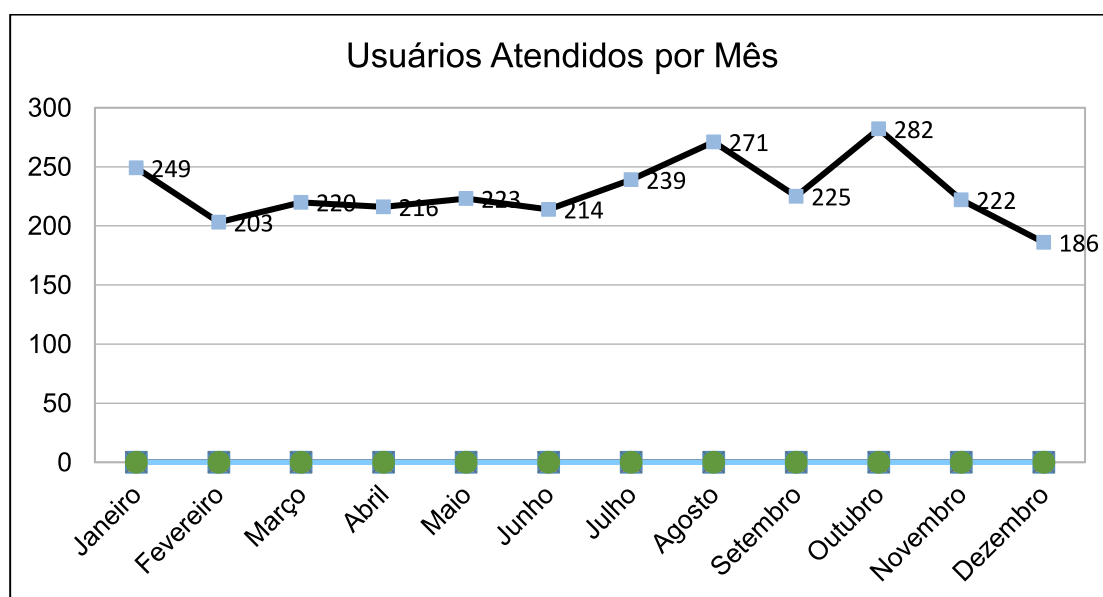


Figura 10

A análise dos dados acima, aponta um total de 2.750 pessoas atendidas no ano de 2019, com uma média simples de 229 atendimentos mês. Verifica-se que a equipe vem desenvolvendo suas atividades viabilizando uma média de atendimentos maior do que a sua capacidade, frente ao número de profissionais que compõem a equipe.

Com base nos dados quantitativos levantados, referentes as atividades desenvolvidas durante 2019 nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – SARES - Unidade I, a reflexão sobre o que tem sido demandado aos trabalhadores frente ao número de pessoas atendidas e/ou referenciadas aos serviços, é pauta permanente da equipe, considerando-se que o objeto da ação profissional e as exigências trazidas pelo cotidiano da atuação profissional, requisitam cada vez mais conhecimento técnico e competências pessoais para lidar com um público que carrega profundas marcas decorrentes do processo de exclusão social e pessoal do nosso país.

As condições sociais, de trabalho e renda afetam profundamente o público atendido, pois em sua maioria são pessoas de baixa escolaridade, jovens, homens, com presença de uso abusivo de álcool e/ou substâncias psicoativas, questões de saúde mental, dentre outros. Na maioria das vezes, o Centro POP é o único local de referência para escuta e acolhida.

Dessa forma, buscamos levantar em conjunto com as equipes de trabalho desafios e metas para o ano de 2020, considerando-se a necessidade de investimento em melhorias das condições de trabalho, em especial, no espaço físico.

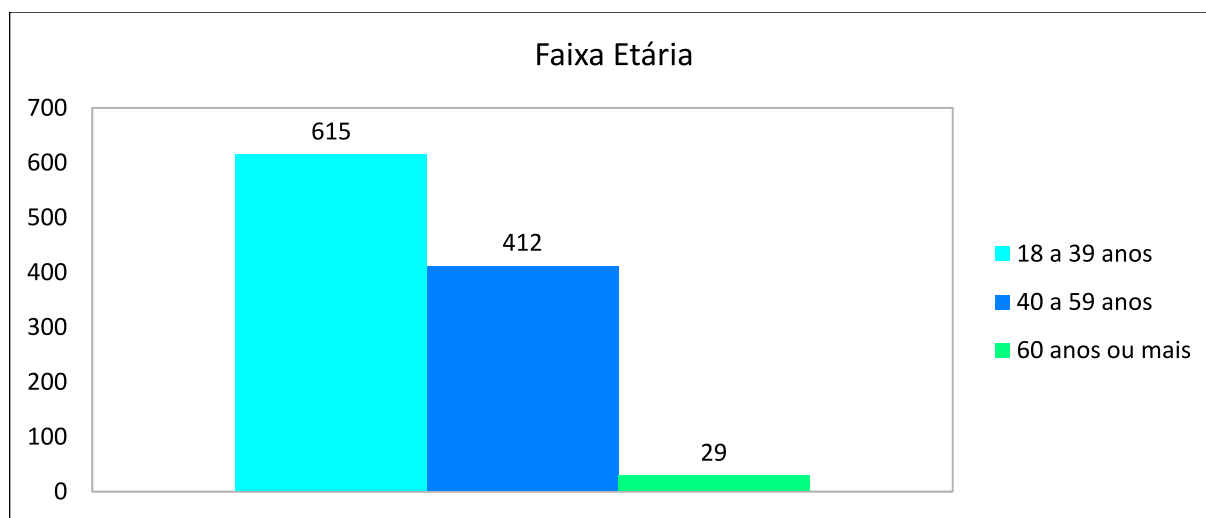
Desde setembro de 2019 a equipe do Centro POP Sares I conta com Supervisão Externa para discussão dos casos, o que tem contribuído para maior qualidade do trabalho desenvolvido e também reconhecido como espaço eficaz para o cuidado dos trabalhadores em lidar com as asperezas do cotidiano, uma vez que a maior

ferramenta de trabalho é a escuta qualificada, comprometida com o cuidado e promoção de processos de reflexão e reorganização pessoal e social.

## Centro POP Sares II

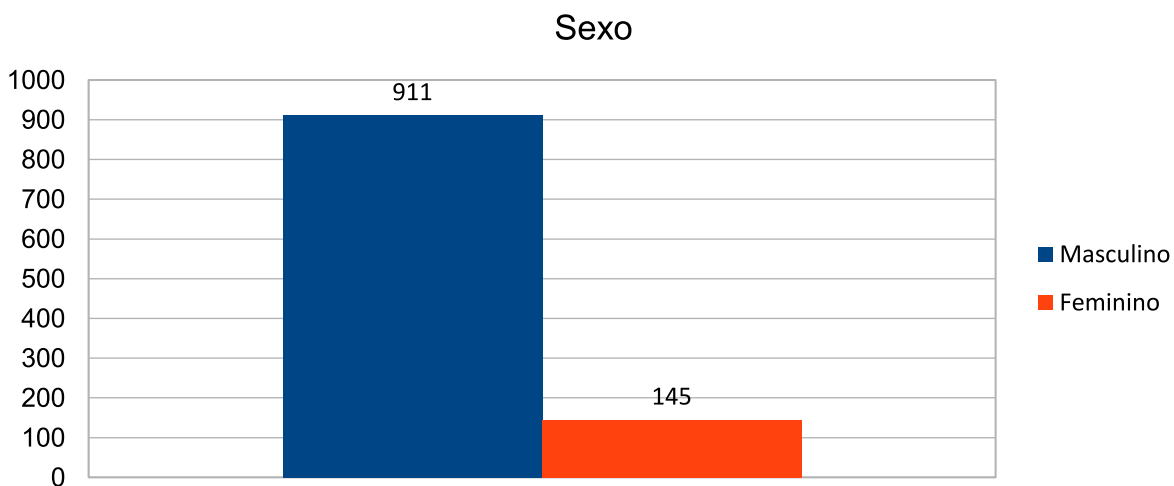
Considerando-se as categorias abaixo identificadas, em seguida apresentamos os dados:

- Faixa etária
- Sexo
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Quantidade de atendimento por usuário
- Referenciamento
- Resultado
- Usuários atendidos no mês – recepção e serviços ofertados



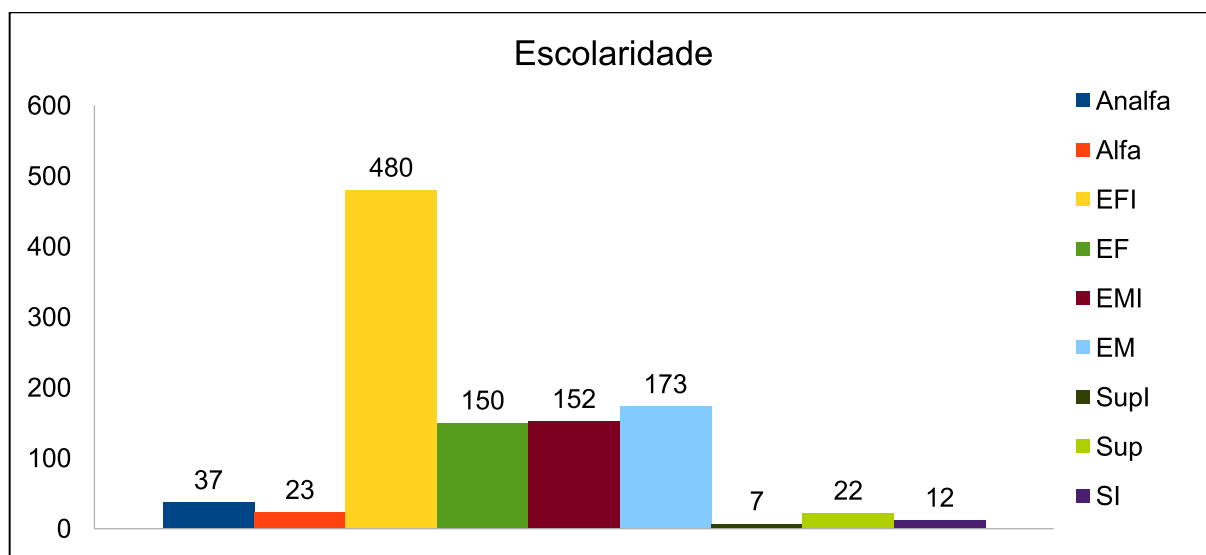
*Figura 11*

Das 1.056 pessoas atendidas, 58% corresponde à faixa etária de 18 a 39 anos. Já a faixa etária de 40 a 59 anos corresponde a 39,3%. As pessoas com mais de 60 anos, representam 2,7% do total das pessoas atendidas. Esses dados apontam para um grande número de pessoas em idade economicamente produtiva.



*Figura 12*

É possível constatar que as pessoas em situação de rua atendidas compõem-se, majoritariamente, por homens, com 86%.



*Figura 13*

Conforme se observa, 45,4% possui ensino fundamental incompleto e apenas 16% possui ensino fundamental completo. Registra-se que 2% possuem ensino superior completo e 3,5% são analfabetas, demonstrando as dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho.

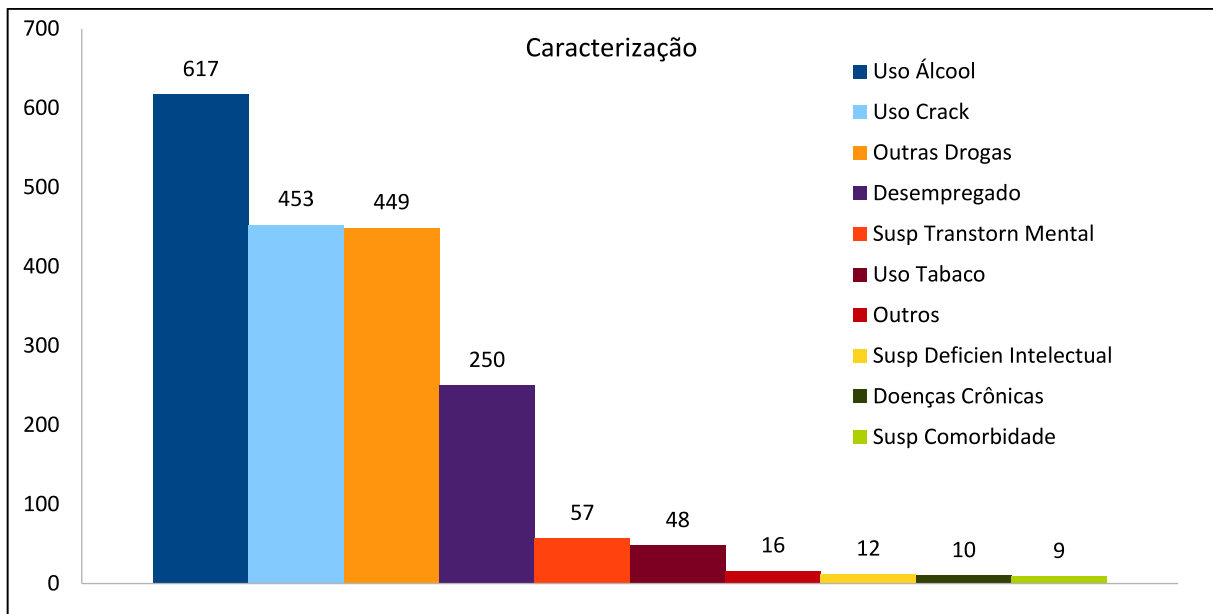


Figura 14

Observa-se que 58,4% das pessoas atendidas consomem álcool, 42,8% são usuárias de crack e 42,5% referiram usar outras drogas não especificadas. Ressalta-se que muitas pessoas relatam fazer uso de uma ou mais substâncias. Novamente se destaca a importância de ações conjuntas com a política de saúde mental, tendo em vista a necessária composição de ações para o efetivo enfrentamento desse fenômeno.

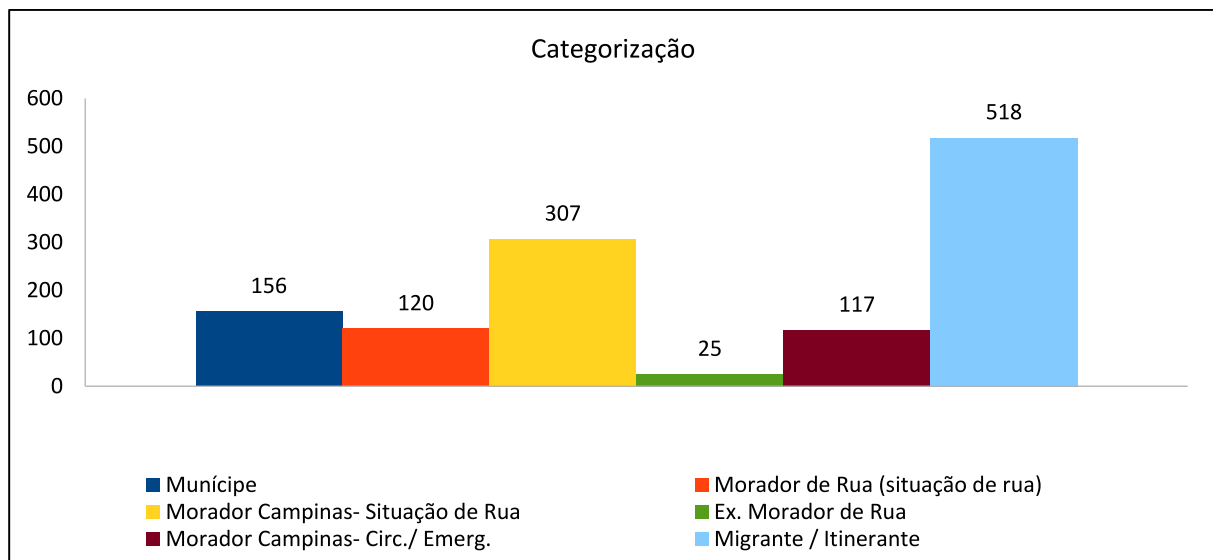


Figura 15

As pessoas identificadas como migrantes/itinerantes, correspondem a 49%, do total de atendimentos. Moradores de Campinas em situação de rua, correspondem a 29%. Muniçipes correspondem a 15%, e os ex-moradores de rua, respondem por 2% dos atendimentos.



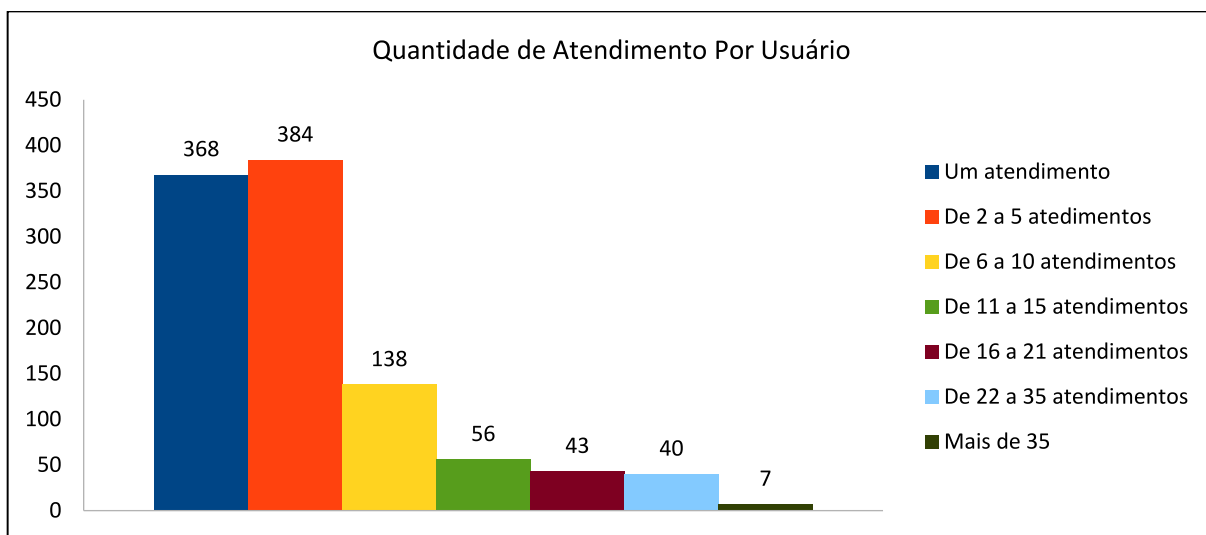


Figura 16

Com relação ao número de vezes que se buscou atendimento técnico no serviço, 35% buscou apenas 01 vez, 36% buscou de duas a cinco vezes, 13% de seis a dez atendimentos, 5,3% de onze a quinze atendimentos, 4% de dezesseis a vinte um atendimentos, 3,7% pessoas de vinte e dois a trinta e cinco atendimentos e menos de 1% buscou mais de trinta e cinco vezes.

Tais dados evidenciam o pequeno número de pessoas que dão continuidade aos processos de acompanhamento, destacando-se a prevalência de ações mais pontuais.

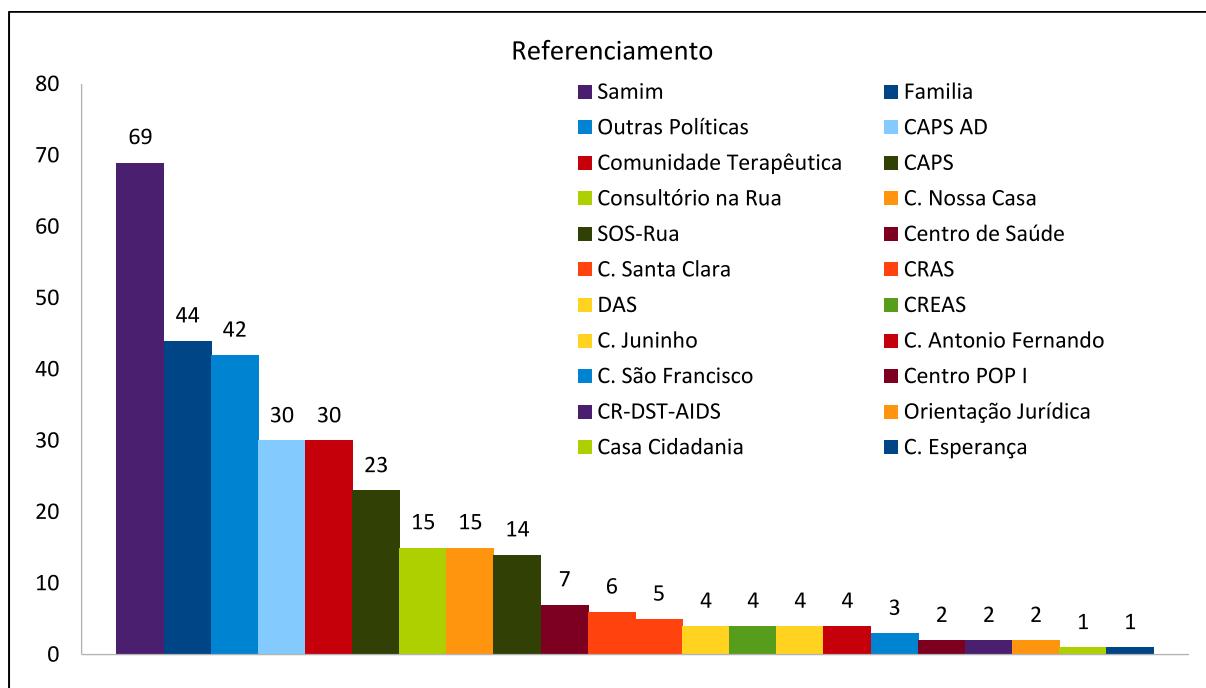


Figura 17

Este gráfico demonstra a complexidade do trabalho com pessoas em situação de rua. Assim, 6,5% pessoas foram referenciadas ao SAMIM, 4% aceitaram referenciamentos para outras políticas, 4% pessoas retornaram ao convívio familiar. Apenas 2,8% aceitou referenciamento ao CAPS AD e 3,2% foram inseridas nas Unidades de Acolhimento.

Podemos inferir com esses dados a dificuldade das pessoas em situação de rua assumirem seu Plano de Desenvolvimento do Usuário com vistas a repensar novas trajetórias de vida e a saída das ruas.

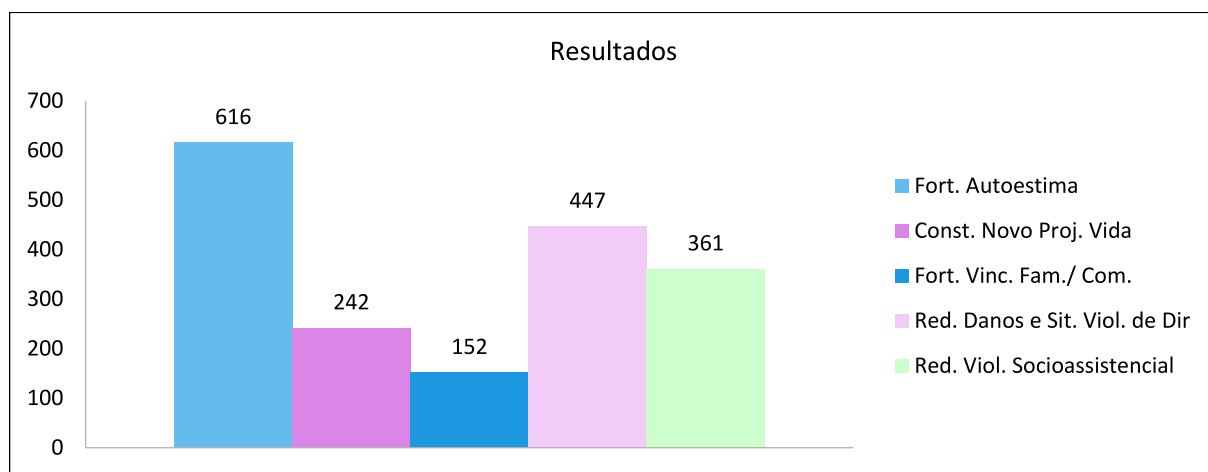


Figura 18

Na análise dos resultados verifica-se que 60% fortaleceram sua autoestima, 43% apresentou redução de danos nas situações de violação de direitos, 35% relatou redução nas violações socioassistenciais, 23% aceitou repensar novos objetivos de vida, 15% fortaleceu vínculos familiares. Destaca-se que uma mesma pessoa pode alcançar mais de um resultado.

A seguir demonstra-se o número de pessoas atendidas no Centro POP Sares II e o número de serviços ofertados. A análise demonstra a complexidade do trabalho desenvolvido, dado o predomínio do atendimento às necessidades imediatas, tais como higienização pessoal, café da manhã, lanche da tarde e utilização da lavanderia, cine livre e convivência entre seus pares.

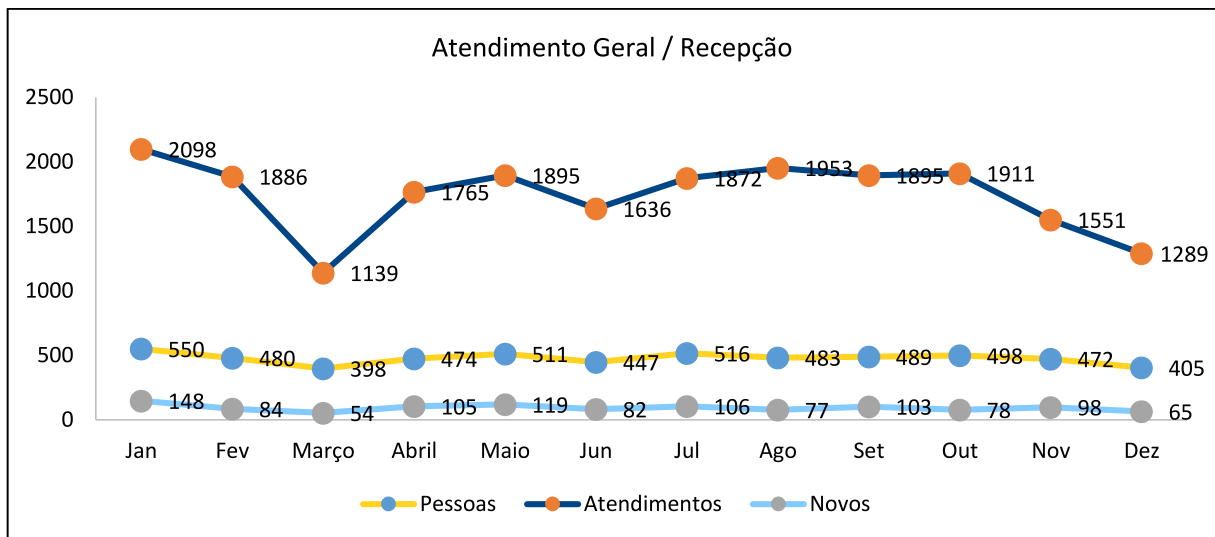


Figura 19

O gráfico acima demonstra os números mensais das pessoas atendidas no Centro POP Sares II, das pessoas novas que procuram o Serviço, bem como o número de atendimentos gerados no mês, a partir dados registrados pela recepção.

Na análise verifica-se que 5.723 pessoas passaram pelo Centro POP Sares II. No entanto, destaca-se que uma mesma pessoa pode procurar várias vezes o local. Quanto ao número de pessoas novas-1.119, estas são contadas apenas na primeira vez que procuram o serviço. Muitas não permanecem no município, algumas são de outros serviços e vem para convivência e utilização de ofertas diferenciadas e/ou inexistentes em outros serviços. Somando-se os atendimentos mensais verifica-se que foram realizados 20.890 atendimentos no ano.

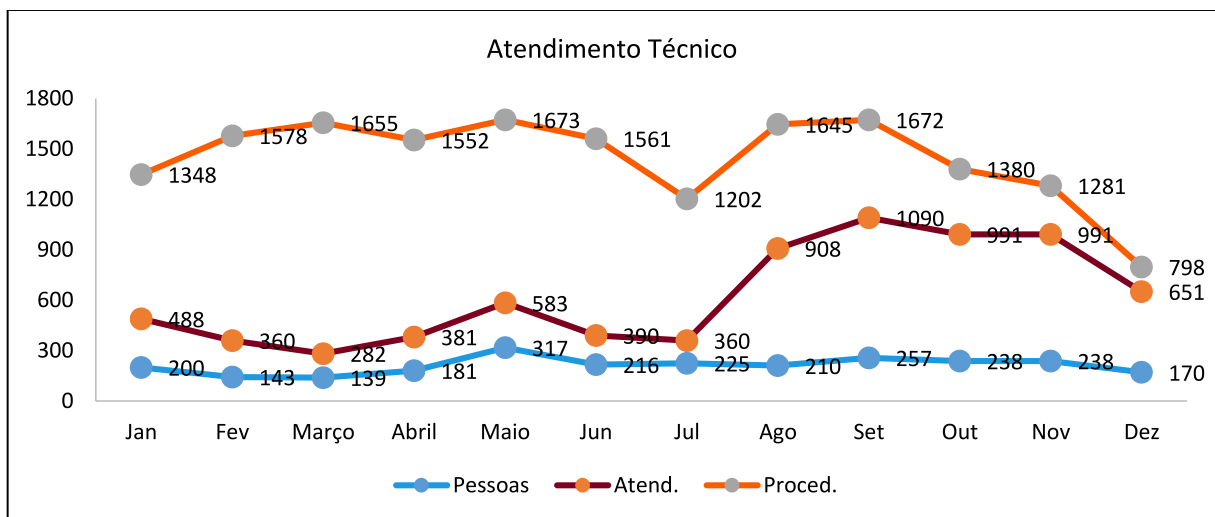


Figura 20

O gráfico acima se refere ao número de pessoas que foram atendidas pela equipe técnica e os procedimentos realizados. Os procedimentos se referem as articulações com a rede socioassistencial, serviços de outras políticas, órgãos de defesa de direitos e construções com os usuários. Registra-se que 2.534 pessoas passaram por atendimento técnico, o que gerou 7.622 atendimentos, individuais e grupais, acompanhamentos

e atividades. Observa-se que do mês de agosto ao mês de dezembro há um expressivo aumento nos atendimentos, por terem sido incluídos os atendimentos do telecentro. O elevado número de procedimentos-17.345 demonstra a especificidade de atender este seguimento populacional, as inúmeras buscas em cartórios, busca por familiares, consultas com Defensorias Públicas, encaminhamentos, agendamentos diversos nos serviços de saúde e no INSS, reuniões e discussões de casos, articulações com a rede, dentre outros.

Ao comparar os gráficos de atendimento geral e atendimento técnico, constata-se que o atendimento técnico é bem inferior ao número de pessoas que procuram pelo Centro POP II, uma vez que, como já demonstrado anteriormente, a maioria procura atendimento de necessidades básicas imediatas e de convivência.

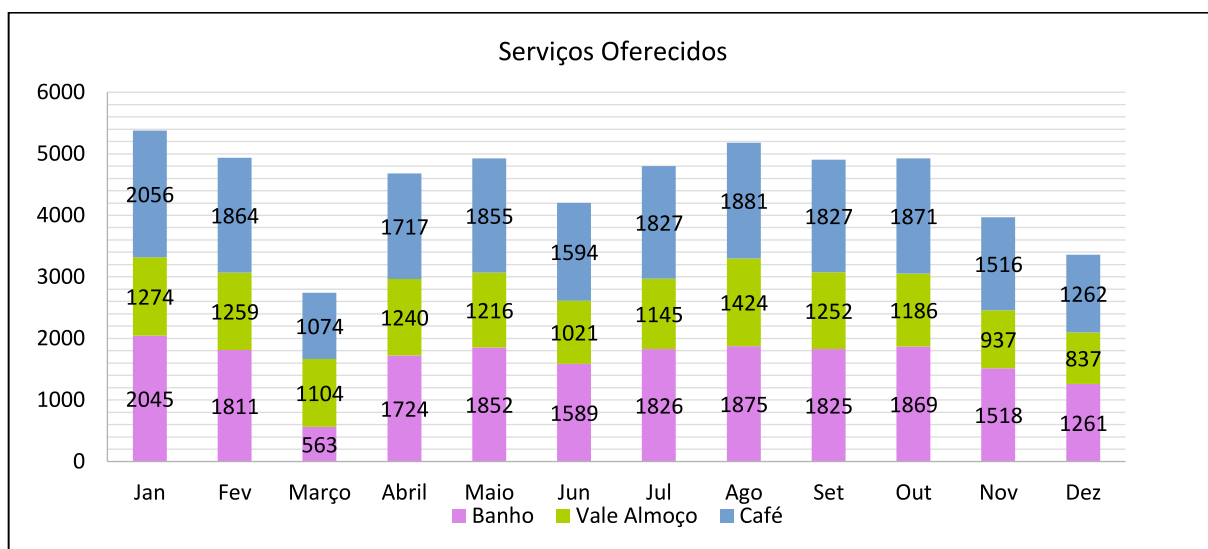


Figura 21

Cumprindo com seu objetivo de promover o acesso à alimentação e a higiene pessoal, no ano de 2019 foram ofertados 20.344 cafés da manhã e lanches da tarde; 19.758 banhos e 13.892 Vales almoço para o Restaurante Popular.

A análise dos dados torna-se relevante para compreensão da complexidade e volume de atendimentos, considerando-se que o Centro POP Sares II tem capacidade de atendimento de 120 pessoas por dia.

### Desafios avaliados durante a execução das atividades, no ano de 2019.

- Atendimento de usuários com sofrimento psíquico;
- Acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento (Unidade II);
- Pouca participação de usuários nos espaços de controle social (Unidade II);
- Infraestrutura (imóvel) do Centro POP Sares (Unidade I);
- Compreensão limitada e preconceituosa da sociedade sobre o fenômeno da população de rua;

- Abordagens inadequadas por parte da Guarda Municipal e da Polícia Militar;
- Descontinuidade no contrato de Oficinas;
- Descontinuidade da parceria com a Secretaria Municipal de Cultura para o desenvolvimento de atividades;
- Aposentadorias e exonerações sem reposições imediatas;
- Insuficiência de Formação Continuada;
- Fragilidade nas ações intersetoriais;
- Reforma do Centro POP II;
- Insuficiência de transporte e equipamentos.

### **METAS PARA 2020**

- Reordenamento do Centro POP Sares Unidade I com locação de imóvel;
- Instalação do Bagageiro Municipal;
- Aquisição de materiais e equipamentos de informática;
- Reposição dos servidores;
- Supervisão Técnica;
- Formação Continuada para os trabalhadores
- Utilização do SIGM
- Fortalecimento entre as políticas setoriais de assistência social, saúde, trabalho e renda, cultura, habitação, educação, esportes e lazer, para atendimento integral da população em situação de rua;
- Instalação de câmeras para controle das filas de entrada e na recepção dos serviços, Centro POP Sares II;
- Contratação de oficinas para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, Centro POP Sares I e II.
- Contratação de assistência técnica especializada para manutenções necessárias e funcionamento efetivo da plataforma elevatória.

## **COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE- CRIANÇA E ADOLESCENTE, JOVENS E MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

A Coordenadoria Setorial de Alta Complexidade- Criança e Adolescente é responsável pelos serviços de acolhimento institucional e familiar de crianças, adolescentes e jovens e mulheres vítimas de violência de gênero. Para a gestão operacional dos citados serviços, a Coordenadoria conta com dois apoios técnicos.

No ano de 2019 a rede de serviços ficou assim constituída:

*Tabela 29*

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Metas de Jan a Março</b>	<b>Metas de Abril a Setembro</b>	<b>Metas Setembro a Dezembro</b>
Abrigos	07	210	170	160
Casa de Passagem Especializada	01	15	0	0
Casa de Passagem	01	22	30	30
Acolhimento Familiar	02	40	40	40
Casa Lar	16	150	160	160
Casa Lar para adolescentes grávidas e/ou com filhos	01	10	10	10
República Masculina	01	06	06	06
República Feminina	01	06	06	06
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>469</b>	<b>422</b>	<b>412</b>

A Casa de Passagem Especializada- Casa Verde, encerrou suas atividades em 31/03/2019, A Casa de Passagem- Casa Betel teve as metas ampliadas de 22 para 30 a partir de 1º de Abril.

O Abrigo- Unidade de Apoio Infantil Centro Corsini, encerrou as atividades em 30/09/2019. Os 10 usuários acolhidos, foram transferidos para o abrigo Lar da Criança feliz, que passou a atender 30 metas provisoriamente.

Atendendo a proposta de reordenamento instituída no município desde o ano de 2008, o abrigo Cidade dos Meninos reduziu 10 metas, passando a atender 50 metas.

A inauguração de nova Casa Lar- Lar da Criança Feliz em 30/10/2019, contribuiu para ampliação de mais 10 metas nessa modalidade de acolhimento.

### **Atividades Realizadas pela Gestão da Alta Complexidade em 2019, envolvendo a rede de serviços de acolhimento.**

- Participação dos Apoiadores técnicos em reuniões da rede de proteção para discussão de casos, sempre com vistas a desenvolver estratégias que evitem o acolhimento institucional e fortaleçam a família;
- Organização das reuniões preparatórias para a realização de audiências concentradas e participação nas mesmas;
- Coordenação e articulação das reuniões do GT Maternidade de Campinas, para continuidade do trabalho de atualização e aprimoramento, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normativas, culminando com a atualização e assinatura do Protocolo de Intenções, contendo fluxos e procedimentos para evitar o acolhimento de recém-nascidos;
- Reuniões quinzenais de gestão, com os coordenadores e com as equipes técnicas dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens;
- Participação em reuniões do GT Interproteções, nas cinco macrorregiões do município conforme diretriz da SMASDH/DOAS;
- Articulação com a rede de saúde clínica e mental, para discussão de fluxos e procedimentos, para encaminhamento/atendimento de crianças e adolescentes acolhidos;
- Reuniões com a equipe técnica Vara da Infância e da Juventude e representantes do Ministério Público;
- Atuação conjunta com CSAC nas visitas técnicas e de monitoramento dos serviços de acolhimento institucional e familiar;
- Gestão técnica operacional do Programa de Apadrinhamento Afetivo;
- Participação em ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão da Alta Complexidade e também compondo a suplência na diretoria executiva;
- Realização em parceria com o CMDCA e FEAC do III Seminário Internacional – Acolhimento Familiar;
- Articulação do grupo de trabalho que avaliou as ações de reordenamento do abrigo Cidade dos Meninos. Participaram desse grupo de trabalho, representantes do Gestor Público, Conselhos Tutelares, CMDCA e Ministério Público e do próprio abrigo;
- Realização de discussões entre o gestor público e OSCs parceiras diretamente envolvidas, para a tomada de decisão quanto ao encerramento das atividades de duas unidades executoras do acolhimento institucional;

- Gestão técnica operacional de todos os serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens e mulheres vítimas de violência de gênero;
- Articulações com rede de proteção especial de média complexidade para aprimoramento dos fluxos;
- Articulação com a rede da alta complexidade-Adultos e Idosos, para aprimoramento de fluxos e alinhamento das ações, uma vez que essa rede acolhe adolescentes que completam a maioridade, oriundos dos serviços da alta complexidade criança e adolescente;
- Gestão operacional do abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica de gênero, participando da discussão dos casos e articulações com a rede de política para as mulheres.
- Mudança do abrigo para mulheres para outro imóvel, qualificando assim, o atendimento.

## **Desafios avaliados durante a execução das atividades**

### **Acolhimento Institucional**

- Supervisão institucional para as equipes técnicas dos serviços de acolhimento;
- Encontros de formação para todos os trabalhadores dos serviços acolhimento;
- Ações de prevenção e cuidado para os educadores, considerando a natureza do trabalho;
- Continuidade ao trabalho de revisão e fortalecimento da Metodologia dos Serviços de Acolhimento;
- Alinhamento dos fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento entre a Alta Complexidade e as Proteções Sociais- Básica e Especial de Média Complexidade;
- Diálogo permanente com os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- Discussão e revisão da metodologia dos serviços de acolhimento, frente ao atendimento de adolescentes, cujas demandas são agravadas pelo uso de substâncias psicoativas;
- Estabelecimento de parcerias mais efetivas com as unidades escolares, em especial rede estadual para atendimento às crianças e adolescentes com deficiência ou com transtornos de comportamento;
- Acolhimento de diferentes faixas etárias no mesmo espaço físico, com destaque para dinâmica dos adolescentes que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas;
- Manutenção predial permanente;
- Evasões dos adolescentes que, sobretudo nos finais de semana, vão para rua e se expõem a situações de risco e vulnerabilidade (uso de substâncias psicoativas, prática de ato infracional, exposição à exploração sexual entre outros), além de influenciar outros adolescentes do mesmo local;



- Acolhimento de crianças e adolescentes, com cuidados de enfermagem 24 horas;
- Ausência do serviço de família guardiã subsidiada, que possibilitaria maior número de crianças e adolescentes reintegrados na família extensa, quando esgotadas as possibilidades na família nuclear;
- Implantação de abrigo com metodologia diferenciada para atendimento de jovens que completam a maioridade nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes;
- Alinhamento das ações entre o Apadrinhamento Afetivo e os serviços de acolhimento.

### **Acolhimento Familiar**

- Ações continuadas de divulgação do acolhimento familiar;
- Aprimoramento das estratégias para divulgação do acolhimento em famílias acolhedoras;

### **Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência de Gênero**

- Acolhimento de mulheres vítimas de violência de gênero, com uso abusivo de substâncias psicoativas e/ou com agravos de saúde mental, implicando em novas demandas e manejos;

Diante dessa realidade, os serviços de acolhimento constatam que em muitos casos, a medida de proteção previamente aplicada, não garante a superação das condições que ocasionaram o acolhimento, dada a incompletude institucional e a evidente necessidade do estreitamento das ações com outras políticas públicas.

### **Resultados alcançados com as atividades realizadas**

#### **Acolhimento Institucional**

- Efetivação do reordenamento do abrigo Lar da Criança Feliz: de 50 metas para 20 metas
- Incorporação do Serviço de Apadrinhamento Afetivo ao orçamento público municipal;
- Realização de encontros de formação em gestão dos coordenadores técnicos dos serviços de acolhimento;
- Participação de maior número de serviços de acolhimento em reuniões intersetoriais e da rede de proteção;
- Maior reconhecimento por parte dos serviços que compõem a rede de proteção, de que o acolhimento institucional ou familiar deve ser a última medida de proteção a ser aplicada;
- Manutenção de diálogo com os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos;

- Planejamento de ações a serem desenvolvidas em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de participações na Comissão da Alta Complexidade;
- Aprimoramento do diálogo com a rede de alta complexidade- adulto e idoso (abrigos e Residência Inclusiva)
- Aprimoramento dos fluxos com a rede da proteção especial de média complexidade
- Finalização e assinatura do Protocolo de Intenções do GT Maternidades atualizado;
- Diminuição do número de acolhimentos de recém-nascidos separados de suas genitoras, encaminhados pelas maternidades, sendo que em 2019, houve apenas 04 acolhimentos diretos das maternidades. Todos foram encaminhados para o acolhimento familiar.

### **Acolhimento Familiar**

- Realização do III Seminário Internacional sobre Acolhimento Familiar, com três dias de duração, que contou com a participação de 400 profissionais;
- Realização de oficina sobre o impacto dos traumas na primeira infância, para profissionais dos serviços de acolhimento e da rede socioassistencial.

### **Repúblicas**

- Ações que propiciaram maior autonomia para os jovens acolhidos nas Repúblicas, tais como: inserção no mercado de trabalho, no ensino formal e informal;
- Jovens com independência e autonomia, ampliação e capacidade protetiva das famílias e a superação de suas dificuldades.

### **Casa Abrigo da Mulher**

- Fortalecimento das mulheres vítimas de violência de gênero e o rompimento com o ciclo de violência;
- Aprimoramento do diálogo com a rede de proteção e aprimoramento dos fluxos para o atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero.

### **Desafios/Propostas para 2020**

- Implantar 02 novos abrigos institucionais para crianças e adolescentes
- Possibilitar espaços de discussão e busca de soluções conjuntas, para proteção e atendimento dos adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas;
- Criar um Grupo de Trabalho para discutir a metodologia do abrigo para jovens de 18 a 21 anos;
- Criar um Grupo de Trabalho com o objetivo de discutir e elaborar protocolo com fluxos e

ações, visando prevenir e evitar o acolhimento institucional de adolescentes.

- Criar uma comissão que discutirá casos de mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade e risco, para planejar e executar ações de prevenção e cuidado para a mãe e bebê;
- Encaminhar em parceria com o CMDCA, minuta de lei municipal, para criação do programa família guardiã subsidiada, que favorecerá as reintegrações de crianças e adolescentes na família extensa;
- Possibilitar formação para pais/mães sociais das Casas Lares.
- Ampliar a discussão da rede de acolhimento, em interface com a Coordenadoria da Juventude, sobre políticas relacionadas a este tema.

A seguir apresentamos o levantamento do perfil dos acolhidos no ano de 2019 na modalidade **Abrigo Institucional**

### MOTIVOS DO ACOLHIMENTO

Tabela 30

	Convívio 1	Convívio 2	CMPCA	Corsini	Cidade dos Meninos	Lar Criança Feliz	Lar Nosso Sonho	TOTAL
Violência física	2	0	0	0	15	2	0	19
Violência psicológica	1	0	0	0	17	0	0	9
Negligência	19	25	21	20	38	27	36	186
Violência sexual	0	0	0	0	1	4	1	6
Abandono	0	0	1	4	1	0	0	6
Exploração Sexual	0	0	0	2	2	0	0	4
Situação de rua	0	0	0	0	4	0	1	5
Retorno de adoção	1	0	1	0	1	0	0	3
Devolução de guarda	0	2	0	0	4	2	0	8
Conflito Fam	0	0	2	0	8	0	0	10
Outros	2	0	0	0	12	0	2	15
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>103</b>	<b>35</b>	<b>40</b>	<b>281</b>

Como é possível observar, o motivo prevalente do acolhimento se refere à situações de negligência. Não se desconhece a existência de situações graves de negligências das famílias, que podem colocar em risco a vida de crianças e adolescentes. Porém, existem situações em que certos comportamentos classificados como negligência parental ou familiar são identificadas como práticas culturais ou situações provocadas por impossibilidade financeira ou social, entre outras. Existem questões estruturais e familiares que permeiam a situação de negligência e que reforçam a necessidade de uma reflexão crítica, por parte de todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos, muito antes de se definir uma família como negligente ou negligenciada.

## MOTIVOS DO DESACOLHIMENTO

Tabela 31

	Convívio 1	Convívio 2	CMPCA	Corsini	Cidade dos Meninos	Lar da Criança Feliz	Lar Nosso Sonho	Total
Reintegração na Família de origem/extensa	6	7	4	6	12	5	6	40
Adoção Nacional	1	0	0	0	1	0	2	4
Transferência Para Família Acolhedora	2	0	0	0	0	0	0	2
Evasões	0	0	0	0	10	0	0	10
Transferência p/ outro serv. De acolhimento	0	3	0	0	19	5	0	27
Maioridade			2	0	1	0	1	4
*Outros	0	0	0	0	0	0	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>42</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>89</b>

A reintegração familiar foi a principal porta de saída do acolhimento, cumprindo o objetivo dos serviços da alta complexidade.

Destaca-se a seguir, dados de gestão do abrigo municipal, o Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente.

## CENTRO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-CMPCA

**Remanescentes de 2018: 15**

**Acolhimentos em 2019: 13**

### ATIVIDADES REALIZADAS

- Realização de trabalho grupal com mães;
- Formação e supervisão para os agentes de ação social (educadores) com psicólogo voluntário;
- Reuniões periódicas da coordenação com a equipe técnica e agentes de ação social e demais servidores;
- Discussões com os serviços socioassistenciais, saúde, saúde mental, educação e outros.
- Projeto de atendimento em psicopedagogia antropológica em parceria com instituição particular de ensino;
- Manutenção e matrículas em escolas municipais, estaduais e particulares; bem como participação em eventos comemorativos em cada escola.

- Atividades comemorativas, oficinas de culinária, artesanato, confecção de Ovos de Páscoa; passeios aos shoppings do município; passeio de férias fora do município; atividades na Lagoa do Taquaral, Cinemas.

## **AVANÇOS**

- Estagiárias nas áreas de enfermagem e pedagogia;
- Recomposição do quadro de recursos humanos com assistente social e agentes de ação social;
- Processo de formação e supervisão dos agentes de ação social (educadores), com psicólogo voluntário;
- Ampliação da parceria com a organização não governamental BVH-Bolsa de Valores Humanos;

## **DESAFIOS**

- Recomposição do quadro de recursos humanos com psicólogos e motorista;
- Adolescentes com quadro de saúde mental agravado pelo uso de substâncias psicoativas;
- Inclusão de adolescentes em programas de jovem aprendiz;
- Cumprimento dos Planos Terapêuticos Singulares – PTSs, ofertados aos adolescentes pelos CAPSIs.
- Inclusão dos agentes de ação social (educadores) nas discussões de rede e demais espaços pertinentes aos debates sobre as crianças/adolescentes;
- Educação permanente
- Articulação com a rede do Sistema de Garantia de Direitos (SGD);
- Dificuldades em promover a manutenção e articulação de novos atendimentos externos às crianças/adolescentes; bem como garantir as visitas domiciliares e participação da equipe técnica em reuniões de rede com um motorista a menos na equipe;
- Assegurar transporte escolar das crianças/adolescentes matriculadas em escolas estaduais e particulares;

## **PROPOSTAS PARA 2020:**

- Recomposição do quadro de recursos humanos com psicólogos e motorista;
- Formação para agentes de ação social (educadores);
- Supervisão para equipe técnica e coordenação;

- Reorganização dos espaços internos da sede administrativa;
- Manutenção e reforma dos espaços físicos da Casa das Crianças/Adolescentes ou a locação de uma nova casa;
- Assegurar transporte escolar para os adolescentes por meio de transportes coletivos (ônibus);
- Retomada do Projeto Fazendo Minha História;
- Ampliação dos espaços qualificados ao debate e construção de ferramentas para a acolhida e cuidados às crianças/adolescentes;
- Contratação de oficinairo;
- Ampliação do serviço de transporte para finais de semana;
- Articulação com as Secretarias Municipais de Cultura e de Esporte e Lazer, objetivando a ampliação de novos espaços de atividades às crianças/adolescentes.

## MODALIDADE CASAS LARES

Esta modalidade de acolhimento institucional conta com 10 acolhidos em cada uma das casas. No entanto, crianças ou adolescentes com intensas demandas de cuidados, devido a problemas de saúde física ou mental, ou com deficiências correspondem a 02 vagas.

## MOTIVOS DO ACOLHIMENTO

Tabela 32

	Aldeias Infantis	Aldeias Adolescentes com Filhos	Cidade dos Meninos	Lar da Criança Feliz	UNIASE C	AEDHA	TOTAL
Violência física	11	4	24	0	7	4	51
Violência psicológica	13	3	3	0	0	1	20
Negligência	36	5	21	5	12	10	89
Violência sexual	2	0	3	1	5	0	11
Abandono	2	0	2	0	0	2	6
Exploração Sexual	2	1	0	0	0	0	3
Ameaça de morte	0	0	2	0	0	0	2
Adoção ilegal	1	0	1	0	0	0	2
Devolução de Guarda	6		6		2		14
Devolução de Adoção	3		5				8
Outros			1	1	1		3

Cabe ressaltar que assim como nas demais modalidades de acolhimento, o maior motivo de acolhimento foi Negligência (79), Violência física (47) e Violência Psicológica (19).

Faz-se necessário trabalhar com as equipes da rede socioassistencial e também com os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, o conceito de Negligência, para que se possa diferenciar quando a negligência é praticada pela família e quando é praticada pelo Estado. Percebe-se que não raramente as famílias são responsabilizadas pela omissão do Estado.

## MOTIVOS DO DESACOLHIMENTO

Tabela 33

	Aldeias Infantis	Aldeias Adol com Filhos	Cidade dos Meninos	Lar da Criança Feliz	UNIAS EC	AEDH A	TOTAL
Reintegração na Família de origem nuclear	5	0	7	0	0	0	12
Reintegração na Família de origem extensa	0	0	0	0	0	0	0
Adoção Nacional	2	0	0	0	2	1	5
Tranf. Para Família Acolhedora	4	0	0	0	0	0	4
Evasões	2	3	4	0	0		9
*Transf. p/ outro serv. De acolhimento	3	0	1	0	6	0	10
Maioridade	0	0	9	0	1	2	12

Os principais motivos de desacolhimentos, foram a reintegração familiar na família de origem e a completude da maioridade, cumprindo assim o objetivo do serviço.

Transferência para outro serviço de acolhimento é o terceiro motivo. Cabe esclarecer que as transferências ocorrem, quando o adolescente não se adéqua a metodologia da modalidade Casa Lar, demandando uma estrutura maior de cuidados, como a ofertada na modalidade abrigo institucional.

## MODALIDADE ACOLHIMENTO FAMILIAR

### Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente- SAPECA

**Remanescentes de 2018: 17**

**Acolhimentos em 2019: 22**

**Desligamentos em 2019: 17**

### MOTIVOS DE ACOLHIMENTO

*Tabela 34*

	SAPECA	CONVIVE R	TOTAL
Violência física	0	7	7
Violência psicológica	0	2	2
Negligência	23	12	35
Violência sexual	0	3	3
Abandono	2	8	10
Exploração Sexual	1	2	3

### MOTIVOS DO DESACOLHIMENTO

*Tabela 35*

	SAPECA	CONVIVER	Total
Família de Origem Nuclear ou Extensa	4	14	16
Adoção Nacional	14	6	18
Transf para acolhimento Institucional	0	5	5

Como já ressaltado em relatório de gestão anterior, percebe-se que as famílias de origem se encontram em extrema vulnerabilidade. Em muitos casos, ainda têm o comprometimento do uso abusivo de SPA por algum dos genitores, o que demanda investimento a longo prazo nessas famílias e muitas delas não conseguem dar continuidade aos encaminhamentos propostos, o que dificulta a possibilidade de retorno da criança e/ou adolescente aos seus cuidados.



Além disso, essas famílias têm se apresentado com vínculos pessoais fragilizados ou rompidos, que dificulta ou impossibilita a busca por família extensa.

Percebe-se que muitas dessas famílias chegam a alta complexidade já sendo acompanhada há tempos pela rede de serviços da assistência social e da saúde, sendo o acolhimento de fato como a última e excepcional medida.

Em alguns casos, mesmo quando a família extensa é localizada ainda há impeditivos como: falta de disponibilidade por parte do grupo familiar em assumir a criança e/ou adolescente, por estar sobrecarregada cuidando de outras crianças desses mesmos genitores ou por não conseguirem cuidar e proteger a criança em questão.

Sendo assim, após esgotadas as possibilidades para reintegração familiar, a adoção se torna o melhor encaminhamento para as crianças.

### **A seguir uma descrição sucinta das atividades realizada pelo SAPECA em 2019**

Ressaltamos que até o mês de agosto de 2019, a equipe técnica encontrava-se incompleta, o que limitava sua capacidade de acolhimento. Com a recomposição do quadro de recursos humanos com assistente social foi possível retomar a meta de 20 acolhimentos.

#### **Atividades Realizadas:**

- Preservação e manutenção de vínculos entre acolhidos e suas famílias de origem/extensa através de visitas monitoradas;
- Execução do Projeto “Fazendo minha História” com a construção dos álbuns com as histórias de vida das crianças/adolescentes, atendendo 37 crianças;
- Garantia de espaços de escuta para as crianças/adolescentes de acordo com o plano de atendimento e demandas de cada situação;
- Atendimento grupal das crianças/adolescentes através de encontros quinzenais às 2.<sup>a</sup> feiras, das 19:30 às 21:00hs, com a participação deicineira contratada e estudantes voluntários, num total de 17 encontros, no ano;
- Participação dos acolhidos, famílias de origem/extensas, pessoas significativas e famílias acolhedoras, nos encontros de integração – Festa Junina com a presença de aproximadamente 150 pessoas e Festa de Natal com a presença de 220 pessoas aproximadamente;
- Realização de, pelo menos, 01 reunião informativa mensal, para famílias interessadas na proposta;
- Realização de 02 Capacitações de novas famílias para acolhimento;
- Manutenção de acompanhamentos individuais e ao grupo familiar, na sede ou no domicílio, de famílias de origem/extensas e acolhedoras;
- Realização de trabalho em rede, articulando as diversas políticas e serviços para o atendimento

qualificado das famílias acompanhadas;

- Realização de 02 encontros mensais, reunião de gestão e de acolhimento, às 2.<sup>a</sup> feiras, das 19:30 às 21:00hs, com as famílias acolhedoras participantes, totalizando 17 reuniões no ano;
- Realização de **7 encontros** do SAPECA RECEBE, recebendo aproximadamente **36 participantes**;

#### **Desafios avaliados durante a execução das atividades:**

- Elaboração de material teórico devido às especificidades do trabalho;
- Formações gerais e específicas relacionadas ao trabalho;
- Plano de Divulgação Continuado sobre Acolhimento Familiar;
- Formação continuada grupal de famílias acolhedoras para melhor apropriação de competências, papéis e das especificidades do trabalho;
- Qualificação das famílias acolhedoras;
- Articulação intersetorial;
- Estabelecimento de fluxos com as políticas setoriais de saúde e de educação.

#### **Resultados alcançados com as atividades realizadas:**

- Garantia de convivência familiar e comunitária dos acolhidos;
- Atendimento individualizado das demandas de cada criança/adolescente;
- Grupalização das crianças/adolescentes acompanhados;
- Entrega dos Álbuns do Projeto Fazendo minha História ao final dos processos de acolhimento;
- Acompanhamento das famílias de origem/extensas/pessoas significativas, esgotando-se todas as possibilidades de reintegração familiar;
- Manutenção de encontros mensais através do Projeto "SAPECA RECEBE";
- Manutenção das reuniões quinzenais de famílias acolhedoras com a participação da equipe, voluntários e profissionais convidados;
- Realização dos dois Encontros de Integração anuais com a colaboração de parceiros, voluntários, famílias acolhedoras e equipe do serviço;
- Sistematização dos encontros entre os serviços de acolhimento familiar da região de Campinas;
- Realização de 02 formações para famílias candidatas ao acolhimento

#### **Avanços:**

- Reposição de 01 profissional na equipe técnica;

- Capacitação de novas famílias acolhedoras criando mais números de vagas para acolhimento;
- Continuação dos trabalhos com o grupo de serviços da região, proporcionado trocas e qualificação dos serviços participantes;

### **Propostas para 2020:**

- Aumentar a meta de atendimento para 30 acolhimentos/mês, após preenchimento da vaga;
- Aumentar o número de famílias acolhedoras para, no mínimo 30;
- Manter a metodologia de atendimento de forma qualificada;
- Participação da equipe em capacitações específicas ao acolhimento familiar;
- Manter as reuniões quinzenais de famílias acolhedoras;
- Manter os Encontros Anuais – Festa Julina e de Natal;
- Manter os Projetos “SAPECA Recebe” e “Fazendo minha História”;
- Viabilizar as contratações temporárias de oficinaira e de supervisão de casos/institucional;
- Viabilizar espaços de pesquisa para estudantes interessados na temática
- Revisar formulários dos processos de trabalho do Sistema de Gestão do SAPECA
- Manter o Plano de Ação para os estagiários do serviço;
- Qualificar as ações com crianças/adolescentes – atendimento individual da equipe e grupo de voluntários/oficineira dos encontros quinzenais;
- Qualificar a capacitação de novas famílias acolhedora ;
- Aumentar o número de ações de divulgação do serviço;
- Melhorar a articulação com a rede;
- Revisar e regulamentar Lei Municipal 14253/2012;

A garantia da convivência familiar e comunitária foi ofertada por meio da preservação e manutenção de vínculos entre acolhidos e suas famílias de origem/extensa através de visitas monitoradas.

### **MODALIDADE CASAS DE PASSAGEM**

**Remanescentes de 2018: 8**  
**Acolhimentos em 2019: 184**  
**Desligamentos em 2019: 169**

Esclarecemos que a Casa de Passagem Especializada Casa Verde, encerrou suas atividades em 31/03/2019, permanecendo a Casa Betel como única casa de passagem, para acolher crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses e sua capacidade de atendimento aumentou de 22 para 30 metas.

## MOTIVOS DO ACOLHIMENTO

Tabela 36

	<b>CASA VERDE</b>	<b>CASA BETEL</b>	<b>TOTAL</b>
Violência física	0	38	38
Violência psicológica	0	4	4
Negligência	0	40	40
Violência sexual	0	14	14
Abandono	0	24	24
Exploração Sexual	0	8	8
Situação de rua	0	19	19
Outros	7	30	37

Como nas demais modalidades de acolhimento, predominou como motivo de acolhimento, a Negligência e mais uma vez ressalta-se a necessidade de aprofundamento sobre o conceito de negligência, com as equipes da rede socioassistencial e com os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, pois não raramente percebe-se que as famílias são responsabilizadas pela omissão do Estado. Apenas da Casa Betel, foram 177 acolhimentos.

Como segundo maior motivo, apresenta-se a violência doméstica física

## MOTIVOS DO DESACOLHIMENTO

Tabela 37

	<b>Casa Verde</b>	<b>Casa Betel</b>	<b>Total</b>
Reintegração na Família de origem nuclear	0	27	27
Reintegração na Família de origem extensa	0	3	3
*Transf. p/ outro serv. De acolhimento	3	83	86
Transf Família Acolhedora	0	25	25
Recâmbios	0	28	28

A Casa de Passagem, tem como objetivo, em tempo ágil realizar estudo psicossocial para identificar se é possível proceder a reintegração familiar ou na impossibilidade, a transferência para outro serviço de acolhimento de longa permanência para aprofundamento do estudo.

## MODALIDADE REPÚBLICAS

Na modalidade República, são acolhidos jovens que completam a maioridade civil preferencialmente oriundos dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, cuja reintegração familiar não foi possível ou os próprios não quiseram retornar para suas famílias.

**Remanescentes de 2018: 4**

**Acolhimentos em 2019: 4**

**Desacolhimentos 2019: 5**

### Procedência do encaminhamento

*Tabela 38*

ORIGEM INCLUSÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Cidade dos Meninos	03	06	09
AEDHA	01	-	01
Lar da Criança Feliz	01		01
Aldeias Infantis	04	2	06

Os dois serviços que mais encaminharam, são também os que acolhem o maior número de adolescentes.

### Motivo do Acolhimento

*Tabela 39*

MOTIVO DO ACOLHIMENTO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Ter completado a maioridade durante acolhimento, sem a possibilidade de reintegração familiar	04	02	06

### Motivo do Desligamento

*Tabela 40*

	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Vida autônoma	1	2	04
Família de origem nuclear	1	0	1
Família de origem extensa	0	0	0
Não cumpriu as regras do serviço	2	0	2

Os jovens que saíram para vida autônoma, o fizeram por inclusão no mercado de trabalho. De modo geral, os jovens alugam imóvel ou vão morar em pensionatos. Embora tenha havido apenas uma reintegração familiar, observa-se que todos fazem movimento de aproximação com a família de origem, podendo ou não, voltar a residir com a mesma.

## **PROGRAMA DE APADRINHAMENTO AFETIVO “ACORDAR”**

O Programa de Apadrinhamento Afetivo é um Programa complementar aos serviços de acolhimento. A gestão da alta complexidade realiza trabalho de articulação com as equipes dos abrigos e das casas lares para identificar crianças e adolescentes a serem incluídas no apadrinhamento, avaliação dos resultados e interlocução com a Vara da Infância e da Juventude sempre que necessário. Abaixo, seguem os dados referentes a 2019.

*Tabela 41*

	<b>TOTAL</b>
Nº de apadrinhamentos remanescentes de 2018	24
Nº de novos apadrinhamentos em 2019	14
Nº de desligamentos em 2019	13
Nº de apadrinhamentos remanescentes para 2020	25

<b>Motivo do desligamento</b>	<b>TOTAL</b>
Demanda profissional dos padrinhos (mudança de município)	1
Adoção pelos padrinhos	3
Desejo da criança e do adolescente	1
Incompatibilidade de Expectativa	0
Maioridade	4
Não vinculação da criança e do adolescente	0
Desistência pelos padrinhos	4
Adoção nacional	0
Dificuldade de relacionamento com o Serviço de Acolhimento	0

Durante o ano de 2019, avaliou-se que os avanços se deram no sentido da formação de 14 novos padrinhos afetivos; desligamentos, na sua maioria, por demandas de maioridade civil, adoção nacional e adoção por parte dos padrinhos.

Ressaltamos que as crianças apadrinhadas, conforme art. 19B, §4º do ECA, são prioritariamente as com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva, e ainda que a adoção por parte

de padrinhos/madrinhas, não seja o objetivo do serviço, apresenta-se como uma bem vinda porta de saída do acolhimento institucional.

## **CASA ABRIGO DA MULHER SARA M**

O Abrigo SARA-M é um equipamento da Prefeitura Municipal de Campinas, de caráter sigiloso, que acolhe por período de 3 meses, mulheres vítimas de violência doméstica de gênero e seus filhos.

O Serviço oferece atendimento integral às usuárias, encaminhando-as aos órgãos especializados de defesa dos direitos da mulher e da criança. Pela especificidade do trabalho realizado, faz-se necessário a manutenção do sigilo no que se refere à localização do referido abrigo, como forma de proteção.

O fenômeno da violência tem sido manchete nos jornais e nas redes sociais e muitas ações positivas têm sido realizadas para combater esse fenômeno. Apesar disso, no ano de 2019 observou-se o aumento do feminicídio em Campinas e na região metropolitana.

Tal fato causou impacto na Casa Abrigo, que no ano de 2019 acolheu mais mulheres que no ano anterior.

Além das municipais, acolheu mulheres de outros municípios e houve momentos em que devido a lotação, foi necessário recusar pedidos de cidades do Estado de São Paulo, mostrando o compromisso de Campinas com o fenômeno da violência o que também evidencia a necessidade de organização de outros municípios para oferta de serviços de proteção à mulher.

No ano 2019 a Casa Abrigo acolheu 67 mulheres e 83 crianças/adolescentes, como demonstra o quadro abaixo

*Tabela 42*

<b>REMANESCENTES 2018</b>		<b>INGRESSOS 2019</b>	
MULHERES	3	MULHERES	64
CRIANÇAS	2	CRIANÇAS	70
ADOLESCENTES	0	ADOLESCENTES	11

**REGIÃO DE PROCEDÊNCIA***Tabela 43*

NORTE	6
SUL	21
LESTE	4
NOROESTE	16
SUDOESTE	9
OUTROS MUNICÍPIOS	7
SEM RESIDÊNCIA	1

Predominou o atendimento a mulheres procedentes da região Sul, Noroeste e Sudoeste, seguido das oriundas de outros municípios.

**ENCAMINHAMENTOS PARA CASA ABRIGO SARA-M**

	<b>ENCAMINHADO POR</b>	<b>QTDE</b>
<b>OUTROS MUNICÍPIOS</b>	DDM HORTOLÂNDIA	1
	CREAS/DDM VALINHOS	2
	C.REFERÊNCIA GUARULHOS	1
	CREAS CAPIVARI	1
	CASA ABRIGO BARUERI	1
	ABRIGO SANTOS	1
	<b>TOTAL</b>	<b>7</b>
<b>1ª DDM</b>	1ª DDM	8
	SAMIM	1
	CEAMO	1
	<b>TOTAL</b>	<b>10</b>
	2ª DDM	40



2ª DDM	CEPROM	1
	PROGEN	1
	CEAMO	5
	CPTI	1
		48
DELEGACIA DE POLÍCIA	1º DP	1
	5º DP CREAS	1
	TOTAL	2
TOTAL GERAL		67

A maioria dos encaminhamentos do município foi feita pela 2ª DDM – Delegacia de Defesa da Mulher, a qual atende as regiões sudoeste, noroeste e sul, que são as regiões que concentram população de maior vulnerabilidade e risco.

#### MOTIVO DO DESACOLHIMENTO- ANO DE 2019

Retornou com o autor da violência		4
Retornou ao antigo endereço, com medida protetiva (afastamento do autor de violência)		12
Alugou casa em outra região por medida de segurança		5
Recâmbio para outro município		4
Recâmbio para outro Estado		2
Reintegração à família extensa	Campinas	20
	Outros Municípios	3
	Outros Estados	2
Transferência para outros serviços	Abrigo de Idosos	1
	SAMIM	1
	Santa Clara	1
	Casa da Gestante	1
Foi acolhida pela rede sócio afetiva		11
TOTAL GERAL		67

Cabe ressaltar, que de um total de 67 mulheres acolhidas, apenas 4 retornaram a convivência com o autor de violência.

#### DESAFIOS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Equipe técnica incompleta, atuando apenas com 1 Assistente Social.
- O Serviço atendeu em certos períodos do ano, acima de sua capacidade e houve demanda

reprimida.

- Não foi possível a contratação de supervisão institucional.
- Descontinuidade do fornecimento de produtos alimentícios e de material de higiene e limpeza.
- Insuficiência do quadro de RH considerando ser o abrigo, serviço 24 horas.
- Morosidade nos atendimentos para manutenção do espaço físico.
- Houve um aumento no perfil de mulheres acolhidas com transtornos mentais
- e uso de substâncias psicoativas, o que ocasionou conflitos com as demais mulheres e a dificuldade de seguirem as regras do Serviço.
- Demanda por acolhimento de mulheres que não estavam em risco de morte, demonstrando desta forma a necessidade de criar uma casa de passagem que possa absorver essa demanda no município.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS**

- Elaboração e cumprimento do Plano de Desenvolvimento das Usuárias e de seus filhos;
- Ampliação do quadro de RH, a partir do remanejamento de 03 cozinheira. Isso possibilitou organizar a escala de cozinheiras de modo a cobrir os sete dias da semana.
- Ampliação do quadro de RH, com a chegada de 01 agente de Ação Social, compondo desta forma a equipe para o atendimento das crianças e adolescentes.
- Ampliação do quadro de RH com chegada de 01 Agente de Apoio Operacional que atende a necessidade do serviço em manter a limpeza do espaço físico.

## **METAS PARA 2020**

- Supervisão Institucional para atender as demandas de trabalho da Equipe de funcionários.
- Reposição da vaga da profissional de psicologia.
- Manutenção contínua do espaço físico.
- Fazer o levantamento qualiquantitativo dos 22 anos do Serviço.

## **COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE ADULTO E IDOSO E SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS**

Esta Coordenadoria Setorial abrange os serviços que fazem parte da proteção especial alta complexidade adulto e idoso, o que inclui os Serviços de Acolhimento Institucional, o Albergue Municipal, as Casas de Passagem, todos voltados para o atendimento de pessoas adultas em situação de rua, pessoas com deficiência e idosos.

No ano de 2019 deu-se continuidade nas atividades com a Coordenadoria de Média Complexidade POP Rua. Foram mantidas as reuniões da rede socioassistencial, para discussão de casos e aprofundamento das questões do fenômeno. Observa-se que o perfil desta população vêm se modificando exigindo cada vez mais metodologias inovadoras e alinhamento nos atendimentos prestados a essa população.

Além dessas reuniões, visitas mensais *in loco* foram realizadas aos serviços, visando o acompanhamento da efetivação das estratégias metodológicas, na direção de se alcançar unidade nas ações desenvolvidas.

Prosseguiu-se com discussões de caso com a rede de saúde, saúde mental e proteção social especial de alta complexidade de crianças e adolescentes para referenciamentos de usuários às unidades de acolhimento institucional (Abrigos, Casas de Passagem e Residência Inclusiva).

As reuniões semanais da rede socioassistencial de serviços que atendem a POP Rua foram mantidas em conjunto com os serviços da proteção especial de média complexidade, com construção de fluxos de informações e de referenciamentos as unidades de acolhimento institucional.

Tal referenciamento ocorre sempre após esgotadas todas as possibilidades de manutenção dos vínculos familiares e comunitários, para que seja desenvolvido um trabalho de resgate destes vínculos e ou reorganização pessoal viabilizando autonomia, qualidade de vida e construção de novos projetos mesmo que não se possa contar com familiares nesse processo.

Outra ação importante para o município foi a continuidade do programa “Parceiros da Cidade - Mão Amiga”, a qual contou com a participação ativa desta Coordenadoria no Comitê de acompanhamento, deste programa, junto a coordenação e os serviços de acolhimento.

Participou-se junto a Proteção Básica do GT Interpreções, com o objetivo de fortalecer as ações no território. Houve uma divisão entre os profissionais para que esta Coordenadoria estivesse representada em todas as regiões. Além destas atividades, houve participação na organização da Conferência Municipal da Assistência Social.

No ano de 2019 registra-se a ampliação de mais uma Casa de Passagem no município em parceria com a OSC UNIASEC, para atendimento a pessoas em situação de rua, ampliando mais 25 vagas no município.

## ÁREA TÉCNICA DO IDOSO

A Coordenadoria possui um apoio técnico para área do idoso. No que se refere a esta área, foi possível observar o aumento de institucionalização de idosos em ILPI na faixa etária de 60 a 65 anos, que não reúnem critérios para obtenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC, apresentam declínio da funcionalidade em decorrência de fragilidade física, entretanto ainda possuem independência para atividades de vida diária de autocuidado, porém não têm condições de autossustento, pela dificuldade de reinserção ou manutenção no mercado de trabalho.

Esse perfil de idosos, hoje atendidos em acolhimento institucional - ILPI, apresentam perfil para atendimento em acolhimento institucional em República, que segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) “destinada a idosos que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda”.

Em sua grande maioria o perfil da demanda de acolhimento institucional se refere a situações de idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, esgotadas as possibilidades de autossustento e ou com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Em Fevereiro de 2019 foi publicado o Edital de Chamamento 01/2019, que ampliou em mais vinte e cinco (25) as vagas nos serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas.

No mês de junho 2019 as atividades da Casa do Idoso e da Idosa foram encerradas. Os seis (6) idosos que lá residiam foram transferidos para a Instituição parceira Lar Evangélico Alice de Oliveira.

Em outra ação importante, no mês de agosto de 2019 nove (09) idosos que se encontravam em situação irregular na Casa de Apoio Grupo da Amizade, foram acolhidos também na Instituição parceira Lar Evangélico Alice de Oliveira.

Ainda no ano de 2019, foram realizados 44 acolhimentos nas ILPIs parceiras. As ações desenvolvidas pela área técnica do idoso foram:

- Participação em discussão de casos;
- Composição em GT Interproteções;
- Visitas domiciliares para aprofundamento de casos referenciados à Alta Complexidade;
- Gestão de vagas em ILPIs conveniadas com a municipalidade;
- Reuniões mensais colegiadas com as OSCs que compõem a rede de serviços;
- Reuniões individualizadas com as referidas OSCs;
- Atendimento de demandas específicas referentes aos encaminhamentos para a rede parceira;
- Acompanhamento contínuo do serviço prestado pelas ILPIs, através de visitas *in loco*, diálogos e reflexões sobre o cotidiano institucional e metodologias aplicadas;

- Monitoramento e avaliação do Plano de Trabalho de cada OSC e sua aplicabilidade;
- Conselheira suplente no Conselho Municipal do Idoso, atuando de forma direta na divulgação das ações desenvolvidas pela SMASDH e nos fluxos específicos para o atendimento à pessoa idosa;
- Atendimento das demandas do Conselho Municipal do Idoso, decorrentes de solicitações do Ministério Público quando há denúncias referentes às Instituições de Longa Permanência para Comissão de ILPI;
- Atuação em comissão do Conselho Municipal do Idoso para avaliação de solicitações de inscrições.

## **METAS PARA 2020**

- Dar continuidade na efetivação do fluxo de encaminhamento dos casos com base nos critérios para acolhimento, com formalização e publicação;
- Elaborar instrumental de referenciamento para inclusão em ILPI.

Esta coordenadoria realiza gestão operacional das três Residências Inclusivas do município, sendo uma com prestação direta e duas por meio de parceria com a OSC Pestalozzi.

Participou-se ainda, das reuniões semanais de gestão do DOAS, dos GTs (grupos de trabalho) Interproteções, contribuindo, desta forma, para fortalecimento do fluxo entre as proteções básica e especial.

Conforme já citado, os serviços vinculados a esta Coordenadoria são:

*Tabela 44*

<b>POP RUA</b>	<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	<b>METAS</b>
SAMIM	Albergue Municipal	120
Casa Antonio Fernando dos Santos	Acolhimento Institucional	20
Casa Juninho	Acolhimento Institucional	20
Casa amigos de São Francisco	Acolhimento Institucional	20
Santa Clara	Acolhimento Institucional	25
Nossa Casa	Casa de Passagem	25
Casa Efrain	Casa de Passagem	2
<b>TOTAL</b>		<b>255</b>

Tabela 45

PCD	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Renascer	Residência Inclusiva	10
Sociedade Pestalozzi de Sumaré	Residência Inclusiva	20
<b>TOTAL</b>		30

Tabela 46

IDOSO	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Lar Beneficente Sã Doutrina Espiritual do Sétimo Dia	Acolhimento Institucional	15
Associação Franciscana Coração de Maria- AFASCOM	Acolhimento Institucional	20
Lar Evangélico Alice de Oliveira	Acolhimento Institucional	35
Assistência Vicentina Federico Ozanan de Campinas	Acolhimento Institucional	15
Lar da Amizade Ilce da Cunha Henry	Acolhimento Institucional	20
Lar dos Velhinhos de Campinas	Acolhimento Institucional	25
<b>TOTAL</b>		130

Tabela 47

EMERGENCIAL	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Abrigo Zilda Arns	Abrigo Emergencial	30

Tabela 48

TRANSITÓRIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Casa de Repouso Bom Pastor	Acolhimento Institucional	60
APACC	Acolhimento Institucional	60
<b>TOTAL</b>		120

## DESAFIOS

- Fortalecimento da Gestão Pública;

- Alinhamento conceitual da rede de serviços;
- Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Idosos
- Realinhamento de metodologia da Residência Inclusiva
- Supervisão e capacitação.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Estabelecimento de fluxo de encaminhamento para acolhimento institucional;
- Fortalecimento da rede de atendimento;
- Suporte técnico no atendimento;
- Aprofundamento da discussão entre os agentes executores da rede sobre a definição de temas prioritários a serem abordados no processo de capacitação;
- Maior aproximação com a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Inauguração da Casa de Passagem Efraim, ampliando o atendimento de mais 25 pessoas em situação de rua.

## **METAS PARA 2020**

- Fortalecimento do fluxo de encaminhamento com base nos critérios para acolhimento;
- Supervisão técnica para os trabalhadores;
- Maior aproximação com o Sistema de Garantia de Direitos;
- Elaboração de projeto de capacitação para os serviço de pop rua, pessoa com deficiência e idoso.

A seguir descrevem-se os serviços vinculados a esta Coordenadoria:

## **SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE, ITINERANTE E MENDICANTE (SAMIM)**

No ano de 2019, o Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM) buscou acolher em regime de proteção integral, indivíduos e famílias em situação de rua com o compromisso de oferecer melhorias nas ofertas socioassistenciais e na qualidade de vida.

Esta unidade é responsável por proporcionar acolhida às demandas típicas das pessoas que se encontram em situação de rua, sendo uma referência também para as pessoas em trânsito.

A direção do trabalho que se desenvolve no SAMIM remete aos Planos de Trabalhos e estratégias para redução de riscos e violação de direitos, composta pela equipe de funcionários descrita abaixo:

Tabela 49

QUADRO RH	
CHEFIA TÉCNICA (ASSISTENTE SOCIAL)	01
ASSISTENTE SOCIAL	04
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	11
AGENTE ADMINISTRATIVO	02
AGENTE OPERACIONAL	07
CHEFIA ADMINISTRATIVA	01
VIGILANTES (TERCEIRIZADO)	10
PORTEIRO (TERCEIRIZADO)	01
AUXILIARES DE LIMPEZA (TERCEIRIZADOS)	05
MOTORISTA (TERCEIRIZADO)	01
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

Em 2019 foram contabilizados **33.390** pernoites, com uma média mensal de **2.782**, tendo sido o primeiro trimestre o período com maior índice de procura.

Com o objetivo de fortalecer vínculos com os usuários e os fluxos de atendimento, a equipe técnica, em conjunto com outros serviços da rede de atenção à população de rua participou de reuniões para discussões de casos, as quais se caracterizam por articulações entre os diferentes serviços e unidades que oferecem proteção a essa população.

Os registros apontam que durante o ano de 2019 foram atendidos **4.804** indivíduos em situação de rua, sendo que **2.276** foram atendidos individualmente pelo Serviço Social, resultando em média **190** atendimentos individualizados por mês. Esses atendimentos destinam-se aos indivíduos que apresentam demandas ainda mais complexas e que exigem um tempo mais ampliado para garantir a escuta qualificada.

Ademais, foram realizadas **204** articulações entre a equipe técnica e os grupos familiares de nossos usuários.

As estratégias metodológicas adotadas buscaram abordar as demandas típicas da população atendida pela unidade. Assim, em 2019 foram realizadas **1.061 articulações via telefone**, **323 reuniões coletivas de acolhida**, realizadas diariamente para orientações e esclarecimentos sobre as normas internas e os serviços disponíveis e **426 referenciamentos** às outras políticas setoriais e serviços da Rede de Atenção à População em Situação de Rua.



O SAMIM é um dos cooperadores do Projeto Rede-Recâmbio, que compõe a rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua, atuando no referenciamento e recâmbio às cidades de origem das pessoas migrantes, seguindo critérios de prioridade, considerando-se o quadro de vulnerabilidade, risco pessoal e social. No ano de 2019, a distribuição geográfica dos destinos de recâmbios teve a seguinte disposição: 48,35% para a região Sudeste; 15,38% para a região Nordeste; 2,20% para a região Norte; 24,18% para a região Sul e 9,89% para a região Centro-Oeste. Como resultado, foram realizados **91 Recâmbios**.

## Resultados obtidos no ano de 2019

Tabela 50

ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS - RESGATE DA CIDADANIA	
550	DOCUMENTAÇÃO CIVIL
137	BOLSA FAMÍLIA
ACESSO A PROGRAMAS DE INSERÇÃO, CUIDADO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
54	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)
07	INCLUÍDOS EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS
AÇÕES SOCIAIS	
13	INSERÇÃO EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO / CASA DE PASSAGEM DA REDE DE POPULAÇÃO DE RUA
334	RETORNO AO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO
91	RETORNO À CIDADE DE ORIGEM – VIA REDE RECÂMBIO

## DESAFIOS

- Desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Interlocução com a Saúde Mental para inclusão de portadores de sofrimento mental que necessitam de atendimento e inclusão em residência terapêutica;
- Atendimento de casos de saúde não condizentes com o perfil do serviço;
- Insuficiência de Recursos Humanos;

## RESULTADOS

- Retorno dos indivíduos às cidades de origem;

- Inclusão em outros serviços socioassistenciais;

## **METAS PARA 2020**

- Formação continuada e supervisão;
- Recomposição do quadro de Recursos Humanos;
- Reconstrução dos espaços físicos suprimidos pela passagem do BRT, tais como refeitório dos usuários, dormitório de mulheres e mães com crianças, em ambientes de convívio separados dos masculinos, depósito para materiais de consumo, lavanderia dos usuários, ampliando para 10 tanques para lavagem das roupas, refeitório de funcionários.

## **RESIDÊNCIA INCLUSIVA RENASCER**

A Residência Inclusiva Renascer é um Serviço de Acolhimento Institucional que tem por objetivo atender jovens e adultos com deficiência(s), em situação de dependência sem retaguarda familiar e que não tenham condições de autossustentabilidade. Tem por finalidade propiciar a construção progressiva da autonomia e do protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária, a participação social e comunitária e o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à integração e/ou convivência.

Em 2019 foram atendidas 10 pessoas de acordo com a meta estabelecida para o Serviço, sendo cinco usuários do sexo masculino e cinco do sexo feminino, com idades que variam entre 26 e 59 anos. Destes, 03 são pessoas com deficiência múltipla, 06 com deficiência intelectual e 01 pessoa com deficiência visual.

O quadro de funcionários da Residência Inclusiva sofreu alterações durante o ano, por remanejamento interno, exoneração e aposentadoria.

Atualmente, o quadro de RH encontra-se assim composto:

- 1 Chefe de Setor (Psicólogo);
- 1 Assistente Social;
- 1 Psicóloga;
- 9 Agentes de Ação Social;
- 4 Agentes Operacionais;
- 4 Cozinheiros;
- 1 Motorista;
- 4 Vigilantes.

Com o objetivo de garantir a inclusão social e comunitária, foram feitas as seguintes articulações:

**Saúde:** Metrocamp e UNIP (Clínica de Fisioterapia), São Leopoldo Mandic (Clínica de Odontologia), Centro de Convivência Espaço das Vilas, Centro de Atenção Psicossocial AD Reviver e Esperança, CS Centro (Clínica Geral e Ginecologia), Unicamp (Psiquiatria), Puc (Nefrologia), Policlínica 2 (Oftamologia, Nutrição, Otorrinolaringologia, Homeopatia), Ambulatório Mário Gatti (Proctologia, Vascular).

**Trabalho:** Núcleo de Oficinas Terapêuticas do Serviço de Saúde Cândido Ferreira.

**Educação:** Escola Especializada Tiquira, Instituto Educacional Evangélico para Deficientes Auditivos.

**Assistência Social:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, Centro Cultural Louis Braille.

**Cultura:** Musiar aula de música para surdos, Teatro Castro Mendes, Cinema.

**Lazer:** Sesc, Bosque dos Italianos, Lagoa do Taquaral, Bosque dos Jequitibás.

**Esporte:** Espaço Aqua.

Recursos comunitários: Serviços de beleza, mercados, lojas de utilidades, roupas e calçados, costureiras, instituições religiosas.

**Voluntários:** O serviço conta com a participação de voluntários que colaboram com rodas de conversa, cortes de cabelo, doações em datas comemorativas com oferta de ovos de páscoa e panetones, além de roupas e calçados. Também há o suporte dos curadores voluntários nas questões que se referem ao uso dos benefícios dos moradores.

Famílias e rede de apoio: são oportunizados contatos, visitas da família/pessoa de referência na Residência Inclusiva e também dos usuários à casa dos mesmos.

Além das ações com os parceiros/serviços acima, no Renascer são desenvolvidas atividades que promovem o autocuidado, a autonomia e a independência nas rotinas de vida diária.

Através da organização de atividades coletivas em datas comemorativas, em especial nas festas de aniversário foi possível trabalhar as relações interpessoais, na socialização e convivência dos usuários entre si e funcionários. Também é importante destacar que além das questões coletivas existe o trabalho individual que respeita os desejos e as particularidades de cada um.

São realizados atendimentos individuais, grupais, orientações a equipe, reuniões, visitas interinstitucionais, articulação com os serviços parceiros e participação em cursos, seminários e capacitações e nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e na Conferência Municipal.

## **DESAFIOS**

- Reposição do quadro de recursos humanos com funcionário administrativo;
- Mudança para imóvel adequado às necessidades e exigências de acessibilidade;
- Fortalecimento da articulação entre os serviços;

- Atendimentos e exames de saúde necessários, de acordo com as demandas apresentadas;
- Participação dos moradores em atividades inclusivas de lazer, cultura e esporte;
- Capacidade de resposta a demandas com elevado grau de complexidade diante da falta de serviços e/ou profissionais capacitados;
- Inclusão digital por meio de recursos tecnológicos adaptados;

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Acesso e realização de exames de saúde;
- Maior participação e aproximação de familiares e rede de apoio;
- Melhoria das relações interpessoais;
- Maior compreensão e organização da rotina diária da Residência Inclusiva;
- Ampliação de repertório e comunicação;
- Maior participação em espaços de vida social;
- Maior socialização e ampliação de vínculos externos;
- Maior integração com a rede de atendimento parceira;
- Colaboração dos moradores na preparação de eventos e organização do espaço;
- Participação dos moradores nas oficinas promovidas pela equipe do Departamento de Segurança Alimentar e Nutrição para orientação sobre alimentação saudável, higiene e plantio de hortaliças.

## **METAS PARA 2020**

- Qualificação da equipe por meio de capacitação;
- Plano de Desenvolvimento do Usuário;
- Mudança para novo imóvel;
- Supervisão Técnica;
- Equipamentos e mobiliários;
- Fortalecimento da convivência comunitária;
- Capacitações em parceria com Departamento de Nutrição, possibilitando o acesso, uso da cozinha e manipulação dos alimentos pelos moradores;
- Promover a participação da equipe técnica e demais funcionários em Encontros, Seminários, Congressos e outros eventos para a disseminação e divulgação da experiência visando o

fortalecimento do acolhimento em Residência Inclusiva;

- Realização de reuniões de equipe, com participação de todos funcionários, para avaliação, planejamento, capacitação continuada, discussão de casos visando à qualificação profissional da oferta.
- Ampliação da participação nas oficinas de artes manuais.
- Ampliação do quadro de voluntários, possibilitando a troca de experiências e a convivência.

## **SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS**

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências é um serviço que promove apoio e proteção à população atingida por situações de alagamentos, incêndios, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, tais como colchões, cobertores e cartão Nutrir, sendo entregue conforme as necessidades detectadas. Assegura-se acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, sempre que identificado perdas e danos principalmente em decorrência das chuvas, realizando-se o cadastro a população atingida.

Para operacionalização dessas ofertas, o serviço conta com uma equipe de servidores plantonistas. Diante de ocorrências emergenciais, a Defesa Civil aciona os plantonistas, que se deslocam até o local, realizam atendimento emergencial e referenciam aos serviços da Proteção Social Básica, visando dar continuidade aos atendimentos nos territórios.

Outra ação se refere à articulação de políticas públicas e redes sociais de apoio para provimento de parte das necessidades detectadas e inclusão na rede socioassistencial. Durante o ano de 2019, o número de acionamentos pela Defesa Civil foi menor. As famílias foram atendidas em suas necessidades e não houve a necessidade de acolhimento no abrigo emergencial.

### **Pessoas atendidas:**

*Tabela 51*

	<b>NORTE</b>	<b>SUL</b>	<b>LESTE</b>	<b>SUDOESTE</b>	<b>NOROESTE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>CARTÃO NUTRIR</b>	26	13	13	1	5	<b>58</b>
<b>COLCHÕES</b>	74	32	10	4	2	<b>133</b>
<b>COBERTORES</b>	0	44	0	6	11	<b>61</b>
<b>VESTUÁRIO</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>TRAVESSEIRO</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>PASSE</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>

## PESSOAS ATENDIDAS POR REGIÃO

Tabela 52

NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE
71	45	20	14	15

## DESAFIOS

- Capacitação para a equipe de plantonistas, cursos e palestras para o desempenho de suas atividades profissionais cotidianas.
- Gerenciamento dos cartões nutrir, cobertores e colchões.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

- Participação em encontros e reuniões do Grupo GETAH – Plano Municipal Integrado de Ações Humanitárias para situações de desastres;
- Participação no Comitê Cidades Resilientes;
- Atendimentos emergenciais às famílias devido à situação de chuvas intensas e incêndios;
- Disponibilização de cartão-alimentação, colchões e cobertores;
- Reuniões com a Defesa Civil para melhoria de trabalhos em conjuntos

## METAS PARA 2020

- Capacitações da equipe de plantonistas;
- Participação mais efetiva das demais políticas para o atendimento integral das necessidades;
- Fortalecimento da articulação com os territórios, visando o trabalho conjunto;
- Consolidação do Comitê de Proteção Integral às crianças, adolescentes, idosos e pessoa com deficiência em situação de riscos de desastres;
- Participação de formação, treinamento e simulados de situações emergenciais junto à Defesa Civil.

# VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL (VIS)

A Vigilância Social é uma área vinculada à gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.

Em 2019, dando continuidade às ações da área de Vigilância Socioassistencial, foram produzidas informações referentes ao acompanhamento dos serviços, programas de transferência de renda e atualizações do perfil das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais. Também foram organizadas, coletadas junto aos serviços e enviadas ao Ministério da Cidadania, as informações do Censo SUAS.

Realizamos a publicação do Diagnóstico PMAS no site da VS, facilitando o acesso às informações produzidas e que foram utilizadas como subsídio para a elaboração do referido Plano.

Mantivemos a realização de reuniões com os coordenadores que compõem a Vigilância Socioassistencial, bem como a participação em agendas específicas das reuniões com o DOAS e DSAN, para maior articulação entre o trabalho desenvolvido no âmbito da Secretaria.

Também destacamos a realização do IV Seminário da Vigilância Socioassistencial de Campinas e II Fórum Regional de Vigilância Socioassistencial, no mês de novembro, em articulação com a PUC Campinas. Os temas discutidos foram: “A institucionalização da Vigilância Socioassistencial e seu lugar na proteção social: possibilidades de contribuição no enfrentamento de desigualdades e nas lutas por direito” e o “Uso de mapeamentos sociais nos diálogos com a população: estratégias de fortalecimento de sujeitos de direitos”. Também foram apresentados os resultados de uma pesquisa, realizada com os municípios, em conjunto com a DRADS-Campinas, para levantamento de informações sobre a organização da Vigilância Socioassistencial em nossa região. O Seminário contou ainda com um período para as discussões e propostas de encaminhamentos, por meio de grupos temáticos com livre participação.

No mês de maio tivemos a contratação e oferta de treinamento sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) para as equipes do DOAS, CSAC, CSGC, Área de Repasses e Procuradoria Descentralizada, com o objetivo de alinhar os entendimentos das equipes sobre os procedimentos de trabalho relativos às parcerias firmadas entre a SMASDH e as organizações da sociedade civil

Acompanhamos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o processo de celebração das parcerias por meio de Termo de Fomento, em atendimento à resolução publicada pelo Conselho.

Realizamos, em conjunto com os demais Departamentos e com a Procuradoria Descentralizada, os procedimentos para elaboração dos Editais de Chamamento Público para execução dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, bem como o processo de orientação às organizações da sociedade civil – OSC, e formalização das parcerias.

Destacamos nesse período, o trabalho conjunto com o DOAS na elaboração dos indicadores de processo e de resultados, que foram publicados, por serviço, nos Editais de Chamamento, sendo referência para as ações de monitoramento e avaliação e dando publicidade e transparência aos processos internos de avaliação dos termos de colaboração firmados. Também fizemos a revisão na forma de apresentação das equipes de referência dos serviços e nos termos de referência, com definição das atribuições dos cargos/funções dos profissionais com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e nas normativas do SUAS, sendo as alterações validadas pelas Coordenadorias Técnicas do DOAS.

Também foram adotados novos critérios para a pontuação e seleção das propostas decorrentes dos Editais de Chamamento Público, com revisão do modelo de apresentação tanto da proposta como do Plano de Trabalho, incluindo a adoção de uma “listagem de atividades” padronizada, utilizando como referência as atividades de trabalho social identificadas pelo Ministério da Cidadania nos questionários do Censo SUAS.

Realizamos treinamentos com os membros das Comissões de Seleção sobre os procedimentos de trabalho, prazos e forma de preenchimento dos instrumentais de pontuação e classificação, incluindo a utilização do Sistema Informatizado de Prestação de Contas (PDC).

Também destacamos a utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, nos processos de chamamento público, o que envolveu reuniões com a equipe do Protocolo Geral da Prefeitura, treinamento para as equipes da SMASDH e também para as OSC’s, bem como a elaboração de um “Manual de Procedimentos para a abertura de processo administrativo eletrônico”, disponibilizado no site da Secretaria e o suporte aos profissionais para a utilização do sistema. A utilização do SEI propiciou agilidade na tramitação dos processos e maior transparência.

Quanto aos desafios identificados para o próximo ano, destacamos:

- Constituição, na estrutura formal da SMASDH, do Departamento, organizando as ações vinculadas à Vigilância Socioassistencial, de acordo com a proposta de reestruturação organizacional da Secretaria;
- Reorganização dos processos de trabalho da CSAC, com readequação/composição da equipe e monitoramento dos serviços por Região, em articulação com a gestão territorial;
- Investimento e melhoria dos sistemas informatizados utilizados (SIGM, PDC, CIPS), implementando relatórios gerenciais que permitam melhor acompanhamento e planejamento das ações;
- Aprimoramento e suporte às equipes na utilização do Sistema SEI para o gerenciamento dos processos referentes às parcerias com organizações da sociedade civil;
- Continuidade na discussão e implementação dos processos de trabalho da vigilância socioassistencial junto aos demais Departamentos da Secretaria, especialmente o DOAS, para ações de apoio às equipes dos territórios, principalmente no que diz respeito à elaboração dos diagnósticos referentes aos serviços;
- Elaboração de estudos com temáticas específicas, que auxiliem no planejamento das ações da Secretaria, em articulação com os demais Departamentos e com as Universidades;



- Construção e divulgação de painéis de monitoramento dos serviços, utilizando dos indicadores de processos e resultados, publicados nos Editais de Chamamento;
- Monitoramento, em conjunto com o DOAS, do processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, realizando a discussão com o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e estabelecendo os padrões para o funcionamento do serviço;
- Avançar na estruturação da área de Repasses, com composição da equipe de trabalho, para a condução dos procedimentos internos referentes aos termos de parceria firmados com as organizações da sociedade civil.

## **COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS**

Está organizada nos setores de Convênios, Prestação de Contas e Repasses ao Terceiro Setor com as seguintes funções:

- Orientar e capacitar as organizações da sociedade civil da rede socioassistencial do Município para a utilização dos recursos públicos recebidos, bem como na elaboração da prestação de contas;
- Receber, analisar e dar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados às OSC's, por meio do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas (FMPIC);
- Fazer a análise, gestão e arquivo dos processos administrativos referentes aos repasses de recursos públicos as OSC's;
- Elaborar, encaminhar e atender eventuais requisições referentes à prestação de contas da SMASDH junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- Instruir e acompanhar os processos de convênios pleiteados e formalizados junto ao Governo Federal;
- Alimentar os sistemas, providenciar e enviar os documentos preparatórios e de prestação de contas referentes aos recursos repassados Fundo a Fundo pelo Governo Estadual e Federal;
- Acompanhar a execução financeira e elaborar a prestação de contas dos recursos provenientes de convênios;
- Prestar esclarecimentos aos Conselhos Municipais, quando solicitado.

### **Descrição das atividades realizadas em 2019**

#### **Prestação de Contas**

A Coordenadoria desempenhou suas atividades durante o ano de 2019 com a equipe do setor de prestação de contas completa, sendo 12 técnicos atuando diretamente na análise, além de 1 estagiário, 1 jovem aprendiz, 1 Coordenador e 1 Chefe de Setor.

O trabalho foi realizado de forma muito próxima às OSC's, com orientação e acompanhamento das prestações de contas sistematicamente.

As reuniões semanais com a equipe foram mantidas, com esclarecimento de dúvidas, discussões de casos e acompanhamento de prestação de contas.

Foi realizada manutenção no Sistema de Prestação de Contas – PDC durante o ano.

Em setembro de 2019 passamos a trabalhar com a mesma tela de prestação de contas utilizada pela Secretaria Municipal de Educação, buscando, desta forma, uma padronização das funcionalidades, além de trazer informações importantes para a tela da prestação de contas deixando a mesma mais dinâmica e funcional.

No final do ano realizamos uma força tarefa para conclusão dos trabalhos de análise da prestação de contas do exercício de 2019, possibilitando que as entidades emitissem seus relatórios anuais, o que resultou em 89% das análises finalizadas.

Segue abaixo relatório quantitativo (*quantidade de meses lançados no PDC*), emitido em janeiro/2020, das análises realizadas no período de janeiro a dezembro/2019 (termos de colaboração e fomento):

---

#### **Número de Prestação de Contas por Status**

**Status: Pendente - Quantidade: 7**

**Status: Pendente aguardando alteração pela Entidade - Quantidade: 24**

**Status: Em Análise - Quantidade: 118**

**Status: Não Analisado - Quantidade: 46**

**Status: Finalizada - Quantidade: 1561**

**Total: 1756**

**Emitido através do Sistema PDC em 30/01/2020 16:00:43**

---

Em julho, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Unidade Regional 10 – Araras - realizou fiscalização, por meio de visitas in loco, em duas OSC's que executam serviços da Proteção Social Básica, por meio de Termo de Colaboração, sendo que os respectivos termos de verificação constam dos protocolos das parcerias, com os itens verificados e as recomendações do agente de fiscalização.

#### **Convênios**

Realizamos todo o acompanhamento e instrução dos processos, desde o início do lançamento de propostas, dos prazos de vigência e finalização de prestações de contas junto ao Governo Federal através do Sistema SICONV, referente a verbas de Emendas Parlamentares e Editais de Chamada Pública, conforme descrito abaixo:

1 – Convênio 805129/2014: Equipar o Centro de Referência e Apoio a Mulher – CEAMO (Recurso repassado: R\$ 404.081,43)

Prazo de Vigência prorrogado para Junho/2020. Durante o processo de execução já foram adquiridos 80% dos itens de despesas, porém, ainda existem itens em fase final de licitação.

2 – Convênio 852800/2017: Equipar CEPIR (Recurso Repassado: R\$ 112.898,72)

Convênio está em fase de execução, e os itens de despesas estão em fase de elaboração de edital de licitação.

3 - Convênio 895371/2019: Emenda Parlamentar - firmado entre o Município de Campinas e o Ministério da Cidadania, que tem como objetivo apoiar a implantação, a qualificação e a reestruturação das unidades que ofertam serviços de proteção social do SUAS, possibilitando a melhoria das condições de atendimento, a ampliação do acesso dos serviços e o aprimoramento da gestão. (Recurso Repassado: R\$ 100.000,00)

Convênio está em fase de execução, e os itens de despesas estão em fase de elaboração de edital de licitação.

4 – Programação 350950220180001 (SIGTV): Equipar CREAS (Recurso Repassado: R\$ 100.000,00)  
– Emenda parlamentar

Convênio está em fase de execução, e os itens de despesas estão em fase de elaboração de edital de licitação

5 - Contrato de Repasse nº 398219-34/2012 - Construção do Banco de Alimentos de Campinas no valor de R\$ 1.650.000,00 - Em fase de elaboração do projeto de obra.

Encerrados:

1. Convênio 837679/2016: Capacitação profissional de 200 jovens negros e jovens negros com deficiência, com ênfase na economia solidária e empreendedorismo juvenil (Recurso repassado R\$ 157.770,55)

A vigência foi encerrada em 17/12/2019 e a prestação de contas encaminhada via SICONV para análise.

Com relação às Transferências Fundo a Fundo foram repassados ao município os valores referentes aos Pisos/Blocos de Financiamento e à Gestão, conforme abaixo:

GOVERNO FEDERAL:

- Piso Básico Fixo;
- Piso Básico Variável – SCFV;
- BPC na Escola;
- Piso Fixo de Média Complexidade;
- Piso de Transição de Média Complexidade;
- Piso de Alta Complexidade I e II;
- IGD - Bolsa Família e IGD – SUAS.

Os prazos para entrega do Plano de Ação e Demonstrativo Sintético do Governo Federal foram atendidos conforme previsto.

GOVERNO ESTADUAL:

- Proteção Social Básica (6 a 14 anos e SCFV);
- Proteção Social Especial Média Complexidade (Abordagem Social, Liberdade Assistida e Centro Dia);
- Proteção Social Especial Alta Complexidade (Casa de Passagem, Serviço Domiciliar e Abrigo)

Existe também o acompanhamento de convênios celebrados com o Estado através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDS, conforme detalhados abaixo:

1. Convênio nº 2412/2013 - Potencialização do SUAS no município de Campinas (Valor R\$ 110.000,00) – Em fase de licitação para aquisição dos itens aprovados do Plano de Trabalho, o termo encerrará em 05/06/2020.

2. Convênio 786/2016 - Construção do Centro dia do Idoso (Valor R\$ 500.000,00) – Projeto da Obra concluído, aguardando análise dos documentos para assinatura do Convênio para início do processo licitatório.

3. Convênio 2967/2017 - Potencialização do SUAS no município de Campinas (Valor R\$ 199.283,50) – Plano de Trabalho foi encaminhado a SEDS para análise.

Todas as ações listadas acima, do Governo Federal e Estadual, sejam as Transferências Fundo a Fundo, as Adesões, envio de projetos, elaboração de planos e prestação de contas, foram realizadas com apreciação e emissão de parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de publicação de Resolução daquele órgão.

### **Repases ao Terceiro Setor:**

Foram prorrogadas as parcerias com previsão do término da vigência em 31/03/2019 por mais 12 meses, sendo a partir de 01/04/2019 até 31/03/2020, por meio de 107 Termos Aditivos de Colaboração.

Foram publicados 9 editais de chamamento público visando a seleção de propostas de organizações da sociedade civil para a celebração de parcerias em regime de mútua cooperação, para o período entre abril de 2020 e março de 2021, através de 71 processos decorrentes dos editais e 30 processos de Dispensas.

Além disso, foi publicada também a Resolução nº 29/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e formalizados 65 Termos de Fomento.

### **Pontos frágeis avaliados durante a execução das atividades**

No setor de prestação de contas, a implementação da Lei Federal 13.019/14, bem como as alterações de procedimentos, decorrentes da mesma, levantaram a necessidade de discussão e alinhamento da análise quanto à prestação de contas de despesas, como por exemplo, as despesas com verbas rescisórias e licença maternidade.

Foi publicado em 06/09/2018 o decreto municipal nº 20.007 que instituiu o Grupo de Trabalho Intersetorial para aprimorar os parâmetros e procedimentos para a aplicação, em âmbito municipal, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que "Estabelece o Regime Jurídico das Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, para a elaboração do decreto regulamentador. Aguardamos a conclusão da proposta que será elaborada pelo Grupo.

Realizamos uma força tarefa para finalizar análise da prestação de contas do exercício de 2019, possibilitando que as entidades emitissem seus relatórios de prestação de contas anual e entrega até 31/01/2020. Esta situação levanta a necessidade de avaliação quanto à quantidade de funcionários necessários no setor de prestação de contas, considerando os novos procedimentos de análise.

### **Resultados alcançados com as atividades realizadas**

Os documentos referentes à prestação de contas do exercício de 2018 foram enviados no prazo (até 30/06/2019), de acordo com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

### **Desafios e Metas para 2020**

#### **Prestação de Contas**

- Continuidade e aprimoramento das novas funcionalidades do Sistema PDC junto à IMA;
- Definição e sistematização da Prestação de Contas, visando atender aos requisitos da Lei 13.019/14 (manuais e decreto);
- Estudo para análise do possível redimensionamento da equipe de trabalho dos setores de prestação de contas, convênios e repasses;
- Continuidade e aprimoramento na Capacitação/Orientação sistemática e periódica às organizações da sociedade civil.

#### **Convênios:**

Aprimoramento dos fluxos com a Diretoria de Convênios, da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, e demais áreas da SMASDH envolvidas nos processos, visando maior captação de recursos, pesquisa sistemática de editais das diversas áreas, elaboração de projetos e acompanhamento de todas as fases de execução dos convênios.

#### **Repasses:**

Reestruturação da Área de Repasses e composição da equipe, visando melhorias na qualificação dos processos e adequações à Lei Federal nº 13.019/2014.

## **COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO SOCIAL**

A Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social realiza a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dos Programas de Transferência de Renda, a saber: Programa Bolsa Família (PBF), Programa Estadual Ação Jovem e Renda Cidadã.

A gestão ocorre através do cadastro de beneficiários, atualização dos bancos de dados, sistematização das informações e ações de cumprimento das condicionalidades do PBF.

Ademais, a Coordenadoria cadastra e gerencia, no âmbito municipal, o Sistema Integrado de Governança Municipal – SIGM, para integração das informações sociais, as quais se materializam em ferramentas para execução e gestão dos serviços e programas da rede socioassistencial pública e privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

### Famílias na Base de Dados do Cadastro Único de Campinas

Os dados revelam que o município, em 2019, apresentou uma média de 82.000 famílias no Cadastro Único Federal, mantendo, se comparado aos anos anteriores, um acréscimo mensal médio de 1.000 famílias novas. Nos meses de maio e outubro foi realizado um procedimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, denominado de exclusão lógica, o qual consiste na exclusão das famílias que não possuem nenhum benefício vinculado e que não atualizavam o cadastro há mais de 48 meses, que conforme o gráfico demonstra, resultou na diminuição em torno de 7 mil famílias em maio e 5.000 famílias em outubro. Essa exclusão lógica contribui para a qualidade das informações do cadastro.

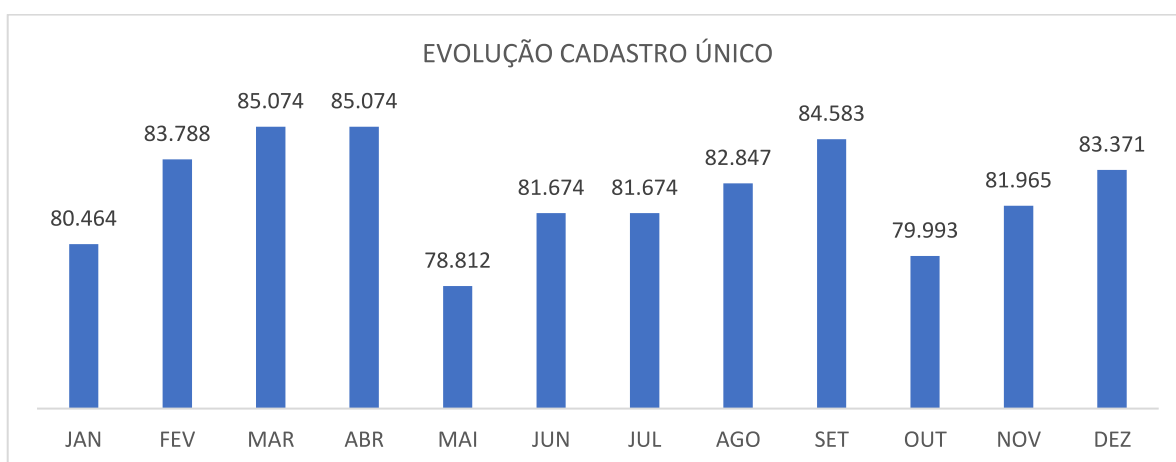


Figura 22

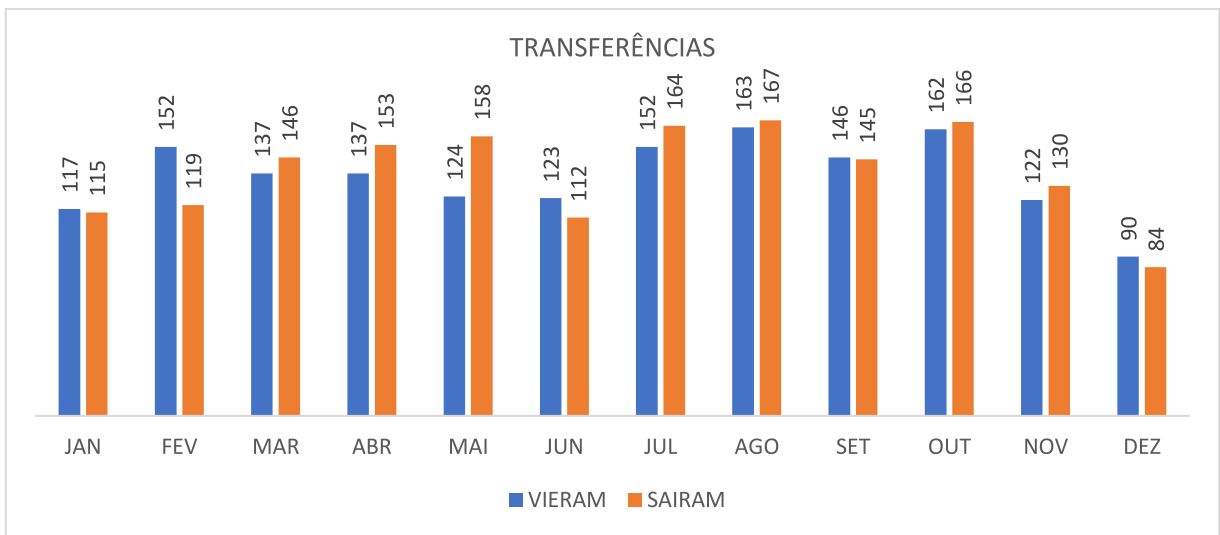


Figura 23

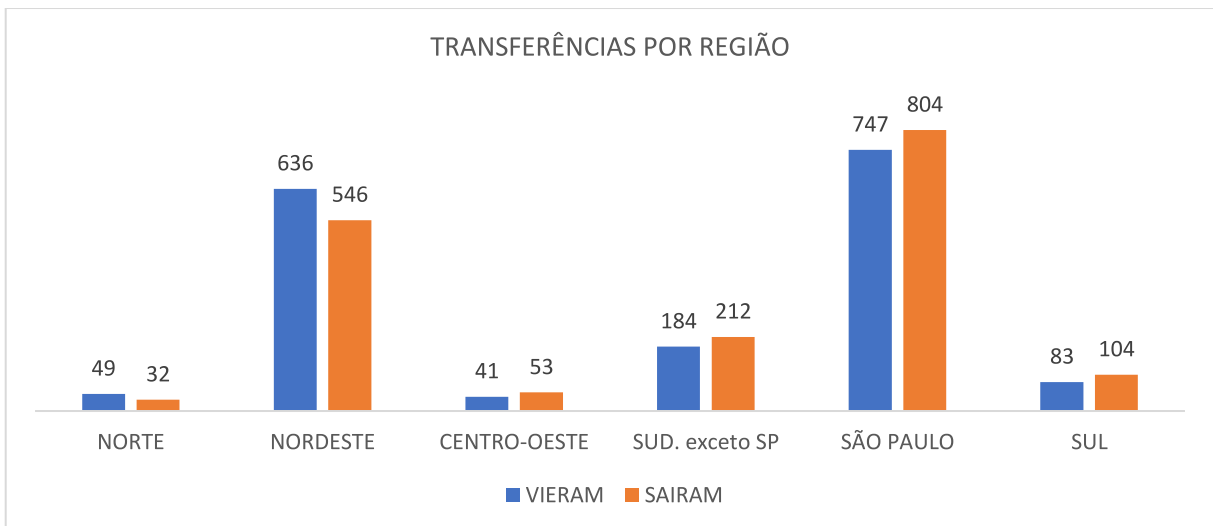


Figura 24

O Cadastro Único é realizado de forma descentralizada em 20 postos de cadastramento instalados nas 5 regiões administrativas de Campinas e 2 unidades de atendimento móvel.

Reitera-se sua utilização como banco de dados para Programas Federais, Estaduais e Municipais, entre eles:

1. Programa Bolsa Família;
2. Benefício de Prestação Continuada - BPC;
3. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;
4. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- Pronatec;

5. Alíquota reduzida INSS aos empreendedores individuais e às “donas de casa” com Baixa renda para fins de aposentadoria;

6. Tarifa Social de Energia Elétrica - realiza-se o cadastro com emissão de declaração, conforme modelo e tratativas com a concessionária Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e a Gestão do Cadastro Único;

7. Tarifa Social de Água - família beneficiada do PBF com acesso ao desconto concedido pela Sanasa;

8. Carteira do Idoso - após validação dos dados no Sistema SUASWeb, realiza-se a emissão da carteira, que é válida por 2 anos;

9. Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV – cadastro das famílias referenciadas pela Secretaria Municipal de Habitação, Companhia de Habitação Popular de Campinas e PMCMV Entidades, com emissão de relatórios à Caixa Econômica Federal – CEF;

10. Id Jovem - Identidade Jovem;

11. NUTRIR Campinas;

12. Programa Estadual Viva Leite;

13. Programa Renda Cidadã;

14. Programa Ação Jovem.

No processo de cadastramento a Coordenadoria dispõe de 41 entrevistadores sociais para atendimento presencial, 2 atendentes motoristas, 3 atendentes para atendimento por meio eletrônico, 4 apoios e 2 supervisoras, descentralizados em 20 postos de atendimento, instalados nos Distritos de Assistência Social - DAS, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e Centro Pop.

Para atendimento às pessoas e famílias com dificuldades de acesso aos postos, disponibilizamos de duas unidades de atendimento móvel.

De acordo com legislação Federal todos os entrevistadores do cadastro único devem ser certificados pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Para tornar esse processo mais rápido, prático e econômico para o município, 3 servidoras municipais foram capacitadas pelo Ministério para serem instrutoras do curso, então, em 2019, realizamos duas turmas do curso de entrevistador de formulários do Cadastro Único.





*Figura 25 - Foto das Turmas do Curso de Entrevistador 2019*



*Figura 26 - Foto Turmas do curso de Operador V7*

Por solicitação da Coordenadoria à DRADS, o município conseguiu construir uma parceria com a Caixa Econômica Federal para que todos os entrevistadores fossem certificados no curso de Operador da V7 no município, que só pode ser ministrado pelos instrutores da Caixa, foram as duas primeiras turmas realizadas em Campinas.



Figura 27



Figura 28



Também participamos de um Encontro dos Gestores do Cadastro Único nas Metrôpoles, uma iniciativa dos municípios, com apoio do MDS/SENARC, que tem como proposta discutir e propor melhorias para o enfrentamento das situações relacionadas à operacionalização do Cadastro Único nas metrôpoles.

De acordo com o Decreto 8.805 de 07 de junho de 2016 todos os beneficiários do BPC – Idoso deveriam ser incluídos no Cadastro Único Federal para manutenção do seu benefício, bem como os novos beneficiários só poderiam requerer o benefício caso estivessem incluídos no Cadastro Único, o que se apresentou como uma nova demanda.

### Gestão de Benefícios Programa Bolsa Família - PBF

O Programa Bolsa Família - PBF, é um programa de transferência de renda, com condicionalidades, para atendimento às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Os procedimentos de identificação das famílias ocorrem através do Sistema de Benefícios ao Cidadão - SIBEC, da Caixa Econômica Federal e do envio nominal aos serviços DAS/CRAS, agentes de cadastramento, teleoperadores e Sistema Municipal 156, para a devida informação aos requerentes sobre a liberação ou não do benefício.

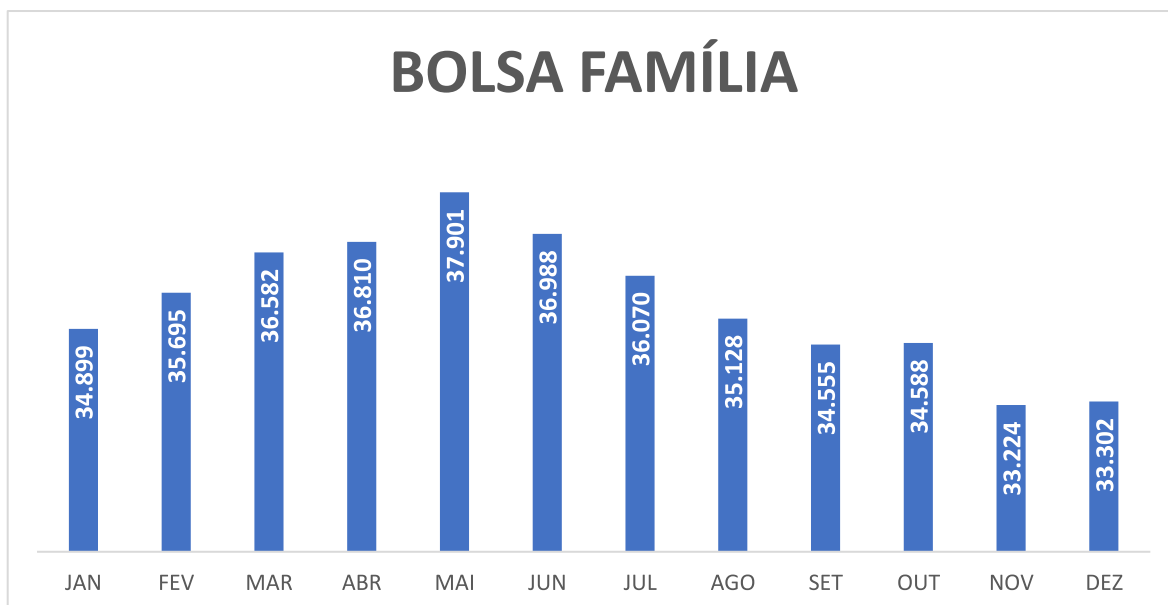
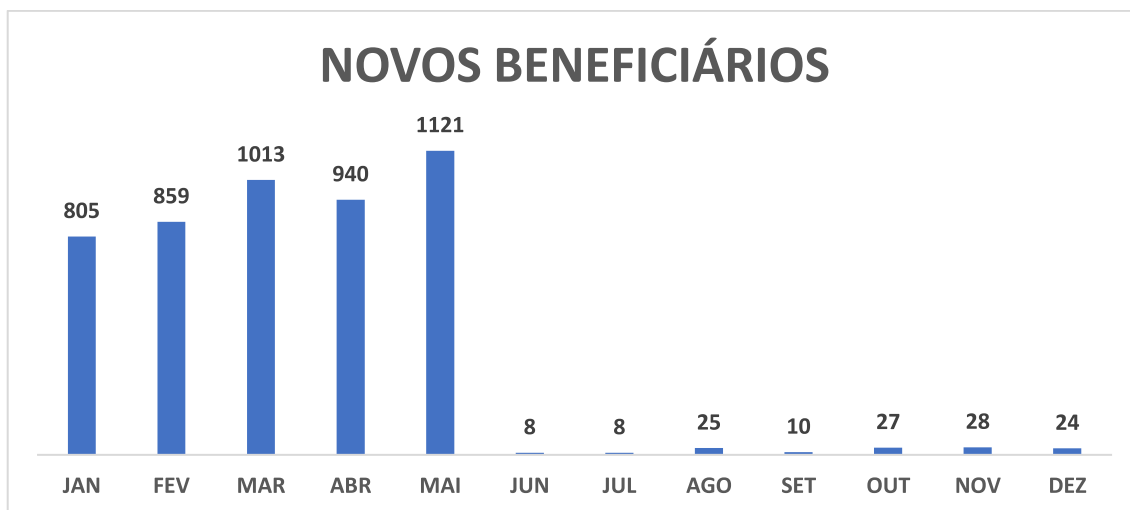


Figura 29



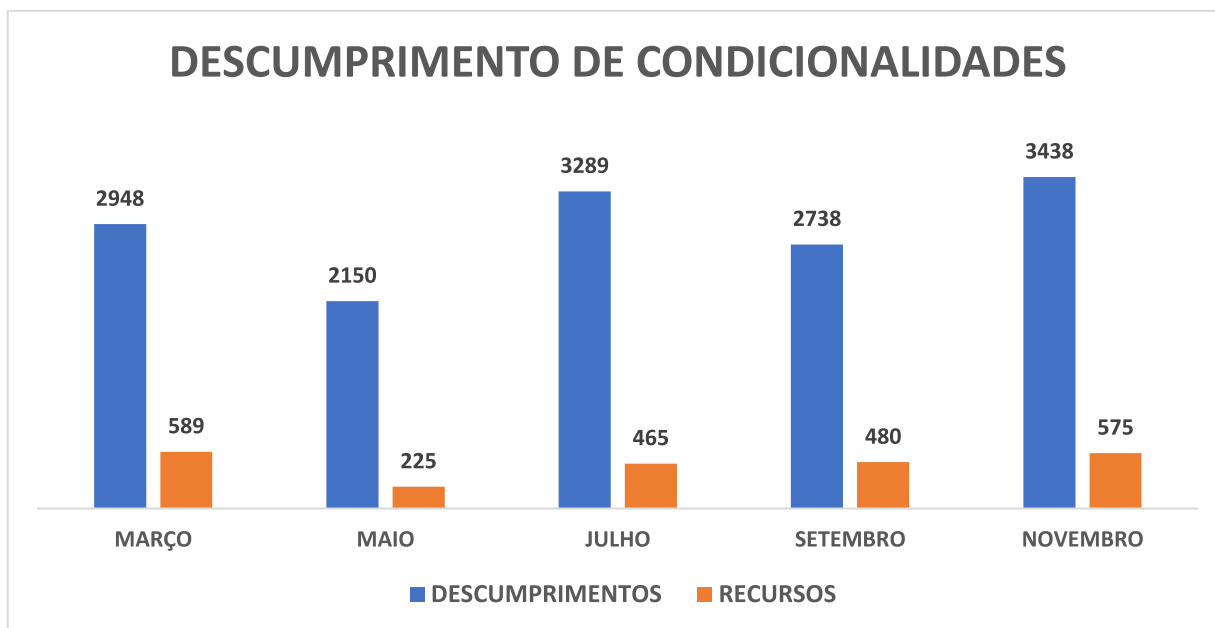
*Figura 30*

- Famílias com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, nesse caso, a família tem direito aos benefícios variáveis de acordo com o número de crianças, jovens, gestantes ou nutrizas residentes no domicílio, limitado a cinco variáveis e dois benefícios variável jovem por família.
- Famílias com renda per capita inferior a R\$ 89,00, nesse caso, além dos benefícios variáveis acessam o benefício básico e quando não alcançam a per capita de R\$ 89,00 recebem um complemento, denominado benefício de superação da extrema pobreza.

As condicionalidades dispostas no programa estão vinculadas à saúde e educação, seu descumprimento gera sanções como advertência, bloqueio ou suspensão, informado por meio de relatórios extraídos do Sistema de Condicionalidades - SICON. Essa ação nos mobiliza para a permanente interface com os representantes das cidadãs políticas sociais, a fim de efetivar o acompanhamento às famílias e prevenir situações de risco social.

Segue gráfico dos descumprimentos, lembrando que os da educação são bimestrais e os da saúde semestrais.

Para intervir em registros de bloqueios do benefício referentes à Condicionalidade de educação, esta coordenação está classificando os motivos com características mais graves e estabelecendo diálogos com as escolas, serviços da rede socioassistencial e da saúde, na perspectiva de ampliar as articulações institucionais, minimizando o número de recursos e bloqueios.



*Figura 31*

Dentre as ações permanentes da Coordenadoria realizamos, durante o ano, as agendas bimestrais com o Grupo Gestor de Transferência de Renda, que conta com a participação de representantes dos DAS, CRAS e Coordenadoria de Proteção Social Básica, ocasião em que os serviços acompanham e validam as ações de gestão e execução dos programas de transferência de renda do município.

### **Sistema Integrado de Governança Municipal – SIGM**

O SIGM constitui-se num sistema municipal de informações para o cadastro de pessoas e famílias, com vinculação aos diferentes programas sociais, permitindo o registro de atendimento e prontuário.

O sistema conta com aproximadamente 148.935 famílias, entre cadastros que estão ativos e inativos. E o número de pessoas e/ou famílias vinculadas a algum serviço, programa ou benefício ultrapassa 94.300.

Vale destacar que estamos com mais de 1.800 usuários do sistema, incluindo os entrevistadores, técnicos, gestores e administrativos que compõe a rede socioassistencial do município.

## Avaliação dos Treinamentos

\*Gráficos realizados com base nas informações respondidas pelos participantes

Sistema

Informações contidas no Cadastro Único/ Dados Sociais



Figura 32

Apresentação do sistema (telas, campos, organização das informações)

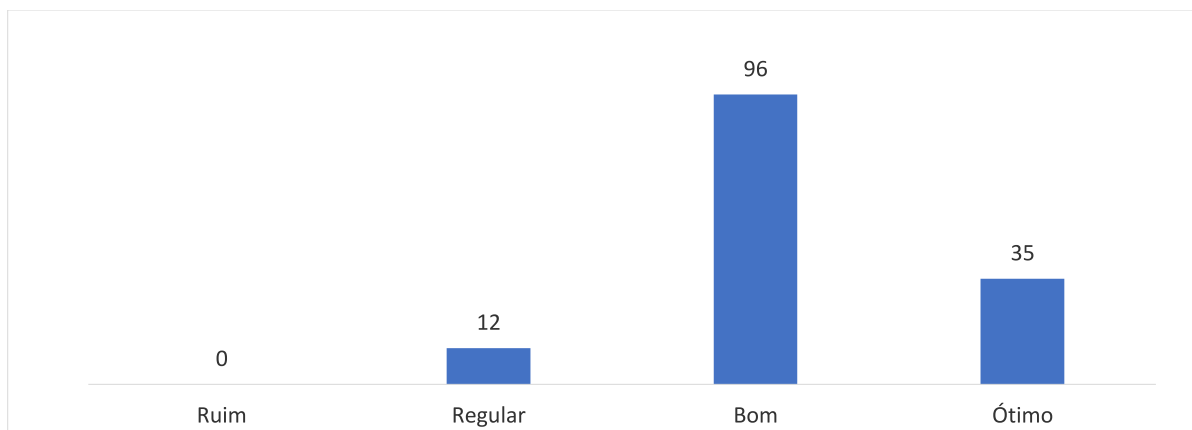


Figura 33

Informações disponibilizadas sobre os programas sociais que atendem determinada pessoa/ família

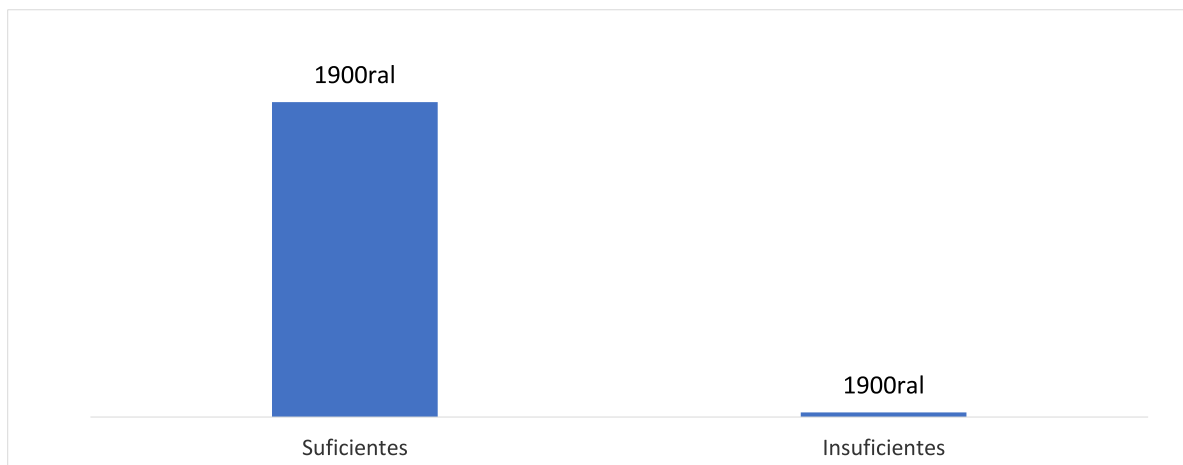


Figura 34

Relatórios disponíveis até o momento

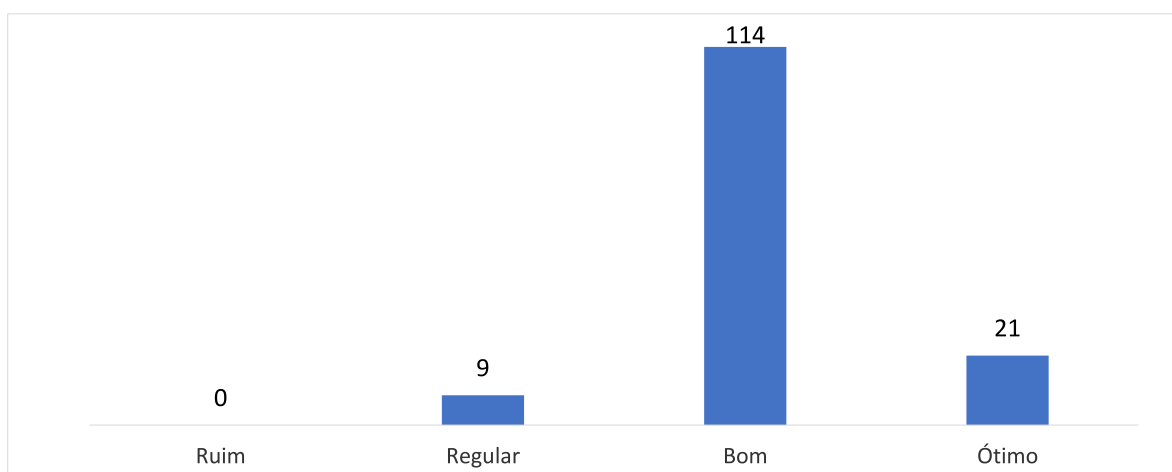


Figura 35

Módulo de atendimento e prontuário eletrônico

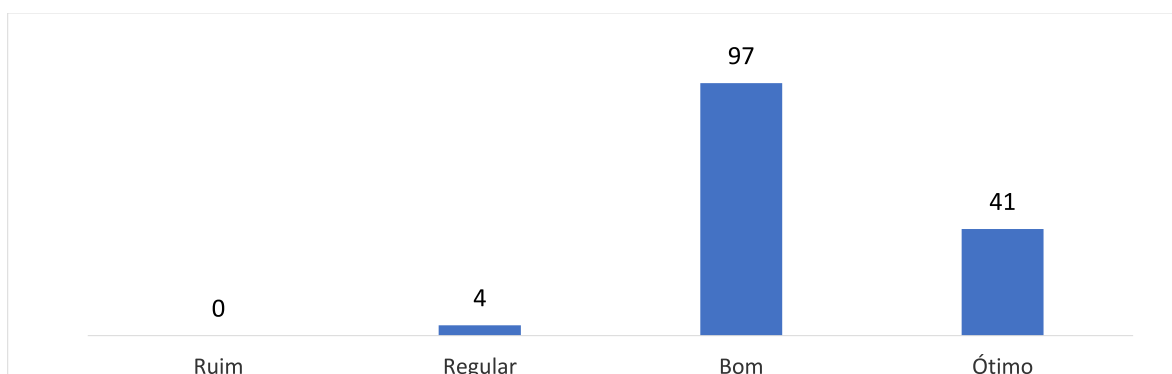


Figura 36

### Informações apresentadas no treinamento

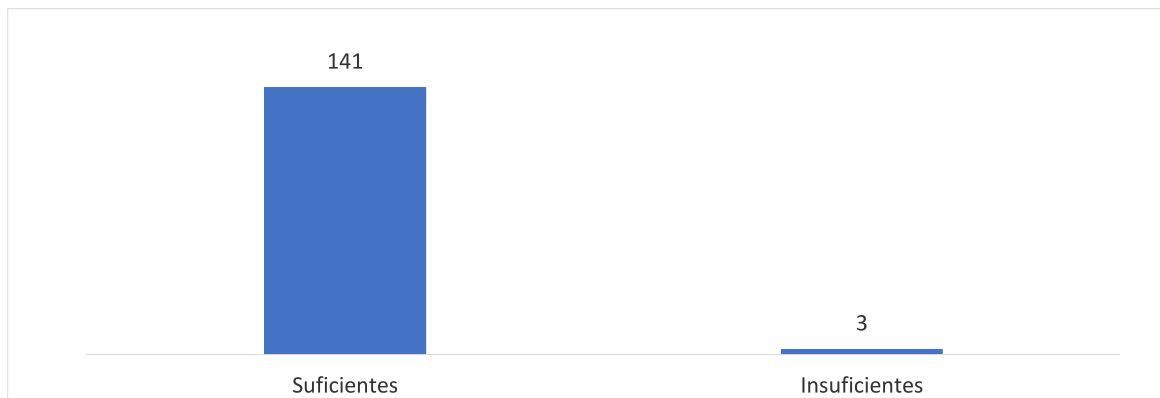


Figura 37

### Acesso ao computador no local de trabalho



Figura 38

### Frequência de acesso ao computador no local de trabalho

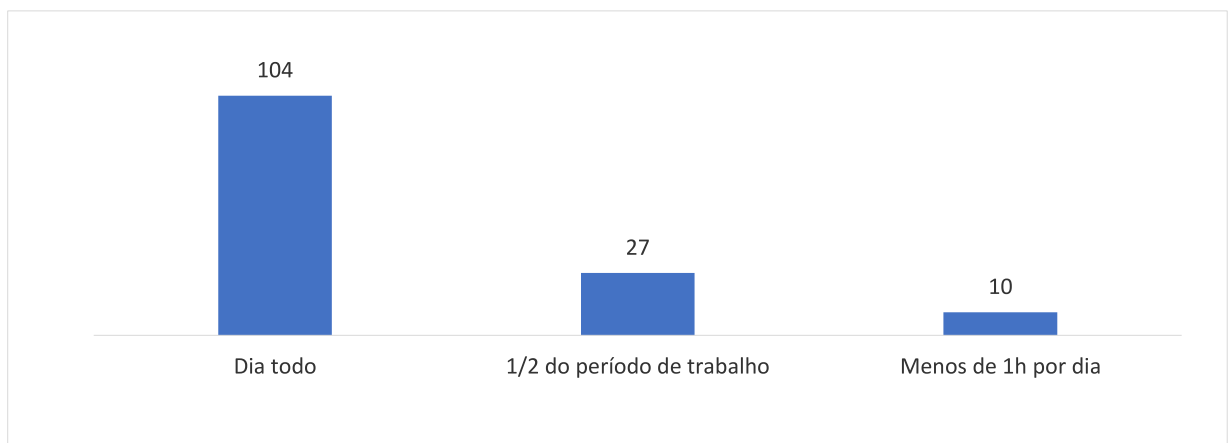


Figura 39



### Acesso à internet no local de trabalho

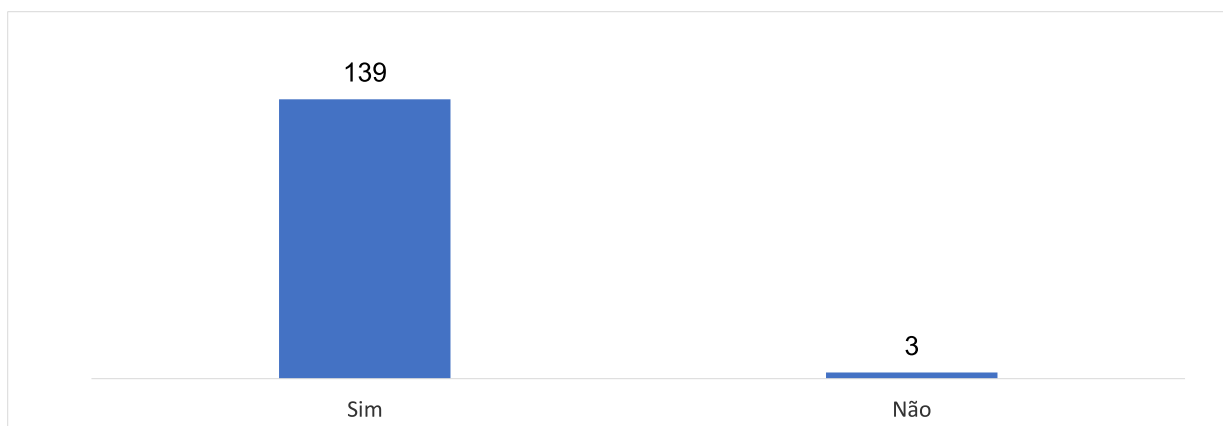


Figura 40

### Frequência de utilização do sistema – SIGM

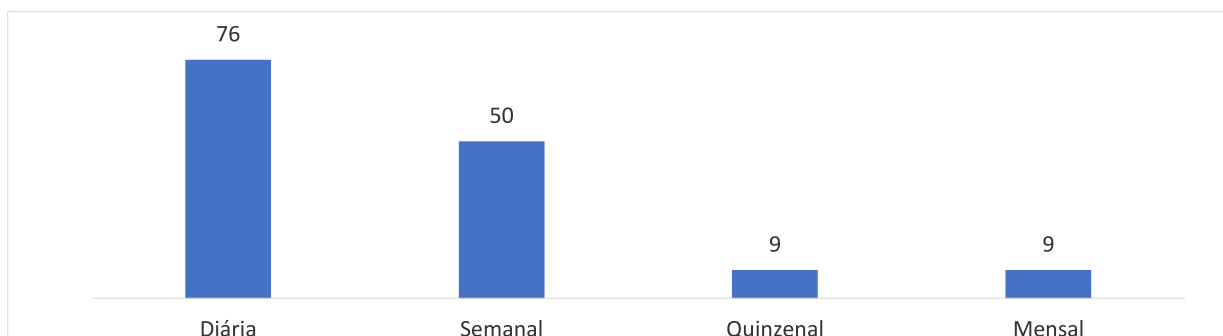


Figura 41

### Total de pessoas por tipo de serviço - 2019

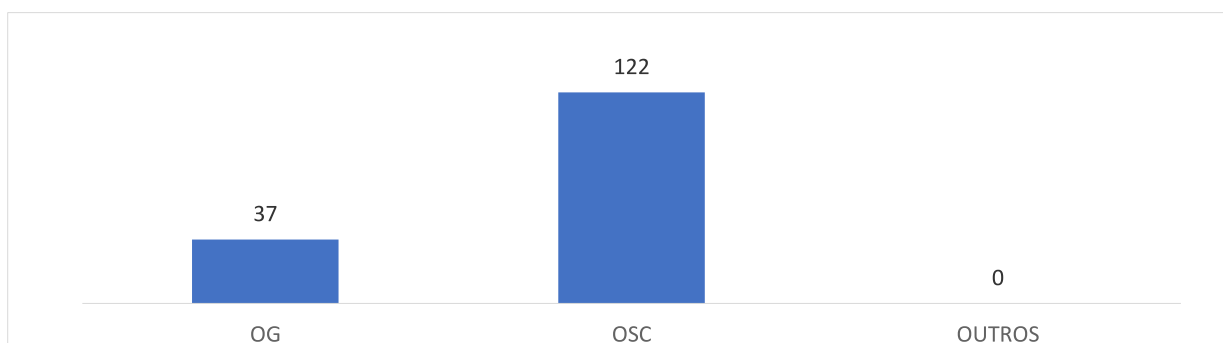


Figura 42

### Total de pessoas que participaram das Capacitações - 2009 a 2019

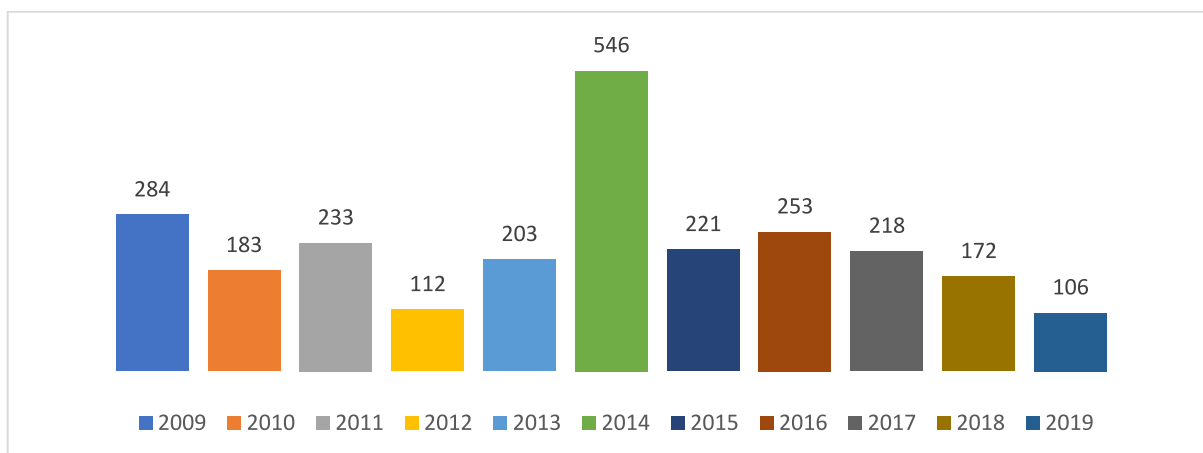


Figura 43

## COORDENADORIA SETORIAL DE AVALIAÇÃO E CONTROLE (CSAC)

A **Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC)** compõe no organograma da SMASDH a área da Vigilância Socioassistencial e é responsável pelo monitoramento e avaliação da rede de serviços socioassistenciais parcerizada a esta SMASDH.

O monitoramento consiste em um processo permanente e contínuo, de acompanhamento da execução dos serviços em relação a seus objetivos e metas, e à adequação à Política Nacional de Assistência Social e às diretrizes do município. Deve prover informações para a gestão pública, Conselhos Municipais e demais órgãos de controle.

A definição e coleta de indicadores compõe o processo de trabalho, e são produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, permitindo a partir da gestão da informação aferir se objetivos e metas estão sendo alcançados.

O monitoramento se dá em estratégias “à distância” e presenciais, utilizando-se das informações dos sistemas utilizados pela rede socioassistencial, como o SIGM – Sistema Integrado de Governança Municipal, CIPS – Coleta de Informações sobre Programas Sociais e, PDC – Prestação de Contas, além de visitas *in loco* e reuniões para análise e avaliação das ações realizadas no âmbito das parcerias.

Vale ressaltar que em 2019 esta CSAC permaneceu três meses sem uma Coordenação direta, em função do período de transição para contratação de outro profissional, sendo a mesma mantida pela Diretoria de Vigilância Socioassistencial.

## ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em 2019, a metodologia utilizada pela CSAC consistiu nas seguintes ações:

- Visita in loco: visitas técnicas realizadas nos serviços com a presença dos profissionais, tendo como norteador um instrumental físico de coletas de dados, em que são analisadas a infraestrutura física, material e recursos humanos e as atividades realizadas e sua consonância com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, bem como o análise do cumprimento das metas, a gestão do serviço, as atividades desenvolvidas, os processos de trabalho social, o alcance dos objetivos e os resultados obtidos. Tem como foco as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, que consiste no trabalho com usuário, família e comunidade, de acordo com a especificidade de cada serviço ofertado, e o Plano de Trabalho apresentado pela OSC – Organização da Sociedade Civil e o Termo de Colaboração/Fomento para a formalização da parceria;
- Reuniões de Monitoramento: reuniões com os mesmos objetivos acima apontados, porém realizadas fora do espaço físico do serviço;
- Monitoramento coletivo: reunião realizada com a rede de serviços, onde são compartilhados os dados obtidos no monitoramento de forma geral e discutidas as diretrizes comuns, bem como esclarecimento de dúvidas e orientações necessárias;
- Acompanhamento do Sistema de informação online (CIPS – Coleta de Informações de Programas Sociais), através de instrumentais disponibilizados, a OSC parcerizada fornece informações mensalmente, referente à gestão do serviço, a partir de instrumental construído pela CSAC com a participação dos serviços e outros setores da SMASDH.
- Acompanhamento do Sistema de Informação online (SIGM – Sistema de Governança Municipal), em que os serviços registram informações de cada usuário/família atendido(a). A CSAC, em interface com a Coordenadoria Setorial de Transferência de Renda e Cadastro Social, DOAS – Departamento de Operações de Assistência Social e as equipes dos serviços acompanha tecnicamente o desenvolvimento do sistema para adequação à realidade dos mesmos. Os dados são extraídos mensalmente e compõe o banco de dados para produção de indicadores.
- Acompanhamento do Sistema de Prestação de Contas (PDC – Prestação de Contas) em que a CSAC acompanha consultando os Planos de Trabalho, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso, analisando a natureza técnica das solicitações de alteração de despesa e sua pertinência quanto à execução do serviço.
- Gestão das informações que se constitui pelo monitoramento de inconsistências, extração, processamento e armazenamento de dados. Além da produção de indicadores e de fornecimento de informações para subsídios às áreas de gestão e controle social.

## **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES - 2019**

A CSAC realizou o monitoramento sistemático das parcerias por meio de Termo de Colaboração, compostas por 173 serviços, executados por 104 Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social e, de Termo de Fomento de 44 OSC's parceiras e 02 não parceiras da SMASDH.

Os serviços monitorados são divididos entre a equipe técnica de referência, por tipo de Proteção Social (Básica, Especial de Média Complexidade e Especial de Alta Complexidade). Na Proteção Social Básica a divisão se dá por região/território, conforme diretriz do SUAS.

Vale ressaltar que a partir de 2020, de acordo com o processo de reorganização da CSAC em andamento, os serviços serão divididos por uma dupla de profissional por cada território de acordo com a divisão: Região Norte - 02 profissionais, Região Sul - 02 profissionais, Região Leste - 02 profissionais e Região Sudoeste e Noroeste - 02 profissionais, considerando o número de profissionais e que essas duas regiões contam com menor número de OSC's.

## **ESTRUTURA DA CSAC**

### **Equipe composta por 10 profissionais, sendo:**

- 1 Coordenação – Assistente Social
- 1 Assistente Administrativo
- 1 Analista de TI
- 7 Técnicas de Monitoramento, sendo 04 Assistentes Sociais e 03 Especialistas em Relações Sociais

Em relação à referência de monitoramento, a divisão se deu da seguinte forma:

#### Proteção Social Básica:

- Região Norte: 1 Especialista em Relações sociais
- Região Leste: 1 Assistente Social
- Região Sul: 1 Assistente Social
- Regiões Noroeste e Sudoeste: 1 Especialista em Relações Sociais

#### Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- SESF e demais serviços para crianças e adolescentes: 1 Assistente Social
- Serviços Complementares de Atendimento à PCD e demais Serviços para adultos: 1 Especialista em Relações Sociais

#### Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e adolescentes: 2 Assistentes Sociais
- Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e idosos e Serviço Complementar para Pessoas em Trânsito: 1 Assistente Social

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CSAC ORGANIZADAS POR TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 53 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Básica

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	TOTAL
Visitas In Loco	110
Reuniões	27
Verificação de Denúncias	22
Pactuações	02
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Colaboração	99
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Fomento	29
Análise Alteração de Despesas	216
Relatórios	226

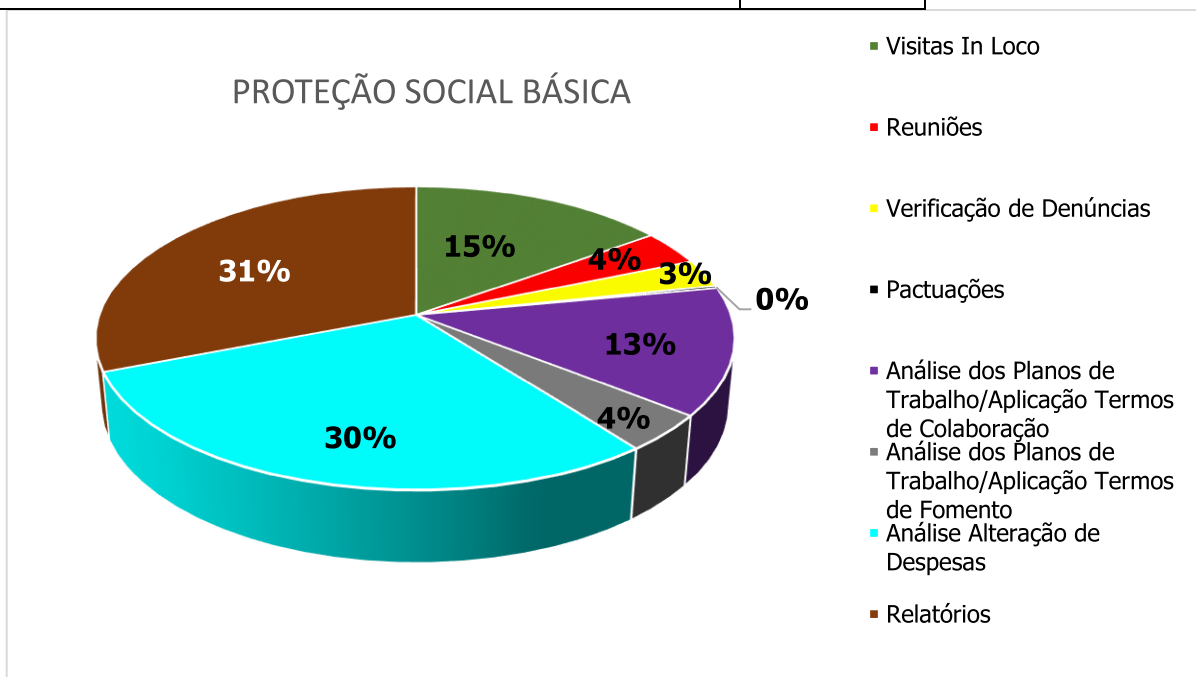


Figura 44 - Atividades da CSAC com as OSC parceiras – Proteção Social Básica

Tabela 54 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Média Complexidade

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	TOTAL
Visitas In Loco	62
Reuniões	10
Verificação de Denúncias	08
Pactuações	02
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Colaboração	42
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Fomento	11
Análise Alteração de Despesas	63
Relatórios	98

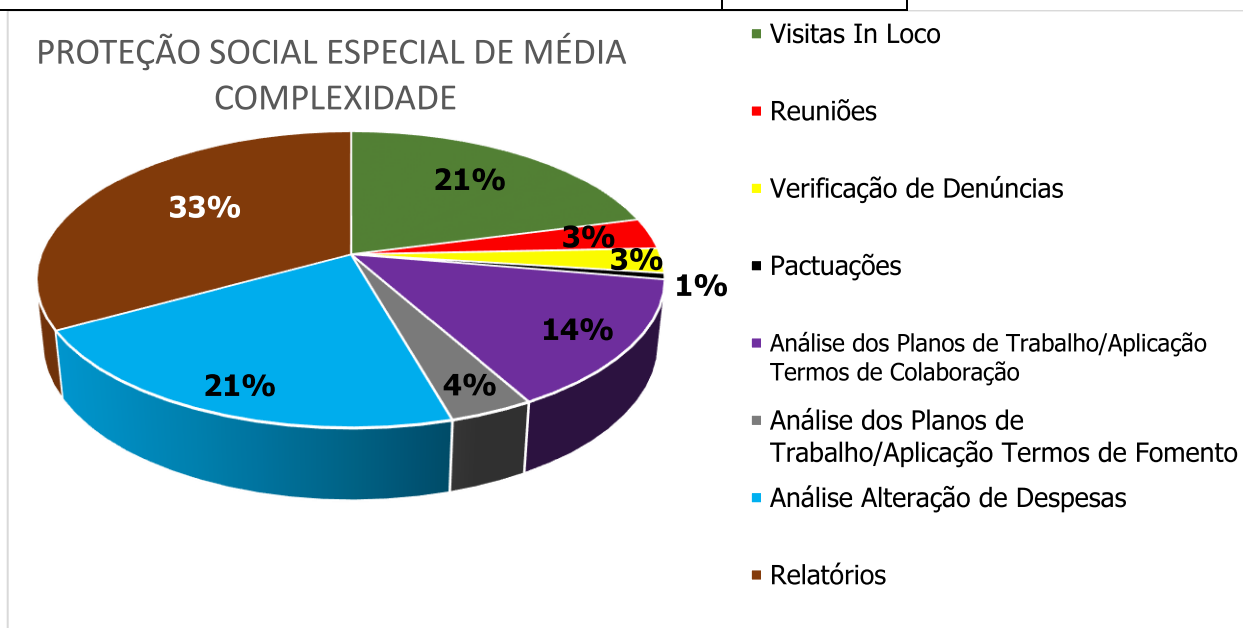


Figura 45 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Média Complexidade

Tabela 55 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	TOTAL
Visitas In Loco	57
Reuniões	27
Verificação de Denúncias	05
Pactuações	06
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Colaboração	44
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Fomento	02
Análise Alteração de despesas	82
Relatórios	98

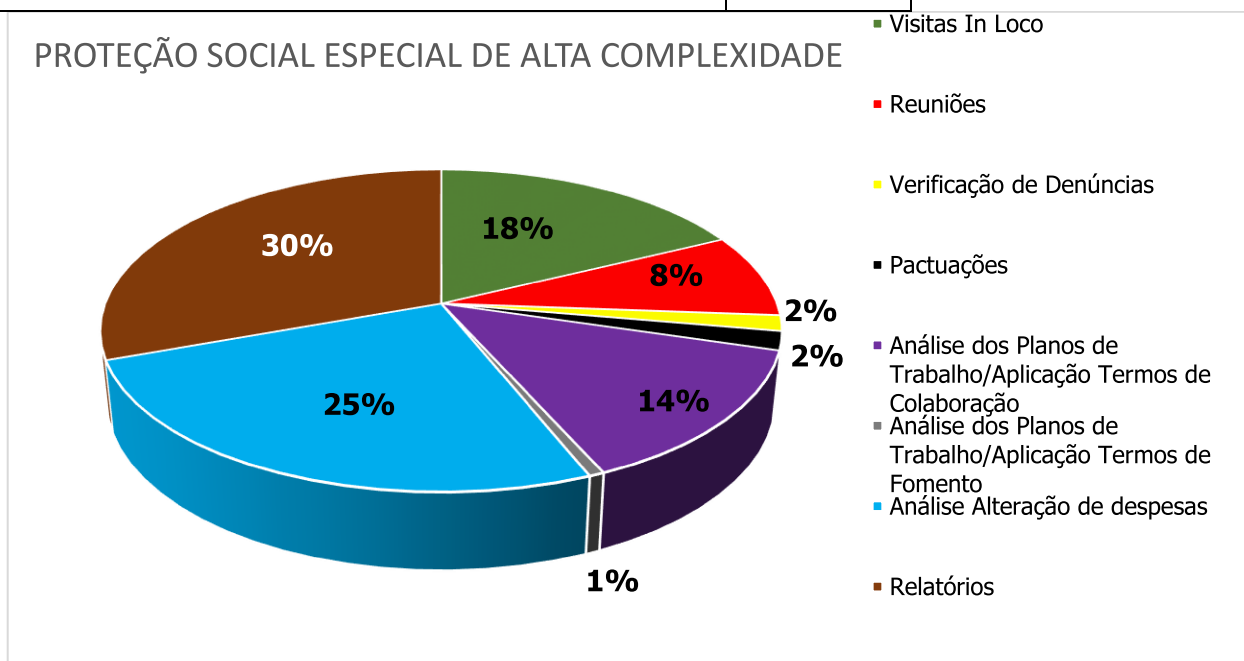


Figura 46 - Atividades da CSAC com as OSC's parceiras – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Tabela 56 - Totais por Atividades da CSAC com as OSC's parceiras

PSB+ PSEMC+PSEAC	TOTAL
Visitas In Loco	229
Reuniões	64
Verificação de Denúncias	35
Pactuações	10
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Colaboração	185
Análise dos Planos de Trabalho/Aplicação Termos de Fomento	42
Análise Alteração de Despesas	361
Relatórios	422

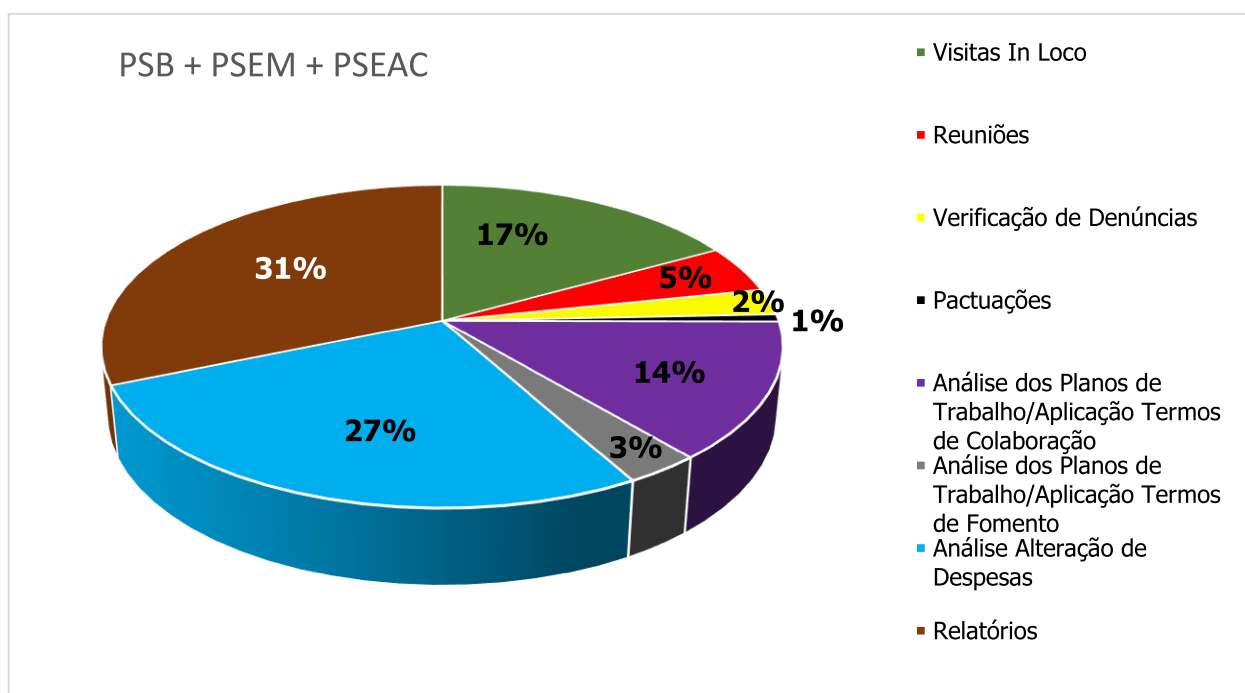


Figura 47 - Totais por Atividades da CSAC com as OSC parceiras



Tabela 57 - Outras atividades da CSAC

OUTRAS ATIVIDADES CSAC	TOTAL
Reunião de Equipe CSAC	132
Monitoramento Coletivo	01
Participação em Capacitações	45
Supervisão Técnica	38
Emissão de Declaração CEBAS	09
Contatos Telefônicos /Orientações	42
Apoio a Comissão de Inscrição CMAS e CMDCA – Parecer Técnico	05

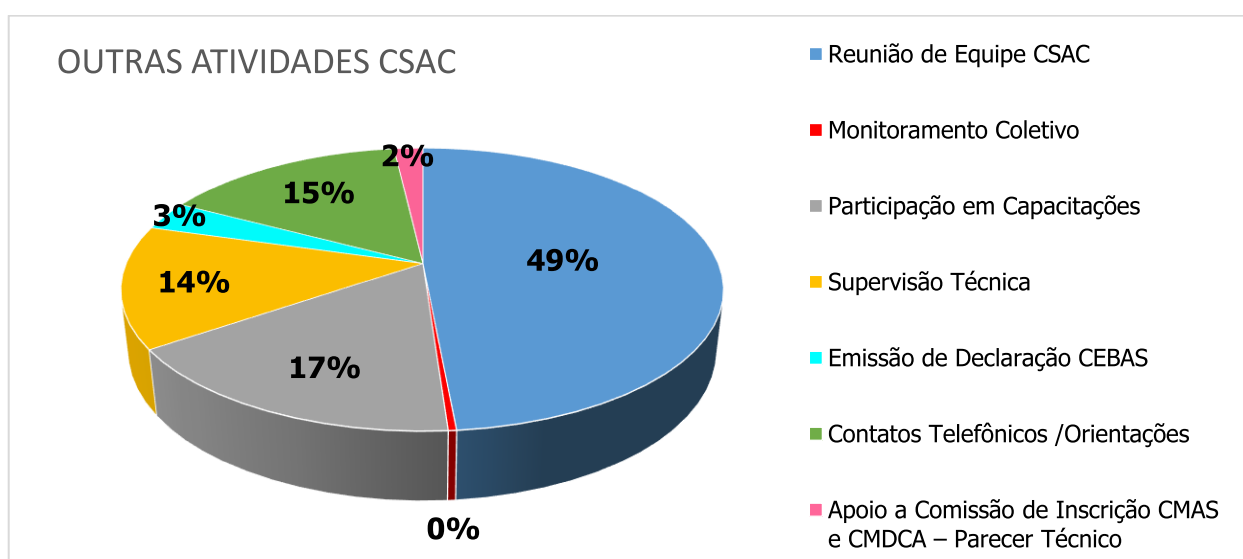


Figura 48 - Totais das outras Atividades da CSAC

### Detalhamento das principais atividades exercidas por esta Coordenadoria

Vale ressaltar que os números acima podem ser ainda maiores, considerando o período de licença médica de um dos técnicos de monitoramento e que algumas atividades foram realizadas pela Coordenação do Serviço, sem o apontamento no relatório de atividades, bem como a falta de preenchimento dos dados no instrumental de coletas por alguns profissionais.

Também não estão apontadas as atividades de Gestão do Serviço, que durante o período tiveram como foco principal a reorganização frente as diretrizes do MROSC, bem como apoio a gestão da Diretoria da VIS

em relação aos editais do Termo de Colaboração e a resolução referente aos Termos de Fomento, e ainda, na construção dos indicadores de monitoramento e avaliação, bem como análise e avaliação de todos os processos de trabalho da Coordenadoria.

Como principais atividades no decorrer de 2019, apontamos:

- Reuniões Semanais de Equipe da CSAC para planejamento, alinhamento técnico, estudo e criação de estratégias no intuito de qualificação do processo de monitoramento e avaliação;
- Supervisão Institucional a equipe com vistas a reflexão e qualificação dos relatórios de monitoramento e avaliação e processos de trabalho da Coordenadoria;
- Apoio às ações da Vigilância Socioassistencial e do DOAS com o provimento de informações na construção dos editais de chamamento, principalmente no que se refere as metas e referências do serviço a serem parceirizados;
- Elaboração junto a Diretoria da Vigilância Sócioassistencial dos indicadores de resultado, processo e impacto para o processo de monitoramento e Avaliação, pautados pelos objetivos e funções da Vigilância Socioassistencial e diretrizes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), para vigência a partir de 2020;
- Participação efetiva na Comissão de Seleção para as análises das propostas referentes aos editais de chamamento realizados neste ano, bem como posterior análise e parecer técnico dos Planos de Trabalho/Aplicação das OSC's classificadas e dos processos de Dispensa de Chamamento;
- Análise e parecer técnico dos planos de Trabalho/Aplicação dos Termos de Fomento apresentados pelas OSC's, para obtenção de recursos do FMDCA;
- Acompanhamento dos Sistemas online (CIPS e SIGM) dos serviços, extração, processamento e divulgação dos dados para a rede de serviços;
- Reflexão sistemática sobre os sistemas de Monitoramento e Avaliação – SIGM e CIPS, para readequações necessárias, principalmente nos campos de registros das atividades do trabalho social à realidade de cada serviço socioassistencial com foco nas informações dos usuários/famílias atendidas, bem como dados de gestão da OSC;
- Elaboração de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, Cumprimento do Objeto, entre outros;
- Elaboração, por parte do gestor, das atribuições e atividades dos profissionais da CSAC, para inclusão no Guia de Procedimentos da CSAC, que vem sendo construído e refletido junto a equipe;
- Elaboração de Manifestações e Pareceres Técnicos diversos de OSC's, solicitados a esta Secretaria, seja pelos Conselhos Municipais ou por outras solicitações;
- Monitoramento das OSC's executoras de serviços referente ao Termo de Colaboração e daquelas que receberam recurso do FMDCA através de Termos de Fomento;
- Respostas a denúncias referentes às OSC's que executam serviços por meio de parceria com a SMASDH, através do Disque Denúncia, 156 e Órgãos de Controle/Defesa;
- Participação em reuniões de rede, gestão operacional, Grupos de Trabalho, Conselhos Municipais (CMAS e CMDCA), e outras;

- Orientações sistemáticas as OSC's parceiras em relação a dúvidas quanto ao Plano de Trabalho/Aplicação, utilização dos sistemas PDC e SEI;
- Participação em capacitações oferecidas para a rede de serviços, com vistas a ampliação de conhecimentos e qualificação das ações da Coordenadoria;
- Elaboração de relatórios técnicos e fornecimento de dados para esta SMASDH, Conselhos Municipais, órgãos de controle, dentre outros;
- Apoio às ações da Vigilância Socioassistencial;
- Atestado de gratuidade e emissão de declaração para fins de solicitação/renovação do CEBAS.

## **DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES**

- Ausência de coordenador durante três meses, em função do período de transição para contratação de outro profissional;
- Reflexão sobre o processo de reorganização dos fluxos de trabalho da CSAC, principalmente no que se refere ao monitoramento e avaliação, bem como a construção de indicadores, aliado a execução de todas as demandas postas aos profissionais;
- Aprimoramento e qualificação referente a análise técnica presente nos documentos advindos do Monitoramento e Avaliação;
- Sistematização de dados das informações referentes a rede socioassistencial, com vistas a subsidiar a gestão na tomada de decisão;
- Implementação de melhorias entre o fluxo de informações e documentos bem como na comunicação interna e, entre esta CSAC e demais setores da SMASDH;
- Sistematização das informações de forma a subsidiar o planejamento e avaliação dos serviços socioassistenciais;
- Elaboração dos relatórios de monitoramento e avaliação no prazo proposto pela Gestão da Vigilância Socioassistencial;
- Qualificação dos dados sistematizados, considerando que alguns ainda se mostram repetidos e inconsistentes, em razão de dificuldades dos serviços no preenchimento correto dos diversos sistemas;
- Devolução das informações de monitoramento e avaliação, tanto para as OSC's como para a gestão dos serviços;
- Solicitação de um grande número de alteração de despesas, indicando a ausência de planejamento de algumas OSC's na elaboração do Plano de trabalho/Aplicação, ampliando assim as demandas do profissional;
- Grande número de orientações sistemáticas as OSC's, via e-mail e telefone, com vistas a qualificação na execução dos serviços;
- Dificuldades relacionadas ao uso de transporte da SMASDH para a realização de visitas in loco, verificação de denúncias, entre outras;
- Realização do processo de análise das propostas referentes aos editais, utilizando o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos - SEI;

- Definição pela SMASDH, do processo de reorganização interno da Coordenadoria para o ano de 2020, com a definição do remanejamento dos profissionais técnicos de monitoramento para outros serviços da Secretaria e a chamada de novos profissionais via concurso e remanejamento interno.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Contratação de um Coordenador do Serviço;
- Monitoramento de todos os serviços executados por meio de Termos de Colaboração e Termos de Fomento;
- Participação efetiva em todas as fases dos editais de Chamamento referente ao Termo de Colaboração e também as fases do Termo de Fomento;
- Construção, juntamente com a Diretoria da VIS, dos indicadores de resultado, de processo e de impacto para o processo de monitoramento e avaliação da execução dos serviços em parceria com as OSC's;
- Construção das atribuições e atividades dos profissionais da CSAC, para inclusão no Guia de Procedimentos da CSAC, que vem sendo refletido junto a equipe;
- Melhoria no processo de comunicação da Coordenadoria com os demais serviços da Vigilância Socioassistencial e da SMASDH;
- Melhoria nos processos de trabalho, com maior interface com o DOAS – Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, através de reuniões periódicas entre as técnicas da CSAC, coordenações, chefias de setor e outros profissionais.

## **DESAFIOS E METAS PARA 2020**

- Reorganização da Coordenadoria de acordo com sua função no SUAS e a Lei do MROSC;
- Efetivação do processo de monitoramento e avaliação realizado com a divisão dos profissionais por territórios, conforme diretrizes do SUAS;
- Formação continuada dos novos profissionais da Coordenadoria em relação a todo o processo/fluxo de trabalho, principalmente no que se refere à organização e planejamento das ações, fluxos internos e externos de comunicação, processo de monitoramento e avaliação e sistemas informatizados;
- Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação com foco nos indicadores e a produção e disseminação de painéis de indicadores, organizados por rede de serviços socioassistenciais;
- Elaboração da proposta, aplicação, sistematização e disseminação da Pesquisa de satisfação junto aos usuários, por amostragem, para com os serviços socioassistenciais;
- Aprimoramento e revisão das ferramentas técnicas (sistemas, instrumentais de monitoramento e relatórios), investindo em melhorias nos sistemas informatizados;
- Continuidade, junto a Vigilância Socioassistencial e ao DOAS, do processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

- Contratação de Supervisão Técnica buscando qualificar as ações de monitoramento e avaliação, com ênfase na análise coletiva e para subsidiar as áreas de gestão e controle social, bem como qualificação das ações da Coordenadoria;
- Elaboração de relatório de monitoramento e avaliação quadrimestrais, com qualificação nas análises dos dados referentes à execução dos serviços da rede parceira;
- Qualificação da análise técnica frente aos documentos produzidos por esta CSAC, realizando devolutivas e disseminando o uso das informações para a gestão dos serviços, bem como subsidiar a gestão da SMASDH, contribuindo na tomada de decisão;
- Aprimoramento no fluxo de informações com a Coordenadoria Setorial de Prestação de Contas, demais setores da Vigilância Socioassistencial, gestão do DOAS e demais setores da SMASDH;
- Disponibilização de um transporte com períodos específicos para CSAC considerando a demanda de visitas em in loco, denúncias e demais ações da Coordenadoria;
- Ampliação de dois profissionais técnicos de monitoramento, preferencialmente psicólogo, para recomposição total da equipe e a contratação de estagiários na área de serviço social e TI.

# **DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (DGAOF)**

Compete ao DGAOF a gestão administrativa, orçamentária, financeira e de pessoas da Secretaria, como também o suporte administrativo aos Conselhos ligados à Pasta, além de disponibilizar transporte e manutenção predial, objetivando estabelecer as condições para o pleno funcionamento das áreas e serviços que desenvolvem as Políticas Públicas na Secretaria.

Pedro Ângelo Costa

Diretor do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social

“O DGAOF é o departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos que tem como atribuições realizar a gestão de apoio aos departamentos executores das ações finalísticas da Secretaria, bem como garantir o registro administrativo, contábil e controle orçamentário e financeiro dos Fundos ligados à Secretaria e dos recursos do Tesouro Municipal, Federal e Estadual.”

O Departamento é dividido em sete áreas de atuação, sendo cinco Coordenadorias e dois Setores, a seguir descritos.

Coordenadorias:

- 1- Administrativa
- 2- De Apoio aos Equipamentos Sociais
- 3- Financeira e Contábil
- 4- De Gestão de Pessoas
- 5- Orçamentária

Setores:

- 1- De Apoio à Casa dos Conselhos
- 2- De Apoio aos Conselhos Tutelares

Principais atividades do DGAOF:

- Promover a interlocução deste com os demais Departamentos e o Gabinete da SMASDH;
- Planejar, supervisionar e facilitar as ações das Coordenadorias e Setores do Departamento;
- Suprir as necessidades de serviços e produtos de todas as unidades da Secretaria;
- Manter alinhamento com as demais áreas administrativas, financeiras, orçamentárias e de Recursos Humanos da Administração Municipal, objetivando viabilizar as ações finalísticas desta Secretaria.

## **COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA - CSAD**

Compete à CSAD suprir as necessidades de materiais, equipamentos e serviços de forma a garantir o pleno funcionamento das Unidades da SMASDH.

A Coordenadoria Setorial Administrativa vem conduzindo um Grupo de Trabalho de Compras, desenvolvido em encontros regulares mensais, que tem como principal objetivo o planejamento das compras e contratações da SMASDH. O GT é realizado com um representante de cada Departamento da Secretaria juntamente com os gestores da Coordenadoria. E os resultados já começaram a ser notados, haja vista manifestações dos responsáveis pelos Serviços da SMASDH de que os pedidos de compras e contratações têm sido atendidos em menor prazo e com os produtos de melhor qualidade. Outro ganho obtido com a implantação do GT foi a melhora nos fluxos relativos ao tema, eliminando as insatisfações decorrentes da falta de informação após a elaboração e o encaminhamento dos pedidos.

A Coordenadoria Administrativa a partir de janeiro de 2016 passou a utilizar o SEI – Sistema Eletrônico de Informações para instrução de todos os processos de compras e contratações da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos. Esta ferramenta foi implantada para substituir os pedidos físicos. A partir de setembro do mesmo ano, após todos os servidores das Unidades Externas receberem o treinamento do SEI, ficou obrigatória a elaboração de todos os pedidos por aquele sistema. Essa mudança foi de grande avanço no tocante à agilização do trâmite dos processos. Após três anos da implantação, conseguimos avaliar que os processos são concluídos com muito mais eficiência e rapidez.

A Coordenadoria possui dois Setores:

- Setor de Gestão de Contratos; e
- Setor de Suprimentos

### **Principais Atividades da CSAD**

- Assessorar as áreas da SMASDH para elaboração do planejamento de compras e contratações;
- Assessorar as áreas da SMASDH para elaboração dos pedidos de compras e contratações de serviços;
- Subsidiar e implantar projetos especiais da SMASDH (aquisições e contratações novas e extraordinárias);
- Acompanhar a execução dos contratos da SMASDH;
- Supervisionar os Setores de Gestão de Contratos e Suprimentos.

### **Principais atividades do Setor de Gestão de Contratos**

Gerenciar contratos administrativos de locação de imóveis, serviços contínuos, atas de móveis e equipamentos e fornecimentos parcelados, assim como atas de infraestrutura para eventos, realizando:

- Controle da vigência dos contratos;

- Instrução das prorrogações contratuais;
- Auxiliar e orientar os fiscais dos contratos de prestação de serviço (se estão sendo executadas em conformidade com o contrato);
- Planejamento e liberação dos itens adquiridos através das Atas de Registro de Preços junto ao Almoxarifado Central;
- Instrução de novos processos de locação de imóveis.

### **Principais atividades do Setor de Suprimentos**

- Instruir processos de dispensa de licitação;
- Instruir processos licitatórios;
- Instruir contratações diretas;
- Encaminhar ordens de fornecimento e serviço para fornecedores;
- Recepcionar notas fiscais;
- Monitorar a tramitação dos processos de compras e contratações;
- Liberar materiais armazenados no Almoxarifado Central adquiridos através de Dispensa de Licitação;
- Dar suporte às Unidades quanto aos processos contínuos de manutenção de equipamentos.

### **Desafios**

- - Aprimorar e sistematizar a interlocução com as demais áreas, objetivando viabilizar o acompanhamento dos trâmites dos pedidos de compras e contratações;
- - Criar formulários padrão para todos os tipos de compras e contratações;
- - Aprimorar a interlocução no GT de Compras com os demais Departamentos;
- - Enfrentar o aumento significativo na demanda de lançamentos de dados de contratos para o Tribunal de Contas do Estado (AUDESP);
- - Melhorar a gestão de contratos executados em unidades externas, através do uso mais frequente de ferramentas de gestão (in loco); e
- - Aprimorar as tratativas com as demais Secretarias envolvidas nos processos administrativos.



## **COORDENADORIA SETORIAL DE APOIO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS - CSAES**

Compete à CSAES fazer a gestão do Centro de Triagem, bem como acompanhar e dar suporte aos demais setores da Coordenadoria.

### **Principais atividades**

- Fiscalizar a execução dos serviços realizados, conferir as planilhas mensais dos motoristas, receber materiais de limpeza (terceirizada), fechar a frequência e apontamento de horas extras e sobreavisos.
- Gerenciar o contrato de manutenção predial e realiza **vistoria a imóveis** para locação, analisando as condições de infraestrutura da habitação, viabilidade e funcionalidade das instalações prediais.
- Realizar vistorias, com elaboração de croquis para a elaboração de projetos de construção e readequação de novas unidades.
- Além disso, a Coordenadoria, através do Centro de Triagem, faz a separação e a organização das doações recebidas pela Secretaria para distribuição aos serviços da Pasta e aos usuários (através da distribuição a Entidades Assistenciais).

### **Centro de Triagem**

- Recebe e confere doações (roupas e agasalhos) provenientes das campanhas de agasalho do município
- Armazena e controla o estoque
- Libera materiais conforme solicitação dos setores da SMCAIS
- Faz a separação das roupas e pesagem, estocagem e encaminhamento das roupas às demais unidades (abrigos e entidades).

A Coordenadoria possui dois setores, cujas atribuições estão a seguir descritas.

### **Setor de Transportes**

Tem como finalidade atender as demandas de transportes dos serviços da pasta como: transporte de técnicos para visitas a entidades, atender plantões emergenciais, em cumprimento aos decretos nº 17.778 de 03/12/12 e 17.851 de 23/01/2013 (operação verão e operação inverno), dando suporte às ações de abrigamento das famílias atingidas.

O Setor também realiza viagens intermunicipais, bem como outros serviços realizados fora do expediente, feriados e finais de semanas, ou seja, mantém plantão 24 horas.

Implanta os postos da campanha do agasalho do município e realiza a coleta de roupas, em consonância com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Gerência o contrato de manutenção de veículos, vistoria os carros e controla a frequência e a distribuição dos motoristas lotados na Secretaria.

Realiza interface com outras secretarias como: Saúde, Administração, Esportes etc., para as atividades intersetoriais, disponibilizando motoristas para trabalho em campanhas de vacinação, carnaval, eleição entre outras.

### **Setor de Manutenção**

Realiza e organiza os serviços de manutenção predial dos imóveis onde funcionam os serviços da SMASDH, como: instalação interna de telefone, reparos em alvenaria, manutenção das instalações elétricas e hidráulicas, limpeza em caixa de gordura e água, auxiliar nas mudanças das unidades, retiradas de bens para o Departamento de Patrimônio, etc...

### **Desafios**

- - Realizar visitas às unidades, mediante agendamento preventivo, a fim de visualizar os problemas a serem sanados, preliminarmente aos chamados para consertos.
- - Melhoras condições de acessibilidade de pessoas com restrição, visto que até abril/2018 estávamos com 50,50%. Oportunidade em que salientamos não haver informações de 2019, pois até o presente momento o IMAP que mede o índice de acessibilidade encontra-se desatualizado.
- - Adaptar todas as unidades da SMASDH para obtenção de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

### **Metas para 2020**

- Dar continuidade às adequações de acessibilidade das Unidades;
- Ampliação e reposição de vagas servidores aposentados, na equipe de manutenção;
- Ampliação do quadro de veículos e motoristas

## **COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA E CONTÁBIL - CSFC**

Compete à CSFC a Gestão Financeira e Contábil das contas correntes operacionalizadas por esta Secretaria, realizando:

a) Gestão financeira e contábil dos recursos alocados nas contas dos fundos municipais, operacionalizadas na Secretaria –(FMAS, FMDCA,FMPICe FMSAN);

- b) Gestão compartilhada com a SMF da movimentação financeira e contábil das contas bancárias abertas em nome do município más vinculada ao orçamento da SMASDH ou fundos;
- c) Gestão das páginas web dos fundos FMDCA e FMPIC;
- d) Gestão dos pagamentos a fornecedores e OSC's dentro dos prazos;
- e) Elaboração e encaminhamento dos relatórios financeiros e contábeis dos fundos aos respectivos conselhos municipais;
- f) Zelar pela boa ordem do arquivo de todos os documentos contabilizados.

### **Principais atividades**

- a) Acompanhar e apoiar as chefias dos setores, bem como todos os serviços realizados na coordenadoria;
- b) Gerenciar as contas bancárias dos fundos: FMDCA(04), FMAS (16), FMPIC (01)e FMSAN (01), mantendo seus recursos aplicados em fundos seguros, com baixo risco e boas rentabilidades;
- c) Gerenciar e aprimorar as páginas de internet e sistemas informatizados dos fundos: FMDCA e FMPIC;
- d) Manter uma boa interlocução com os conselhos municipais: CMDCA, CMAS, CMIE e CMSAN;
- e) Enviar a DBF-Declaração de Benefícios Fiscais à Receita Federal, referente às destinações do imposto de renda dos fundos FMDCA e FMPIC;
- f) Gestão da prestação de contas do adiantamento da SMASDH;
- g) Interlocução com as coordenadorias visando manter a agilidade dos processos;

A CSFC possui dois Setores:

- 1- Setor de Pagamentos; e
- 2- Setor Contábil.

### **Principais atividades do Setor de Pagamentos**

- a) Realiza a inserção eletrônica dos documentos de pagamentos no sistema SIM, realizados com recursos dos fundos ou pela SMF;
- b) Realiza a gestão dos pagamentos de despesas dos Fundos;
  - 1 –Fornecedores;
  - 2 –Tarifas Públicas;
  - 3 –Locação de imóveis;
  - 4 –Termo de Fomento (*subvenção*) e Termo de Colaboração (*cofinanciamento*);

- 5 – Bolsas Auxílio – Guardiã, Juventude Conectada e Mão Amiga
- 6 – Adiantamento de numerário da secretaria;
- c) Gestor dos contratos das tarifas públicas (CPFL, SANASA e VIVO).

### **Principais atividades do Setor Contábil**

- a) Lançamento no SIM-Sistema de Informações Municipais de toda movimentação ocorrida nas contas bancárias dos fundos (receitas, aplicações e resgates financeiros, baixa de pagamentos, entre outros);
- b) Geração mensal e anual dos relatórios contábeis auxiliares dos fundos para envio aos respectivos conselhos municipais e arquivo da Coordenadoria;
- c) Conciliar os valores do Sistema com os efetivamente realizados (movimentações bancárias), com posterior envio de uma via do documento à coordenadoria contábil -DECOR/SMF.
- d) Organizar, arquivar e zelar pela boa ordem dos documentos contábeis, tais como: processos de pagamentos, conciliação bancária, relatórios contábeis, entre outros;
- e) Atender às demandas solicitadas interna e externamente por dados e ou documentos relacionados às contas dos fundos

### **Desafios**

- Equacionar os recursos humanos disponíveis ao volume de trabalho da área, a fim de superar:
  - \* dificuldade em planejar e programar a utilização de férias, abonos e LP;
  - \* preocupação na continuidade da eficiência nos serviços prestados;
  - \* eventual transtorno consequente de possíveis afastamentos por doença, acidente, etc...
- Atualizar o parque computacional;
- Adquirir mobiliários ergonômicos; e
- Alcançar melhoria nas condições térmicas do ambiente.

## **COORDENADORIA SETORIAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CSGP**

Compete à CSGP a gestão, a administração e capacitação de pessoas (Servidores, Estagiários, Cargos em Comissão e Terceirizados) da SMASDH, com interface com a Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH), possibilitando ao servidor o exercício dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres, dentro dos prazos e normas legalmente estabelecidos, a fim de que as ações, projetos e Políticas Públicas desta Pasta possam ser plenamente desenvolvidos com qualidade e eficácia.

As atividades da CSGP são divididas entre o Setor Administrativo de Recursos Humanos e a Área de Recursos Humanos

### **Principais Atividades**

- Planejar, orientar, monitorar e avaliar as atividades executadas pelas áreas de trabalho da Coordenadoria (Setor Administrativo de Recursos Humanos e Área de Recursos Humanos) buscando a solução efetiva de problemas com otimização dos resultados, bem como propostas de aprimoramento do trabalho da Coordenadoria;

- Potencializar as parcerias estratégicas para o desenvolvimento das atividades de Gestão de Pessoas;

- Emitir pareceres e realizar encaminhamentos a protocolos administrativos na área de Gestão de Pessoas;

- Apoiar os gestores na mediação das relações interpessoais e de conflitos;

- Propiciar o retorno ao trabalho dos servidores com restrições médicas após interlocução com o Departamento de Promoção à Saúde do Servidor – DPSS;

- Alocar os novos comissionados aos serviços conforme perfil, histórico profissional e necessidades da secretaria;

- Coordenar a Campanha do Agasalho, em conjunto com o Gabinete do Prefeito;

- Realizar a gestão de pessoas referente aos contratos de terceirizados (Vigilantes, Porteiros, Auxiliares de Limpeza, Cozinheiras e Recepcionistas);

- Participação em Conselho Municipal.

### **Principais atividades do Setor Administrativo de Recursos Humanos:**

- Acompanhar, orientar e encaminhar as rotinas administrativas de RH, tais como atestados de frequência, horas extras, férias, licenças-prêmio e outros bem como realizar a interlocução com a SMRH na resolução de problemas;

- Planejar, analisar, orientar e acompanhar a execução das horas suplementares planejadas e executadas pelos serviços (horas-extras, sobreaviso e hora escala);

- Controlar as licenças-prêmio de todos os servidores;

- Monitorar, orientar e acompanhar os processos de estágio probatório;

- Acompanhamento e execução das medições de contratos terceirizados (Porteiros, Auxiliares de Limpeza e Recepcionistas).

- Acompanhar e monitorar a escolha de vagas dos novos servidores até o efetivo exercício;

\*- Apoiar os Conselhos Municipais em conferências e eventos, na organização das equipes de apoio, administrativos, limpeza e outros.

## **Principais atividades da Área de Recursos Humanos:**

- Controlar o cadastro dos servidores e estagiários (inclusão, rescisões, transferências e alterações de centro de custo) subsidiando a Secretaria na gestão de Recursos Humanos;
- Acompanhar a coordenadoria nas discussões com o DPSS dos servidores com restrições médicas;
- Apoiar, subsidiar e acompanhar as capacitações e eventos da Secretaria.
- Elaborar relatórios quantitativos para subsidiar as atividades de controle da SMASDH.

## **Desafios**

Atender as demandas extraordinárias e/ou emergenciais dos serviços quando necessitam de servidores para execução das tarefas, principalmente no período noturno e final de semana.

## **Resultados**

- Realização do processo de remanejamento dos servidores dentro dos postos de trabalho da própria pasta, observando prioritariamente o interesse do servidor e a transparência do processo;
- Coordenação da equipe de apoio de servidores que trabalharam na eleição e apuração das eleições do conselho tutelar de Campinas;
- Aprimoramento das ações com o Departamento de Promoção da Saúde do Servidor, principalmente com a Coordenadoria de Saúde Ocupacional tornando os resultados mais dinâmicos e assertivos tanto para o servidor quanto para a secretaria;
- Campanha do agasalho;
- Coordenação da “II Edição Pais e Filhos no Paço-Semana do Brincar” visita dos filhos de servidores ao local de trabalho;
- Gestão Integrativa - Apresentação do Departamento de Promoção à Saúde do Servidor, demanda levantada pelos gestores da SMASDH em relação ao decreto 15725/2012;

## **Metas para 2020**

- Promover articulação com as demais áreas da Secretaria para o efetivo cumprimento dos prazos das rotinas administrativas;
- Organizar e realizar todas as atividades da SMASDH ligadas à SMRH em conformidade com as normativas e prazos vigentes;
- Potencializar a parceria com a Escola de Governos Municipal e desenvolver novas parcerias com OSCs, instituições e fundações de ensino aprendizagem e pesquisa pertinentes a política de assistência social e a área de direitos humanos;

- Atualizar e republicar a cartilha “Rotinas de RH”;
- Elaborar relatórios e instrumentos que permitam o registro e quantificação das ações da CSGP;

### **Quadro Geral de Recursos Humanos da SMASDH - referente a dezembro de 2019.**

A SMASDH, concluiu o ano de 2019, com o quadro de Recursos Humanos totalizando **738** trabalhadores da seguintes forma:

- **481** servidores efetivos
- **42** servidores comissionados
- **69** estagiários
- **25** conselheiros tutelares
- **01** celetista (cedida pela CEASA)
- **120** terceirizados (limpeza, porteiros, vigilantes, cozinheiros e recepcionistas)

## **COORDENADORIA SETORIAL ORÇAMENTÁRIA - CSO**

Compete à CSO realizar a gestão orçamentária da Secretaria, organizando o planejamento para elaboração do PPA, LDO e da LOA, equacionando as despesas necessárias e os recursos disponíveis.

### **Principais atividades**

- Realizar o planejamento e elaboração do PPA, LDO, LOA, bem como da execução e controle orçamentário da Secretaria;
- PPA – Plano Plurianual: Um dos principais instrumentos de planejamento. O PPA define os programas, projetos e ações do Poder Executivo por um período de 04 anos. O PPA é encaminhado ao Legislativo até 31 de agosto do primeiro ano de mandato do Prefeito.
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias: Instrumento intermediário entre o PPA e a LOA. O conteúdo da LDO deverá se basear no PPA, nada poderá ser inserido na LDO se não estiver previsto no PPA. A LDO é uma lei ordinária, válida apenas para um exercício, nela são indicadas as metas e prioridades com a finalidade de orientar a elaboração da LOA. A LDO é encaminhada ao Legislativo até 15 de abril de cada ano.
- LOA – Lei Orçamentária Anual: Instrumento onde se preveem os valores para ações de governo. É através da LOA que a administração realiza o que foi planejado, as ações necessárias para atingir os objetivos e metas dentro de um exercício, nela são disponibilizados recursos orçamentários com suas respectivas fontes, baseada nas receitas previstas. A LOA é encaminhada ao Legislativo do município de Campinas até o último dia útil de Setembro
- Indicar as dotações orçamentárias para a instrução dos processos de despesas;

- Realizar as reservas orçamentárias;
- Confeccionar os Termos de Responsabilidade Financeira e os formulários para avaliação do Comitê Gestor dos processos de aquisição, locação, contratação de serviços e outras despesas desta Pasta;
- Acompanhar os saldos orçamentários, bem como providenciar suplementação orçamentária quando necessário.

### **Orçamento 2019 (R\$)**

<b>MUNICIPAL</b>	<b>PRÓPRIO FUNDOS</b>	<b>ESTADUAL</b>	<b>FEDERAL</b>	<b>TOTAL</b>
R\$ 171.548.918,00	R\$ 22.581.680,00	R\$ 3.291.730,00	R\$ 13.901.917,00	R\$ 211.324.245,00

### **Desafios**

Aprimorar a organização do planejamento das peças orçamentárias em conjunto com as demais áreas da SMASDH; e

Criar o Setor de Apoio à Gestão Orçamentária para maior eficiência na organização, distribuição e realização dos trabalhos desta Coordenadoria.

## **SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO AO CONSELHO TUTELAR**

Compete ao Município, através deste Setor, disponibilizar local, recursos humanos e material necessário para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, de acordo com a Lei nº 8069/90.

Campinas possui cinco Conselhos Tutelares que abrangem todas as regiões administrativas do município (leste, sul, sudoeste, leste e norte). Quatro destes Conselhos estão localizados na Av. Francisco Glicério na região central da cidade e outro descentralizado no bairro Guanabara (Conselho Tutelar Norte).

Para garantir o funcionamento destes órgãos, a SMASDH dispõe do Setor de Apoio aos Conselhos Tutelares, que é responsável por gerir suas demandas operacionais e administrativas.

### **Principais atividades**

- Viabilizar as condições de funcionamento de cada Conselho no que diz respeito a RH, material de escritório, informática, telefonia, limpeza e logística.

- Recepcionar e encaminhar aos Conselheiros a população que diariamente procura atendimento na sede dos Conselhos Tutelares.

- Cadastrar, digitalizar e arquivar os prontuários da população atendida pelos Conselhos Tutelares.



- Encaminhar as notificações e ofícios expedidos pelos Conselhos Tutelares ao sistema de garantia de direitos e à população.

- Auxiliar na interlocução entre os Conselhos Tutelares e PMC.

- Auxiliar na interlocução entre os Conselhos Tutelares e o SGD.

- Administrar as instalações dos prédios onde estão alocados os Conselhos Tutelares

## **Desafios**

- Equacionar a disponibilidade de recursos humanos à demanda de trabalho.

- Falta de legislação específica sobre os Conselhos Tutelares.

- Equacionar a quantidade de prontuários do arquivo ao limite de armazenamento.

## **Resultados**

- Aprimoramento do atendimento à população.

- Qualificação da interlocução com os Conselhos Tutelares.

## **Metas**

- Término da digitalização dos prontuários do arquivo;

- Descentralização dos Conselhos Tutelares para suas respectivas regiões;

- Expansão do arquivo/troca de local.

## **SETOR DA CASA DOS CONSELHOS**

Compete ao Setor disponibilizar infraestrutura geral para o funcionamento dos Conselhos referentes às Políticas Públicas ligadas a esta Secretaria.

### **Principais atividades**

- Viabilizar as condições de funcionamento de cada Conselho e da Casa dos Conselhos no que diz respeito a Recursos Humanos, materiais de escritório, móveis, equipamentos de informática, telefonia, higiene e limpeza;

- Disponibilizar pessoal para a realização das demandas administrativas e demais atividades dos Conselhos no sentido de apoiar os trabalhos dos conselheiros, facilitando e fortalecendo a atuação de cada um;

e

- Organizar o espaço físico.

## **Desafios**

- Aprovação da Tabela de Temporalidade (já construída e encaminhada a Secretaria) para organização dos arquivos;
- Digitalização dos Livros Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Conselhos para arquivo e transparência na página da Secretaria;
- Reforma geral do prédio onde está alocada a Casa dos Conselhos;
- Adequar o quadro de RH, de acordo com as necessidades de cada conselho.

## **Resultados**

Todos os processos administrativos estão sendo elaborados através do sistema SEI.

# **DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (DSAN)**

## **COORDENADORIA SETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CSAN**

O Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) tem a missão de “promover o direito humano a alimentação de qualidade de forma permanente e articulada às demais políticas públicas no município de Campinas”, através do gerenciamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricionais – SAN da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH, bem como articular as ações de SAN desenvolvidas pelas demais políticas, secretarias e autarquias da Prefeitura Municipal de Campinas – PMC, através da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

No ano de 2019 o Departamento realizou a gestão dos projetos e ações abaixo:

- Projeto Vivaleite – Termo de cooperação entre o município e governo do Estado de São Paulo
- NutrirCampinas – Visa a garantia mínima de segurança alimentar e nutricional para as famílias e/ou municípios, para assegurar o direito humano à alimentação adequada;
- Ações de Alimentação e Nutrição
- Ações de Educação Alimentar e Nutricional
- Apoio a Projetos Intersetoriais, Pesquisa e Produção para Autoconsumo.

### **Ações Realizadas**

- Realização de reuniões periódicas da CAISAN Municipal, juntamente com o Gabinete da SMASDH;
- Participação nas reuniões periódicas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSAN, com servidoras como secretária-executiva, conselheira titular e conselheira suplente;
- Foram realizadas reuniões periódicas entre a equipe técnica do DSAN;
- Participação no Grupo de Trabalho de Compras da SMASDH;
- Coordenação da RedeSAN Campinas-SP, que posteriormente foi incorporada pelo COMSAN como grupo de trabalho permanente;
- Participação no Comitê da Primeira Infância e do 1º Plano Municipal da Primeira Infância;

- Participação, da nutricionista do setor, como coordenadora de curso, na Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor – EGDS; ministrando cursos para a Formação de Multiplicadores de SAN;
- Participação, dos servidores do Departamento, como instrutores de curso, na Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor – EGDS;
- Participação do 6º EJA em Debate da região Noroeste - Composição de mesa do Evento de apresentação de Ações com o Projeto Campinas Cidade Apetitosa
- Participação em eventos e cursos:
  - Oficina de formação de conselheiro em Segurança Alimentar e Nutricional;
  - Como Organizar a Sua Vida Financeira, organizado pela EGDS;
  - Fórum Permanente: Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis: são possíveis? – UNICAMP;
  - Palestrante no Seminário Municipal da Semana Mundial de Aleitamento Materno, organizado pela Sec. de Saúde/PMC;
  - Simpósio de Saúde da População Negra, organizado pela SMASDH/PMC e UNICAMP.
  - Noções Gerais de Gestão Pública e produtividade governamental
  - Inovação e Governo
  - Gestão de Convênio via-plataforma + Brasil

### **Resultados Alcançados**

- Em conjunto com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional a realização da II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
- Homenagem dos servidores no evento da Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor – EGDS, por serem instrutores de curso.

### **Desafios Encontrados**

- Diminuição da doação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- Construção do Banco de Alimentos;
- Dificuldade na interlocução com os responsáveis pelo Programa Viva Leite no Estado de São Paulo;
- Trabalhar em equipes multidisciplinares com clareza das suas funções e autonomia profissional.

- Falta de profissionais nas áreas técnicas de agricultura

### **Metas para 2020:**

- Apoiar a CAISAN e participar de comitê técnico para a elaboração do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Reformular legislação do Banco Municipal de Alimentos de Campinas;
- Ampliar a publicidade, bem como a divulgação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional executadas;
- Implantação das Hortas Urbanas – Cidade Apetitosa;
- Participação ativa no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSAN;

## **ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

O setor de alimentação e nutrição é responsável pelo gerenciamento e operacionalização das áreas de produção de alimentos dos serviços socioassistenciais da alta complexidade de responsabilidade do município e articular, gerenciar, implantar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) no município:

- Fornecer alimentação completa aos usuários dos abrigos permanentes;
- Gerenciar o contrato de fornecimentos de refeições transportadas ao Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), CENTRO POP e em situações de emergências e calamidade;
- Controlar as áreas de produção, no aspecto técnico, quanto à qualidade do atendimento (qualidade dos gêneros, condições sanitárias das cozinhas e acompanhamento da capacitação de pessoal operacional) e, no aspecto administrativo, manutenção da estrutura física e de equipamentos e utensílios das cozinhas;
- Gerenciar os processos licitatórios de alimentos, equipamentos e utensílios de cozinha;
- Avaliar as metas nutricionais dos cardápios das diversas categorias atendidas;
- Realizar diagnóstico de estado nutricional dos usuários dos abrigos permanentes e demais públicos atendidos pela rede socioassistencial;
- Participar do Comitê de Aleitamento Materno;
- Participar de Grupo intersetorial de Nutrição das secretarias da PMC;
- Participar do Grupo de Trabalho de Compras da secretaria, representando o Departamento;
- Elaborar as atividades de educação e orientação alimentar para os usuários dos serviços;
- Coordenar a rede de segurança alimentar e nutricional, através de seus parceiros, no Grupo de Trabalho de EAN do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

- Articular e realizar educação alimentar e nutricional junto ao público atendido pelos programas NutrirCampinas, Viva-Leite, rede socioassistencial e demais públicos do município;
- Supervisionar estágios extracurriculares e curriculares em nutrição.

Durante o ano de 2019 o setor de alimentação e nutrição realizou as seguintes atividades:

## AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

Para a avaliação nutricional foi realizada a avaliação antropométrica utilizando a balança (LIDER ATÉ 200 KG) e o estadiômetro portátil para mensurar o peso e a altura dos usuários, respectivamente. As crianças e adolescentes foram classificadas através dos gráficos referência WHO (2007) e CDC (2000) para IMC/IDADE, os adultos através da classificação do IMC da OMS (1997), e os idosos a classificação do LIPSCHITZ (1994), conforme a Tabela 58 e Tabela 59:

*Tabela 58 - Classificação IMC Adulto.*

CLASSIFICAÇÃO	IMC (kg/m <sup>2</sup> )	Risco de comorbidades
Baixo peso	< 18,5	Baixo
Peso normal	18,5-24,9	Médio
Sobrepeso	25,0 a 29,9	Aumentado
Obesidade Grau I	30,0 a 34,9	Moderado
Obesidade Grau II	35,0 a 39,9	Grave
Obesidade Grau III	≥ 40,0	Muito Grave

Fonte: OMS, 1998.

*Tabela 59 - Classificação IMC Idoso.*

CLASSIFICAÇÃO	IMC (kg/m <sup>2</sup> )
Baixo peso	< 22,0
Peso normal	22,0 a 27,0
Excesso de peso	>27,0

Fonte: LIPSCHITZ, 1994.

Para as crianças e adolescentes foram utilizados os pontos de corte segundo a Tabela 60e Tabela 61:

*Tabela 60 - Pontos de corte de IMC por idade para crianças.*

VALOR PERCENTIL	CLASSIFICAÇÃO
< Percentil 3	Baixo IMC para idade
≥ Percentil 3 e < Percentil 85	IMC adequado ou Eutrófico
≥ Percentil 85 e < Percentil 97	Sobrepeso
≥ Percentil 97	Obeso

Fonte: OMS (2007) e CDC (2000).

Tabela 61 - Pontos de corte de IMC por idade para adolescentes.

VALOR PERCENTIL	CLASSIFICAÇÃO
< Percentil 3	Baixo IMC para idade
≥ Percentil 3 e < Percentil 85	IMC adequado ou Eutrófico
≥ Percentil 85 e < Percentil 97	Sobrepeso
≥ Percentil 97	Obeso

Fonte: OMS (2007) e CDC (2000).

### Desafios durante a execução da atividade:

- - As avaliações nutricionais nos abrigos CMPCA, Casa da Idosa e do Idoso e Renascer foram realizadas semestralmente, e no abrigo SaraM conforme a entrada de usuários.
- - Por divergências de horários, por vezes alguns usuários não foram encontrados para avaliação, porém esse número foi reduzido. Também ocorreu de alguns usuários irem embora e outros falecerem no decorrer do ano. Além disso o local Cada da idosa e do Idoso encerrou os trabalhos em junho/2019.
- - Percebeu-se que o excesso de peso continua sendo um problema preocupante nos usuários atendidos.

### Resultados alcançados com a atividade realizada:

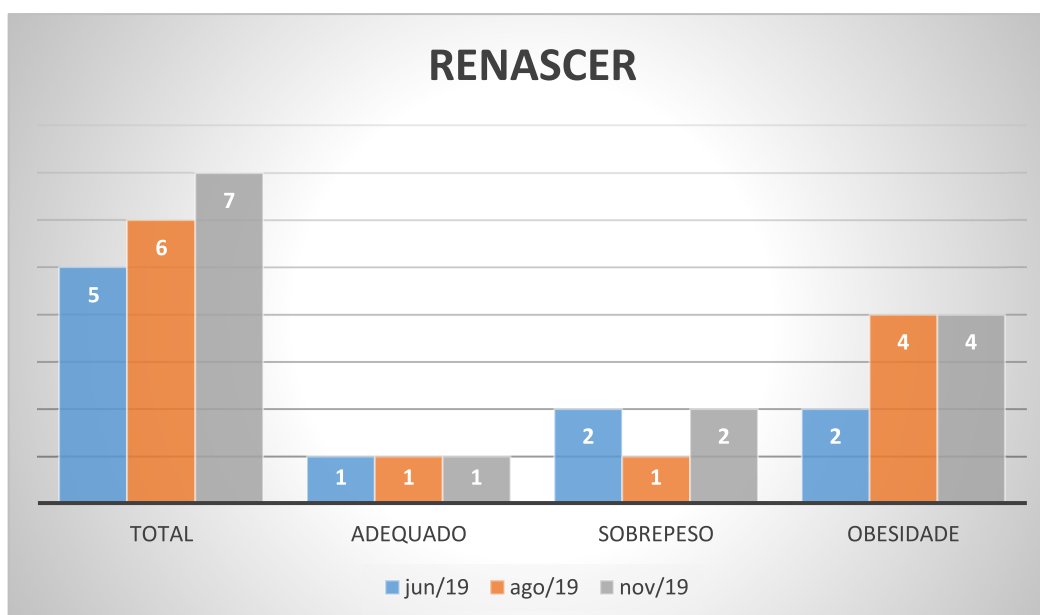


Figura 49 - Distribuição da avaliação dos usuários da residência Inclusiva Renascer segundo o estado nutricional 1º e 2º semestre Campinas 2019.

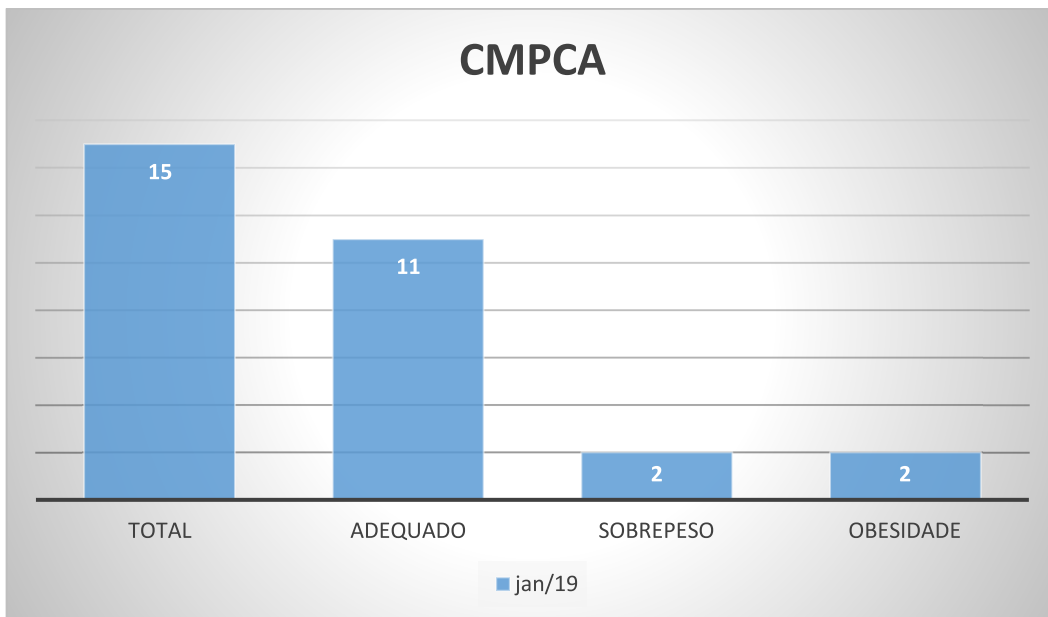


Figura 50 - Distribuição da avaliação dos usuários do Abrigo CMPCA segundo o estado nutricional 1º semestre Campinas 2019.

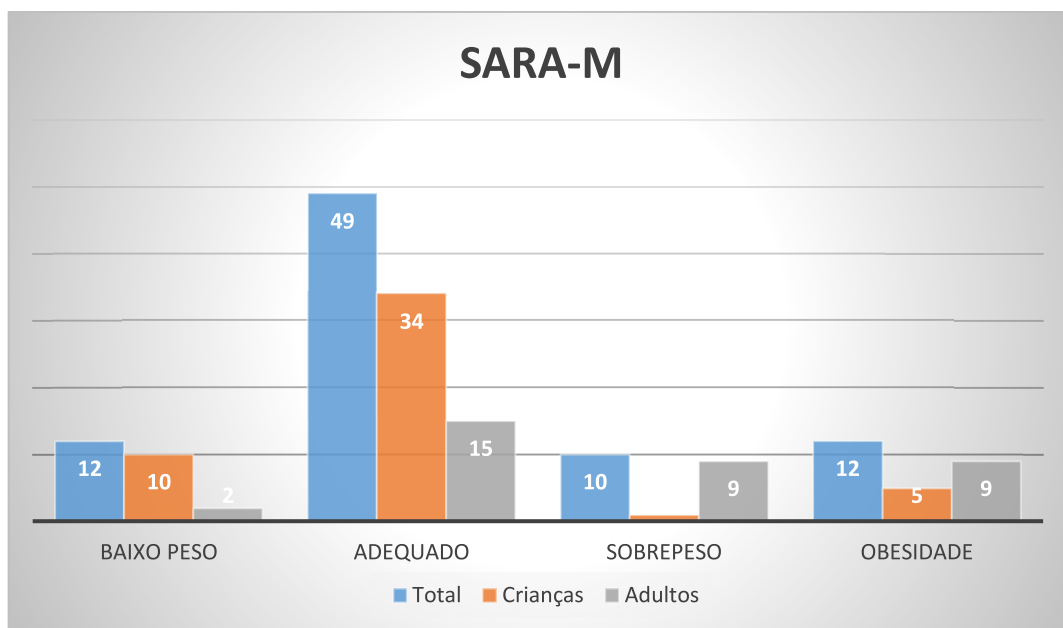
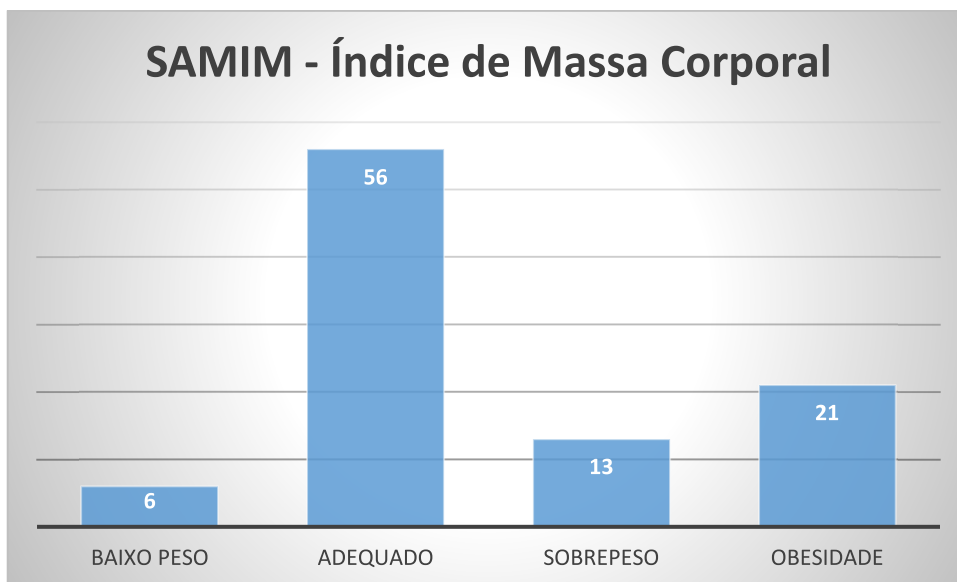


Figura 51 - Distribuição da avaliação dos usuários do Abrigo SaraM segundo o estado nutricional Campinas 2019.

## SAMIM

Em novembro de 2019, houve avaliação antropométrica no Samim de 96 adultos, calculado o IMC e os resultados da avaliação nutricional estão no gráfico a seguir:

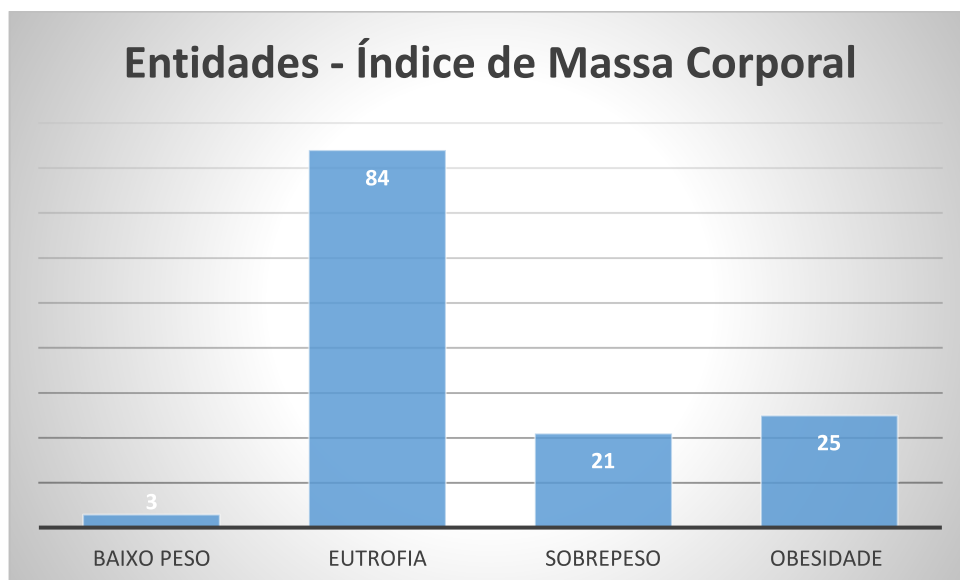




*Figura 52 - Distribuição da avaliação dos usuários do Albergue SAMIM segundo o estado nutricional Campinas 2019.*

## REDE SOCIOASSISTENCIAL

Em 2019, foi iniciado projeto em parceria com o Banco de Alimentos de avaliação de entidades co-financiadas. Inicialmente foram avaliados os locais de acolhimento de crianças e adolescentes. Foram avaliadas 133 crianças/adolescentes e os resultados da antropometria foi:



*Figura 53 - Distribuição da avaliação, segundo o estado nutricional, de crianças e adolescentes atendidas pela rede socioassistencial de Campinas 2019.*

### Planos de ação:

- Houve reunião com as cozinheiras dos locais para manter adequação dos cardápios;

- Foi reduzido o fornecimento de alimentos doces;
- Por problemas com processos de compra, durante todo o ano houve desabastecimento principalmente na variedade de hortaliças, sendo abastecido com doação do Instituto de Solidariedade ISA;
- Sensibilização no cumprimento dos cardápios de forma sistemática;
- Foi realizada compra de suplementos específicos para os usuários;
- Foram elaborados e continuados projetos de EAN no Renascer e SaraM para intensificar a orientação a alimentação saudável;
- Os usuários com doenças crônicas do abrigo Renascer foram acompanhados de perto, com tratativas com coordenação e cozinheiras para a melhora da oferta de alimentos.

### **Metas para 2020:**

- Manter projetos de EAN junto aos usuários com temas como hortas, escolhas alimentares saudáveis, cozinha criativa, acesso à cozinha, introdução alimentar, aleitamento materno.
- Solucionar entraves nos processos de compras dos alimentos, e solicitar uso em Ata das Sec. De Educação.
- Manter as ações sobre amamentação e introdução alimentar com as mães e crianças atendidas pelo abrigo Sara-M.
- Realizar ações de EAN sobre amamentação e introdução alimentar no SAMIM, conforme demanda.
- Realizar semestralmente em todos os abrigos a avaliação nutricional dos usuários.
- Criar parcerias para auxiliar na avaliação nutricional das entidades socioassistenciais co-financiadas pela Prefeitura.
- Sensibilizar os cozinheiros no cumprimento do cardápio.
- Continuar e intensificar ações de EAN.

### **CARDÁPIOS**

Cada abrigo recebeu cardápio elaborado de acordo com as necessidades nutricionais das faixas etárias, e a orientação e envio dos gêneros alimentícios respeitando a variedade de gêneros, a sazonalidade e os processos de compras de alimentos, a fim de fornecer nutrientes de acordo com as etapas da vida para o desenvolvimento e crescimento, objetivando o estado nutricional de eutrofia e combatendo os agravos nutricionais.

### **Desafios durante a execução da atividade:**

- - Seguimento do cardápio geral elaborado;
- - Problemas nos processos de compra, com desabastecimento de alguns produtos que tínhamos no planejamento dos cardápios;
- - Buscar alternativas para evitar o desabastecimento de gêneros alimentícios, como hortaliças e legumes, criando fluxos com o ISA e banco de Alimentos e utilizando Ata de registro de Preços da Secretaria de Educação;
- - Realizamos também projeto de elaboração de fichas técnicas e posterior criação de Receituário Padrão a fim de padronizar as quantidades a serem utilizadas de alimentos, para melhorar ainda mais o planejamento de compras.

### **Metas para 2020:**

- Sensibilizar coordenadores e cozinheiros quanto ao respeito do cardápio e a importância do mesmo, tanto para a nutrição dos usuários quanto para organização de utilização, compra e fornecimento dos gêneros alimentícios.
- Realizar projeto de fichas técnicas em todos os abrigos.

## **GERENCIAMENTO DE COMPRAS**

O setor protocolou 34 processos relacionados à alimentação e educação alimentar e nutricional. Além dos gêneros alimentícios normalmente solicitados, foram protocolados pedidos de equipamentos e utensílios de cozinha, fórmulas infantis, folders e banners para educação alimentar, relatórios de condições estruturais dos abrigos e solicitação de manutenção, ofícios, uniformes para oficinas culinárias e pedidos de uso de atas da Secretaria de Educação. As compras e fornecimentos de alimentos perecíveis e não perecíveis foram gerenciados durante todo o ano. Além do gerenciamento, manteve-se a atualização e inserção de dados no sistema Audep, fase IV do Tribunal de Contas.

### **Desafios durante a execução da atividade:**

- – Demora do início de fornecimento de equipamentos;
- – Licitações desertas e fracassadas de alimentos;
- – A elaboração de processos e memoriais descritivos, análise de amostras dos produtos, administração, tratativas com fornecedores, envio de ordens de fornecimento, solicitação de empenhos, recebimento de produtos e de notas fiscais e posterior inserção de dados no sistema Audep demanda tempo, dedicação e responsabilidade, e todas as etapas são realizadas pela nutricionista e estagiárias, reduzindo o tempo de atuação técnica da equipe, pois não possui servidor da área administrativa para auxílio.

## **Metas para 2020:**

- Receber servidor efetivo da área de administração para o auxílio nos processos.

## **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)**

Em 2019, foram realizadas 102 ações de EAN, somando público de aproximadamente 7 mil pessoas. As ações se dividiram em diversas metodologias e locais, sendo 25 ações nos abrigos, 03 ações realizadas em CRAS, 25 ações com os beneficiários do programa NutrirCampinas, 10 ações com os beneficiários do programa Viva-Leite, 23 oficinas culinárias para cozinheiros das entidades socioassistenciais, 2 projetos com os usuários do SAMIM, 10 encontros no curso junto com o EGDS “Curso de Capacitação para Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional”, outros 6 projetos em lugares diferentes, além da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional realizada nos dias 17 e 18 de outubro.

Nos encontros mensais para entrega de cartão NutrirCampinas a nutricionista e estagiários ministraram palestras sobre alimentação saudável com orientações sobre alimentos in natura e ultraprocessados, utilizando informações do Guia Alimentar Brasileiro e a melhor forma de comprar os alimentos e usar o cartão com sabedoria para a saúde.

Além das ações, foi realizado check-list nos abrigos para verificar o seguimento do treinamento realizado em outros momentos, sempre seguido de orientação quanto ao cumprimento do que o mesmo aborda.

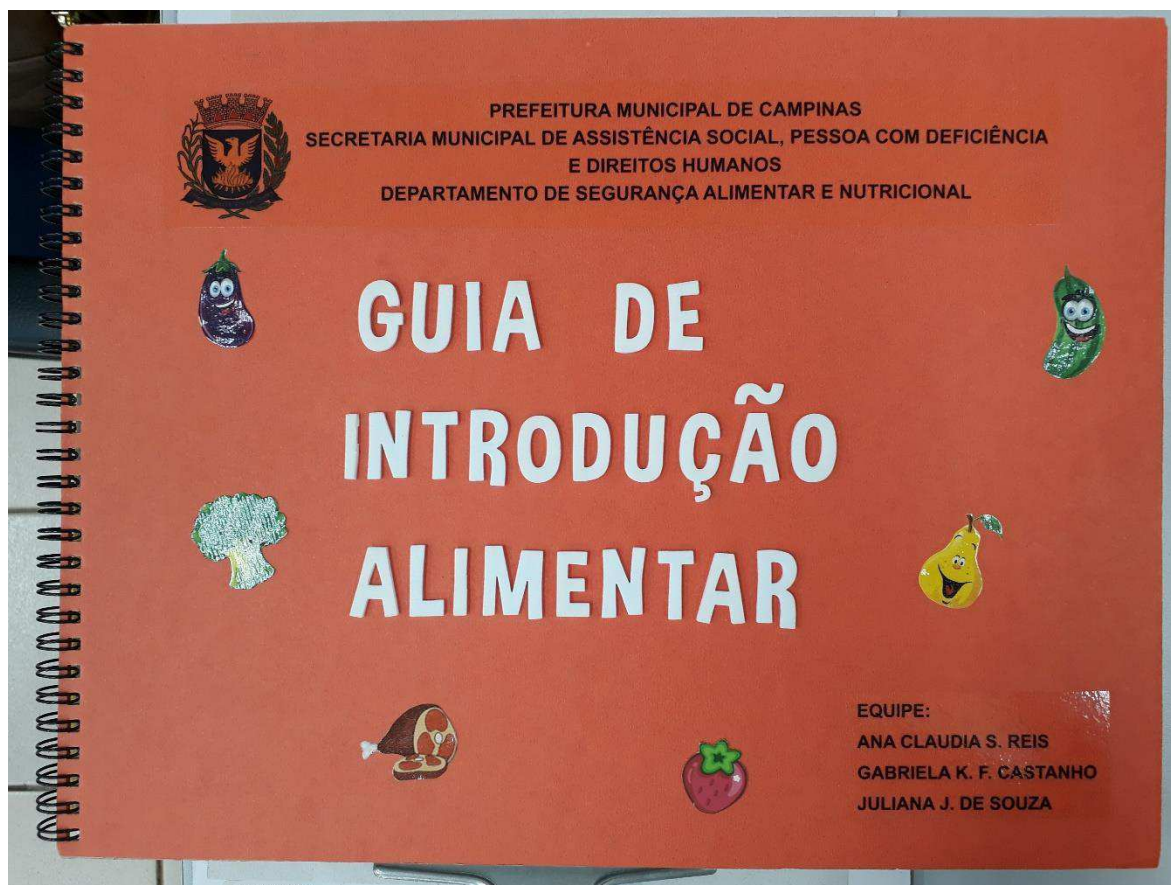
No mês de agosto foi realizada pelo DSAN a “Feira, Direitos e Segurança Alimentar e Nutricional”, na qual esse setor participou em 3 espaços: oficina culinária de Aproveitamento Integral de Alimentos; Demonstração do excesso de açúcar, sal e óleo de alimentos ultraprocessados; Aleitamento materno e Introdução Alimentar.



*Figura 54 - Ação de educação alimentar e nutricional em entrega do cartão NutrirCampinas.*

### **Projetos elaborados e continuados:**

- Aleitamento Materno e Introdução Alimentar – Casa da Mulher SaraM – 02 encontros, público: mulheres com crianças menores de 03 anos;
- Ervas aromáticas – Casa da idoso e do Idoso – 03 encontros, público: idosos acolhidos;
- Alimentação Saudável – Renascer – 14 encontros, público: pessoas acolhidas;
- Alimentação saudável e oficinas culinárias – Centro Pop II – 17 encontros, público: pessoas em situação de rua;
- Ultraprocessados e leitura de rótulos – Projeto Vivaleite no ponto do Santa Mônica – 10 encontros, público: famílias atendidas pelo Projeto;
- Alimentação saudável, Guia Alimentar Brasileiro – NutrirCampinas – 25 encontros, público: pessoas incluídas no Programa;
- Oficinas culinárias – entidades socioassistenciais – 23 encontros, público: pessoas atendidas pelas entidades;
- Treinamento de manipuladores de alimentos – 06 encontros, público: cozinheiras dos abrigos.



*Figura 55 - Material para ação de educação alimentar e nutricional sobre Introdução Alimentar Adequada.*



*Figura 56 - Ação de educação alimentar e nutricional na residência inclusiva Renascer.*





Figura 57 - Convite receber ação de educação alimentar e nutricional de oficina culinária.



Figura 58 - Ação de educação alimentar e nutricional no Centro Pop II.



*Figura 59 - Ação de educação alimentar e nutricional em entrega de leite do Projeto Viva Leite.*

#### **Desafios durante a execução da atividade:**

- – Elaborar materiais para abordagem dos temas, com pouco recurso;
- – Falta de recurso para aquisição de alimentos e outros itens para realização de oficinas culinárias;
- – Dificuldade na sensibilização quanto às planilhas de controles de higiene, temperaturas, recebimento de gêneros, respeitando normas da legislação sanitária por parte dos manipuladores.

#### **Metas para 2020:**

- Capacitar e estimular educação nutricional, diariamente, através dos educadores;
- Realizar ações de educação nutricional com os moradores e todos os profissionais envolvidos nos abrigos;
- Realizar novamente curso de capacitação para servidores da prefeitura que atuem diretamente com a população, principalmente da mesma secretaria;
- Realizar reciclagem de treinamento aos manipuladores de alimentos;
- Aumentar as ações educativas em todos os setores;
- Continuar com projeto de oficinas culinárias com o tema “Aproveitamento Integral de Alimentos” com cozinheiro, para entidades socioassistenciais co-financiadas;
- Estreitar relações, através de educação nutricional com os CRAS e entidades da rede



socioassistencial, através de parcerias como o Banco de Alimentos e Sesc;

- Elaborar mais materiais para as ações;
- Aumentar as parcerias;
- Criar junto ao grupo de nutricionistas de outras secretarias, agenda em comum de ações, curso de capacitação no Guia Alimentar Brasileiro, Semana do Aleitamento Materno, ações em escolas da rede municipal.

## **MATERIAL EDUCATIVO**

- Foi atualizado o Livro de receitas para entrega nas entidades que receberam o projeto de oficina culinária;
- Livro de Receitas com Jaca, para oficinas culinárias de verão;
- Banners em parceria com as outras secretarias sobre Alimentação Saudável, Introdução Alimentar e Aleitamento materno;
- Banner com semáforo para dinâmica de jogos de alimentos saudáveis;
- Folder de aleitamento materno e Introdução Alimentar; Cartazes sobre leitura de rótulos e malefícios dos refrigerantes;
- Livro mágico com o livro “A menina que não gostava de frutas”;
- Placa com quantidade de açúcar em bebidas industrializadas;
- Placa com a quantidade de açúcar contida em porção de bebidas açucaradas como refrigerantes e sucos.

## **“CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MULTIPLICADORES EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL”**

Em 2019 foi ofertado pela segunda vez o curso, sendo organizado todo o cronograma e palestrantes, junto com a EGDS. O mesmo teve 10 encontros com temas como segurança alimentar, higiene, alimentação saudável, alimentação infantil, hortas, métodos para educação, aproveitamento integral de alimentos, entre outros. Foi realizado no período da manhã no Sesi Campinas.



*Figura 60 - Conclusão do Curso de Capacitação para Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional.*

## **ABRIGO EMERGENCIAL**

No ano de 2019 foi realizada uma ação educativa com as crianças do CMPCA para colher ervas da horta do DSAN e realizar oficina culinária com as mesmas.

A horta foi mantida, limpa e realizados plantios diversos durante todo o ano. E essas ervas foram enviadas para os abrigos permanentes em diversos momentos. As frutas como acerola, foram colhidas e enviadas congeladas porcionadas para os abrigos permanentes.

Além disso a cozinha do local foi utilizada, ao menos 2 vezes por semana, para porcionamento de alimentos, receitas experimentais e guarda de alimentos congelados, pois possui 2 freezers de 500 L do DSAN. Esses alimentos foram destinados aos abrigos, permanentes, oficinas culinárias, Conferência Municipal ou quando não havia espaço suficiente nos refrigerados dos abrigos.

O espaço de estoque de utensílios e equipamentos de cozinha foi utilizado para guarda desses que vieram do Núcleo Formosa e Casa da idoso, que encerraram seus trabalhos em 2019, e foram destinados durante todo o ano para locais que solicitaram, como os abrigos, Cras, Creas e Departamentos.

### **Metas para 2020:**

- Realizar oficinas de beneficiamento de alimentos, em parceria com o banco de Alimentos, ofertadas às entidades da rede socioassistencial;

- Realizar oficinas culinárias uma vez ao mês com diversos públicos;
- Plantar mais mudas de ervas e continuar a manutenção da horta, para abastecer os abrigos.

## **UNIFORMES e EPIS**

A compra iniciada em 2017 de uniformes foi finalizada em meados de novembro de 2018, recebendo parte do pedido, em 2019 ainda teve entrega de camisetas a todos os cozinheiros atuantes nas cozinhas dos abrigos. Além disso, durante todo o ano foi entregue toucas descartáveis e luvas conforme demanda. Também chegaram os uniformes para as oficinas culinárias.

### **Desafios durante a execução da atividade:**

No ano de 2019 as cozinheiras do serviço público se encontravam nos abrigos SaraM e Casa da Idosa e do Idoso. Foi cobrado que as mesmas utilizassem os uniformes e EPIs, porém ainda houve resistência das mesmas, quase sempre falta alguma parte do uniforme (sapatos, calças), verificado em visitas e colocado no check-list de visita aos abrigos e livro de visita. Geralmente há presença de adornos nos braços e orelhas de algumas funcionárias. Felizmente, desde o recebimento de novos uniformes, a maioria fez uso.

A entrada de pessoas não cozinheiras e sem uniformes ocorre ainda, mas reduziu nos abrigos, sendo bastante enfatizado e lembrado com os coordenadores dos abrigos e com a empresa terceirizada de cozinheiros.

### **Metas para 2020:**

- Renovar a capacitação aos manipuladores de alimentos sobre a obrigatoriedade e importância na utilização dos uniformes e EPIS;
- Iniciar nova compra de uniformes para os cozinheiros que são servidores da prefeitura.

## **REFORMAS E MANUTENÇÃO**

Desde 2015 os abrigos Renascer, SaraM e Idoso receberam telas milimétricas nas janelas e portas com telas. Porém as mesmas não foram instaladas corretamente e ficaram faltando diversos itens da solicitação de reforma.

Em 2017 foi enviado um relatório detalhado da situação das telas milimétricas dos abrigos ao setor responsável (SEI PMC.2017.00046628-26), em 2018 a situação não se alterou, sendo conversado nos GTs de compra a necessidades das reformas, desafios da manutenção de higiene e em 2019 novamente solicitado via SEI (PMC.2019.00024241-62), mas a situação não se alterou.

Nas reuniões de GT de compras foram abordadas as questões estruturais dos abrigos, limpeza de telas existentes, reforma da casa onde funcionava o abrigo Casa da Idosa para receber os usuários do abrigo Renascer.

## **CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO**

O MANUAL DE BOAS PRÁTICAS foi atualizado novamente em 2019 e encontram-se de fácil acesso nos locais.

Os servidores públicos manipuladores de alimentos receberam treinamento em relação à CVS 5 da Anvisa em 2019 com atualização em relação ao MBP, e também foram realizadas reuniões junto com a empresa terceirizada e seus coordenadores duas vezes no ano em cada local (CMPCA e Renascer)

Nas visitas aos abrigos foram realizados 27 check-list seguidos de orientação quanto à coleta de amostras das refeições, controle de temperatura dos equipamentos e dos alimentos na distribuição (e inserido em planilha), utilização de uniformes e outros pontos de controle.

Houve envio de check-list para a empresa responsável pelos cozinheiros terceirizadas para demonstrar os problemas encontrados e solicitando soluções. A mesma retornou dizendo estar em constante atualização com os funcionários e enviou a atualização dos treinamentos.

Foi solicitado novamente via SEI a atualização de exames periódicos das cozinheiras que são servidoras, de acordo com as orientações da vigilância sanitária.

### **Desafios durante a execução da atividade:**

Novamente foi verificado que alguns locais fazem parte do que foi orientado. Todos os abrigos continuam a receber planilhas de controle de temperatura, higiene de local e equipamentos, sacos para amostras, porém principalmente nos abrigos com cozinheiros da prefeitura esse seguimento não é feito corretamente (relatório dos check-lists), não são todas as cozinheiras que recolhem amostra nos abrigos, temperaturas, que organizam e higienizam o ambiente e outros pontos do Manual de Boas Práticas.

A vinda de funcionários da empresa terceirizada melhorou esse aspecto, porém ainda houve entraves que foram sendo solucionados quando ocorridos.

Foi solicitada nova compra de hipoclorito de sódio.

### **Metas para 2020:**

- Realizar reciclagem do treinamento aos manipuladores de alimentos sobre: Boas práticas de higiene, Higiene das mãos, Coleta de amostras, Recepção de gêneros, Recomendações de temperatura, Pesagem dos alimentos, Organização almoxarifado, Etiquetagem, Congelamento e descongelamento, Preparo dos alimentos, Transporte de alimento;
- Visitar semanalmente os abrigos para orientações, educações, check-list, contagem de estoques.

## **CONTROLE DE ESTOQUE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Durante todo o ano foi realizada contagem de gêneros não perecíveis nos estoques e controle de validades dos abrigos, somando 24 contagens. Após essas, foram liberados os itens que estavam estocados no Almoxarifado Central para suprir a demanda mensal da alimentação.

Além disso, quando houve desabastecimento por parte de faltar atas e compras vigentes, a nutricionista ficou em constante contato e vigilância junto ao Banco de Alimentos, solicitando doações de alimentos para que não houvesse total desabastecimento. O banco de Alimentos realizou doação de um total de 3.153,57 Kg de alimentos aos 4 abrigos durante o ano.

Em relação aos gêneros perecíveis, o Banco de Alimentos realizou doação de 323,82 Kg de pães em períodos que se fizeram necessários. Enquanto o Instituto de Solidariedade em Alimentação (ISA), realizou doação de 19.851 Kg de hortifrutis para os 4 abrigos.

### **Almoxarifado central**

Foi elaborado uma agenda junto ao funcionário com visitas quinzenais no almoxarifado para organizar, limpeza e controle de validades dos produtos acondicionados. Foram realizadas 8 visitas ao mesmo.

### **Desafios durante a execução da atividade:**

Em relação às doações, existe uma variabilidade de tipos de alimentos e na constância dos mesmos, nem sempre atendendo às necessidades da alimentação naquele período, nesse sentido foi preciso modificar os cardápios e planejar estoque de alguns gêneros, para impossibilitar que faltassem, sendo necessária vigilância constante em relação ao uso e vencimentos.

No almoxarifado central, manter o controle de vencimentos de produtos, respeitando a orientação “Primeiro que vence, primeiro que sai”, pois alguns itens não constavam no Programa SIM de controle de estoque, mas na visita estavam no Almoxarifado. Estávamos em constante conversa com o responsável pelo local para inserção desses itens no programa.

O preenchimento correto da planilha criada para inserção dos dados de validade dos alimentos também foi constate desafio. No ano de 2018 foram feitos armários para colocar os alimentos no interior, a fim de evitar a sujeira nas embalagens, porém na entrada dos alimentos isso não foi feito constantemente, dependendo do funcionário do DSAN ir até o local quinzenalmente para além do controle de validade, fazer a organização e limpeza dos produtos dentro dos armários, inclusive realizar a higienização dos armários em si.

### **Metas para 2020:**

- Alterar o fluxo de visitas e a pessoa responsável pelo controle das validades;
- Manter constante comunicação com os responsáveis pelo local para correta inserção dos alimentos no Programa SIM e na limpeza dos armários.

### **REFEIÇÕES TRANSPORTADAS**

O setor de nutrição seguiu fazendo o controle e administração do contrato das refeições transportadas.

Mensalmente recebeu as notas fiscais, avaliou o cardápio e fez o controle do cumprimento do contrato com a empresa. Realizou avaliação das marmitas da empresa que iniciou em julho de 2018 e se manteve por todo o ano de 2019.

Em 2019 a nutricionista e estagiária realizaram 02 visitas à cozinha, fazendo relatório para solicitar melhorias e outros aspectos pertinentes à legislação.

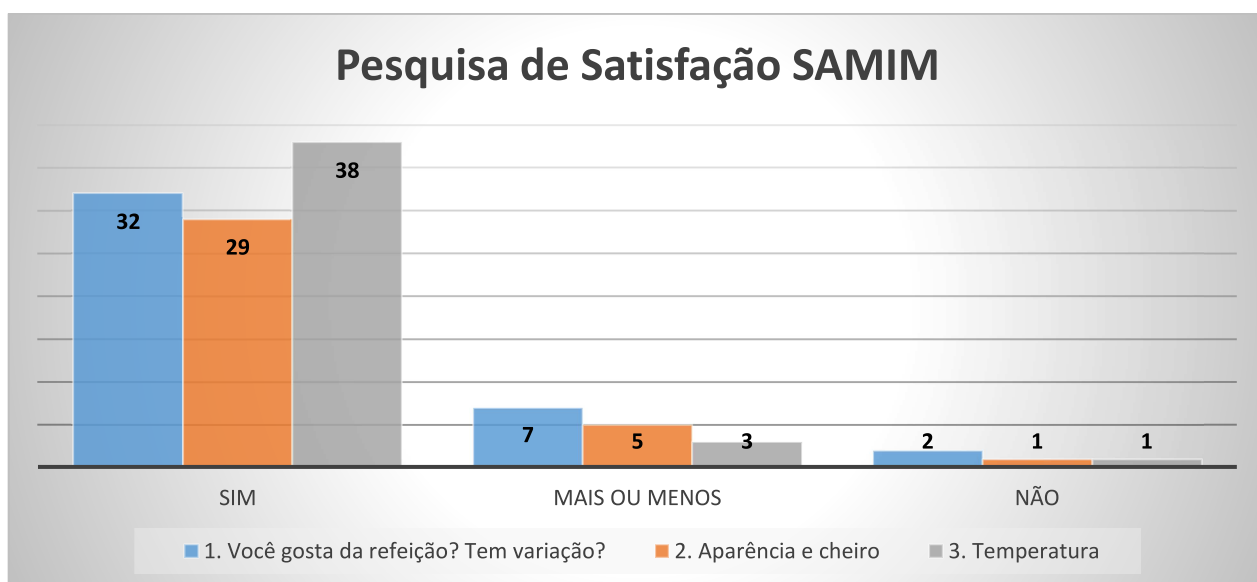
Houve 27 coletas de amostras aleatórias das marmitas oferecidas no SAMIM (Serviço de Atendimento ao Migrante, itinerante e Mendicante) e 03 no Centro Pop e enviado relatório à empresa sobre a qualidade e quantidade da mesma.

O Samim enviou mensalmente o controle de entrega dos congelados e papinhas e da qualidade sensorial das refeições, que foi positiva em geral.

Em janeiro de 2019 houve uma pesquisa de satisfação com os usuários do Samim, conforme quadro abaixo:

*Tabela 62 - Participação em pesquisa de satisfação quanto às refeições transportadas enviadas ao Albergue SAMIM Campinas 2019.*

	07/01/2019	09/01/2019	14/01/2019
Total de refeições fornecidas:	52	54	54
Quantidade de participantes da pesquisa:	41	35	42
Porcentagem:	78%	65%	78%



*Figura 61 - Avaliação de satisfação quanto às refeições transportadas enviadas ao Albergue SAMIM Campinas 2019.*

Nos dias 16 e 19 de julho de 2019, foram feitos no abrigo Samim uma avaliação das marmitas ofertadas, avaliação do fornecedor da marmita e uma pesquisa de satisfação com os usuários do serviço. No dia 16 aproximadamente 70 pessoas consumiram a marmita. Disso, apenas 57 responderam à pesquisa de satisfação. Com a pergunta “Você gostou da refeição?”, 33 pessoas responderam que sim, 15 responderam que gostaram parcialmente e 9 responderam que não gostaram. No dia 19 de julho aproximadamente 70 pessoas consumiram a marmita e apenas 53 responderam a avaliação com a pergunta “cheiro e aparência”, com contagem final de: 29 pessoas que gostaram, 15 pessoas que gostaram parcialmente e 9 que não gostaram.

Nos dias 01, 08 e 12 de novembro de 2019, foi realizado projeto de aceitabilidade das preparações ofertadas nas marmitas no Samim para alterações de cardápio e também avaliação antropométrica dos usuários, além de coletadas amostras para análise sensorial e quantitativa.

Mensalmente a nutricionista e estagiárias avaliaram os cardápios enviados pela nutricionista da empresa, realizando adequações conforme contrato e pesquisa de preferências.

## **SAMIM E CENTRO POP**

Esse departamento solicitou que fossem feitas dedetização e desratização nos serviços, semestralmente.

Também foi solicitado que os locais marcassem limpeza de caixa d’água.

Itens para lanches extraordinários, como aqueles para os usuários que vão viajar, foram liberados pelo DSAN, além de equipamentos e utensílios necessários, quando solicitados.

No ano de 2019 houve projeto de educação alimentar e nutricional nos dois locais com encontros com os usuários.

Em novembro de 2018 foi proposto ao Centro Pop o início de um projeto de oficina de EAN com os atendidos. Inicialmente foi acertado que seria às sexta-feira de manhã. O mesmo projeto ocorreu em 2019, sendo realizados 17 encontros, que tiveram roda de conversa, oficinas e degustação com média de 10 participantes.

### **Metas para 2020:**

1. Realizar avaliação sensorial e quantitativa das marmitas no Samim e lanches no Centro Pop;
2. Visitar a cozinha da empresa terceirizada;
3. Avaliar as preferências alimentares do Samim e Centro Pop;
4. Realizar avaliação nutricional dos atendidos;
5. Realizar pesquisa de satisfação das refeições servidas;
6. Voltar projeto de EAN no Centro Pop;
7. Realizar ações de EAN com populações específicas no Samim, exemplo gestantes e mães de crianças menores de 3 anos.

## ENTIDADES CO-FINANCIADAS

Como descrito acima, foi iniciado projeto junto ao banco de Alimentos nas entidades co-financiadas. Inicialmente foi realizada uma reunião com a Coordenadoria de Contratos (CSAC) e elaborado um questionário para que disponibilizassem no sistema CIPS e as entidades pudessem responder. O objetivo do projeto é conhecer a realidade da parte alimentar das entidades e realizar avaliação nutricional dos atendidos. De todas as entidades co-financiadas, 74 responderam ao questionário e os resultados foram:

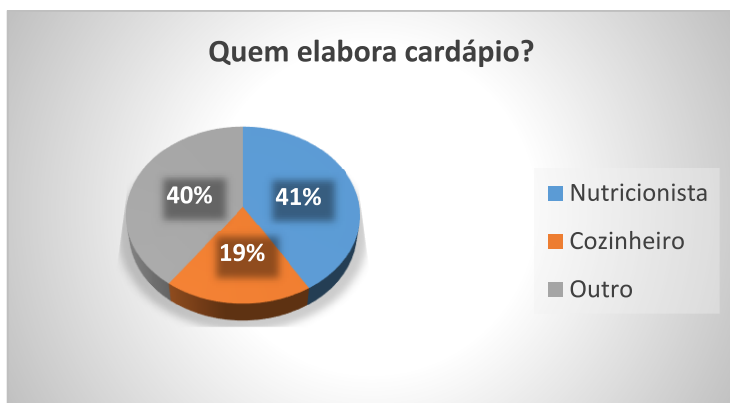


Figura 62 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019.

Tabela 63 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019.

Vocês possuem horta própria?	
Não	58
Sim	16

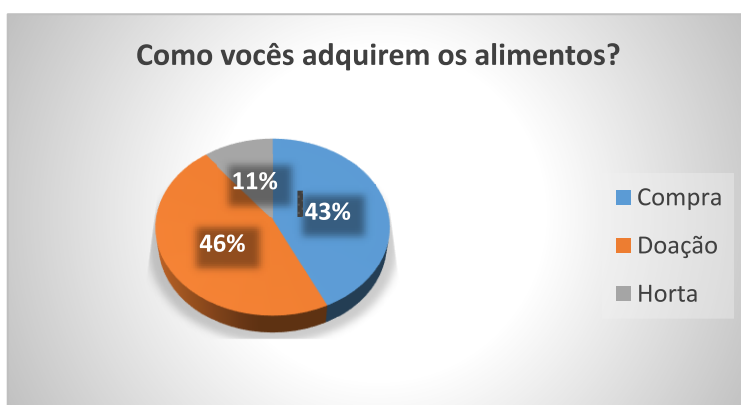


Figura 63 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019.



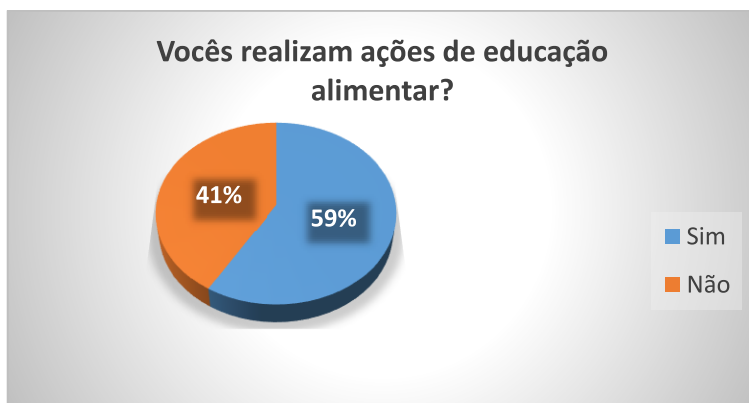


Figura 64 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019.

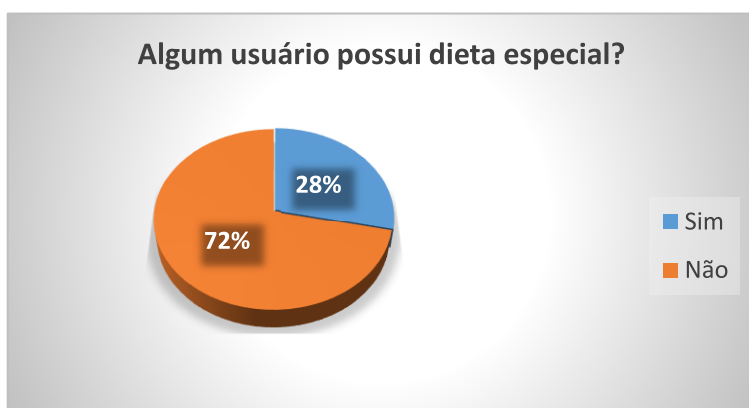


Figura 65 - Resposta do questionário enviado à rede socioassistencial de Campinas 2019.

### **Metas para 2020:**

- Manter a parceria com o Banco de Alimentos em novas avaliações e projetos de EAN, firmando novas parcerias;
- Realizar avaliação antropométrica e nutricional em mais entidades;
- Viabilizar projetos nos locais que tenham se disponibilizado para a avaliação.

### **ORGANIZAÇÃO DA II CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A equipe de nutrição fez parte da organização da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional.

Além dos trabalhos em equipe descritos acima, a nutricionista responsável pelo setor realizou outras participações:

- Fez parte do Grupo de Trabalho de Compras da SMASDH;
- Coordenou a RedeSAN Campinas-SP, sendo nomeada posteriormente como Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN);
- Participou do Grupo de Nutrição Intersetorial;
- Participou como conselheira suplente do COMSAN;

- Foi homenageada no evento da Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor (EGDS), por ser instrutor de curso.

### **Participação em eventos e cursos:**

- Oficina de formação de conselheiro em Segurança Alimentar e Nutricional, carga horária: 2h.
- Como Organizar a Sua Vida Financeira, carga horária: 2h, organizado pela EGDS.
- Fórum Permanente: Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis: são possíveis?, carga horária: 8h, organizado pela UNICAMP.
- Seminário Municipal da Semana Mundial de Aleitamento Materno, organizado pela Sec. de Saúde/PMC.
- Simpósio de Saúde da População Negra, organizado pela SMASDH/PMC e UNICAMP.

### **Organizou os eventos e cursos:**

- Curso de Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional, carga horária de 30h, junto à EGDS.
- II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, carga horária de 12h, junto ao COMSAN.

## **2. PROJETO VIVA-LEITE**

O Projeto Estadual do Leite – VIVA-LEITE, foi instituído pelo Decreto nº 44.569, de 22 de dezembro de 1999, com o objetivo principal de oferecer um complemento alimentar e seguro e de alto valor nutritivo às crianças de 06 meses a 05 anos e 11 meses de idade, pertencentes à famílias com renda mensal per capita de até ¼ do salário mínimo cadastradas no Cadastro Único Federal do Estado de São Paulo.

A distribuição é feita de forma gratuita, em embalagem plástica de 01 (um) litro padronizada com os logotipos do Governo do Estado de São Paulo e do Projeto Viva-Leite, e consiste em leite fluído, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3%, enriquecido com ferro (aminoácido quelato) e Vitaminas A e D. É uma importante fonte de cálcio e proteínas, é enriquecido para melhorar as condições de saúde das crianças atendidas pelo Projeto, auxiliando na prevenção da anemia ferropriva e das hipovitaminoses A e D. Cada família cadastrada no projeto, recebe 15 (quinze) litros de leite por mês.

A Prefeitura de Campinas, através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional mediante um convênio celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), realiza a gestão do Projeto do Leite no município de Campinas.

De acordo com a lei, as obrigações em comuns à SEDS e aos Municípios:

- Colaborar, acompanhar, supervisionar, prestar contas quadrimestralmente, avaliar e divulgar a

implantação e o desenvolvimento das ações decorrentes do convênio assinado;

- Participar da Comissão Municipal responsável pela execução do Convênio;

Obrigações da Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Licitar a empresa beneficiadora que enriquece o leite com Vitamina A D e Ferro para o fornecimento do leite;
- A entrega do leite nos pontos de distribuição, determinados pelo município, respeitando a quantidade de litros destinados ao total de beneficiários atendidos em cada ponto (de acordo com as crianças cadastradas no sistema de informática do Projeto – Sistema PAN);
- Realizar o controle de qualidade do leite (supervisão e fiscalização);
- Proceder a avaliação periódica do convênio nos municípios.

Obrigações do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – DSAN:

- A partir do estabelecimento do convênio, cadastrar as crianças dentro dos critérios do programa (06 meses – 05 anos e 11 meses; RPCF < ¼ SM) no Sistema PAN, encaminhado pelos pontos de distribuição;
- Fazer parceria e capacitar os responsáveis pelos pontos de distribuição do leite;
- Alimentar o Sistema PAN com informações do estado nutricional e relatórios de compilação da distribuição do leite;
- Realizar a prestação de contas quadrimestralmente sob a olhar da Comissão gestora;
- Disponibilizar para os pontos de distribuição planilhas diárias e mensais para o controle de entrega do leite de acordo com as crianças cadastradas e ativas no programa;
- Encaminhar quando enviado pelo PONTO DE DISTRIBUIÇÃO para a SEDS a LISTA DE ESPERA das famílias que estão dentro dos critérios, indicadas pelos pontos de distribuição.

Obrigações dos Pontos de Distribuição:

- Distribuir duas vezes por semana o leite às mães das crianças cadastradas;
- Sistematizar os dados da quantidade distribuída;
- Encaminhar às mães ao Centro de Saúde para a coleta de peso e altura;
- Encaminhar o peso e altura para o DSAN;
- Encaminhar, para o DSAN, a planilha de reserva de vagas das famílias com critérios que procuram pelo benefício no ponto de distribuição.

#### Ações Realizadas:

- Gestão administrativa do Projeto Viva-Leite, conforme as obrigações estabelecidas no convênio;
- A equipe administrativa do projeto Viva-Leite realiza a entrega do leite quatro vezes por semana: segundas e quartas-feiras, para as famílias do bairro Vida Nova, e nas terças e sextas-feiras para as famílias do Bairro Santa Mônica;
- Foram realizadas 21 visitas nos Pontos de Distribuição;
- Reunião com a Comissão Gestora do leite, sobre a situação dos novos critérios e assinatura do quadrimestre, referente a janeiro, fevereiro, março e abril. Nessa reunião os representantes da Comissão enviaram uma ressalva pedindo um documento com a regulamentação, das mudanças nos critérios do Viva-Leite a fim de adequar, padronizar e qualificar ao acompanhamento das crianças e suas famílias;
- Reunião no Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, onde foram apresentados todo o trabalho realizado em 2019;
- Viva-Leite passou por uma auditoria de julho a novembro.

#### Resultados Alcançados:

- Inclusão de todas as famílias do Projeto Viva-leite no Sistema Integrado de Governança Município;
- Foi adicionado mais um funcionário para o VIVA-LEITE;
- Reunião com a SEDS, agilizando a entrada dos beneficiários.

*Tabela 64 - Quantidade de Litros de Leite entregues às crianças Projeto Viva-Leite por mês.*

MÊS	LITRAGEM MENSAL
Janeiro	41906
Fevereiro	45900
Março	43140
Abril	40575
Mai	39225
Junho	38160
Julho	36449
Agosto	37065
Setembro	37380
Outubro	37635
Novembro	37460
Dezembro	39654

*Tabela 65 - Valores da Litragem do Leite do Projeto Viva-Leite Investido pelo Governo do Estado no município de Campinas.*

MÊS	VALORES
Janeiro	R\$-86.745,42
Fevereiro	R\$-95.013,00
Março	R\$-89.299,80
Abril	R\$-83.990,25
Mai	R\$-81.195,75
Junho	R\$-78.991,20

Julho	R\$-75.449,43
Agosto	R\$-76.724,55
Setembro	R\$-93.450,00
Outubro	R\$-94.087,50
Novembro	R\$-93.650,00
Dezembro	R\$-99.135,00
<b>TOTAL</b>	<b>-R\$ 1.047.731,90</b>

**OBSERVAÇÃO:** Preço unitário do leite até agosto - **R\$ 2,07**

Preço unitário do leite a partir de setembro - **R\$ 2,50**

Tabela 66 - Quantidade de Crianças Beneficiadas pelo Projeto Viva-Leite por mês.

MÊS	QUANTIDADE DE CRIANÇAS ATENDIDAS
Janeiro	2794
Fevereiro	3060
Março	2876
Abril	2705
Maio	2615
Junho	2544
Julho	2430
Agosto	2471
Setembro	2492
Outubro	2509
Novembro	2498
Dezembro	2644

Desafios Encontrados:

- Falta de regulamentação dos novos critérios apresentados pela SEDS no ano de 2017;
- A diminuição da inclusão de 02 crianças para 01 por família beneficiária do Projeto Viva Leite.

Metas para 2020:

- Ampliar equipe;
- Abrir os novos pontos de distribuição;
- Ampliar a parceria com as NAVES Mães da entidade Chance;
- Melhorar o entendimento e definir os critérios de entrada das famílias no Projeto Viva-Leite, através de um documento oficial emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Social;
- Realizar oficinas de treinamentos, em relação às atividades administrativas e operacionais da entrega

do leite, juntamente com as unidades de saúde dos territórios onde existe a distribuição do leite;

- Ampliar a avaliação nutricional dos beneficiários do Projeto;
- Realizar visitas de monitoramento dos pontos de distribuição.

## **APOIO AOS PROJETOS INTERSETORIAS E FOMENTO A PRODUÇÃO PARA AUTO CONSUMO**

A área é responsável pela formulação e implantação de projetos intersetoriais, apoio a implantação de hortas para o auto consumo e geração de renda, pesquisa e avaliação de Políticas Públicas na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

### CAMPINAS CIDADE APETITOSA - Hortas Comunitárias

- Implantação de Hortas Comunitárias nos equipamentos públicos e projeto piloto de horta comunitária no Jardim Florence;
- No ano de 2019 avançamos na formalização de parcerias fundamentais para a execução do projeto. Especial enfoque a presença do engenheiro agrônomo, o curso de segurança alimentar e hortas aplicado junto ao IFSP Campo Grande, e a parceria com a Fundação Cargill na implantação de hortas institucionais;
- Realização junto ao IFSP do curso Segurança Alimentar e Tecnologias Sustentáveis para Agricultura Familiar Agroecológica oferta de duas disciplinas no curso: Segurança Alimentar e Nutricional e política de Agricultura Urbana e Alimentação; e

### Criação do GT-hortas comunitárias

O GT foi organizando para apoiar a implantação das hortas na região do Campo Grande composto pela equipe da CATI, Rede Socioassistencial, Lideranças Comunitárias da Região, integrantes do curso do IFSP

### Estruturação Física Horta Florence

Cercamento, ligação da água, colocação do portão, limpeza do terreno, retirada de entulhos, plantio e capinação com o apoio do Mão Amiga e comunidade; em área própria disponibilizada no ano de 2018 no Jardim Florence para a implantação de um projeto de Horta Comunitária.

### Hortas Institucionais

Apoio a implantação horta CRAS Anhumas em parceria com a Fundação CARGILL

Apoio a elaboração do projeto para captação de recurso de horta na OSC Casa de Santana



## Cursos e Sensibilização sobre as Hortas

- MAPEAMENTO DE LOCAIS DE ABASTECIMENTO
- PORQUE UMA HORTA?
- Campinas, Cidade Apetitosa. Políticas Públicas em Segurança Alimentar – IFSP
- Segurança Alimentar e Culinária Sustentável – IFSP



*Figura 66 - Oficina “Por que uma horta?”.*





*Figura 67 - Plantio Horta CRAS Anhumas.*

METAS 2020:

- Estruturação do coletivo gestor da Horta Comunitária do Jardim Florence;
- Implantação de 12 hortas nas instituições que operam o Viva Leite em parceria com a Fundação Cargill;
- Implantação de cursos de formação na horta comunitária do Jardim Florence.

AÇÕES INTERSETORIAIS

Incidência da área de Segurança Alimentar e Nutricional em diferentes políticas públicas setoriais:

### **Plano da Primeira Infância Campineira**

Construções de estratégias de divulgação e monitoramento das propostas levantadas pelo Plano da Primeira Infância juntos a rede de Segurança Alimentar e Nutricional;

Feira Direitos e Segurança Alimentar e Nutricional

O Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional realizará neste ano a segunda edição do evento *Feira, Direitos e Segurança Alimentar e Nutricional* no momento de entrega do benefício Nutrir Campinas.

Este projeto foi premiado pelo governo do estado de São Paulo em terceiro lugar na categoria melhor programa ou projeto de política pública desenvolvido por órgãos públicos com o prêmio *Josué de Castro - 2018*; que tem por objetivo identificar, certificar, premiar e difundir iniciativas voltadas à formulação de soluções concretas para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Este ano o evento focará na temática *Campinas Cidade Apetitosa* com os objetivos de discutir e difundir sistemas alimentares que sejam inclusivos, resilientes, seguros e marcados pela diversidade, buscando alimentação economicamente acessível e saudável a todas as pessoas, numa abordagem assente nos direitos humanos, que minimize o desperdício e conserve a biodiversidade.

No qual foi levado oficinas relacionadas ao plantio, consumo alimentar consciente, aproveitamento integral de alimentos e compostagem.

O objetivo desta ação foi buscar a intersetorialidade, unindo a entrega do benefício alimentar Nutrir Campinas – evento totalmente administrativo - a uma estrutura de serviços, programas e projetos do município. Dando prioridade aos que estão ligados a área de segurança alimentar, direitos humanos e serviços de promoção da cidadania, apresentações artísticas, e cultura. Com foco especial ao público de alta vulnerabilidade do município.

Tal ação é possível graças à parceria estabelecida entre as secretarias, e autarquias afetas a área, além de equipamentos de segurança alimentar do município:

- Agro DKV
- AMATER cooperativa
- Assentamento Elizabeth Teixeira
- Banco de Alimentos Campinas
- Ceasa Campinas
- Nutrição - Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH
- Viva-Leite - Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional-SMASDH
- EMBRAPA
- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/Unicamp)
- CADÚnico
- Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação ISA
- Sanasa – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento
- Secretaria de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos.

- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Educação – FUMEC e CEPROCAMP
- Secretaria de Trabalho e Renda
- Secretaria Saúde



*Figura 68 - Oficina de Aleitamento Materno.*



*Figura 69 - Distribuição de Frutas ISA Permissionários.*





*Figura 70 - Oficina de Plantas Alimentícias Não convencionais (panc's) - Amater Cooperativa.*



*Figura 71 - Palestra de orientações quanto ao uso do cartão NutrirCampinas.*



*Figura 72 - Venda de Produtos agroecológicos do Assentamento Elizabeth Teixeira.*



*Figura 73 - Oficina de Aproveitamento Integral de Alimentos - Nutrição-DSAN.*



*Figura 74 - Oficina de Compostagem – AgroDKV.*

## **EJA EM DEBATE**

Participação dos encontros de organização do EJA em debate realizado pela Secretaria e Educação da região Noroeste com a composição e sugestão de formalização da feira de economia solidária realizada no evento.

Composição de mesa do Evento de apresentação de Ações com o Projeto Campinas Cidade Apetitosa.

### **APOIO AO DEBATE INTERSETORIAL SOBRE FOME NA REGIÃO NOROESTE**

Encaminhamento de propostas para a CAISAN – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, e construção de debates com representantes de outras áreas referentes a essa organização das demandas levantadas.

#### **METAS 2020:**

Realizar seminários e capacitações sobre o debate intersectorial na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

## **PESQUISA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Foram realizados dois instrumentais de pesquisa no ano de 2019: o Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional e Grupo de Monitoramento Nutrir que serão descritos abaixo:

O DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL foi construído de forma intersectorial, iniciado pela CAISAN e composto também pelo COMSAN uma equipe técnica de profissionais vinculados as secretarias compuseram a elaboração e levantamento de dados

Foram discutidos os indicadores possíveis de serem levantados nas secretarias competentes, em seguida os dados solicitados foram levantados pelos representantes indicados.

Tal ação levantou uma articulação com a Planejamento e Desenvolvimento Urbano para uso do banco de dados e georreferenciamento das ações e equipamentos de segurança Alimentar e Nutricional, que está em processo de elaboração.

Dimensões identificadas pelo grupo de diagnóstico como importantes de serem abordadas:

1. RENDA
2. ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO
3. PROGRAMA ALIMENTAR EM CARÁTER SUPLEMENTAR OU EMERGENCIAL
4. PRODUÇÃO RURAL OU URBANA DE ALIMENTOS E MEIO AMBIENTE
5. EDUCAÇÃO
6. ASSISTÊNCIA SOCIAL
7. SAÚDE
8. CONSUMO

### **Indicadores apontados como necessários para a abordagem da dimensão**

RENDA

ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

- Equipamentos de autoconsumo mercados públicos, populares, feiras livres, feiras orgânicas, feiras do produtor, Ceasa na região?
- Mercados Públicos ou populares
- Feiras livres
- Feiras do produtor
- Feiras orgânicas
- O município subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares?
- Número de agricultores familiares beneficiados pelos Programas de Aquisição de Alimentos



## PROGRAMA ALIMENTAR EM CARÁTER SUPLEMENTAR OU EMERGENCIAL

- Programa e projetos de distribuição de cesta básica
- Alimentação Escolar
- Programa de Aquisição de Alimentos

## PRODUÇÃO RURAL OU URBANA DE ALIMENTOS E MEIO AMBIENTE

- Produção de subsistência para autoconsumo (hortas) em especial em comunidades rurais e domicílios urbanos em áreas vulneráveis (para análise entre a população sem acesso ao salário mínimo) - Censo Agropecuário e Censo Demográfico/IBGE
- Produção e venda de alimentos pelos agricultores familiares (Censo Agropecuário/IBGE; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN-MDS; CONAB/MAPA; Programa de Aquisição de Alimentos-PAA entre outros)
- Dificuldades técnicas para a produção urbana e rural
- Atendimento de fossas sépticas rurais e saneamento rural pelo programa municipal de saneamento sustentável
- Mapeamento das hortas comunitárias
- Produção rural do município
- Produto
- Área
- Produção vegetal e animal
- Informações do Produtor
- Destino da produção
- Tempo de atividade
- Número de DAPs
- Mapa do município de Campinas ilustrando a localização das áreas de produção
- Existe na secretaria orçamento para ações ou programas de segurança alimentar e nutricional? Especificar nome do programa e recursos destinados.

## EDUCAÇÃO

### ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Programas, Benefícios e Serviços da Assistência
- Nutrir Emergencial
- BPC

- Jovem Aprendiz
- Outros identificados
- Abrigos Municipais
- Quantidade
- Capacidade
- Número de pessoas atendidas

## SAÚDE

- Imunização
- Índice de Mortalidade infantil (%)
- Faixa etária
- 1 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- 10 a 14 anos
- 15 a 19 anos
- Nascidos Vivos
- Contaminação Alimentar
- Número de estabelecimentos com alvará
- Tipo de estabelecimento
- tipo 1
- tipo 2
- tipo 3
- SISVAN
- Deficiências Nutricionais
- Sobrepeso e Obesidade
- Morbidade
- Mortalidade precoce doenças relacionadas às DCNT abaixo dos 70 anos
- Amamentação - tempo médio (meses)
- Acompanhamento de Gestantes
- Índice de gravidez na adolescência

- Número de pré-natais de alto risco (Unicamp, PUC e Policlínica I)
- Existe na secretaria orçamento para ações ou programas de segurança alimentar e nutricional? Especificar nome do programa e recursos destinados.

#### CONSUMO

- EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE

A previsão de publicação do relatório é para o segundo semestre de 2020.

### **GRUPO DE MONITORAMENTO NUTRIRCAMPINAS**

O projeto teve como objetivo o acesso às famílias beneficiadas pelo programa, com a finalidade trabalhar um diagnóstico, tanto de satisfação em relação ao programa, como um parâmetro socioeconômico e de consumo.

- Para, além disto, inicialmente, vislumbramos uma oportunidade única de trabalhar a Educação Alimentar e Nutricional com as famílias beneficiadas, e de forma indireta, ter uma visão mais clara de como as oficinas aplicadas podem influenciar na vida dessas pessoas, através do diagnóstico proposto.

Mesclando a educação alimentar e nutricional a diagnóstico participativo temos o objetivo de empoderar pessoas, buscar o conhecimento sobre sua própria alimentação e ter domínio sobre ela. E com isso acessar possibilidades de qualificação da política pública com o devido senso crítico da população.

- OS ENCONTROS
- Em primeiro plano, o projeto visava alcançar um total de 100 famílias para participar dos encontros, sendo eles divididos em 4 grupos de 25, para uma melhor organização e diálogo com mais qualidade. Estes grupos iam frequentar os encontros ao longo de 2019 aos quais haveria a aplicação de questionários e oficinas. Além de que, destes 4 grupos, um seria isolado, ou seja, não receberá as oficinas, só participando dos questionários para posterior comparação entre os participantes.

Para todos os encontros foram ofertados café e vale transporte para os usuários que solicitaram.

- No primeiro e último encontro foram aplicados os instrumentais que possibilitaram comparação. As oficinas serão trimestrais, sendo assim, cada mês dedicado uma oficina específica.
- Primeiro Encontro.
- Dentro destas famílias convidadas, apenas 28 pessoas estiveram presentes ao longo da semana, 6 usuários compareceram ao dia 05/02, denominado grupo A, 3 usuários compareceram ao dia 06/02, denominado grupo B, 12 usuários compareceram ao dia 07/02, denominado grupo C, e por fim, 7 pessoas compareceram ao dia 08/02, finalizando a semana.

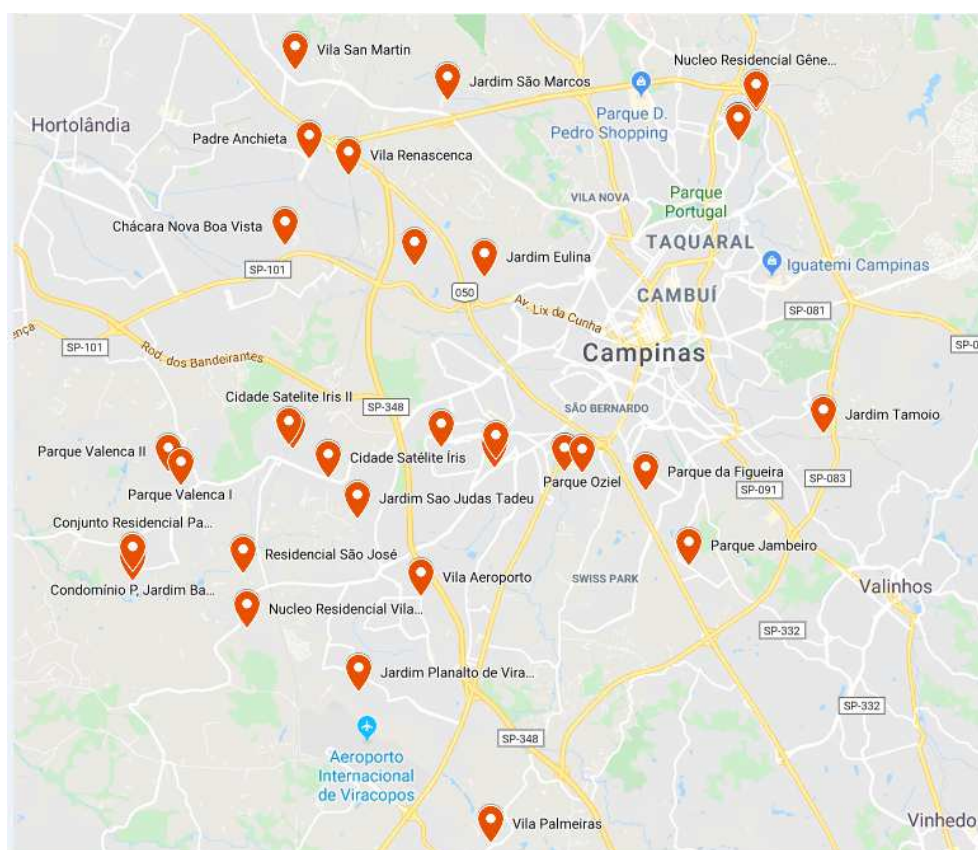
Visto a quantidade pequena de usuários no dia 06/12, foi necessário entrar em contato via telefone com os usuários dos dias subsequentes para alertar sobre o compromisso.

- Ao longo desses dias, foram aplicados três tipos de questionários, sendo eles denominados: “Condições de vida”, “Consumo Alimentar” e “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)”, onde os mesmos responderam os dois por sua conta, e um através de uma entrevista. Finalizando esta primeira parte, foi entregue outro panfleto informando a data da primeira oficina, mantendo a divisão em 4 dias. Que, por fim, foi identificado de que, as datas marcadas para a oficina, seriam em uma data onde se encontrava o feriado o Carnaval, nos obrigando a remarcar e entrar em contato com os usuários, selecionando apenas duas datas, pela quantidade reduzida de pessoas (12/03 e 13/03).
- Além disto, encaramos de que, pela pequena quantidade de usuários que se estiveram presentes nesta, marcaríamos mais um dia para aplicar estes questionários, assim entraríamos em contato pelo telefone com os que não foram avisando que dia 27/02, eles poderiam comparecer, onde houve um pequeno resultado, comparecendo 13 pessoas, participando no total 43 pessoas nesta primeira fase.
- Segundo Encontro.
- Como previa o projeto, a primeira oficina denominada “Educação Financeira Familiar” seria aplicada nos dias 05, 06 e 07 de Março, porém, na construção do calendário, se passou despercebido o fato de que, as seguintes datas se tratam do Carnaval, um feriado nacional, onde a maioria dos setores da sociedade civil e serviço público, não funcionam. Assim, foi decidido que as oficinas seriam remanejadas para o dia 12 e 13 de março, sendo remarcada via telefone. Dentro destas famílias remarcadas, apenas 12 pessoas estiveram presentes ao longo da semana, 9 usuários compareceram ao dia 12/03, denominado grupo A, 3 usuários compareceram ao dia 13/03, denominado grupo B.
- Ao longo desta, o estagiário de administração Gerson Vinicius Silveira, foi gentilmente convidado a falar um pouco sobre o tema com as famílias, de forma didática e simplificada, ele discorreu sobre as finanças e estratégias de se economizar e organizar a vida financeira deu dicas de como negociar suas dívidas e assim, lidar melhor seu dinheiro. A oficina teve uma aceitação boa do público, participaram de forma integral das dinâmicas propostas, apesar do público reduzido do segundo dia, a ação teve um saldo positivo.
- Assim, logo ao final das oficinas, foram distribuídos aos usuários dois questionários: “Consumo Alimentar” foi reaplicado no mesmo formato, e foi introduzido o “Avaliação do Nutrir”, como modelo novo. Finalizando a oficina, foi distribuído o panfleto para retorno, sendo reduzido unicamente para o dia 05 de junho.
- Terceiro Encontro.
- Seguindo o calendário, a segunda oficina denominada “Educação Alimentar e Nutricional” foi aplicada no dia 5 de junho, como previamente marcado junto aos usuários. Dentro destas famílias, apenas 10 pessoas estiveram presentes.
- A oficina foi ministrada pela nutricionista Gabriela K. F. Castanho, com apoio da estagiária Bruna Garcia, aonde ela falou um pouco sobre o tema com as famílias, de forma didática e simplificada, elas discorreram sobre a construção de uma alimentação saudável e um alerta

sobre alimentos ultraprocessados. A oficina teve uma aceitação boa do público, participaram de forma integral das dinâmicas propostas.

- Assim, logo ao final das oficinas, foram distribuídos aos usuários dois questionários: “Consumo Alimentar” e “Avaliação do Nutrir”, foram reaplicados no mesmo formato. Finalizando a oficina, foi distribuído o panfleto para retorno, e para o dia 05 de setembro.
- Quarto Encontro.
- A quarta oficina aplicada foi a “Pra quê uma horta?” foi aplicada no dia 5 de Setembro, como previamente marcado junto aos usuários. Dentro destas famílias, apenas 14 pessoas estiveram presentes.
- A oficina foi ministrada pelo estagiário em Ciências Sociais, aonde foi discutido as importâncias de se dedicar um tempo na construção de uma horta falou um pouco sobre o tema com as famílias, de forma didática e simplificada, A oficina teve uma aceitação boa do público, participaram de forma integral das dinâmicas propostas.
- Assim, logo ao final das oficinas, foram distribuídos aos usuários dois questionários: “Consumo Alimentar” e “Avaliação do Nutrir”, foram reaplicados no mesmo formato. Finalizando a oficina, foi distribuído o panfleto para retorno, e para o dia 09 de Dezembro.
- Quinto Encontro.
- O quinto e último encontro foi focado em replicar os questionários aplicados no primeiro encontro. Sendo eles denominados: “Condições de vida”, “Consumo Alimentar” e “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)”, adicionando o questionário “Avaliação do Nutrir”.
- Neste encontro foram convocados via telefone todos os 100 usuários selecionados inicialmente no projeto via telefone, porém, apenas 10 estiveram presentes.
- MUDANÇAS E DESAFIOS
- Ao longo da execução do projeto, houve algumas mudanças significativas que necessitam ser ponderadas para uma melhor leitura dos dados. Descrito anteriormente de uma forma breve, os grupos que se dividiam em 4, com 25 cada, acabaram se diluindo em apenas um, isso devido a baixa adesão dos usuários ao projeto, o que não fazia muito sentido dar continuidade a 4 dias corridos, com um público pequeno. Assim, a proposta do projeto em fazer um paralelo entre um grupo que não teve acesso as oficinas de educação alimentar e nutricional e outro que participou de todos, acaba caindo por terra, pois os grupos se mesclaram, e não existe mais este suposto isolamento.
- Os desafios em relação a execução do projeto foram muitos, porém alguns se destacaram. A falta de adesão dos usuários foi algo que moldou as ações, ou seja, a abordagem dessa amostra deve ser melhor revista caso o projeto venha a se repetir. Para, além disso, a desistência de participar da pesquisa foi algo que influenciou diretamente na regularidade dos dados, ou seja, no primeiro encontro, compareceram 43 pessoas, no último, 10 pessoas. Visivelmente existe uma discrepância, assim isso pode comprometer uma futura comparação pelo fim de investigar a efetividade do programa

- A tabulação dos dados foi algo que não foi pensado no projeto, causando um certo desconforto no início, gerando um trabalho muito meticuloso de contagem e passível de vários erros. Algo que futuramente, seria resolvido através da criação de formulários digitais na plataforma *Google Forms*, onde os formulários físicos foram compilados um a um, facilitando a junção dos mesmos com uma margem de erro bem menor.
- O contato com os usuários foi algo que dificultou a continuidade do projeto. Devido à baixa adesão, foi necessário entrar em contato telefônico com essas famílias, algo que foi de uma dificuldade impressionante. No último encontro, das 100 famílias que foi tentando o contato, 38 atenderam, não sortindo muitos efeitos. Algo que se repetiu nos outros encontros.



*Figura 75 - Georreferenciamento do Bairro das Famílias participantes.*

METAS 2020:

Criar novo fluxo de avaliação buscando reduzir a evasão dos entrevistados.

#### EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A área foi responsável pela aplicação de cursos de Educação Alimentar e Nutricional vinculadas as seguintes temáticas: Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Hortas Comunitárias, Práticas Pedagógicas em EAN, Mapeamento local em abastecimento alimentar.

## CURSO DE MULTIPLICADORES

- INTRODUÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

## METAS 2020

Sedimentar as ações em EAN para os temas vinculados a cultura, gênero e processos históricos, e também criar um cronograma específico para práticas educativas em agroecologia e agricultura urbana.

## APOIO A CONFERÊNCIA DE SAN

Organização da estrutura conceitual da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, com a definição de quadros técnicos e metodologia da conferência.

**Nutricional de Campinas**  
Segurança Alimentar e Nutricional em Campinas:  
O Que Temos e o que Queremos?

**Dias: 17/10 às 14h e 18/10 às 8h**  
Local: ITAL Instituto de Tecnologia de Alimentos  
Av. Brasil, 2880 - Vila Nova, Campinas

**PROGRAMAÇÃO:**

**EIXOS:**  
EIXO 1 - ACESSO AO ALIMENTO  
EIXO 2 - PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS  
EIXO 3 - EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**Dia 17/10 - Abertura**  
13:30h - Boas Vindas  
14h - Mesa de Abertura  
14:30h - Palestra Magna  
15h - Leitura e Aprovação do Regimento  
16h - Café e Encerramento

**Dia 18/10 - Conferência**  
8h - Boas Vindas  
8:30h - Mesa Redonda  
Educação Alimentar e Nutricional  
Agricultura Urbana  
Acesso aos Alimentos e Programas Sociais  
10h - Coffee-break  
10:30h - Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Campinas  
11h - Debate  
12h - Almoço  
13h - Discussão por Eixos  
15h - Plenária  
16h - Café e Encerramento

Para inscrever-se use o seu leitor de QR code aqui

INSCREVA-SE ACESSANDO O LINK: [bit.ly/IIConferenciaMunicipaldeSANdeCampinas](http://bit.ly/IIConferenciaMunicipaldeSANdeCampinas)  
INSCRIÇÕES ATÉ 14 DE OUTUBRO DE 2019

Figura 76 - Material de divulgação da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional.

## NUTRIRCAMPINAS

O Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional “NUTRIRCAMPINAS”, instituído pela Lei Municipal nº 15.017 de 26 de maio de 2015 e regulamentado pelo Decreto nº 18.973 de 11 de janeiro de 2016, foi criado para substituir o Programa Prato Cheio de Campinas – PPCC, que entregava cesta básica.

“NUTRIRCAMPINAS” visa à garantia mínima de segurança alimentar e nutricional para as famílias e/ou municípios, para assegurar o direito humano à alimentação adequada.

O NUTRIRCAMPINAS é um benefício temporário da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, coordenado e operacionalizado pelo setor de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Campinas – SP.

É um vale alimentação em forma de “cartão magnético” com benefício correspondente a 26 (vinte e seis) UFIC’s, a ser creditado mensalmente, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais credenciados, às famílias e/ou indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade nutricional, de acordo com a necessidade da família.

Para ter direito ao programa dever ser:

- Residente no município de Campinas;
- Estar cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal);
- Estar em situação de extrema pobreza ou pobreza;
- Possuir no seio familiar: crianças ou adolescentes com até 15 (quinze) anos, idosos acima de 60 (sessenta) anos e/ou pessoa com deficiência, impossibilitada para o exercício de atividade profissional.

Ocorrendo demanda superior ao limite orçamentário, a concessão do benefício do programa NUTRIRCAMPINAS obedecerá à seguinte ordem:

1º lugar: Famílias que estejam em extrema pobreza e tenham crianças com idade inferior a 4 (quatro) anos e/ou idosos acima de 60 (sessenta) anos e/ou pessoas com deficiência, impossibilitadas para o exercício de atividade profissional;

2º lugar: famílias que estejam em extrema pobreza e tenham em sua composição crianças de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos;

3º lugar: famílias que estejam em situação de pobreza e tenham em sua composição crianças com idade entre 0 (zero) e 4 (quatro) anos, deficientes e/ou idosos;

4º lugar: famílias que estejam em situação de pobreza e tenham em sua composição crianças de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos.

As famílias e/ou municípios que estiverem cadastradas e atualizadas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) e que preencherem os critérios e estejam classificados para o



recebimento do benefício temporário, serão convocados por meio de correspondência para comparecimento em dia e local determinado para a apresentação dos documentos:

- RG e CPF do responsável pela família;
- Carteira profissional de todos os integrantes da família maiores de 18 (dezoito) anos;
- Comprovante de residência atualizado (últimos 02 meses);
- Certidão de nascimento ou RG da(s) criança(s) e adolescente(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos, quando houver;
- Declaração comprobatória de membro da família com deficiência, quando houver.

O benefício poderá ser concedido de 01 (um) a 24 (vinte e quatro) meses, considerando-se o grau de vulnerabilidade nutricional e insegurança alimentar ao qual esteja submetida à família e/ou indivíduo. Devido a quantidade elevada de demanda reprimida, todas as famílias ficam no programa por 12 (doze) meses.

O benefício poderá ser interrompido no caso de modificação nas condições que ensejaram a concessão do benefício:

- Não estar mais na condição de pobreza ou extrema pobreza;
- Não ter mais no seio familiar crianças de 0 a 15 anos;
- Não ter mais no seio familiar idosos e/ou deficientes.

Comprovado o seu uso indevido: aquisição de bebidas alcoólicas, peças de vestuário, produtos de limpeza, cigarros, produtos de higiene pessoal, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, utilidades domésticas e outros que não se destinem diretamente ao ato de se alimentar.

O não comparecimento quando for chamado para esclarecimentos e apresentação de documentos.

Além do benefício temporário, o Programa NutrirCampinas, prevê em sua regulamentação o benefício emergencial que pode ser concedido por até 03 (três) meses, prorrogáveis por igual período para família e/ou indivíduo em situação de desastre ou vulnerabilidade temporária, após avaliação e solicitação do atendimento socioassistencial.

As regras e a distribuição deste do benefício emergencial são realizados pelo Departamento de Operações de Assistência Social. E o que cabe ao departamento de Segurança Alimentar é aquisição, distribuição e o controle da prestação de contas.

### **Ações Realizadas:**

- Gerenciar o contrato administrativo das empresas fornecedoras dos cartões;
- Um novo espaço localizado na Rua Barão de Jaguará, 680 com melhores condições para a equipe de trabalho e os beneficiários para triagem dos convocados e atendimento das famílias inseridas no

programa: dúvidas na utilização, perdas de cartão, 2ª via etc.

- Incluso a equipe um servidor para atendimento exclusivo das ligações que procurou pelo benefício, o que qualificou o atendimento;
- Para a procura por telefone, foram disponibilizados 54 dias para agendamento. Destes foram realizadas 404 agendamentos proveniente de busca ativas por telefone de famílias que não receberam a correspondências, e 2.316 agendamentos de famílias elegíveis que procuraram pelo benefício.
- Foram geradas convocações através do Sistema de Governança Municipal – SIGM, de 13.422 famílias classificadas que estavam elegíveis para o Programa, sendo deste número reconvidados 2.403 famílias reconvidadas dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018. Dos 2.403 reconvidados, 981 famílias se tornaram beneficiários e já receberam por 12 meses e 6 beneficiários receberam 24 meses;
- Foram incluídas 5.474 famílias, oriundas de convocações do ano de 2016, 2017, 2018 e 2019 que não haviam sido encontradas através das correspondências, porém fizeram contato com o setor através dos telefones ou foram encaminhadas através dos serviços de assistência social. Os resultados estão no gráfico movimentação mensal do Nutrir;
- Parceria com a Secretaria de Cultura, para utilização de salas da Estação cultura, para a realização das entregas dos cartões, para garantir maior conforto para os usuários.
- As entregas foram fracionadas em duas vezes por mês, com turmas de aproximadamente 60 pessoas por horário, sendo 6 horários por dia.
- As entregas dos cartões foram realizadas nos meses de Janeiro à Dezembro de 2019, com orientações sobre a forma de utilização do cartão e com ações de Educação Alimentar e Nutricional. Também houve parceria com Ceprocamp e Fumec para divulgação dos cursos de Qualificação Profissional, Técnico e EJA em todas as entregas;
- Foram distribuídos para os Serviços de Assistência Social do Departamento de Operações da Assistência Social e para os serviços do Departamento de Cidadania 4.041 cartões;
- Foram feitas visitas domiciliares para triagem de pessoas classificadas e convocadas com problemas de mobilidade para realização de inclusão no programa;
- Foram realizadas visitas com finalidade de averiguação de utilização adequada do benefício;
- Foram realizados contatos com as famílias que tiveram direito ao benefício e não realizaram a retirada do cartão e/ou não utilizaram os créditos, com a finalidade de orientar a forma adequada de utilização do benefício;
- Foi feito contato telefônico com famílias, cujo as correspondências voltaram do correio, avisando sobre o direito ao programa.

## **Resultados Alcançados:**

## MOVIMENTAÇÃO MENSAL DE CONVOCAÇÕES, ENTRADAS, SAÍDAS E ATIVOS

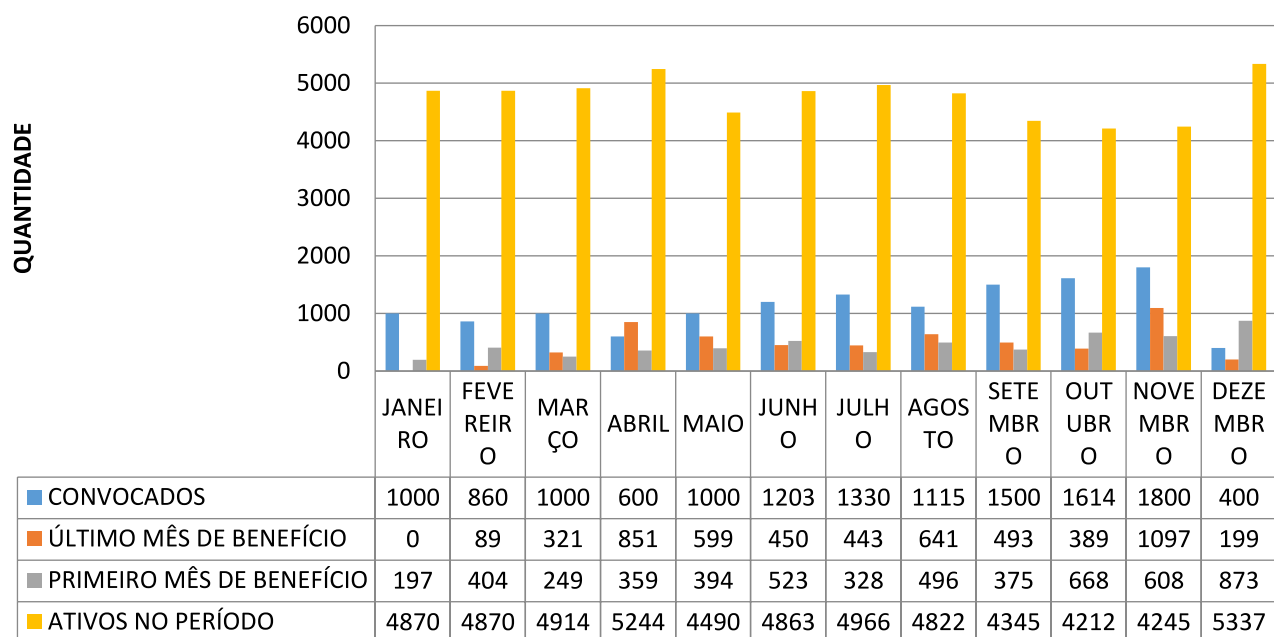


Figura 77 - Movimentação Mensal do NutrirCampinas.

Tabela 67 - Controle Financeiro do Programa Nutrir Campinas – 2019.

MÊS	NUTRIR PROGRAMA		NUTRIR EMERGENCIAL		PROGRAMA EMERGENCIAL	
	Nº Cartões	Valores	Nº Cartões	Valores	Nº Cartões	Valores
Janeiro	4870	R\$ 388.294,53	400	R\$ 35.260,00	5270	R\$ 423.554,53
Fevereiro	4870	R\$ 512.796,60	400	R\$ 36.672,00	5270	R\$ 549.468,60
Março	4914	R\$ 526.987,09	400	R\$ 36.672,00	5314	R\$ 563.659,09
Abril	5244	R\$ 529.669,85	400	R\$ 36.672,00	5644	R\$ 566.341,85
Mai	4490	R\$ 445.683,94	400	R\$ 36.672,00	4890	R\$ 482.355,94
Junho	4863	R\$ 486.193,39	400	R\$ 36.672,00	5263	R\$ 522.865,39
Julho	4966	R\$ 442.472,95	400	R\$ 36.672,00	5366	R\$ 479.144,95
Agosto	4822	R\$ 478.276,36	400	R\$ 36.672,00	5222	R\$ 514.948,36

Setembro	4345	R\$ 456.196,65	400	R\$ 36.672,00	4745	R\$ 492.868,65
Outubro	4212	R\$ 477.317,85	400	R\$ 36.672,00	4612	R\$ 513.989,85
Novembro	4245	R\$ 494.550,25	400	R\$ 36.672,00	4645	R\$ 531.222,25
Dezembro	5337	R\$ 467.632,36	400	R\$ 36.672,00	5737	R\$ 504.304,36
TOTAL	*	R\$ 5.706.071,82	4800	R\$ 438.652,00	**	R\$ 6.144.723,82

\* – A soma desta coluna não foi realizada, pois estes valores representam o número de recargas que o cartão recebe, após a entrega do mesmo ao beneficiário, e não somente o número de cartões unitários, visto que o cartão é entregue uma única vez, permanecendo com a pessoa por 12 meses.

\*\* – A soma desta coluna não foi realizada, pois parte destes valores está relacionada ao Programa Nutrir e representa o número de recargas que o cartão recebe, após a entrega do mesmo ao beneficiário, e não somente o número de cartões unitários, visto que o cartão é entregue uma única vez, permanecendo com a pessoa por 12 meses.



*Figura 78 - Entrega do cartão NutrirCampinas.*

#### Desafios Encontrados:

- Demanda reprimida muito acima do orçamento do programa;
- Apesar do novo espaço para triagem das famílias, o espaço ainda não está adequado ao volume de pessoas atendidas diariamente e o número da equipe.
- Número muito grande de elegíveis que não recebem correspondência e não ficam sabendo sobre o seu direito.

Metas para 2020:

- Ampliação do número de atendidos no programa Nutrir Campinas;
- Encontrar outro espaço na região central para atendimento das famílias convocadas (fixa e própria);
- Ampliar as ações educativas nos territórios para as famílias do Nutrir, Viva Leite e Bolsa Família;
- Readequar a regulamentação do Nutrir (Considerar BPC como renda, reavaliar o tempo de permanência e as faixas de atendimento);
- Criar um instrumental para reavaliação de casos suspeitos e passar para aprovação do comitê gestor;
- Chegar à correspondência nas famílias que as cartas voltam;
- Reativar as reuniões do comitê gestor após a formação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

## **BANCO DE ALIMENTOS**

O Banco Municipal de Alimentos de Campinas é um equipamento de SAN, que tem como objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional da população do município, através da destinação social de alimentos fora do padrão para comercialização, mas em boas condições para consumo e da conscientização para o combate ao desperdício e uso de boas práticas sanitárias e nutricionais. A gestão e operacionalização do Banco Municipal de Alimentos de Campinas é realizada através de um Termo de Cooperação entre a PMC/SMASDH e a Central de Abastecimento de Campinas S/A (Ceasa/Campinas). Desde 2005, o Banco Municipal de Alimentos de Campinas recebe produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB.

O PAA é uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar. O programa utiliza processos de comercialização que favorecem a compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, promovendo a agregação de valor à produção. Esses produtos são destinados às entidades sócio assistenciais do município.

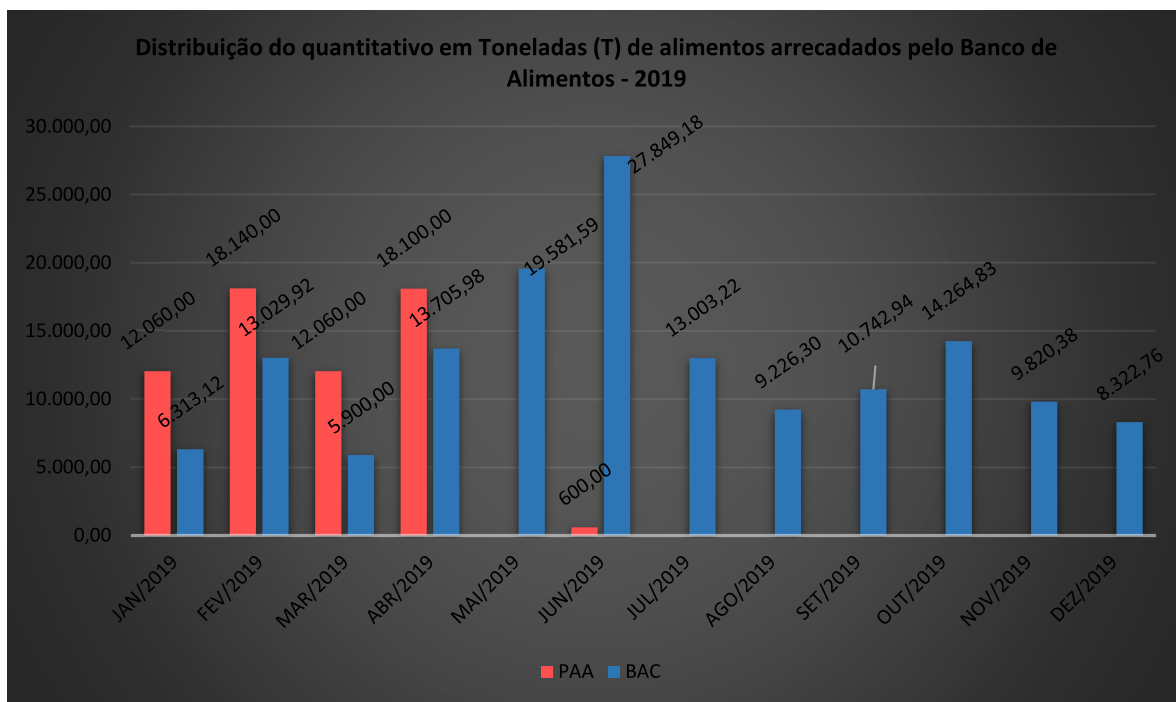


Figura 79 - Distribuição Comparativa do Quantitativo em Toneladas de Alimentos Arrecadados pelo Banco de Alimentos Campinas por Doações e PAA. Campinas, 2019.

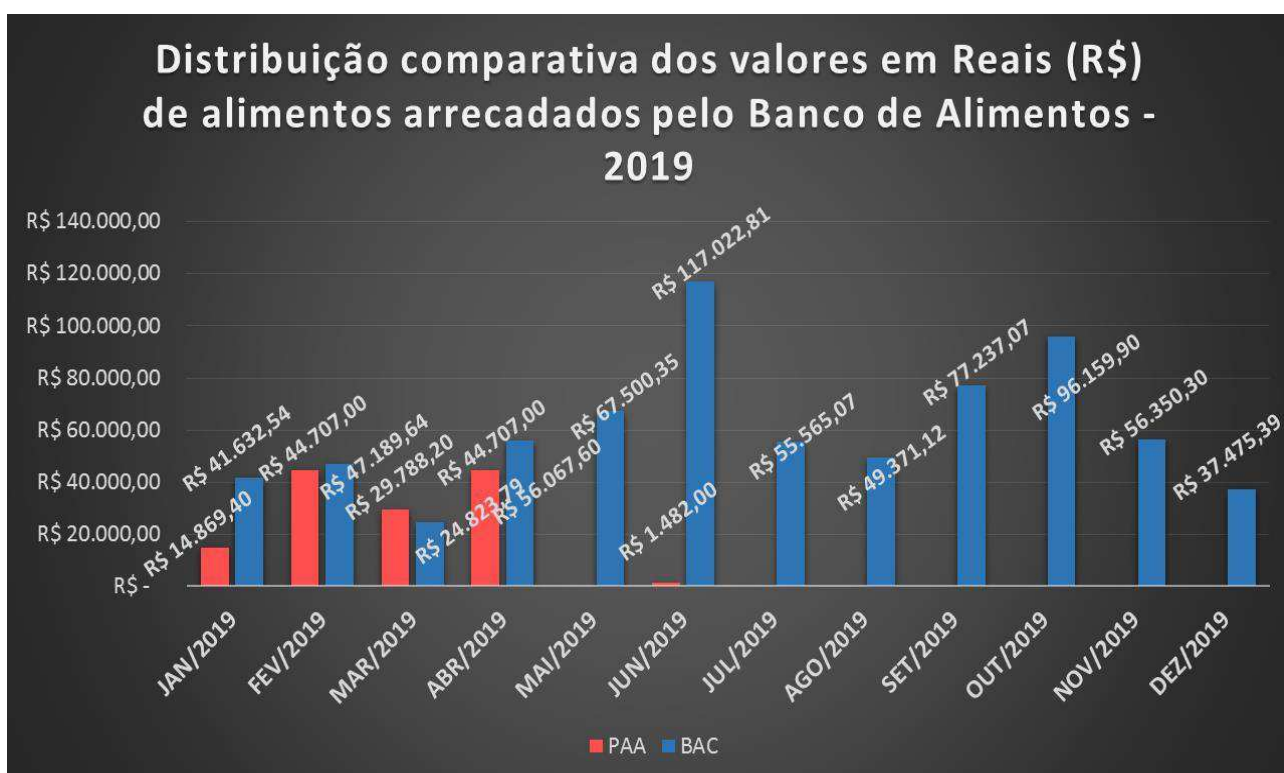


Figura 80 - Distribuição Comparativa dos Valores em Reais (R\$) de alimentos arrecadados pelo Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2019.

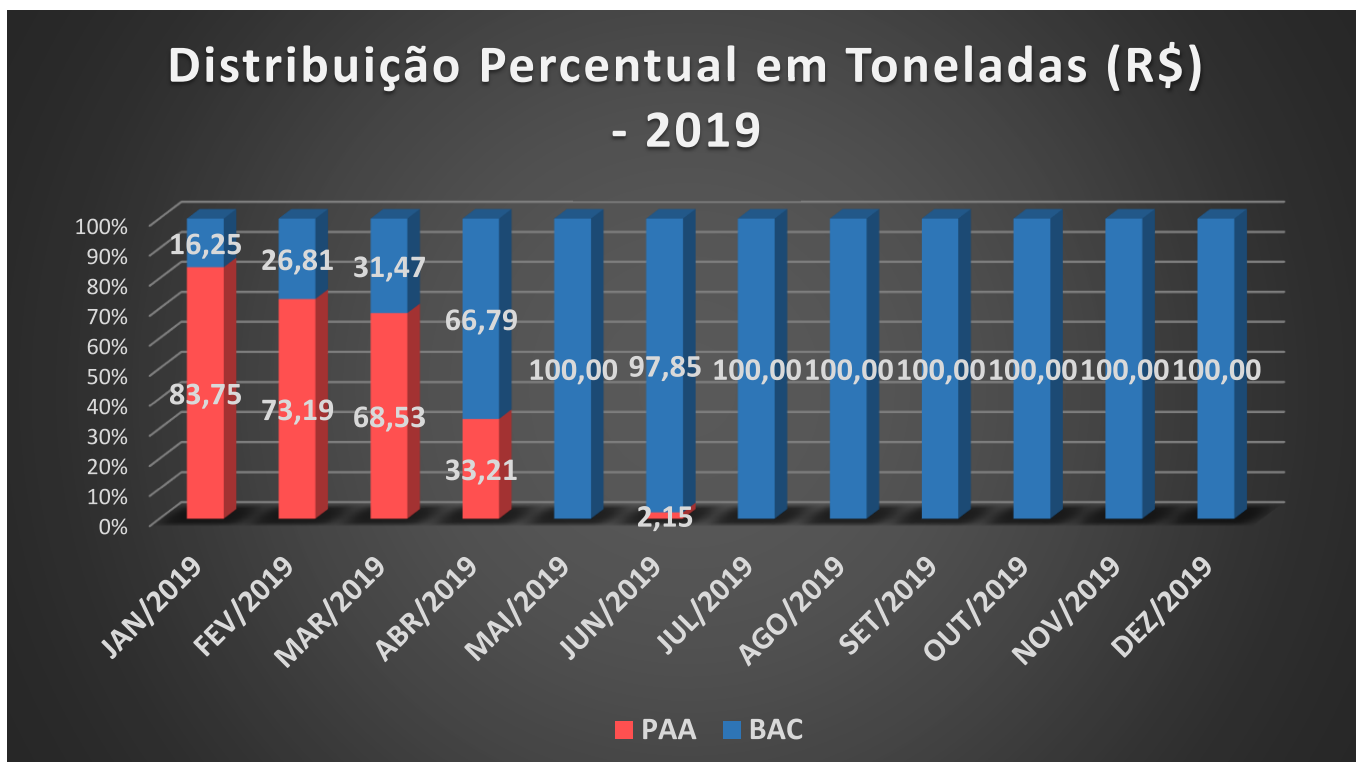


Figura 81 - Distribuição Percentual da Movimentação do Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2019.

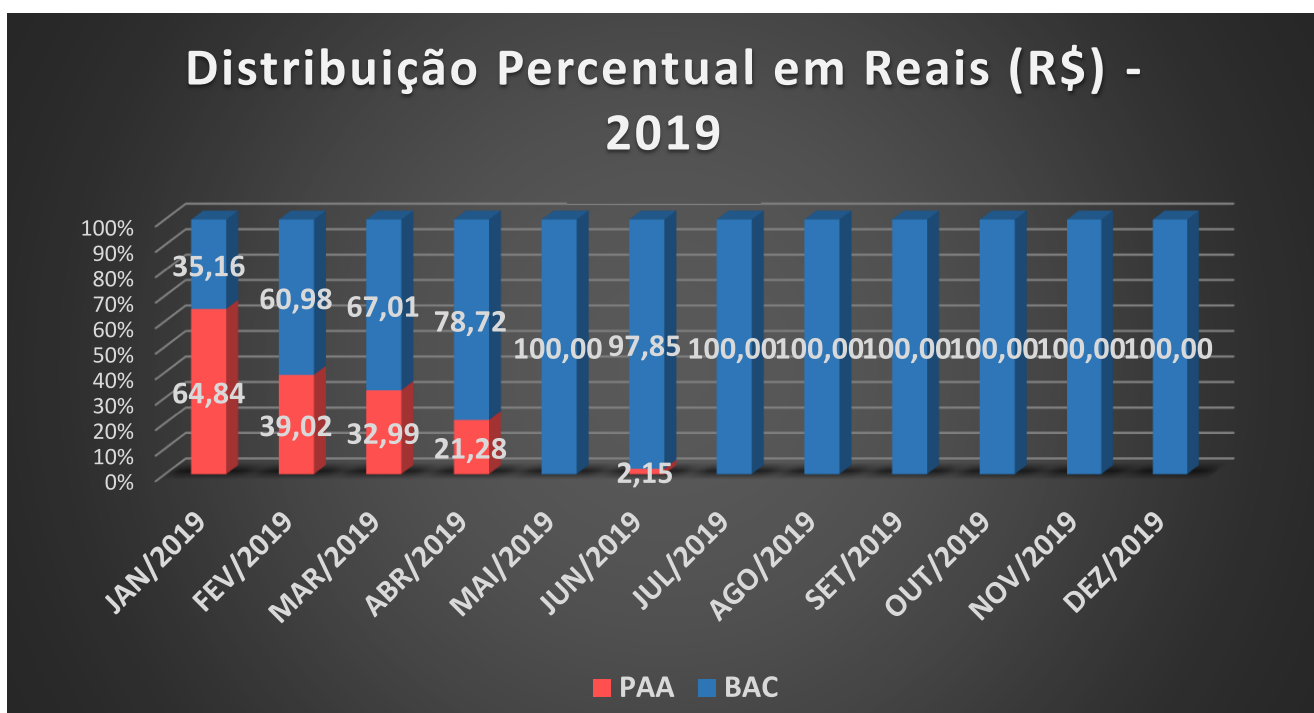


Figura 82 - Distribuição Percentual em (R\$) do Banco de Alimentos de Campinas de Alimentos Arrecadados por Doações e PAA. Campinas, 2019.

*Tabela 68 - Distribuição da Média, Máximo e Mínimo de Alimentos Arrecadados pelo Banco de Alimentos de Campinas, 2019.*

	Média	Min.	Máx
BAC	13.415,54	5.900,00	19.581,89
PAA	12.096,00	600,00	18.140,00
TOTAL	25.511,54	6.500,00	37.721,89

Ações realizadas em 2019:

- Criado um Projeto de Lei propondo a realização do Dia da Doação de Alimentos, sendo o mesmo como o dia 19 de maio, visto que esta data é a do aniversário do Banco Municipal de Alimentos de Campinas;
- Organização do evento para entrega dos certificados de Doador Solidário;
- Participação e organização do evento do Dia Mundial da Alimentação 2019, juntamente com a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Participação nas reuniões da CAISAN, Rede SAN e CONSAM;
- Organização e realização da Campanha Natal Solidário do Banco de Alimentos;
- Encaminhamento das propostas de participação no PAA juntamente com as cooperativas para o edital 2020 da CONAB;
- Adesão à Rede Brasileira de Banco de Alimentos;
- Foram realizados testes de aceitabilidade no Centro Promocional Tia Ileide (CPTI) no mês de maio, no período do almoço. As preparações utilizadas foram o bolinho de batata com casca, doce de chuchu, bolo de maçã e doce de tomate, que foram distribuídos para as crianças e funcionários do local;
- Ministradas 02 oficinas culinárias, em parceria com a faculdade METROCAMP, sobre o tema festa junina e reaproveitamento de pães, para um público de 80 pessoas;
- Supervisão de 04 estagiários do curso de nutrição da Faculdade METROCAMP, bem como de 12 estagiários do curso de nutrição da Faculdade UNIP, para realização do estágio curricular;
- No mês de fevereiro foi realizada uma capacitação para as cozinheiras das entidades assistidas pelo Banco de Alimentos e o Departamento de Alimentação escolar sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos conseguiu atingir um público de 150 pessoas;
- Em março juntamente com o DSAN realizamos uma palestra em comemoração ao dia da mulher cujo tema foi: Nutrição na saúde e qualidade de vida da mulher. Participaram do evento 25 pessoas e a palestrante convidada foi a Renata Guirau;
- No mês de março também foram realizados testes de aceitabilidade na entidade Patrulheiros, teste de



aceitabilidade (Pudim de Pão, Brigadeiro de casca banana, Doce de banana c/casca e Bolo Banana com farinha de rosca). Conseguimos atingir em torno de 200 jovens;

- Palestra sobre o Banco de Alimentos realizada para os alunos do terceiro ano de nutrição da Metrocamp;
- Oficina de culinária: Aprenda a fazer: Pães Caseiros e Pães para Sanduiches com um chef de cozinha convidado, realizada em parceria com a faculdade Metrocamp;
- Palestra sobre teor de açúcar, óleo e sal dos alimentos industrializados na entidade Núcleo Calvariano para as crianças assistidas por esta entidade;
- Palestra sobre Alimentação Saudável para crianças de 8 a 9 anos no Colégio Notre Dame Campinas atingindo um público de 123 crianças. A palestra foi realizada tanto no período da manhã e período da tarde;
- Atividade sobre alimentos processados e ultraprocessados, assim como a brincadeira chamada batata quente, pintura de diversos tipos de alimentos e um quis sobre alimentos processados e ultraprocessados foram realizadas nas entidades Lar da Criança Feliz, Guardinha Abrigo 1 e Guardinha abrigo 2.

#### Resultados Alcançados:

- Entrega de 90 certificados de Doador Solidário a todos os parceiros que realizaram doações no ano de 2019;
- Aumento do número de parcerias, mediante a obtenção de 18 novos parceiros;
- Realizado, juntamente com a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional e o CONSAM, o evento da II Conferencia Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que aconteceu no Ital, em 16/10/2019.

#### Desafios encontrados:

- Dificuldade na sensibilização, dos funcionários do BAC, quanto ao uso de EPI's;
- Dificuldade de trabalho com o quadro reduzido de funcionários durante o período de férias dos mesmos;
- Dificuldade com o número de estagiários que diminuiu drasticamente de 15 para 3 estagiários, e com isso muitos trabalhos não estão podendo ser realizados e também devidos a problemas de contratos e falta de documentação não apresentadas estamos sendo sem estagiários da Metrocamp;
- Dificuldade em manter as oficinas pois ficamos boa parte do ano sem estagiários da Metrocamp e quando tivemos os alunos trabalhavam e só poderiam fazer as oficinas no período da manhã onde não é o melhor horário devido ao almoço das entidades. Tentamos realizar duas oficinas no período da manhã mas não houve adesão;
- Manter o número de ações educativas nas entidades que são atendidas pelo Banco de Alimentos, considerando a redução do número de estagiários;

- Realizar manutenção preventiva dos veículos do Banco de Alimentos.

Metas para 2020:

- Ampliação do número de parceiros/doações;
- Organização do evento de entrega do Certificado Doador Solidário – 2020;
- Realizar Oficinas Culinárias para as cozinheiras das entidades;
- Realizar a conscientização dos colaboradores da importância do uso dos EPI's;
- Realizar atividades de Educação Alimentar e Nutricional nas entidades através do Convênio de Estágio com a Faculdade UNIP e faculdade Metrocamp;
- Realizar o projeto de avaliação nutricional das crianças atendidas nas entidades de que são contra turno escolar começando pela região Norte;
- Realizar palestras sobre alimentação saudável e outros temas para os coordenadores, diretores, e demais funcionários das entidades atendidas pelo BAC;
- Realizar uma palestra comemorativa em relação ao Dia da Mulher;
- Realizar uma palestra comemorativa em relação à Obesidade Infantil;
- Renovação do Alvará de Funcionamento do Banco de Alimentos, no órgão/Secretaria de Urbanismo;
- Realizar o conserto das geladeiras do Banco de Alimentos que estão quebradas;
- Realizar um curso em parceria com o DSAN sobre beneficiamento de alimentos.

# DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS (DDH)

## Apresentação

A Diretoria de Direitos Humanos tem por competência articular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar políticas, programas, projetos e ações no âmbito das coordenadorias de direitos humanos, visando o seu fortalecimento institucional por meio de apoio e referência à população, na perspectiva da defesa dos direitos humanos em consonância com o plano de governo, assim como promover ações que estimulem a convivência e o diálogo entre diferentes, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a proteção e o reconhecimento da diversidade étnica, etária, gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Também é competência da DDH fortalecer a integração e a complementaridade de ações no âmbito do município para fomento, articulação e pactuações em prol da cidadania, cultura de paz e dos direitos humanos. O zelo pela consecução dos convênios e ações de cooperação nacional e internacional que venham a ser firmados, e que tenham a cidadania como temática, e a coordenação da gestão de Programas vinculados ao Departamento de forma articulada com as demais políticas públicas da Pasta e demais Secretarias, completam as atribuições da DDH, que é composta pelas seguintes Coordenadorias, Setores e Serviços:

- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Pessoa Idosa;
- Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida;
- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Juventude;
  - o Setor de Gestão de Programas
  - o Setor do Centro de Referência da Juventude
- Centro de Referência para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Transgêneros;
- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
  - o Setor do Centro de Referência na Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa;
- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Prevenção ao Uso de Drogas;
- Coordenadoria Setorial de Políticas para a Mulher
  - o Setor do Centro de Referência e Apoio à Mulher

## FÓRUM CAMPINAS PELA PAZ / 2019

Num esforço permanente de fortalecer o engajamento social no Movimento Campinas pela Paz e buscar avanços na ampliação dos projetos e programas para a cultura de paz, foi realizada a segunda edição do Fórum Campinas pela Paz, nos dias 30 de Abril e 1º de Maio de 2019, na Praça Arautos da Paz, em Campinas.

O Fórum teve a chancela da UNESCO e apoiou-se na escolha de dois Eixos Articuladores: a MÚSICA enquanto estratégia de luta e de resistência de grupos e pessoas na construção de uma sociedade e um mundo onde os Direitos Humanos sejam respeitados e a Paz uma realidade; e o ALIMENTO fundando-se no entendimento de que compartilhar o alimento nos coloca no mesmo patamar que o outro, ou seja, somos iguais como seres humanos e precisamos comer para sobreviver.

A programação contou com diversas ações e formações sobre Cultura de Paz e Direitos Humanos, cujas personalidades participantes, entre acadêmicos, músicos, jornalistas, pesquisadores, gestores culturais, ocuparam os palcos e tendas com apresentações culturais, talk shows, palestras, debates, painéis, intervenções e mesas de discussão, em que foram dialogados temas relacionados aos direitos básicos dos seres humanos - como o direito à vida, liberdade de pensamento, expressão e crença, direito à paz, ao progresso social, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente, entre tantos outros – desenvolvendo questões, como:

- Educação para a Paz;
- Gênero e superação do sexismo, da misoginia e da violência contra a mulher;
- Raça e Etnia, e o fim do racismo;
- Pessoas com Deficiência, inclusão e superação dos preconceitos;
- Refúgio e Imigração enquanto direito humano;
- Direito humano e fundamental ao trabalho;
- Sexualidade, respeito à diversidade e a construção de uma sociedade sem Trans-Lesbo-Homofobia;
- Planejamento urbano e cidades pensadas para o bem estar de seus habitantes;
- Preservação do Meio Ambiente – condição básica para a Paz e os Direitos Humanos;
- Idosos, sua valorização e a promoção de sua participação na sociedade;
- Crianças, adolescentes e jovens e a dimensão estratégica de desenvolvimento de uma agenda dos Direitos Humanos e da formação para a Cultura de Paz;
- Economia criativa e empreendedorismo social na construção da Paz;

Anualmente, a SMASDH promove Processos Formativos para gestores e trabalhadores públicos municipais através do Curso Noções em Direitos Humanos e Cultura de Paz, através do qual convida os participantes para a reflexão sobre o papel do servidor público na defesa e promoção dos Direitos Humanos na perspectiva de uma Cultura de Paz.

## **MUSEU DA PAZ**

A partir da proposta, apresentada pelo Srº Prefeito Municipal em evento de Posse do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas, de criação do “MUSEU DA PAZ” e do “Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileira”, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, a ser sediado na Casa Sede da Antiga

Sesmaria e Engenho Mato Dentro (atual Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim) e entorno, com o objetivo de realizar a difusão dos princípios da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos, com foco principal e transversal nas relações étnico-raciais, na história do povo afrodescendente, assim como na preservação do meio ambiente, constituindo-se também enquanto espaço de Educação (formal, informal e continuada), desenvolvendo o diálogo intercultural com o conjunto da sociedade, contribuindo para o estabelecimento de laços sociais e de coesão social e ecológica, na construção da cidadania e na compreensão e respeito às identidades coletivas.

O Ministério Público, interessado pela proposta, uma vez que a mesma abordará aspectos multifacetários – ambiental, humanístico, histórico e cultural, e será desenvolvida em área pública, de preservação histórica e ambiental, beneficiando, de tal forma, toda a população da cidade e região –, solicitou da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos a apresentação de proposta de utilização dos recursos acima citados, para serem utilizados em ações comportadas dentro das propostas gerais de implantação do Museu da Paz e do Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileira, assim como de alternativas para a execução da mesma.

O desenvolvimento da proposta, levou em consideração os aspectos Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - Museu da Paz e Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileira objetivos abaixo relacionados:

a- Impositividade da necessidade de restauração do Casarão histórico, tombado pelo Patrimônio Histórico, e entorno construído, que receberá investimentos públicos e terá um cronograma estendido, criando um impeditivo para utilização imediata dessas áreas;

b- Reduzida disponibilidade de acervos históricos sobre a história da população afrodescendente no município, gerados, registrados e preservados por essa própria população;

c- Existência de conhecimento técnico disponível para desenvolvimento da proposta a partir dos conceitos da Museologia Social e das metodologias da Cartografia Social e da História Oral;

d- A disponibilidade daquela área pública para o desenvolvimento de ações de educação ambiental e de espaços de experiências dedicados a desenvolver a empatia, que podemos aqui definir como a “capacidade de olhar o mundo através dos olhos de outras pessoas”, transformando as relações interpessoais, inspirando mudanças de atitude e contribuindo para o enfrentamento de desafios globais como preconceito, conflitos, desigualdade e preservação ecológica.

Diante dos aspectos acima listados, optou-se por propor a utilização do recurso em ações que comporão a base estrutural de criação do Museu da Paz e do Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileira – produção de seu acervo básico inicial e desenvolvimento de ações de educação ambiental/empatia, a seguir detalhados:

I - Produção de Acervos para o Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileira

O Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileiro será instalado no edifício histórico da antiga Casa Sede do Engenho Mato Dentro, e construções no entorno, sendo um dos núcleos constitutivos

da iniciativa pioneira de museologia social denominada MUSEU DA PAZ, e terá por finalidades a promoção da valorização, da preservação e da fruição do patrimônio cultural afro-brasileiro, e a investigação das memórias, da história e da cultura da comunidade negra em Campinas, visando contribuir na desconstrução de preconceitos e estereótipos e no combate ao racismo e à discriminação racial, por meio de exposições permanentes e temporárias, e outras ações musicais que dialoguem com a composição do Museu da Paz.

O Centro irá revestir-se de forte caráter simbólico junto à Comunidade Negra de Campinas, uma vez que assegurará o compromisso institucional da cidade de Campinas com a população afrodescendente e sua valiosa contribuição em nossa formação histórica e cultural, além de dar visibilidade integral e demonstração de concretude de ação e consequência diante da adesão do município de Campinas à Coalizão Internacional contra o Racismo e a Xenofobia, da UNESCO/ONU.

O Centro se posicionará conceitualmente no campo da Sócio Museologia e na prática da Tecnologia Social, o que significa dizer que será capaz de promover a valorização da história e da cultura negra de forma integrada à comunidade, promovendo sua participação, para a valorização de sua identidade, com o comprometimento com a redução das injustiças e desigualdades sociais, com o combate aos preconceitos, com a melhoria da qualidade de vida coletiva, com o fortalecimento da dignidade e da coesão social (Sócio Museologia), e desenvolverá processos e ações que valorizem métodos e técnicas que atendam aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e aplicabilidade) e impacto social comprovado (Tecnologia Social). Política de Aquisição de Acervo do Centro de Educação, Memórias, Estudos e Afro-Brasileiro

O Centro, principal núcleo constitutivo do MUSEU DA PAZ, desenvolverá política de formação de acervo a partir de Bens Materiais – bens móveis (objetos utilitários, documentos arquivísticos e iconográficos), bens imóveis (o casarão e entorno construído), e Bens Imateriais – tradições e técnicas “do fazer” e “do saber fazer” humanos, como polir, esculpir, construir, cozinhar, tecer, pintar (Patrimônio Intelectual), e as expressões do sentimento individual ou coletivo, como as histórias de vida, as manifestações folclóricas e religiosas, a música, a literatura, a contação de histórias (Patrimônio Emocional).

A proposta aqui tratada concentra-se na produção, registro e aquisição de Acervos relacionados aos Patrimônios Intelectual e Emocional. Para a obtenção de Acervo destinado ao Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileira, portanto, deverão ser produzidos e registrados elementos desses patrimônios, depois destinados à preservação e à exposição, a partir da relação direta com a comunidade, amparado pela Rede de Parcerias, da abertura de editais de chamamentos públicos de doação de acervo, e da coleta e registro de “histórias de vida” (que serão preservadas em meio digital e expostas). Esta última ação citada é o objeto do TAC ora proposto.

#### Coleta e registro de “histórias de vida”

Parte dos recursos oriundos do TAC deverão ser utilizados para a Coleta e registro de “histórias de vida” dos moradores dos bairros residenciais no entorno da área denominada Sítio São João, no atual Distrito do Ouro Verde, e na Vila Brandina, bairro da região Leste da cidade, cujo território é originário do desmembramento

do antigo Engenho Mato Dentro, situando-se ao lado do atual Parque Ecológico. O trabalho deverá se utilizar da metodologia da Cartografia Social e da técnica/método da História Oral.

#### a - Sobre a Cartografia Social

Cartografia Social é um ramo da ciência, interdisciplinar, que trabalha sob a perspectiva de que um grupo social não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está ligada a essa condição. Nessa perspectiva, valoriza-se nesses territórios o campo simbólico, e não simplesmente às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica. Os sentimentos de pertencimento à terra, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, aos rituais, entre outros, são considerados essenciais, formando uma conjuntura legitimadora dessas histórias de vida. A metodologia participativa da Cartografia Social deve ser adaptada conforme a realidade de cada comunidade e de cada objetivo a que se pretende atingir.

#### b - Sobre a Técnica/Método da História Oral

A História Oral é fonte identitária, capaz de retratar as realidades, as vivências e os modos de vida de uma comunidade em cada tempo e nas suas mais variadas sociabilidades, permitindo o resgate do indivíduo como sujeito no processo histórico. A partir da utilização de métodos específicos de “entrevistas” e coletas de depoimentos, é possível dar visibilidade às Memórias Coletivas de uma sociedade, como fonte alternativa de reconstrução do passado, proporcionando vez e voz àquelas cujas histórias de vida não comporiam, de outra forma, a chamada “história oficial”. Tratamos aqui dos discriminados, oprimidos, menosprezados e ofuscados pelo discurso do poder. Portanto, nos referimos à maioria da população, que, assim, usufruirá da valorização de sua própria memória como fonte de inestimável importância para superar as características impostas à sociedade brasileira, sempre pautadas pelo autoritarismo profundo e dicotômico - rico e miserável, letrado e analfabeto, latifundiário e escravizado, mandante e mandado -, o que sempre gerou uma história vista de cima, das classes abastadas e dominantes.

Diretrizes para desenvolvimento da participação das comunidades na gestão da futura visita ao Centro de Educação, Memória e Estudos e Cultura Afro Brasileira

Paralelamente ao trabalho de produção de Acervo, deverão ser executados procedimentos que busquem a garantia da formação de público futuro para os espaços expositivos que comportarão os acervos, priorizando-se a promoção de iniciativas que encorajem o entendimento mútuo, o respeito e a sensibilidade cultural entre a comunidade e a proposta do Centro a o estímulo a manutenção das tradições e práticas culturais das comunidades que estejam em harmonia com os objetivos do Centro a promoção da pactuação dos interesses e demandas das comunidades, procurando estabelecer a corresponsabilidade e ações conjuntas, de acordo com os objetivos do Centro a o desenvolvimento de campanhas de informação e sensibilização que possam aproximar a população dos objetivos do Centro, despertando sentimentos de respeito e responsabilidade frente ao mesmo a e apoiar a capacitação das comunidades locais e populações tradicionais a fim de promover a sua participação no planejamento e gestão da visita ao futuro Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura

Afro-Brasileira. Essas diretrizes, em parte, também serão atingidas com a utilização da metodologia da Cartografia Social.

II - Desenvolvimento de ações de educação ambiental, com a instalação de Jardins Sensoriais e a criação de Trilhas Adaptadas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida

O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, parte do antigo Engenho Mato Dentro, possui uma área total de 2.850.000 m<sup>2</sup> e, apesar de sua área de mata não ter mais ligações com outras áreas equivalentes do município, de estar isolada e cercada por bairros residenciais e condomínios fechados, o que gera certo desequilíbrio ambiental, ainda continua sendo uma das áreas com mais diversidade de animais do campo e da Mata Atlântica do município, permitindo que sua função ecológica seja integralmente usufruída com espécies da fauna – como sanhaços, anus brancos e pretos, corujas-buraqueiras, gaviões-carijós, saguis, biguás, marias faceiras, joões-de-barro e maguaris, garças, patos e mamíferos roedores, cabeças-secas, ratões-do-banhado, gaviões-carcará e carijó, biguás, pomba asa branca, andorinhas e lavadeiras-mascaradas, entre outras tantas espécies, e da fora brasileira, com espécies nativas da região da bacia do rio Piracicaba e também espécies exóticas, como as palmeiras imperiais, que também ajudam a contar a história de Campinas e sua localização privilegiada no contexto do então Império Brasileiro.

A proposta que hora se apresenta em relação à segunda parte dos recursos advindos do TAC é de aproveitamento desse precioso recurso natural para ações de educação ambiental que atendam toda a população, mas com prioridade para as pessoas com deficiência, que correspondem, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, a um contingente populacional de 305 mil indivíduos (28% da população, estando um pouco acima da média nacional de 25%).

De tal forma, a proposta de atendimento dessa demanda divide-se em duas ações interligadas

a - Instalação de Jardins Sensoriais

Instalação, em áreas apropriadas do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim (respeitando as limitações impostas pelo projeto paisagístico lá existente), de jardins inclusivos, acessíveis e multissensoriais para pessoas com deficiência e sem deficiência, estimulando os cinco sentidos – Visão, Olfato, Paladar, Audição e Tato –, permitindo inclusão, educação ambiental e empatia. Os assim chamados Jardins Sensoriais, além de comportarem espécies que permitam os estímulos acima citados, incluindo elementos da fora nativa existente no próprio Parque, também dialogarão com outras ações do Centro de Educação, Memória, Estudos e Cultura Afro-Brasileira, uma vez que a escolha da vegetação utilizada também deverá priorizar referências da Cultura Negra, com espécies que integram o universo das cosmologias de Matrizes Africanas, comumente denominadas “ervas sagradas”, e também espécies típicas utilizadas na rica Culinária Afro-brasileira.

b - Desenvolvimento de Trilhas Adaptadas

Desenvolvimento de acessibilidade em trilhas, com o objetivo de universalizar o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, como idosos, gestantes e crianças pequenas, oferecendo um percurso com potencial para proporcionar uma experiência única aos visitantes, de integração do ser humano com o meio



ambiente, possibilitando atividades de educação ambiental e interatividade com as informações relativas à fauna e a flora existente.

Propõe-se, tanto a criação de novas trilhas, quanto a adaptação das trilhas já existentes, garantindo o planejamento estratégico para diminuir ao máximo os impactos ambientais, utilizando-se de métodos de adaptabilidade já utilizados por órgãos com vasta experiência em trilhas e acesso universal em Unidades de Conservação como o ICMBio e a Fundação Florestal do Estado de São Paulo.

O desenvolvimento das Trilha Adaptadas, assim como dos Jardins Sensoriais, deverá observar e atender à legislação e às normas específicas para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, considerando, no planejamento e gestão da visitação, quando viável e aplicável, a realização da igualdade de oportunidades (processo mediante o qual serviços, atividades e informação são postos à disposição de todos). Também faz-se importante o desenvolvimento de instrumentos pelos quais se assegure que os responsáveis pela concepção e construção de futuros empreendimentos no Parque incluam em seus projetos e obras as intervenções necessárias para garantir a acessibilidade, além da apresentação de metodologia para diálogo permanente com núcleos de pesquisa acadêmica e organizações da sociedade civil para a permanente aplicação de atualização de padrões e normas de acessibilidade, desenvolvendo atividades e produtos específicos para este público.

Sobre o executor da proposta apresentada, optamos e apresentamos a “Representação da UNESCO no Brasil” como a organização melhor situada para o desenvolvimento da proposta em questão. Afirmamos ser a proposta considerada ideal, uma vez que atende aos interesses das partes, aos requisitos necessários, como qualificação técnica com o tema, experiência pregressa exitosa, respeitabilidade internacional, entre outros.

## **SERVIÇO DE REFERÊNCIA AO IMIGRANTE, REFUGIADO E APÁTRIDA**

Realiza atendimento aos imigrantes, refugiados e apátridas por meio de acolhimento, acompanhamento, articulações e processos formativos no âmbito da defesa dos direitos sociais e humanos.

Avenida Francisco Glicério, nº 1269 – 4º andar - Centro

Horário de Atendimento: das 9h às 17h (de [segunda](#) a [sexta-feira](#))

Tel. (19) 3231-1867 | Ramal 7

Email: [smpdc.imigrantesrefugiados@campinas.sp.gov.br](mailto:smpdc.imigrantesrefugiados@campinas.sp.gov.br)

Descrição das atividades realizadas:

- Início nos processos de capacitação dos técnicos e qualificação dos serviços;
- Elaboração de diagnóstico a partir do perfil social e demográfico de imigrantes e refugiados registrados através do Cadastro de atendimento do Serviço de Referência;

- Readequação do Cadastro de atendimento;
- Atendimento de usuários para regularização da documentação junto aos órgãos federais, encaminhamento para serviços de empregabilidade, encaminhamento para aulas de português para estrangeiros, apoio para ações de empreendedorismo e ação cultural;
- Organização de mutirões de atendimento, sobretudo para acesso ao CadÚnico;
- Efetivação de parcerias com Universidades e organismos como ACNUR e OIM, para a oferta e qualificação de serviços;
- Participação efetiva na Cátedra Sérgio Vieira de Mello/UNICAMP;
- Apoio para criação do Banco de Intérpretes e Tradutores do IEL/UNICAMP;
- Realização de cursos para servidores sobre Migração e Serviços Públicos.

Desafios durante a execução das atividades:

- Limitação quantitativa da equipe técnica;
- Inadequação do espaço físico de atendimento.

Resultados alcançados:

- Primeira etapa das capacitações realizadas com êxito;
- Parcerias constituídas produziram resultados iniciais satisfatórios;
- Cursos oferecidos ampliaram a quantidade de servidores e áreas mais preparadas para atendimento de imigrantes e refugiados;
- Ampliação de cadastros de imigrantes e refugiados no CadÚnico;
- Diagnóstico elaborado, em parceria com NEPO e Observatório das Migrações (UNICAMP) com positividade (ver anexo)

Metas para 2020:

- Conclusão da reorganização da equipe técnica, com ampliação;
- Reorganização no fluxo de atendimento aos usuários, com implantação de pastas com histórico de cada usuário atendido;
- Continuidade nos processos de capacitação dos técnicos e qualificação dos serviços;
- Readequação da área física do Serviço de Referência;
- Ampliação das parcerias com Universidades e organizações que atuam no tema.

## CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT – CR LGBT

O Centro de Referência LGBT – CR LGBT constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos LGBTs e suas famílias<sup>6</sup> com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de técnicas e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

Nesta perspectiva, o CR LGBT deve articular com a rede de serviços socioassistenciais, assim como com as demais políticas públicas e movimentos sociais. Para tanto, é importante estabelecer mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação e monitoramento das ações, inclusive as intersetoriais.

### **Missão:**

Desenvolver ações diretas e indiretas com a população LGBT e famílias, contribuindo com seu protagonismo enquanto sujeito de direitos, na perspectiva da ruptura com o predomínio da heterossexualidade sobre as demais orientações sexuais e identidades de gênero, combatendo a heteronormatividade.

### **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES - 2019**

#### **Ações Realizadas**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade Pessoas</b>
Atendimentos Individuais	514
Atendimentos em Grupo	70
Palestras e oficinas externas para a rede municipal	56
Palestras e oficinas para empresas	32
Palestras e oficinas para Universidades	28
Palestras e Oficinas para outras redes	54
Encontros Nacional e Estadual dos Organizadores de Paradas do Orgulho LGBT	03
Reuniões da Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional LGBT	05

<sup>6</sup> - O conceito de família refere-se não apenas ao grupo formado pelos pais ou qualquer um deles e seus dependentes, mas, aos diferentes arranjos familiares resultantes de agregados sociais por relações consangüíneas ou afetivas, ou de subsistência e que assumem a função de cuidar dos membros.

Reuniões do Comitê Interfederativo de Gestores da Política Pública LGBT, na sede do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos em Brasília	07

### Eventos realizados com parceiros

Atividade	Data	Ação	Status
Visibilidade Trans	26/01	Atividade em comemoração ao dia da Visibilidade Trans	Realizado
Visibilidade Trans	29/01	Atividade em comemoração ao dia da Visibilidade Trans	Realizado
Dia de Combate à LGBTFOBIA	17/05	Atividade em alusão ao dia de Combate à LGBTfobia	Realizado
Gincana	02/06	Gincana da Diversidade	Realizado
Arraial da Diversidade	08 e 09/06	Festa Junina na Praça	Realizado
Novos Talentos	15/06	Show e apresentações artísticas	Realizado
Fonges	18 e 19/06	Seminário LGBT União Européia	Realizado
Fonges	21/06	Encontro Regional Sudeste	Realizado
Fonges	22/06	Encontro Diretoria Fonges	Realizado
Parada SP	23/06	Parada do Orgulho LGBT de S.Paulo	Realizado
Big Juice	28/06	Apresentações Culturais	Realizado
Parada	30/06	Parada do Orgulho LGBT de Campinas	Realizado
Aniversário do CR	26/07	CR LGBT na Estação	Realizado
Aniversário do CR	31/07	Comemoração aos 17 anos de CR	Realizado
Dia da Visibilidade Lésbica	29/08	Atividades em comemoração ao dia da Visibilidade Lésbica	Realizado
Dia Internacional de Combate à Aids	30/11	Evento na rua 13 de maio, em alusão ao 01 de dezembro.	Realizado

### Atividades Cr LGBT – PERMANENTES

Data	Atividade	Local
Todas as segundas feiras	Capoeira das 19:00 as 21:00 hs	CR
Todas as segundas feiras	Oficina de Libras das 17:00 às 18:30 hs	CR

Todas as Segundas Feiras	Plantão de Reiki Das 13:00 as 16:00 hs	CR
Todas as Quartas Feiras	Plantão de Reiki Das 09:00 as 11:00 hs	CR
Todas as Quartas Feiras	Aulas de Dança Das 18:30 as 19:30 hs	CR
Todas as quintas Feiras	Oficina de arte terapia	CR
Todas as sextas Feiras	Plantão Psicológico	CR

## **DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES**

- Falta de Recursos Humanos
- Espaço físico já bastante saturado

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- No ano de 2019 intensificamos os atendimentos em grupo, o que além de beneficiar o usuário, nos ajudou a diminuir consideravelmente a fila de espera.

## **DESAFIOS E METAS PARA 2020**

- Eliminar a fila de espera para atendimentos especializados.
- Aumento da equipe técnica.
- Adequação do espaço físico.

## **PROGRAMA PARCEIROS DA CIDADE: MÃO AMIGA**

### **Descrição**

O Programa Parceiros da Cidade: Mão Amiga, instituído pela Lei Municipal 15.137 de 05 de janeiro de 2016, tem foco na atenção à população em situação de rua e objetivo de promover a cidadania e a reinserção social desse segmento da população, visando a integração no mundo do trabalho com formação profissional.

No ano de 2019, conforme o planejamento, realizamos o processo seletivo em parceria com o Comitê Técnico de Acompanhamento e Avaliação, representado por todos os abrigos parceiros na execução do programa, bem como a gestora do DOAS na condução junto à estes abrigos. E em março de 2019, iniciamos a quarta turma do programa composta por 30 novos bolsistas selecionados no processo.

Receberam formação e certificação nas áreas de Jardinagem e Paisagismo, com o CEPROCAMP em aulas teóricas, e diversas visitas técnicas formativas, constantes em plano de aula do CEPROCAMP: Viveiros Municipais de Árvores e de Flores, Expoflora, Horta Medicinal do IAC, Mercado de Flores do CEASA, Bosque dos Jequitibás, Laboratório de Informática do CEPROCAMP, Jardins do SESC, Mata Santa Genebra, Jardim dos Sentidos ao lado do Centro de Referência em Reabilitação (CRR) Jorge Kanawaty, em Sousas.

Em meados de agosto, firmamos termo de parceria pelo segundo ano consecutivo com a Mostra+Sustentável e os bolsistas foram capacitados e certificados em Paisagismo Sustentável, sob orientação da profissional Helena Overmeer. O objeto de trabalho foi um projeto nos jardins da praça pública ao lado da Fundação Síndrome de Down, que foi a beneficiada pela Mostra 2019. Vale registrar que esse jardim foi premiado e divulgado pela mídia.local, resultando em reportagem na TV Novo Tempo de Jacareí. Também foi possível fazermos oficinas, agregando a CEPROCAMP nesta formação.

Em outubro realizamos parceria com a UNIMETROCAMP para uma segunda formação, o tema foi Eletricidade Predial, ai e pela primeira vez, os bolsistas tiveram acesso ao ambiente universitário utilizando as salas de aula, laboratórios técnicos, o que repercutiu de maneira muito favorável, valorizando-os e rompendo preconceitos.

Em novembro, surgiram novas vagas de emprego. Com a Lei Municipal 15.593 de 04 de abril de 2018 de autoria do Ver. Fernando Mendes, que indica a contratação por parte das empresas vencedoras das licitações públicas, o Programa Mão Amiga pode empregar 10 bolsistas, em contrato estabelecido entre empresa vendedora da licitação e a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, cerimônia na Sala Azul com a presença do Prefeito Municipal.

O programa envolveu-se também, na execução de Amarelinhas permanentes em vários locais públicos do município, ação que integra o Movimento Campinas pela Paz, organizada pela Secretaria em que atuamos, bem como no feitiço da Horta Comunitária, seguindo orientações do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, informamos que:

O programa propõe realizar acompanhamento em parceria com as empresas por pelo menos 6 meses após a empregabilidade.

Durante todo o transcorrer do Programa, os bolsistas são acompanhados pelos técnicos dos abrigos de referência em conjunto com a equipe do Programa.

E desde sua implementação, vem trabalhando com duas turmas paralelas, pois, acompanha os remanescentes da turma anterior até que sejam empregados ou incluídos em outros benefícios governamentais, como por exemplo o Benefício de Prestação Continuada – BPC e a turma que iniciou no ano corrente.

**Desafios:**

Disponibilização de Sede própria, com a impossibilidade de acesso da sede do programa no Lago do Café, por medida de segurança apoiada na indicação da Vigilância em Saúde por conta da infestação de capivaras, ficamos sem local para adequado armazenamento dos subsídios para executarmos o programa como: ferramentas, uniformes, equipamentos de proteção individual – EPI's e o projeto Laboratório de Recuperação de Plantas em conjunto com CEASA;

Parceria para oficinas contínuas de conscientização dos malefícios do uso de substâncias psicoativas e álcool;

Deslocamento de ferramentas e demais subsídios, pois o programa não conta com um veículo adequado para a realização do transporte da mesmas aos locais de execução das práticas;

Apoio administrativo para melhor organização de dados estatísticos, documentos e demais tarefas administrativas.

**Resultados alcançados:**

Saída qualificada do programa através da empregabilidade de 12 bolsistas ao longo do ano.

Estabelecimento de novas parcerias com entidades da Sociedade Civil.

Boa aceitação e credibilidade do programa nos meios de comunicação.

**Metas para 2020:**

Ampliar o número de atendidos pelo programa, com inclusão de duas turmas, sendo a primeira com início em fevereiro e a segunda em agosto.

Ampliar o período formativo com carga horária nos dois períodos: vespertino e matutino.

Realizar três formações concomitantes.

Ampliação da equipe com um cargo de administrativo disponível para apoiar o programa e um outro servidor com perfil para apoio no acompanhamento das atividades práticas do programa.

## **COORDENADORIA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS**

### **APRESENTAÇÃO**

A Coordenadoria de Prevenção ao Uso de Drogas tem por objetivo desenvolver atividades de prevenção primária, secundária e terciária em relação ao uso problemático de substâncias psicoativas, além da busca na promoção e prevenção com humanização, dignidade, respeito, compromisso às pessoas usuárias, dependentes e codependentes de drogas, visando a defesa da vida e diminuição dos fatores de risco, aumentando os fatores de proteção aos dependentes químicos, procurando definir o ambiente de onde vão partir as ações de prevenção ao consumo de drogas e as estratégias a serem adotadas, levando informações e orientações com o objetivo de

evitar, impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso, o abuso ou a dependência e os prejuízos relacionados ao padrão de consumo de substâncias psicoativas.

As ações de prevenção desta Coordenadoria podem ocorrer em diferentes ambientes, tais como: Comunidades, Escolas, Igrejas, Empresas, etc.

A CPUD tem como missão proporcionar ao munícipe a oportunidade de receber informações e orientações sobre os malefícios das drogas lícitas e ilícitas.

É também responsável por intermediar o “Programa Recomeço”, um programa do Governo do Estado que tem parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas através da Coordenadoria de Prevenção ao Uso de Drogas e que oferece possibilidade de tratamento em entidades cadastradas. Esse Programa foi trazido pelo prefeito Jonas Donizette em 2013 para o Município.

A CPUD está funcionalmente subordinada ao Departamento de Direitos Humanos (DDH) da Secretaria Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) do Município de Campinas.

## **2. AÇÕES REALIZADAS PELA CPUD**

Nome da ação: Atendimento ao Usuário 516 Pessoas atendidas.

Efetividade: execução total

Nome da ação: Acolhimento pelo Programa Recomeço: 287.

Efetividade: execução total

Obs.: Estando o dependente químico em condições de saúde física para internação e tendo a vaga no Programa Recomeço, o mesmo é acolhido na Comunidade Terapêutica pelo período de 6 (seis) meses.

Nome da ação: Participação em eventos e palestras ministradas

Efetividade: execução total

Obs.: A CPUD participou de 18 eventos e palestras em diversos locais, como: Comunidades, Escolas, Igrejas, Empresas e Família, com temas relacionados à prevenção às drogas lícitas e ilícitas.

Nome da ação: Diligência em Comunidade Terapêutica, acompanhando MP Efetividade: execução total

Obs.: A CPUD acompanhou, junto ao Ministério Público as diligências às Comunidades Terapêuticas para averiguações referentes às denúncias, para que se necessário, fizesse o deslocamento de algum interno para a Comunidade Terapêutica ligada o Programa Recomeço de acordo com a necessidade apresentada.



### **3. DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES**

=> Criar um fluxo permanente de informações e divulgação sobre as ações de prevenção oferecida à população;

=> Desenvolver, em parceria com as secretarias municipais competentes, programas voltados à prevenção ao uso de drogas, estabelecendo parcerias e desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos;

=> Manter o interesse do Dependente Químico no tratamento enquanto aguarda o acolhimento na Comunidade Terapêutica.

=> Despertar na comunidade a necessidade de buscar informação e orientação sobre a prevenção às drogas lícitas e ilícitas.

### **4. RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Cumprimos a meta de atendimento da população usuária.
- Cumprimos a meta de execução do programa Recomeço
- A CPUD ainda, agrega conhecimentos e informações para compartilhar e orientar a população sobre a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

### **5. DESAFIOS E METAS PARA 2020**

=> Dar continuidade no envolvimento da sociedade, objetivando ações de prevenção ao consumo de drogas (lícitas e ilícitas), priorizando crianças e adolescentes;

=> Promover ações de engajamento com os pais, como processos informativos e de prevenção;

=> Continuidade na articulação de ações ampliando o vínculo entre as escolas e os pais na prevenção às drogas;

=> Promover articulação de ações ampliando vínculo entre as escolas e o esporte na prevenção às drogas;

=> Dar continuidade nas ações informativas nas escolas, empresas, Fundações CASA SP na prevenção.

## **COORDENADORIA DA MULHER**

### **CEAMO – CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À MULHER**

Fundado em 25 de setembro de 2002, o CEAMO trouxe às mulheres de Campinas que se encontram em situação de violência doméstica, um espaço de acolhimento, escuta, trocas de experiência, de conhecimento e informação sobre os direitos da mulher no exercício de sua cidadania. É oferecido atendimento psicológico, social e orientação jurídica, de acordo com a norma técnica do governo federal, visando oferecer apoio à mulher para que ela consiga romper com o ciclo de violência no âmbito familiar. Desta forma, é um serviço

voltado para a garantia dos direitos humanos, contribuindo para a construção da igualdade nas relações de gênero, na perspectiva da cultura de paz.

## Ações Realizadas

### DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES – 2019

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2019		
<p><b>Atividades Regulares:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Acolhimento</li> <li>* Atendimento psicológico, social e orientação jurídica - (monitoramento ou sistemático)</li> <li>* Grupo de Mulheres (fortalecimento de vínculo, troca de vivências, conhecimento, informações sobre os direitos da mulher no exercício de sua cidadania). Todas as quintas - período manhã – frequência média de 30 mulheres + 10 crianças</li> <li>* Acompanhar usuárias (quando necessário) – DDM, Audiências, Ministério Público, CEJUSC, Defensoria Pública, dentre outros</li> <li>* Oficinas diversas</li> </ul> <p>Atendimentos Individuais: Total Anual 3259</p>		
DATA	LOCAL	ATIVIDADE
15/01/2019	Estação Cultura	Semeadoras da Paz
22/01/2019	Fundação Casa Jequitibá	Palestra para funcionários
22/01/2019	Vitória Hotel Newport	Seminário Tráfico de Mulheres
23/01/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
31/01/2019	CMPCA	Visita Institucional
01/02/2019	Fórum Cidade Judiciária	Justiça Restaurativa
05/02/2019	EGDS – SESI Amoreiras	Capacitação profissionais – Grupos de Fortalecimento
05/02/2019	Casa dos Conselhos	Regimento Interno
11/02/2019	Casa dos Conselhos	Comissão eleitoral
13/02/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
20/02/2019	Academia Campinense de Letras	Rede da Mulher
21/02/2019	Câmara Municipal	Tráfico de Mulheres
22/02/2019	Vitória Hotel Newport	Oficina de educação popular feminista sobre o tema de tráfico de mulheres e de meninas
26/02/2019	CREAS Leste	Comitê SISNOV
27/02/2019	1ª DDM	Visita Institucional
04/03/2019	OAB Campinas	Palestra – Violência Doméstica: O que sabemos? O que Fazemos? Uma reflexão necessária
05/03/2019	CRAS Satélite Íris	Mês da Mulher

06/03/2019	CRAS Nelson Mandela	Mês da Mulher
07/03/2019	Base Guarda Municipal	Entrevista TVB/Record
15/03/2019	TRT 15ª Região	Seminário Discriminação por gênero
18/03/2019	EMDEC	Campanha Assédio no transporte público
18/03/2019	CREAS Leste	Comitê SISNOV
19/03/2019	CEAMO	Visita Institucional – Alana Pesquisa Mestrado
20/03/2019	Academia Campinense de Letras	Rede da Mulher
21/03/2019	CEAMO	Visita Institucional – Secretário Assistência Social Munhoz/MG
24/03/2019	CRAS Campo Belo	Roda de conversa: Combinamos de Não Morrer
26/03/2019	DAS Sul	Roda de conversa
27/03/2019	Salão Vermelho	Faces de Mulher: gênero e muitas expressões
28/03/2019	ANA – DIC 4	Palestra para mães
29/03/2019	CRAS Esperança	Palestra – Relacionamentos Abusivos
01/04/2019	PUC Campinas	Entrevista TV PUC
09/04/2019	EGDS	Capacitação Grupos de Fortalecimento
10/04/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
26/04/2019	DAS Sul	Roda de conversa
30/04/2019	Arautos da Paz	Fórum Campinas pela Paz
01/05/2019	Arautos da Paz	Fórum Campinas pela Paz
07/05/2019	EGDS	Capacitação Grupos de Fortalecimento
14/05/2019	Casa Santana + CRAS Florence	Roda de conversa – Adolescentes
22/05/2019	Academia Campinense de Letras	Rede da Mulher
27/05/2019	ESPRO	Roda de conversa – Adolescentes – Relacionamento Abusivo
28/05/2019	PROGEM	Roda de conversa – Adolescentes – Relacionamento Abusivo
29/05/2019	Casa dos Conselhos	Comissão eleitoral
29/05/2019	FACAMP	Palestra – Violência Doméstica
04/06/2019	ESPRO	Roda de conversa – Adolescentes – Relacionamento Abusivo
04/06/2019	EGDS	Capacitação Grupos de Fortalecimento
04/06/2019	CREAS Leste	Comitê SISNOV
05/06/2019	Escola Zatti	Roda de conversa – Adolescentes – Relacionamento Abusivo
10/06/2019	Câmara Municipal	TV Câmara – Questão de Ordem
12/06/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
13/06/2019	Residencial Taubaté	Habitação Palestra Moradoras
18/06/2019	Casa dos Conselhos	Comissão eleitoral
25/06/2019	CREAS Leste	Comitê SISNOV
26/06/2019	Pq. Fazendinha	Capacitação para profissionais da educação sobre violência doméstica
28/06/2019	CPTI	Palestra – Violência Doméstica e Fluxo de Atendimento
02/07/2019	EGDS	Capacitação Grupos de Fortalecimento
03/07/2019	AGEMCAMP	Câmara Temática – Mulheres

05/07/2019	CIEE	Roda de conversa – Adolescentes – Relacionamento Abusivo
10/07/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
06/08/2019	AGEMCAMP	Câmara Temática – Mulheres
08/08/2019	Salão Vermelho	Cerimônia alunos escola Zatti
13/08/2019	PROGEM	Palestra – Relacionamentos Abusivos
21/08/2019	Academia Campinense de Letras	Rede da Mulher
22/08/2019	2ª DDM	Festa Comemorativa à Lei Maria da Penha – Grupo de Mulheres
23/08/2019	Hospital Ouro Verde	Capacitação para residentes
03/09/2019	CEASA	Gravação Curso de Culinária com Atendidas pelo CEAMO
04/09/2019	PUC Campinas	Palestra – Violência Doméstica
11/09/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
12/09/2019	CEAMO	Visita Institucional Defensoria Pública
18/09/2019	Universidade São Francisco	Palestra – Relacionamentos Abusivos
23/09/2019	CRAS Florence	Palestra – Relacionamentos Abusivos
25/09/2019	Academia Campinense de Letras	Rede da Mulher
26/09/2019	CEAMO	Festa Comemorativa ao aniversário do CEAMO
01/10/2019	FCM UNICAMP	Palestra Residentes sobre Violência Doméstica e Fluxo de Atendimento
02/10/2019	EGDS	Capacitação Grupos de Fortalecimento
15/10/2019	Pirassununga	Apresentação da Rede da Mulher e palestra sobre violência doméstica
16/10/2019	Fundação Casa Jd. Amazonas	Palestra para familiares sobre violência doméstica
16/10/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
16/10/2019	AGEMCAMP	Câmara Temática – Mulheres
18/10/2019	M Martan	Palestra para funcionários
22/10/2019	Espaço Maria Monteiro	Ação Forte – Roda de conversa com adolescentes
23/10/2019	CEPROCAMP	Palestra para professores – Relacionamentos Abusivos
23/10/2019	Academia Campinense de Letras	Rede da Mulher
24/10/2019	Catedral – 13 de maio	Ação de Rua Outubro Rosa
24/10/2019	2ª DDM	Festa das Crianças
29/10/2019	IMA	Seminário Violência Doméstica
30/10/2020	EGDS	Capacitação Grupos de Fortalecimento
05/11/2019	ISA – CEASA	Formatura Curso Culinária
13/11/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM
13/11/2019	Academia Campinense de Letras	Rede da Mulher
19/11/2019	EMEF Domingos Zatti	Dia D
21/11/2019	EGDS	Curso Direitos Humanos – Mulheres
25/11/2019	13 de maio	16 dias de ativismo - distribuição de água, material informativo, orientação e acolhimento
28/11/2019	CEAMO	16 dias de ativismo – oficinas e cuidados oferecidos às mulheres + mega bazar de doações

04/12/2019	OAB Campinas	Capacitação para profissionais da rede – Violência doméstica e apresentação do novo fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica
07/12/2019	Salão Vermelho	Eleição CMDM
10/12/2019	Salão Vermelho	Lançamento SISNOV
11/12/2019	Casa dos Conselhos	Reunião Ordinária CMDM

## **DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES**

Para ocupar diferentes espaços para capacitação de profissionais, promover o enfrentamento e combate à violência contra as mulheres, levar conhecimento e informação à população, oferecer atendimento qualificado e trabalhar em frentes de prevenção é necessário maior investimento em materiais didáticos, impressos e recurso para organização de eventos, bem como ampliação da equipe do serviço.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- 3259 atendimentos individuais em 2019
- Aproximadamente 1300 participações de mulheres em grupos de fortalecimento
- Articulações com a Rede
- Capacitação de profissionais da rede socioassistencial, educação e saúde

## **DESAFIOS E METAS PARA 2020**

- Implementação do Serviço de Responsabilização e Reeducação aos Autores de Violência
- Capacitação de profissionais de segurança pública
- Projetos de encaminhamento ao mercado de trabalho e autonomia econômica

## **COORDENADORIA SETORIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

### **CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS NA PREVENÇÃO E COMBATE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA**

## **APRESENTAÇÃO**

A Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial é um espaço institucional articulador e formulador de políticas públicas de combate ao racismo, discriminação e toda forma de intolerância,

promovendo a interlocução entre as entidades locais, municipais, autoridades dos segmentos civis, militar e religiosos e a administração pública visando contribuir com eficácia para correção das desigualdades sociais e racial, neste sentido, promovendo ações de inclusão social, valorização e empoderamento dos negros, negras e outros grupos historicamente discriminados por motivo de raça, cor, etnia, procedência nacional ou religião, o que faz por meio da Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial e seus setores: o Centro Campineiro de Memória Afro-brasileira e o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa.

### **Atividades realizadas em 2019:**

Janeiro/2019 - elaboração do diagnóstico situacional das políticas públicas de promoção da igualdade racial e das demandas que a população negra local possui em relação às políticas nacionais com o Consultor Felipe Fontana, da SEPPIR, órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Fevereiro/2019 - 1º Encontro Grupo de Estudos Iorubá, na CEPIR

Março/2019 - Palestra no curso de Direito - Matéria: Direito do Trabalho - PUC Campus I e no curso de Enfermagem - Matéria: Direitos Humanos - PUC Campus II

Abril/2019 - Formação: Relações étnico raciais, na E.E. Professora Maria Julieta de Godói Cartezani, realização pelo Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa

Abril/2019 – Apoio no evento da Lavagem das Escadarias da Catedral na Praça Rui Barbosa

Mai/2019 – Realização do Concurso Rainha Pérola Negra, com finalidade de reconhecer e valorizar mulheres negras que se destaquem em ações em prol do desenvolvimento e promoção da Igualdade Racial. Sete mulheres do município foram homenageadas em categorias como educação pela promoção da igualdade racial, profissional destaque, trajetória de luta e garantia de direitos, desenvolvimento comunitário, Revelação e Afirmação de Identidade - Praça Arauto da Paz

Mai/2019 - Ensaio Fotográfico para Mães do Projeto Crespinhos no Poder. Evento realizado em parceria com Projeto Crespinhos no Poder, com objetivo de empoderar a mulher negra - Parque Ecológico

Mai/2019 – Participação na Feira Afro Mix com Tenda de Promoção da Igualdade Racial, na Estação Cultura

Junho/2019 - Sarau Afro Cultural dos Avós: Evento CEPIR em parceria com Projeto Crespinhos no Poder, reuniu fotógrafos, DJs, trançadeiras e professora de Yoga com objetivo de promover a autoestima dos avós afrodescendentes - Praça Rui Barbosa

Agosto/2019 - Formação Promotoras Legais Populares - Relações étnico-raciais, na Penitenciária Feminina do São Bernardo, realização Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa

Agosto/2019 - Abertura da exposição fotográfica Crespinhos no Poder. Evento em parceria da CEPIR com Projeto Crespinhos no Poder abrindo a comemoração de 1 ano do projeto na CEPIR

Setembro/2019 - Evento CEPIR em parceria com Projeto Crespinhos no Poder, Desfile Inclusivo de Jovens e Adolescentes, na Praça do Coco

Outubro/2019 - Apresentação Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial representantes da sociedade civil e do poder público no Salão Vermelho

Outubro/2019 – Outubro Rosa - Oficina Interativa de Turbantes. Evento CEPIR em parceria com Djumbo

Novembro/2019 - Mesa de Debate: Reforma Protestante, Para Quem? O Racismo Atinge a Igreja? Lançamento do Livro: Teologia & Negritude - Os deslocamentos da Teologia a partir da experiência negra. Evento em parceria da CEPIR com a Fraternidade Teológica Latino Americana

Novembro/2019 - Encaminhamento do Projeto de Lei de Cotas para Negros(as) nos concursos públicos da Administração Pública Municipal de Campinas e Assinatura do Decreto do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, no Salão Azul

Novembro/2019 - Evento Saúde Masculina e Feminina do Jovem Negro, no CRJ Vila União realização Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa

Novembro/2019 – Participação na Feira Afromix – Tenda da Promoção da Igualdade Racial a favor das cotas, entrega de materiais do Centro de Referência e CEPIR, na Estação Cultura

Novembro/2019 - Simpósio de Saúde da População Negra . Realização: Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Saúde e Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp

Novembro/2019 – Apoio da CEPIR na Marcha Zumbi dos Palmares - Região Central

Novembro/2019 - Realização da Feira Afro - Praça Guilherme Almeida

Novembro/2019 - Participação da CEPIR na entrega da Honraria Zumbi dos Palmares da Câmara Municipal de Campinas - Largo do Rosário

Novembro/2019 – Apoio da CEPIR na Apresentação da Banda Olodum - Largo do Rosário

Novembro/2019 - Canto de Dandara - Evento realizado no CRAS Esperança com tema Canto da

Dandara, com apresentação cultural , oficina de turbantes, palestras e roda de conversa. CEPIR e Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa

Novembro/2019 - Aplicação do Curso Noções em Direitos Humanos e Cultura de Paz com o tema Igualdade Racial - Departamento de Direitos Humanos

Novembro/2019 - palestra no 5º Evento Consciência Negra e Combate à Violência Contra a Mulher - CRAS Leste, município de Mogi Guaçu - participaram do evento 230 pessoas da comunidade e as famílias atendidas e acompanhadas pelo serviço do CRAS, pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) e pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)

Dezembro/2019 - CEPIR entrega láurea Mérito de Promoção da Igualdade Racial, Coordenadoria homenageou as pessoas que participaram dos debates temáticos contribuindo para elaboração do primeiro Plano Municipal de Promoção da Igualdade CEPIR

### **Os principais desafios na execução das atividades 2019:**

1- transportes, considerando os deslocamentos durante os expedientes, deslocamentos noturno e nos finais de semana e feriados;

2- recurso financeiro;

3- envolvimento dos outros serviços para realizações de ações intersetoriais integradas;

### **Resultados Alcançados 2019**

1- Ações Afirmativas:

=> Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

=> Lei de Cotas para garantir a reserva de 20% das vagas para negros em concursos públicos e processos seletivos municipais.

2- Ampliação da divulgação dos Serviços de Promoção da Igualdade Racial:

=> Com a Tenda da Promoção da Igualdade racial, em eventos e praças públicas, dialogamos com diversos públicos.

3- Conscientização:

Com Palestras, Rodas de Conversas, Formações e reuniões em diversos e diferentes espaços, órgãos e instituições

### **Desafios e metas para 2020**

1 –Projeto Ubuntu, registro documentário de pessoas da Comunidade Negra de Campinas

2 – Implantar as demandas do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial



3 – Levar a Tenda da Promoção da Igualdade Racial para diversas áreas da periferia de Campinas

4 – Implantação do Projeto Afro Empreendedor parceria CEPPIR , Secretaria de Trabalho e Renda, SEBRAE, REAFRO

## **COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA**

### **1. AÇÕES REALIZADAS**

Ação 1: Acompanhar o processo para publicação do decreto da comissão intersetorial.

Detalhes: a CPPI inseriu no SEI (Sistema de Eletrônico de Informações) uma proposta para criação de uma comissão intersecretarial para acompanhamento da política municipal do Idoso. O Processo Administrativo nº SEI.2018.00024155-97 está no Gabinete da SMASDH.

Ação 2: Acompanhar o processo do Centro Dia.

Detalhes: a CPPI acompanhou as tratativas para instalação do primeiro Centro Dia no Município de Campinas. O Conselho Municipal do Idoso deliberou favorável a construção integral da obra com recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas (FMPIC). Reservando até 2 milhões de reais para a referida estrutura de atendimento. Com isso, iniciou-se um processo de seleção de uma nova área para instalação do 2º Centro Dia, este sendo fruto de eventual convênio com o Estado de São Paulo.

Ação 3: Acompanhar o processo da Vila Dignidade (VIDA LONGA).

Detalhes: desde 2018, a CPPI faz diversas interlocuções para organizar as informações o Programa Vila Dignidade e a possibilidade de sua implantação no Município de Campinas. Ainda em 2018, fizemos um resgate das tratativas anteriores, e registramos as informações em um relatório que consta no SEI sob o nº SEI.2018.00024282-22. Parte da equipe da CPPI realizou visita na Vila Dignidade instalada no Município de Sorocaba no dia 01 de agosto de 2018. Após a análise de alguns terrenos em Campinas e seus respectivos territórios, a CPPI sugeriu a instalação de uma Vila Dignidade nas proximidades do Parque das Águas. A Secretaria de Serviços Públicos informou sobre a impossibilidade de utilização do terreno para a construção da Vila, dado que uma parte deste estava destinada como área verde. Em 2019, o Governo do Estado de São Paulo publicou um Decreto modificando o Programa. A CPPI reiniciou o processo de seleção do terreno para construção da vila conforme as regras do novo Programa, “Vida Longa”. O novo processo está no SEI PMC.2019.00050154-33.

Ação 4: Realizar reuniões intersetoriais para obtenção dos selos Intermediário e Pleno.

Detalhes: as reuniões ocorreram de forma desintegrada, mas foi possível estabelecer comunicação com as diversas Secretarias Municipais com suporte do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A CPPI também participou de diálogos com a DRADS Campinas e ofereceu os relatórios de atividades que comprovavam o cumprimento dos critérios para obtenção do SELO INTERMEDIÁRIO.

Ação 5: Manter a participação na Comissão do Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas.

Detalhes: a CPPI manteve participação na Comissão do Fundo Municipal da Pessoa Idosa e iniciou participação nas comissões de Eventos, ILPI e Políticas Públicas e Violência. Para tanto, a CPPI disponibilizou parte de sua equipe para participar de diversas reuniões e eventos.

Ação 6: Manter a participação nas reuniões ordinárias e contribuições nos eventos.

Detalhes: a CPPI manteve participação nas reuniões ordinárias do CMI e contribuiu para realizar de eventos, inclusive para a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Ação 7: Parceria com a PUC Campinas para realização das oficinas sociogerontológicas para os atores da Política Municipal do Idoso.

Detalhes: foi realizada parceria com a PUC Campinas para realização das oficinas sociogerontológicas para os atores da Política Municipal do Idoso, para tanto, foi assinado um Termo de Cooperação que está no Processo SEI PMC.2018.00026455-92.

Ação 8: Manter apoio às ações da Comissão dos Idosos Aposentados e Pensionistas da Câmara Municipal.

Ação 9: Elaboração de informativos sobre o território e seus respectivos serviços, visando estabelecer fluxos de encaminhamentos aos órgãos de defesa de direitos dos idosos.

Ação 10: Projeto nos Condomínios Vilas de Taubaté.

Em parceria com a COHAB, a equipe da CPPI realizou diversas ações com moradores do Condomínios Vilas de Taubaté. O projeto foi desenvolvido durante os meses de março, abril, maio e junho.

Ação 11: Reuniões, ações e eventos com centros de saúde, intersetoriais, entidades, etc.

Detalhes: 12/03 Reunião Centro de Saúde Boa Esperança; 18/03/2019 - Reunião com a equipe do Centro de Saúde Vila União; 02/07 - Reunião Intersetorial CAPs AD Sul; 16/07 - Reunião com o COF;

17/07 - Reunião AAPICAMP; 29/07 - Reunião Intersetorial Cras Anhumas; 06/08 - Reunião Intersetorial Sudoeste; 03/09 - Reunião Intersetorial sudoeste; 09//09 Roda de conversa COF

10/09 - Discussão de caso (Centro de saúde Integração)/Visita Domiciliar; 11/09 - Roda de conversa com os idosos COF; 18/09 - Reunião de equipe Guadalupe; 19/09 - Reunião CRAS Campos Elíseos; 23/09 - Reunião Bom Prato; 01/10 - Ação no Bom Prato (Dia do Idoso)

03/10 - Ação intersetorial no Luciano Do Valle; 08/10 - Centro de saúde Jd. Fernanda/ Visita Domiciliar; 10/10 - Reunião com o Centro de saúde (Tancredão)/ Visita Domiciliar/ Discussão de caso CRAS Campo Belo; 29/10- Roda de Conversa com o público do Centro de Saúde ( Tancredão) na sede social, Santa Terezinha; 30/10 - Reunião com a AAPICAMP; 31/10- Reunião com a COHAB; 05/11- Reunião Intersetorial Girassol; 07/11- Centro de saúde São Bernardo; 22/11-Roda de Conversa Mandela; 30/11 - Evento de culinária na Metrocamp

## **2. DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES**

Ação 1: Após algumas alterações no texto, houve o parecer favorável da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para criação da Comissão Intersecretarial para acompanhamento da política municipal do Idoso.

Ação 2: Obter aprovação do Estado de São Paulo para formalização de convênio e repasse dos recursos para a construção do Centro Dia.

Ação 3: Localizar terreno com todas as características exigidas para elaboração do projeto Vila Dignidade (VIDA LONGA).

Ação 4: reuniões ocorrendo de forma desintegrada por falta da instituição da Comissão Intersecretarial.

Ação 7: Tramitação e aprovação jurídica para formalização da parceria com a PUC.

## **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

Ação 1: Aprovação jurídica para criação da Comissão Intersecretarial.

Ação 2: Aprovação do Conselho Municipal do Idoso para utilização dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas para construção do Centro Dia.

Ação 4: No dia 01/10/2019, o Município de Campinas recebeu do Governo do Estado de São Paulo o Selo Intermediário Município Amigo do Idoso. As atividades realizadas estão sistematizadas em um relatório próprio, constante no SEI PMC.2019.00034681-55.

Ação 5: Ainda em 2018, foi realizado estudo sobre o Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Campinas (FMPIC) e oferecido ao Conselho Municipal do Idoso como instrumento para prestação de contas, conforme informações constantes ao SEI.2018.00028729-04. Em 2019, o Presidente do Conselho Municipal do Idoso solicitou que a CPPI faça a atualização do Relatório de Prestação de Contas do FMPIC, conforme SEI PMC.2019.00052386-53.

Ação 6: Houve apoio na realização geral da Conferência Municipal da Pessoa Idosa (organização, recepção, distribuição de materiais aos delegados, etc.) e também na coordenação de eixos temáticos.

Ação 7: foi realizada parceria com a PUC Campinas para realização das oficinas sociogerontológicas para os atores da Política Municipal do Idoso, para tanto, foi assinado um Termo de Cooperação que está no Processo SEI PMC.2018.00026455-92. Essa parceria resultou na capacitação de mais de 90 profissionais de diversas instituições, na criação de uma carteira de projetos de ação intersetorial e na criação de uma rede de comunicação e troca de dados entre os participantes das oficinas e a universidade.

Ação 8: Foi mantido o apoio às ações da Comissão dos Idosos Aposentados e Pensionistas, inclusive com a composição de mesa e a inteira disposição de informações sobre o Processo do Centro Dia no Município.

Ação 9: Os informativos foram finalizados e organizados por território. Os informativos territoriais estão disponíveis no WIX criado pela CPPI: <https://cppicampinas.wixsite.com/cppi> .

Ação 10: Divulgação dos direitos previstos no Estatuto do Idoso e fortalecimento de vínculos comunitários.

Ação 11: As reuniões permitiram a troca de informações entre profissionais, a discussão de casos específicos, identificação de demandas territoriais, a interação entre equipes, o aprimoramento de fluxos, a divulgação do estatuto do idoso de do trabalho da CPPI, a integração com pessoas idosas e a realização de eventos integrativos, temáticos e descentralizados.

#### **4. DESAFIOS PARA 2020**

Ação 1: Processo para composição da Comissão Intersecretarial para acompanhamento da política municipal do Idoso deverá ser enviado para assinatura do Prefeito e a Coordenadoria de Políticas para a Pessoa Idosa poderá articular as indicações junto às Secretarias Municipais.

Ação 2: Acompanhar os processos para construção da 1ª unidade, para o convênio da 2ª unidade; e pesquisar sobre a estrutura necessária para atendimento no CDI.

Ação 3: acompanhar o processo no SEI-Vila Dignidade (VIDA LONGA) e, caso identificado e aprovado o terreno, elaborar projeto social para instrução do pleito de convênio com o Estado de São Paulo.

Ação 4: realizar ações para obtenção do Selo Pleno, em especial, o IDEA IDOSO.

Ação 5: finalizar o Relatório de Prestação de Contas e enviá-lo para o CMI. Além disso, manter o acompanhamento das atividades da Comissão do FMPIC, considerando a disponibilidade de tempo na Coordenadoria, isto é, priorizando as atividades da CPPI.

Ação 6: manter o acompanhamento das atividades da Comissão de eventos, considerando a disponibilidade de tempo na Coordenadoria, isto é, priorizando as atividades da CPPI. Fomentar a realização de eventos relacionados com a captação de recursos para o Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Ação 7: finalizar o processo de prestação de contas no SEI.2018.00026455-92 e organizar a carteira de projetos que foram apresentados.

Ação 8: manter o apoio às ações e abrir diálogo para participação dos técnicos da Câmara nas oficinas sociogerontológicas oferecidas pela PUC Campinas e CPPI.

Ação 9: divulgar os informativos territoriais.

# COORDENADORIA SETORIAL DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

## 1) Programa Juventude Conectada (PJC)

De iniciativa da Prefeitura Municipal de Campinas através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, o Juventude Conectada é um programa socioeducativo, gerido pela Coordenadoria da Juventude e estabelecido pela Lei nº 14.853, de 16 de Julho de 2014, e tem como objetivo **promover a inclusão digital através da inclusão social**.

120 (cento e vinte) jovens de 15 a 29 anos recebem bolsa pedagógica mensal e cumprem carga horária de 20 horas semanais para desenvolverem atividades de inclusão digital em telecentros distribuídos pelos territórios de Campinas. Nesse sentido, telecentros são definidos como espaços abertos de uso coletivo com acesso à Internet onde se realizam atividades por meio do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas.

Os jovens atuam como facilitadores na organização/orientação e apoio à população no acesso livre e gratuito, na realização de oficinas básicas de informática e outras atividades relacionadas à cultura digital. Para desempenhar estas atividades, os bolsistas recebem um itinerário de atividades de formação social e em cultura digital, norteado pela **educação participativa não formal**, com qual busca-se construir o conhecimento coletivo, de autodeterminação dos sujeitos no processo de aprendizagem, tendo em vista a sua autonomia, construção do projeto de vida e identidade, participação social e comunitária. Os bolsistas participam de formações continuadas quinzenais com a equipe pedagógica do Programa.

Em setembro de 2019, 32 (trinta e dois) novos bolsistas ingressaram no Juventude Conectada para completar o quadro de 120 (cento e vinte) bolsistas. Esses jovens participaram do Processo Seletivo de 2017 e aguardavam na lista de espera classificatória. Os novos bolsistas passaram por uma semana de formação básica e iniciaram suas atividades nos telecentros.

### 1.1) Acesso nos Telecentros do Programa:

Telecentro	Região	Acessos 2019
Agiliza Aparecidinha	N	268
Biblioteca Central de Campinas	L	5886
Biblioteca de Sousas	L	179
CASI – Centro de Atendimento Social Integrado	S	1602
Agiliza Ouro Verde	SO	11623
CREAS Sudoeste	SO	1709
Centro de Políticas Sociais Nelson Mandela	SO	1409

CEU Jardim Florence	NO	1313
CVI	L	206
EMEF CAIC	SO	9857
Centro Pop	L	7028
CEMEFEJA Paulo Freire	L	1437
CPAT	L	10248
CRAS Campos Elíseos – Vila União	SO	899
Centro de Referência da Juventude – CRJ	SO	827
DAS Noroeste – Jd. Nova Esperança	NO	70
DAS Sudoeste – Centro de Formação Tancredo Neves	SO	61
EMEF – Dr. João Alves dos Santos	N	5028
Agiliza Campo Grande	NO	3027
EMEF Ponzio	SO	649
CRAS Bandeiras	S	796
EMEF Clotilde	NO	17256
CEU Vila Esperança	N	2497
Recanto Anhumas – Jardim Nilópolis	L	1919
Associação de Moradores Jd. Sigris	S	1065
Teatro Maria Monteiro	N	906
<b>TOTAL</b>		<b>88.494</b>

## 1.2) Formações Realizadas com os bolsistas em 2019:

### a) Eixo Gestão:

- Desenvolvimento Pessoal e Profissional I;

- Desenvolvimento Pessoal e Profissional II;
- FUNDAP / COHAB;
- Depressão e Ansiedade I

**b) Eixo Cidadania e Direitos Humanos:**

- Introdução aos Direitos Humanos;
- Projeto “Ódio Não”;
- LGBT;
- Femicídio;
- Masculinidade Tóxica;
- Racismo;
- Migrações e Xenofobia;
- Pessoas com Deficiência e Sexualidade;

**c) Eixo Tecnologia de Informação e Comunicação:**

- Libre Office I;
- Libre Office II;
- Fake News;
- Visita ao Planetário;
- Visita Técnica aos estúdios da EPTV Campinas;



*Figura 83 - : Formação dos bolsistas sobre Xenofobia*



*Figura 84 - Visita do Juventude Conectada aos estúdios da EPTV Campinas*

### **Bolsistas do Juventude Conectada visitam estúdios da EPTV:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37871>

### **2) Geração de Oportunidades**

#### **2.1) Centro de Referência da Juventude – Cursos Profissionalizantes**

Ao todo, foram oferecidas 360 (trezentas e sessenta) vagas de cursos profissionalizantes em 2019, sendo:

#### **a) Cursos “Empreendedorismo e Economia Solidária” e “Gestão Cultural”**

**Data:** Abril a Outubro de 2019

**Local:** Centro de Referência da Juventude

**Participantes:** 200 (duzentos) jovens

Através do Convênio celebrado com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Coordenadoria da Juventude, por meio do Centro de Referência da Juventude (CRJ), ofereceu 200 (duzentas) vagas de cursos profissionalizantes, exclusivamente voltadas para jovens de 15 a 29 anos, de baixa renda, com ou sem deficiência. Divididos em duas turmas de 50 (cinquenta) alunos, sendo uma no período da tarde e outra a noite, cada curso teve 100 (cem) vagas disponíveis e tiveram como objetivo oferecer alternativas para geração de renda fora do mercado de trabalho convencional, sobretudo através do empreendedorismo e



empreendedorismo cultural. Todos os alunos receberam gratuitamente material didático, material escolar e vale-transporte. Em todas as aulas houve intérprete de libras.

### **Prefeitura oferece 200 vagas em cursos profissionalizantes para jovens:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35741>

#### **a.i) “Empreendedorismo e Economia Solidária”**

Dos 100 (cem) jovens matriculados, 68 (sessenta e oito) concluíram o curso de Empreendedorismo e Economia Solidária. Ambas as turmas participaram da Feira de Empreendimentos com 12 (doze) empreendimentos montados. Desses, 6 (seis) alunos montaram seus próprios empreendimentos durante e/ou após o Curso. A maioria dos empreendimentos foi no ramo da alimentação: barracas de pastel, cachorro quente, doces, queijos e bebidas artesanais. Os alunos que não montaram seus empreendimentos foram beneficiados com o impacto social de transformação da visão de mundo através da reflexão sobre o protagonismo juvenil, oportunidades e formas de organização do seu projeto de vida. Neste sentido, todos os jovens participantes do Curso de Empreendedorismo e Economia Solidária foram contemplados com uma ampliação do seu repertório no tocante da profissionalização. Assim, estes jovens terão mais condições na inserção no mercado de trabalho, bem como disporão de mais ferramentas para trilhar seu projeto de vida e quem sabe futuramente empreender para criar seu próprio negócio



*Figura 85 - Alunos da Turma 2 de Empreendedorismo e Economia Solidária*

- **Feira Solidária fecha ciclo de cursos profissionalizantes para jovens:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36720>

#### **a.ii) “Gestão Cultural”**

Dos 100 (cem) jovens matriculados, 67 (sessenta e sete) concluíram o curso de Gestão Cultural. os alunos aprenderam diversos aspectos da produção e organização de eventos, que culminou na realização de

um Sarau de encerramento do Curso. O Sarau foi integralmente produzido e organizado pelos alunos, que montaram a programação, fizeram as articulações com o poder público para autorização de uso da praça. Dois dos alunos concluintes do curso de Gestão Cultural foram empregados na área logo após o término do Curso. Os demais alunos tiveram a oportunidade de conhecer uma área profissional alternativa e poderão buscar oportunidades no campo da produção de eventos, área que tem crescido em Campinas. Com o crescente campo da Economia Criativa, ambos os cursos contribuíram significativamente na capacitação dos jovens em instrumentos alternativos ao mercado de trabalho formal, ou seja, em campos de trabalho em que prevalecem a autonomia e protagonismo do jovem. Sendo assim, os jovens capacitados poderão usufruir dos conhecimentos adquiridos para desbravar o universo do empreendedorismo e economia criativa para geração de renda. Uma vez que os jovens participantes ingressem no mercado de trabalho ou, principalmente, iniciem seu próprio negócio, além da geração de renda, estes jovens contribuirão para a diminuição da violência contra a população jovem, sobretudo por estarem engajados em espaços seguros e contribuindo para o desenvolvimento social de sua comunidade e da sociedade como um todo.



*Figura 86 - Jovens se divertiram e já colocaram em prática o aprendizado do curso*

- **Sarau reuniu mais de 300 pessoas na Praça da Juventude no último sábado:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37142>

#### b) “InovaJovem” – Curso de Empreendedorismo EaD

**Data:** Agosto a Novembro de 2019

**Local:** EaD (Educação à Distância)

**Participantes:** 100 (cem) jovens

Também em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, desta vez através da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), a Coordenadoria da Juventude ofereceu 100 (cem) vagas de curso de Empreendedorismo EaD (Educação à Distância). Com um total de 30 (trinta) horas de duração, o curso abordou os seguintes tópicos: Aprendendo a Empreender, Criatividade e Inovação, Planejamento e Pesquisa, Comunicação a Alma do Negócio, Vendas, Recursos Humanos, Economia e Finanças. Os alunos tiveram 90 (noventa) dias para concluir o curso.

- **"InovaJovem" abre inscrições para curso a distância nesta segunda-feira:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36937>

c) Cursos Profissionalizantes “Assistente Contábil” e “Assistente de Recursos Humanos”

**Data:** Março a Junho de 2019

**Local:** Centro de Referência da Juventude

**Participantes:** 60 (sessenta) jovens

Em parceria com as organizações não governamentais Associação Centro de Estudos, Projetos e Ações Comunitárias (Imene) e a Ubuntu Educar a Coordenadoria da Juventude, através do Centro de Referência da Juventude (CRJ), ofereceu 60 (sessenta) vagas para os cursos profissionalizantes: “Assistente Contábil” e “Assistente de Recursos Humanos”.

- **Parceria oferece 60 vagas em cursos de assistente contábil e de RH:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35992>

2.2) “#CampinasPelaAprendizagem”

**Data:** 24/04/2019

**Local:** Estação Cultura/Largo do Rosário

**Participantes:** 800 (oitocentos) adolescentes/jovens

Através da participação da Coordenadoria da Juventude na Comissão do Jovem Aprendiz (CJA) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) foi criada a Semana Municipal do

Jovem Aprendiz, a ser comemorada na semana do dia 24 de abril de cada ano. Assim, a CJA em conjunto com a Coordenadoria da Juventude promoveu o “Campinas Pela Aprendizagem”, uma caminhada com jovens aprendizes de 12 (doze) entidades formadoras, que reuniu cerca de 800 (oitocentos) jovens num percurso da Estação Cultura até o Largo do Rosário, levando faixas e cartazes sobre a importância da aprendizagem profissional e primeiro emprego. No Largo, as instituições montaram estandes para atendimento dos jovens e da população em geral, dando informações sobre os programas de aprendizagem, cursos profissionalizantes e mercado de trabalho. O contou com apresentações culturais promovidas pelos próprios jovens.



*Figura 87 - Concentração dos jovens aprendizes no Largo do Rosário*

- **Semana do Jovem Aprendiz terá capacitação e caminhada em Campinas:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36163>

- **Dia do Jovem Trabalhador terá caminhada e emissão de carteira de trabalho:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36188>

- **Dia do Jovem Trabalhador reúne mais de 800 pessoas no centro da cidade:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36204>

### 2.3) II Feira de Oportunidades

**Data:** 26/10/2019

**Local:** Estação Cultura



Promovida pela Coordenadoria de Políticas para a Juventude da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e pelo Conselho Municipal da Juventude, a feira visa a inclusão do jovem no mundo do trabalho através de estandes de empresas e instituições parceiras que ofereceram oportunidades de estudo e trabalho para jovens com idade entre 14 e 29 anos. Para viabilizar trabalho e emprego participaram o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), com a oferta de 260 vagas para estágio e 65 vagas para aprendiz; Ensino Social Profissionalizante (Espro), com 300 vagas para aprendiz e 120 para formação no mundo do trabalho; People RH, 25 vagas; ISBET – Programa de Estágio e Jovem Aprendiz, com 40 vagas disponíveis para aprendiz; Kobalto Consultoria JR, 10 vagas; Actual RH, 241 vagas; Motiva Contact Center, 40 vagas. A Associação de Educação do Homem de Amanhã (Guardinha) e o programa da Secretaria de Trabalho e Renda, Aprendiz Campinas, também marcaram presença.



*Figura 88 - Feira ofereceu orientação, oportunidades e capacitação*



*Figura 89 - Wagner Souza/AAN | Jovens em busca de emprego e qualificação participam de palestra, na Estação Cultural: esperança*

- **II Feira de Oportunidades para jovens ocorre no próximo dia 26 de outubro:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37477>

- **II Feira de Oportunidades tem vagas de trabalho e estudo para jovens:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37526>

- **Jovens procuram vagas de emprego e formação na II Feira de Oportunidades:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37559>

- **Feira atrai centenas em busca de emprego:**

[https://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2019/10/campinas\\_e\\_rmc/876072-feira-atrai-centenas-em-busca-de-emprego.html#](https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/10/campinas_e_rmc/876072-feira-atrai-centenas-em-busca-de-emprego.html#)

### **3) Cultura Cidadania**

#### **3.1) Juventude na Quebrada 5.0 – edição Virada Sustentável**

**Data:** 13 e 14/04/2019

**Local:** Praça da Juventude Pastor Alessandro Monare

**Participantes:** 800 (oitocentas) pessoas

Em sua 5ª edição, o Juventude na Quebrada realizado em parceria com a Virada Sustentável, reuniu 800 (oitocentos) participantes na Praça da Juventude “Pastor Alessandro Monare”, no DIC V. O evento reúne programação cultural e esportiva, bem como oferta políticas públicas para a população jovem das regiões mais periféricas. Na parte esportiva, contou com campeonato de basquete 3x3, competição de skate e jogo amistoso de futebol com os times Shalk F.C. versus Projeto Resgatando Sonhos, “aulão” aberto de ritmos de zumba com a equipe da Academia Panobianco e apresentação do grupo de capoeira Zabelê Bonfim. A programação também inclui diversas atrações culturais. Cantor Sertanejo, dança com o Studio Criart e apresentações de ballet e Stiletto Dance com a equipe W Company Studio de Dança, aula de breaking com o Bboy Araújo. O primeiro dia de evento foi encerrado com o coletivo “Batalha da Luz” que promoveu uma batalha de rimas entre Mcs.

- **“Juventude na Quebrada 5.0” será neste final de semana no DIC 5:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36133>

- **Mais de 800 pessoas participam do 5ª Juventude na Quebrada no DIC 5:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36156>



*Figura 90 - Apresentação de Mc*



*Figura 91 - Cadastro de Serviços*

### 3.2) Exibição Documentário “Movimento das Minas”

**Data:** 10/08/2019

**Local:** CEU Vila Esperança

**Participantes:** 150 (cento e cinquenta) pessoas

O Movimento das Minas, grupo de jovens criado a partir do diagnóstico territorial qualitativo da região de atuação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Espaço Esperança exibiu seu documentário “Não foi a primeira, que seja a última”. O vídeo, de aproximadamente 50 minutos, aborda o papel da mulher na sociedade sob a luz do machismo. O processo de produção do documentário contou com o apoio da equipe técnica do CRAS e da Coordenadoria da Juventude que disponibilizou três estagiárias e bolsistas do Programa Juventude Conectada para orientar a edição do material.

- **Movimento das Minas exhibe documentário neste sábado no CEU Vila Esperança:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36938>

### 3.3) Projeto “Olha a Gente Aqui”

**Data:** Março a Junho de 2019

**Local:** E.E Vitor Meireles e E.E. Benedicta de Salles Pimentel Wutke

**Participantes:** 81 (oitenta e um) jovens

Uma parceria entre a Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de Campinas e o Instituto Asas Comunicação Educativa, com o apoio da Fundação Cargill, trouxe para o município o Projeto Olha a Gente Aqui, que desenvolve oficinas de multimídia para alunos de escolas públicas. No primeiro semestre deste ano foram capacitados 81 estudantes do ensino médio das Escolas Estaduais Vitor Meireles, no São Bernardo, e Benedicta de Salles Pimentel Wutke, no Jardim Nova América. As aulas foram ministradas nas próprias escolas, nos meses de abril e maio. Nesta edição do projeto, o tema abordado foi Alimentação Sustentável. O objetivo, além da formação nas linguagens multimídia – em especial a fotografia, o vídeo e as mídias digitais - foi chamar a atenção para o desperdício de alimentos. Segundo os organizadores, o problema atinge bilhões de pessoas no mundo todo e faz com que 33% de todos os alimentos produzidos no mundo acabem no lixo. Durante as 15 horas de duração das oficinas, os jovens experimentaram, por meio da linguagem do vídeo e da fotografia, a possibilidade de revisitar o ambiente escolar. Puderam dar visibilidade para diversas questões que envolvem o desperdício de alimentos, em busca de uma alimentação mais sustentável, envolvendo indiretamente suas famílias e os atores escolares, como gestores, professores e merendeiras. No total, foram oito encontros em cada escola, durante os quais a equipe de educadores do Instituto Asas promoveu debates, rodas de conversa e atividades teóricas e práticas sobre temáticas relacionadas à alimentação sustentável. Dessa forma, os jovens refletiram criticamente sobre as diversas situações do dia a dia que contribuem para o desperdício de alimentos. Com o auxílio de duas nutricionistas e dos educadores do projeto, os estudantes conheceram e realizaram receitas com algumas PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais),



reproduziram os truques dos estúdios fotográficos na manipulação de imagens de alimentos, aprenderam sobre horticultura urbana. Também gravaram entrevistas com professores, alunos e merendeiras, e produziram memes e cartazes para ajudar na conscientização dos colegas.

No encerramento das atividades, os participantes puderam ver a exposição fotográfica e assistir aos vídeos produzidos pelos próprios alunos, durante as oficinas, além de participar da sessão de cine-debate sobre o desperdício de alimentos.

- **Projeto "Olha a Gente Aqui" capacita estudantes em multimídia:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36575>



*Figura 92 - Apresentação do Projeto para alunos e professores na Escola Vitor Meireles*



*Figura 93 - Alunos participam da discussão*

### **3.4) Oficina Cidadania, Adolescência e Juventude**

**Data:** 20/02/2019

**Local:** CIC Vida Nova

**Participantes:** 35 (trinta e cinco) jovens-adolescentes

Jovens-adolescentes do Programa “Ser e Conviver” da ONG Ensino Social Profissionalizante (ESPRO) participaram de oficina sobre “Cidadania, Adolescência e Juventude” ministrada pelo Coordenador de Juventude. No encontro, foram abordados os temas: importância da participação social, Cidadania e seus princípios fundamentais. Houve troca de experiências sobre os direitos sociais no Brasil, principalmente sobre os riscos da desigualdade social para o exercício pelo da Cidadania. Na ocasião, foi falado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Estatuto da Juventude, dois marcos legais fundamentais para o sistema de garantia de direitos da juventude.



Figura 94 - Jovens do programa "Ser e Conviver" da ESPRO

- **Coordenadoria da Juventude promove eventos e define agenda para 2019:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35855>

#### 4) Setembro Amarelo 2019

**Data:** 13 a 28/09 de 2019

**Local:** Diversos

O Setembro Amarelo 2019 foi a segunda experiência de realização de uma programação institucional da Prefeitura Municipal de Campinas para prevenção e combate ao suicídio. Organizado pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Coordenadoria da Juventude, com apoio de diversos setores do poder público municipal e de instituições da Sociedade Civil, o Setembro Amarelo 2019 contou com uma extensa programação, que pode ser consultada no link: <http://conteudo.campinas.sp.gov.br/sites/conteudo.campinas.sp.gov.br/files/arquivo-comunicacao/09-2019/setembro-amarelo-mes-de-prevencao-do-suicidio-programacao-campinas-2019-atualizado-05-09-divulgacao.pdf>. Como fechamento das atividades do Setembro Amarelo 2019, foi realizada a "Caminhada Pela Prevenção do Suicídio". A concentração dos participantes se deu a partir das 8 horas, na Estação Cultura. No Largo do Rosário ocorreram apresentações culturais e distribuição de material informativo e de mensagens de prevenção ao suicídio.



Figura 95 - Participantes da caminhada no Largo do Rosário

- **Setembro Amarelo: Campinas tem atividades de prevenção ao suicídio:**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37144>

- **Caminhada pela Prevenção ao Suicídio fecha o Setembro Amarelo**

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37300>

## 5) Conselho Municipal da Juventude

### 5.1) Encontro Pró-Conselho Municipal da Juventude de Mogi Mirim

**Data:** 18/01/2019

**Local:** ICA – Mogi Mirim

**Participantes:** 30 (trinta) jovens e adolescentes

A Prefeitura de Campinas, por meio do Conselho da Juventude, participou de um encontro com coletivos de jovens do município de Mogi Mirim, na última sexta-feira, 18 de janeiro, na Instituição ICA. O objetivo do evento foi dialogar e articular ações para a implantação do Conselho Municipal da Juventude em Mogi Mirim. O coordenador da Juventude em Campinas, Felipe Gonçalves, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, representou a Prefeitura e conduziu a reunião. Ele apresentou a experiência de Campinas na criação do Conselho da Juventude e explicou os procedimentos administrativos necessários para a criação de um órgão semelhante em Mogi Mirim. Em outubro de 2019 houve uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Mogi Mirim para discussão do Projeto de Lei para criação do Conselho.





*Figura 96 - Jovens de Campinas e Mogi Mirim aderem à criação do novo Conselho*

- **Conselho da Juventude é convidado especial de evento em Mogi Mirim:**  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35677>

## 5.2) Assembleia de Eleição Conselho Municipal da Juventude de Campinas

**Data:** 15/12/2019

**Local:** CEPROCAMP

**Participantes:** 45 (quarenta e cinco) pessoas

Com a participação de candidatos, conselheiros e ex-conselheiros, o Conselho Municipal da Juventude elegeu seus 12 (doze) representantes para o biênio 2021-2022. Os novos membros foram eleitos por aclamação, visto que o número de inscritos foi exatamente igual ao número de vagas disponíveis no Conselho. O evento teve início com a exposição do presidente do CMJ, Guilherme Damasceno Fernandes, que falou sobre as principais conquistas do Conselho e da importância do envolvimento da juventude na construção de políticas públicas.

- **Conselho da Juventude elege integrantes da próxima gestão do colegiado:**  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37905>



*Figura 97 - Novos membros do Conselho buscarão ampliar a participação dos jovens no Conselho|Coordenador de Políticas Públicas para a Juventude, Felipe Gonçalves apresentou o trabalho do Conselho*

# **DEPARTAMENTO DE APOIO A PROJETOS INTERSETORIAIS E DE ACESSIBILIDADE (DAPIA)**

## **COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.**

- Análise de projetos arquitetônicos para validação dos quesitos de acessibilidade e desenho universal.
- Emissão de laudos e alvará para auto escolas e eventos.
- Vistorias nos prédios públicos e reclamações originadas pelo 156.
- Acompanhamento e orientação do IMAP – Índice Municipal de Acessibilidade dos Próprios.

## **COORDENADORIA SETORIAL DE PROJETOS.**

- Demandas de compras de bens e serviços, modalidades de licitação.
- Instrução de processos de compras.
- Auxílio para elaboração de proposta e execução orçamentária.
- Realização de natureza contábil e financeira (IMA).
- Acompanhamento de projetos e outras ações de forma articulada com demais serviços.
- Acompanhamento de algumas Políticas Públicas na área de Direitos Humanos e também nas políticas e diretrizes voltadas para as Pessoas com Deficiência.
- Apoio ao Setor de Expediente, serviços, processos, despachos, tramitação, recebimento e distribuição.

### **Participação efetiva do DAPIA em projetos de inclusão e acessibilidade, dentre eles:**

- Projeto Parques Inclusivos:

Consiste na instalação de equipamentos de playground híbridos e inclusivos, ou seja, que tanto crianças com ou sem deficiência possam brincar, inclusive juntas. No ano de 2019 foram instalados parquinhos inclusivos nos seguintes locais:

- Parque da Águas, Av. Washington Luiz, 438 - Parque Jambeiro, Campinas - SP, 13042-680
- Parque Taquaral, Av. Dr. Heitor Penteado, 1671 - Parque Taquaral – Portão 1
- Parque ecológico, Rod. Heitor Penteado - Vila Brandina, Campinas - SP, 13092-543

- Projeto Amarelinha

Consiste em uma das ações do Programa A Paz em Língua de Brincar.

Foram pintadas amarelinhas em diversos locais públicos, como:

- Praça José Bonifácio em frente a catedral  
Praça Rui Barbosa Rua Treze de Maio em frente à loja americanas  
Praça Marechal Floriano Peixoto - calçada da rua Costa Aguiar. Estação Cultura  
Calçada da Av. Benjamin Constant, em frente ao nº 1633 Biblioteca Central.
- Largo do Rosário na rua na avenida Francisco glicério.  
Praça Guilherme de Almeida - Fórum na Av. Francisco Glicério.  
praça Imprensa Fluminense centro de convivência na entrada do teatro.  
Largo das Andorinhas na Rua Thomáz Alves.  
Praça Bento Quirino na esquina Barão de jaguará com Tomás Alves.  
Colégio Raul Pila.  
EEMF Vicente Rao  
Lagoa do Taquaral Portao 1
- Casa-Lar – Parque das Uiversidades

- Estudo e colaboração na elaboração de projeto para informatização dos alvarás de acessibilidade, bem como, otimização, desburocratização e desenvolvimento de sistema on line para análise e aprovação de eventos no município através do Grupo de Trabalho Intersetorial com demais secretarias inerentes ao tema.

- Criação do Grupo de Trabalho Intersetorial para estudo de Rotas Acessíveis.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAPIA – 2019**

SERVIÇOS	JAN**	FEV*	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
VISTORIA	10	19	19	16	22	19	16	19	24	13	11	15	203
ANÁLISE DE PROJETO	8	12	3	9	2	6	7	7	4	3	4	0	65
REUNIÃO PMC (Externo)	-	6	1	8	2	1	0	7	3	1	4	1	34
CERTIDÃO DE ACESSIBILIDADE	2	2	2	3	5	3	1	2	0	6	2	3	31
ORIENTAÇÃO P/ TELEFONE	-	22	30	30	29	19	23	15	22	27	16	11	244
ORIENTAÇÃO P/ E-MAIL	-	5	5	8	13	14	14	18	5	10	5	5	102
PARECER TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE	-	18	13	9	20	19	20	14	16	8	12	8	157
ATENDIMENTO PRESENCIAL (Painel Eletrônico)	10	32	27	23	46	22	30	22	26	39	21	11	309
AUTO DE VISTORIA PARA EVENTOS	15	27	28	25	45	39	30	27	48	36	37	21	378
ELABORAÇÃO DE PROJETO (Horas)	-	7	50	25	7	10	7	8	0	6	0	0	120

\*\* Registro feito pela tabela superada, não constam todos os dados

\* Registro feito pela tabela superada até dia 11/02/2019

DETALHAMENTO DE VISTORIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
VISTORIA / PROT. GERAL	2	1	3	8	5	7	2	2	9	0	3	6	48
VISTORIA / EQUIP. PRÓPRIO	1	7	6	3	8	4	4	7	2	1	0	1	44
VISTORIA / EVENTO	-	2	2	3	2	2	2	2	0	0	0	0	15
VISTORIA / 156	6	4	7	1	2	1	4	3	12	4	4	5	53
VISTORIA / A PEDIDO	1	4	0	1	3	2	3	4	1	4	4	3	30
VISTORIA / SEI	-	1	1	0	2	3	1	1	0	4	0	0	13
<b>TOTAL DE VISTORIAS</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>203</b>



# DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DGPPCD)

O Departamento de Gestão das Políticas para as Pessoas com Deficiência – DGPPCD, tem por objetivo organizar e acompanhar as matérias de competência da pasta, promover a interação com as instituições da sociedade civil organizada e demais esferas do setor público, apoiar e participar do desenvolvimento, estruturação e ações voltadas à temática, fomentando o desenvolvimento de novos projetos e parcerias e, desenvolver e aplicar métodos de avaliação destinados a monitorar a execução das políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Ainda compõem o Departamento, a Coordenadoria de Políticas Públicas para as pessoas com deficiência, o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência – CRPD e a Central de Interpretação de Libras – CIL, que proporcionam o atendimento a população de forma presencial ou remota, agendada ou espontânea, dando informações sobre direitos e demais demandas sobre as deficiências, além dos encaminhamentos necessários dentro da rede para os atendimentos das necessidades levantadas.

Para o ano de 2019, as metas planejadas para a política da Pessoa com Deficiência no município foram:

1. Segundo e Terceiro Festival de Artes Inclusão na Diversão (ações afirmativas)
2. Entrega de 4 *Playgrounds* inclusivos
3. Caminhada Abril Azul
4. Apoio aos eventos das entidades
5. Fórum de Empregabilidade para Pessoa com Deficiência
6. Setembro Verde (ação afirmativa)
7. Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
8. Campinas +Acessível
9. Turminha Inclusão na Diversão nas escolas (ações afirmativas)

De acordo com as ações realizadas, segue um detalhamento de cada uma delas:

## 1 - Segundo e Terceiro Festival de Artes Inclusão na Diversão

Por ser uma ação afirmativa, onde o intuito é levar e disseminar o conhecimento sobre as deficiências e sobre as potencialidades que a pessoa com deficiência possui, dentro de suas limitações, foram realizados o

segundo e terceiro Festival de Artes Inclusão na Diversão através de parceria com a sociedade civil e que foi realizado com verbas do PROAC.

Os festivais foram realizados na Pedreira do Chapadão e no Parque Dom Bosco, respectivamente, onde pode-se observar a interação entre as pessoas com deficiência, que atuaram como protagonistas dos festivais, e o público em geral, que tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as limitações e capacidades dessas pessoas.

Foram dois eventos que atingiram seus objetivos de levar ao conhecimento, principalmente do público mais distante, informações sobre as deficiências e como lidar com elas, além de poderem conhecer os serviços de atendimento para as pessoas com deficiência de nosso município.

## 2 – Entrega de 4 *Playgrounds* Inclusivos

Os *playgrounds* inclusivos foram programados para serem instalados no Taquaral, CEU Florence, Parque Ecológico e Parque das Águas e são importantes equipamentos públicos onde são promovidas a inclusão das crianças com deficiência em seu direito de brincar com outras crianças sem deficiência, promovendo a igualdade e respeito pelas diferenças entre as pessoas.

Dos parques citados, apenas o CEU Florence não foi entregue em 2019, ficando na programação para ser instalado em 2020, ano em que será instalado outro parque em local ainda a ser definido, sendo portanto 2 novos parques para 2020.

## 3 – Caminhada Abril Azul

Também como importante ação afirmativa, em comemoração ao Abril Azul, mês dedicado à conscientização pelo autismo, promovemos nossa tradicional caminhada na Lagoa do Taquaral onde contamos com a participação de várias entidades de nossa cidade que atuam no atendimento terapêutico, social e pedagógico dos autistas.

A caminhada contou mais uma vez com a participação de personagens do Star Wars que tanto colaboram com a interação dos autistas com os personagens, alegrando ainda mais esse festivo evento.

Além da caminhada, para marcar o mês de abril, ainda foram solicitadas que o Paço Municipal e que a Torre do Castelo fossem iluminados com luz azul, reforçando ainda mais as ações de conscientização realizadas pelas entidades e apoiadas por nossa Secretaria.

## 4 – Apoio aos eventos das entidades

Em Campinas temos várias entidades que atuam na causa da pessoa com deficiência e, durante o ano, muitos são os eventos realizados por elas, dentre caminhadas, festas juninas, feiras, palestras, encontros, jantares, etc.

Em apoio a esses eventos, atuamos, auxiliando na divulgação dos mesmos através de envio de e-mail para nossos contatos com o intuito de fortalecer as ações promovidas por essas entidades.

#### 5 – Fórum de Empregabilidade para Pessoa com Deficiência

Devido aos contingenciamentos e dificuldades em captar parcerias, não conseguimos viabilizar a execução do Fórum durante o ano de 2019.

#### 6 – Setembro Verde

O mês de setembro é marcado pela Luta pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e para deixar registrado, apoiamos os eventos que são promovidos pelas entidades de nosso município que atuam em atendimento para esse segmento.

Além do apoio prestado, ainda realizamos o evento do Setembro Verde na Pedreira do Chapadão com o apoio de parceiros e das entidades que puderam apresentar um pouco do trabalho que realizam. O evento contou com apresentações teatrais e de dança, além de brincadeiras e interações entre as crianças do local.

#### 7 – Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Foram realizados 2 dias de Conferência Municipal onde foram aprovadas 27 novas propostas distribuídas em 4 eixos: Saúde, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, Trabalho e Renda e Educação, além da eleição dos novos conselheiros para o biênio 2020/2021.

Das 63 propostas originadas na Conferência Municipal de 2017, 46 delas foram encaminhadas ou resolvidas pela gestão que se encerrou, conseguindo junto com a articulação e participação desta Secretaria uma efetividade de 73% dessas propostas.

A Conferência teve uma participação efetiva de aproximadamente 150 pessoas, incluindo população em geral, servidores públicos e representantes das entidades que atuam na área da pessoa com deficiência.

#### 8 – Campinas +Acessível

Esse é um programa que está começando a ser construído em nosso município e que tem por objetivo criar as diretrizes necessárias para a criação de rotas acessíveis entre os espaços públicos de grande circulação de pedestres e que estejam próximos aos traçados do transporte público.

Ficou definido que a elaboração do Plano Municipal de Rotas Acessíveis (PMRA) deverá ser intersetorial através de um Comitê que será criado para essa finalidade e que contará com várias Secretarias que nomearão representantes técnicos para compor o referido grupo.

Foi realizada uma primeira reunião que teve como objetivo esclarecer aos representantes das Secretarias sobre o Programa e como será o desenvolvimento das atividades até a conclusão do PMRA em 2020.

#### 9 - Turminha Inclusão na Diversão nas Escolas

Em 2018, foi criada com recursos do PROAC, a Turminha Inclusão na Diversão, que é um grupo de bonecos fantoches e que representam algumas crianças com deficiência que foram atendidas no CRPD. Cada boneco representa uma das deficiências clássicas e tem um dos bonecos que representa uma criança sem deficiência para reforçar a importância da inclusão.

A Turminha é uma tecnologia social e tem por objetivo levar, principalmente para as crianças, as mensagens de inclusão, respeito e empatia, de forma lúdica e divertida, além de prover informações e aumentar o conhecimento sobre as deficiências e as maneiras mais adequadas que podemos ter para conviver com elas.

Dentro desse propósito, a Turminha realizou 13 apresentações em diversas escolas, parques e teatros para um público aproximado de 3.000 pessoas.

## **COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A Coordenadoria tem por objetivo estabelecer a interlocução e interlocutores nas demais esferas do setor público, promover a estruturação, desenvolvimento e acompanhamento das parcerias e ações relativas às políticas públicas perante os órgãos e entidades da administração municipal e outras esferas de governo, articular as atividades relativas às políticas públicas definidas para a inclusão e a acessibilidade da pessoa com deficiência, promovendo a gestão global e integrada de tais ações.

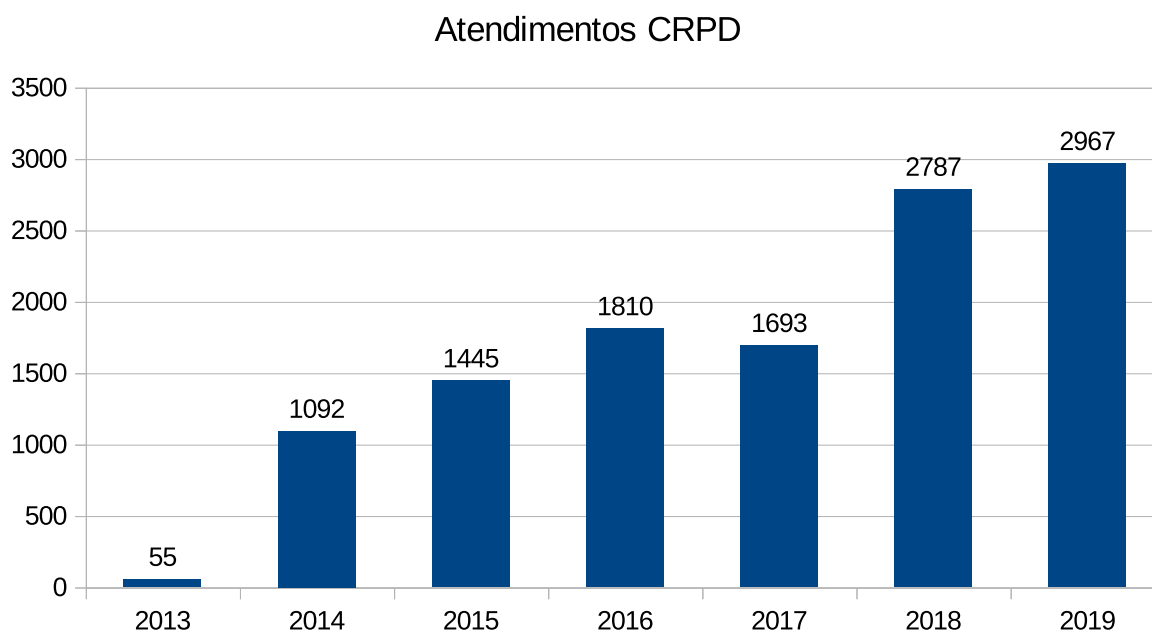
Além das interlocuções com as demais Secretarias e órgãos externos, a coordenadoria dá suporte aos casos e atendimentos realizados pelo CRPD.

### **Centro de Referência da Pessoa com Deficiência - CRPD**

Realiza através de dupla psicossocial os atendimentos, orientações sobre seus direitos e encaminhamentos para a rede, das pessoas com deficiência, além de realizar visitas domiciliares, estudos de casos, articulações intersetoriais, interlocução com o sistema de garantia de direitos e suporte para a rede no tocante ao fornecimento de informações sobre as deficiências e suas especificidades.

O CRPD apresenta um crescimento no atendimento das demandas a partir de 2013 conforme apresentado no gráfico abaixo. Tal crescimento foi possível a partir da melhor organização do fluxo dos

serviços executados bem como na clareza e definição da atuação da área técnica na atuação em rede e nos serviços.



**Evolução de atendimentos do CRPD**

O aumento substancial observado no ano de 2018 deu-se pelos encaminhamentos originados nos espaços descentralizados de atendimentos que a Prefeitura oferece, tais como as Subprefeituras e os postos de atendimento do Agiliza Campinas.

Além dos atendimentos, orientações e encaminhamentos realizados, o CRPD oferece como políticas públicas afirmativas o Cartão Bem Acessível e o Emprega Bem.

O Cartão Bem Acessível é um documento público municipal que dá ao seu titular a identificação de que o mesmo é uma pessoa com deficiência. O objetivo do Cartão é atestar as deficiências não visíveis ou perceptíveis, como é o caso do autismo, deficiência auditiva/surdez e alguns tipos de deficiências físicas. Embora seu objetivo seja esse, o Cartão é fornecido gratuitamente para todas as pessoas com deficiência que desejarem, desde que apresentem a documentação necessária.

Além de atestar a condição de deficiência, que pode ser permanente ou temporária, ele tende a facilitar o acesso aos serviços públicos, dispensando em alguns casos a apresentação do laudo médico para comprovar a deficiência.

Desde a sua implantação em janeiro de 2016, foram emitidos 2.268 Cartões até dezembro de 2019. O Cartão tem validade de 2 anos para as deficiências permanentes e até 6 meses para as deficiências temporárias.

O Emprega Bem é um programa de empregabilidade para pessoas com deficiência que foi implantado em 2017. O programa consiste de uma plataforma eletrônica on line onde as empresas cadastradas podem

disponibilizar suas vagas para PcD e os profissionais com deficiência podem cadastrar seus currículos e se candidatarem para as vagas disponíveis. Após isso, as empresas selecionam os candidatos pela plataforma, que por sua vez recebem orientação do CRPD para darem continuidade no processo seletivo.

Além de promover a aproximação entre as pessoas com deficiência e as empresas, há a possibilidade da realização de palestras de sensibilização nas empresas com o objetivo de preparar as equipes para o recebimento dos profissionais com deficiência, assim como dar orientações sobre acessibilidade e tecnologias assistivas necessárias para a contratação desse funcionário.

Desde sua implantação, até o final de 2019 a plataforma apresenta os seguintes números:

- 95 empresas cadastradas
- 422 vagas ofertadas
- 482 atendimentos
- 12 contratações efetizadas

Concluimos que as discretas contratações em relação às vagas ofertadas se dá por 2 motivos: baixa qualificação dos candidatos e principalmente falta de interesse em dar continuidade no processo seletivo por parte das empresas.

## **CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS - CIL**

A CIL foi inaugurada em setembro de 2015 através de um convênio com o Governo Federal dentro do Plano Viver Sem Limites. Pela implantação da Central o município recebeu 3 computadores equipados com *webcam* e microfones, armários, 3 mesas com cadeiras e um veículo para que os profissionais de interpretação de Libras acompanhem os usuários surdos nos atendimentos externos que compreendem os serviços públicos.

Dentre os objetivos da CIL podemos destacar o atendimento de qualidade às pessoas com deficiência auditiva por meio de serviços de tradução e interpretação, facilitar/viabilizar seu acesso a serviços públicos e informações diversas e ampliar a comunicação entre surdos e ouvintes.

Como contrapartida para o funcionamento da CIL, o município oferece os recursos humanos, manutenção dos equipamentos e do veículo, local adequado para atendimento com a infraestrutura necessária para a realização dos atendimentos que podem ser presenciais, remotos ou externos.

Desde sua implantação, a CIL operou com apenas uma servidora para o atendimento a todas as demandas do público surdo até meados de 2019, período em que começaram a ser convocadas novas intérpretes para compor o quadro de intérpretes da CIL.

Com a ampliação de mais 4 intérpretes, a Central passou a operar com 5 profissionais que puderam prover um melhor atendimento à população surda que demanda por vários serviços em nosso município.

No gráfico abaixo, pode-se notar um aumento significativo no número de atendimentos, reflexo dessa ampliação que mostrou ser necessária para absorver a demanda reprimida existente para esse serviço.

